



Dos Papéis de Plínio

CONTRIBUIÇÕES DO **ARQUIVO DE RIO CLARO**
PARA A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA



Organizadores:
Maria Teresa de Arruda Campos
Renato Alencar Dotta





ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIO CLARO

Organizadores:

Maria Teresa de Arruda Campos

Renato Alencar Dotta

Dos Papéis de Plínio

**CONTRIBUIÇÕES DO ARQUIVO DE RIO CLARO
PARA A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA**

1ª Edição

2013

Rio Claro - SP

Oca Editora

Ficha Catalográfica

D722

Dos papéis de Plínio: Contribuições do Arquivo de Rio Claro para a Historiografia Brasileira / Maria Teresa de Arruda Campos, Renato Alencar Dotta, organizadores. - Rio Claro: Oca Editora, 2013.

240 p.

ISBN 978-85-64366-03-9

Inclui bibliografia

1. Arquivo Público. 2. Rio Claro. I. Campos, Maria Teresa de Arruda, org. II. Dotta, Renato Alencar, org. III. Título.

Capa | Seleção de imagens:

Hélia Maria de Fátima Gimenez Machado
Maria Teresa de Arruda Campos

DEDICATÓRIA

“Os arquivos servem para provar, lembrar-se, compreender e identificar-se. Provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária. Lembrar-se é uma utilidade de gestão. Compreender é uma utilidade científica do conhecimento. Identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social.” (Bruno Delmas, arquivista francês).

Esta obra é dedicada à Ana Maria de Almeida Camargo, notável historiadora e arquivista, responsável pela entrada do Fundo Plínio Salgado no Arquivo Público Histórico de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”.

SUMÁRIO

Apresentação.....	11	<i>Maria Teresa de Arruda Campos</i>
Introdução.....	15	<i>Renato Alencar Dotta</i>
História da Minha Vida (1938): A importância de São Bento do Sapucaí na formação e ambientação intelecto-cultural de Plínio Salgado	23	<i>Leandro Pereira Gonçalves</i>
O Fundo Carmela Patti Salgado: um outro olhar sobre o integralismo	59	<i>João Fábio Bertonha</i>
“A mulher integral terá: cérebro de homem, físico de mulher e coração de criança” Concepções sobre a militância das blusas-verdes pelos intelectuais do sigma	73	<i>Jefferson Rodrigues Barbosa</i>
A educação do corpo feminino na Ação Integralista Brasileira	93	<i>Renata Duarte Simões</i>

O Estado Novo e a construção da memória social: o integralismo nos livros didáticos e na grande imprensa	113
	<i>Rogério Lustosa Victor</i>
O Arquivo de Rio Claro, <i>locus</i> da memória e história de Plínio Salgado por si e por outros	137
	<i>Giselda Brito Silva</i> <i>Márcia Regina Carneiro</i>
Idiossincrasias no canto da estante: a trajetória da <i>Enciclopédia do Integralismo</i> como objeto de estudo	159
	<i>Rodrigo Christofolletti</i>
Experiência de pesquisa na temática do integralismo, no CD-AIB/PRP e no Fundo Plínio Salgado, em Rio Claro	173
	<i>Alexandre Blankl Batista</i>
Retratos	195
	<i>Hélia de Fátima Gimenez Machado</i> <i>Maria Teresa de Arruda Campos</i> <i>Milton José Hussni Machado Luz</i>

APRESENTAÇÃO

Maria Teresa de Arruda Campos¹

Minha história com o Arquivo Público de Rio Claro começa antes mesmo de meu nascimento.

Meus pais, criados em Taquaritinga (SP), eram muito amigos de Carmela Patti. Minha tia, Cecy Vasconcelos, foi casada com José Patti, irmão de Carmela. Daí, numa pequena cidade do interior paulista, onde eu passava todas as férias de Janeiro, cresci achando que a tia Carmela era minha tia também, pois assim aprendi a chamá-la, imitando meus primos, sobrinhos legítimos dela. E ela me atendia, o que só confirmava nosso “parentesco”. Já era adolescente, quando descobri que a tia não era minha...

Assim, cresci, também, convivendo com tio Plínio, homem carinhoso que sempre tinha uma palavra para dirigir às crianças, interessando-se pelo que faziam e pelos seus estudos.

¹ Superintendente do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro. Doutoranda no Grupo Violar, FE/Unicamp.

Nasci e cresci em Rio Claro, pois meu pai foi transferido como Juiz de Direito, de São Pedro para cá. Lembro-me com clareza dos dias em que Plínio Salgado vinha à nossa casa, em passagem pela cidade, geralmente aos domingos, no final da manhã, para o tradicional aperitivo que meu pai organizava com os amigos. Muitas vezes, ele me colocava no colo e ficava perguntando da escola, do filme do cinema assistido na sessão Zig-Zag, do cine Excelsior, de onde eu acabava de chegar.

Comigo, meu pai pouco falou sobre sua passagem pelo integralismo. Disse, certa vez, que os amigos eram para toda a vida, mas que a política, não. Minha mãe dizia que meu pai se decepcionara com a política. Acredito que, também, a decisão em prestar concurso para Juiz de Direito contribuíra para o afastamento da política partidária. Sempre estive ligado às causas mais próximas daqueles que mais precisam. Como Juiz, o Dr. Luís Gonzaga de Arruda Campos teve centenas de ações que ultrapassaram suas atribuições – nisto, a cidade de Rio Claro nunca se omitiu em reconhecer. Minha irmã afirma que ele tinha forte vínculo com o franciscanismo.

E toda essa história eu contei para chegar ao convite que recebi em um domingo de manhã, em dezembro de 2008, sol quente, por telefone. Era Du Altimari, eleito prefeito de Rio Claro para o quadriênio 2009-2012. Du me convidava para assumir a superintendência do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro. Confesso que fui surpreendida com o convite. Jamais havia pensado nessa possibilidade. Dona de escola, psicóloga clínica, coordenadora de projetos em ONGs e empresas, consultora em programas de juventude, arte e cultura em vários Ministérios, Prefeituras, empresas e ONGs, estava muito distante do trabalho numa instituição pública e, em especial, sendo um cargo em comissão, em caráter de confiança. Pedi para pensar. Demorei em dar o retorno, pois eu tinha algumas dúvidas se seria a pessoa indicada, uma vez que eu sempre me pautei em escolhas profissionais pela paixão, pela dedicação sem limites. Também, não conhecia com propriedade o Arquivo, seu acervo, suas atividades previstas em Lei. Sabia, sim, que Ana Maria Camargo, pessoa que admirava muito, ali havia dado início ao processo de constituição e empoderamento da Autarquia. Será que eu estaria à altura de assumir essa tarefa? Eu sempre fui motivada por desafios novos, por ousar, para aprender. Aceitei depois de algum tempo, mas com alguns questionamentos.

Tinha dúvidas se daria conta do trabalho, das necessidades, se conseguiria fazer, daquele local, um espaço de reconhecimento público, pela qualidade, pela produção de conhecimento e pela guarda responsável da história e da memória da cidade - desafios enormes para a Instituição, desafios que me preocuparam, mas que me motivavam.

Encontrei uma equipe pequena, com menos da metade dos servidores previstos em Lei. Um grupo honesto, com uma garra enorme, mas um tanto desmotivado. Caminhamos e, depois de quatro anos, acredito que temos um belo projeto realizado, planos de voo ainda maiores e uma grande vontade de trabalhar ainda mais por um mundo melhor. Hoje, somos uma equipe de trabalho composta de treze pessoas, em breve, seremos vinte e uma.

No Arquivo, graças ao trabalho de seus primeiros membros, está depositado o Fundo Plínio Salgado, que aqui chegou por meio do encontro de Ana Maria Camargo e Carmela Patti Salgado, nos anos 1980. Documentos importantes para todo e qualquer pesquisador atento, o Fundo contempla: 61.194 páginas de correspondências entre os anos de 1926 e 1976, mais de 400 livros (particularmente as obras doutrinárias de Plínio Salgado e publicações de autores integralistas), atas produzidas pelos núcleos da Ação Integralista Brasileira e diretórios do Partido de Representação Popular, 6.762 fotos familiares e políticas envolvendo a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular, 570 exemplares de jornais e revistas - com destaque para “A Offensiva” (1934-1938), “O Aço Verde” (1935) e “Monitor Integralista” (1933-1937), “Revista Anauê” (1935-1937), “Acção” (1936-1938)-, além de objetos pessoais e material de propaganda política, como bôtons, distintivos, medalhas, bandeiras, adesivos, louças etc.

Conheci o GEINT (Grupo de Estudos do Integralismo) logo que cheguei ao Arquivo, por meio de alguns pesquisadores bastante angustiados por não terem acesso aos documentos do Fundo Plínio Salgado - fontes necessárias para suas pesquisas, cujos prazos estavam se esgotando. Conseguimos estabelecer uma boa relação, e fui convidada para fazer parte da lista de discussão do grupo, espaço de troca honesta e colaborativa. Dessa relação e a partir de estudos e pesquisas realizadas no Fundo Plínio Salgado, do Arquivo Público de Rio Claro, nasceu a ideia de produzir esse livro, por meio do qual espero poder contribuir para o entendimento de uma época polêmica da história de nosso país.

Iniciamos, neste ano de 2013, a digitalização do Fundo e, na sequência, a alimentação de um banco de dados que democratize seu acesso - ação necessária, vista a distância dos pesquisadores em relação ao tema, e o tempo que demanda a pesquisa em todo acervo. Esta escolha não se pauta por questões ideológicas, mas pelo respeito ao Arquivo como centro de pesquisa que abriga um Fundo raro e necessário ser trabalhado.

Longe de orientação político-partidária, o Arquivo cuida do Fundo com a responsabilidade e compromisso que uma instituição pública deve ter com seu patrimônio documental. O inventário do acervo pode ser consultado em www.aphrioclaro.sp.gov.br.

Quando criança, meus vínculos familiares levaram-me às pessoas de Carmela e Plínio, agora, aos 57 anos, abraço a causa de democratizar o acesso a essa história guardada no Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, para que inspire pesquisadores a desvendar e produzir conhecimento sobre mais esse marco controverso da história de nosso país.

INTRODUÇÃO

Renato Alencar Dotta¹

Por volta de 1995, ainda como estudante de graduação de História da Universidade de São Paulo (USP), eu já estava decidido que iria fazer uma longa pesquisa sobre o integralismo, provavelmente para um futuro mestrado. Há algum tempo, já vinha sorvendo a relativamente pequena bibliografia sobre o tema, disponível nas bibliotecas dos departamentos de Humanas daquela universidade, basicamente a involuntária tetralogia dos anos 70: Hégio Trindade, Marilena Chauí, José Chasin e Gilberto Vasconcellos - títulos fundamentais ao debate sobre o tema até então (quicá, ainda hoje), mas, nenhum deles, produção de historiador. Encontrei, ainda por ali, algum material “de raiz” (alguns poucos títulos de Plínio Salgado e Gustavo Barroso), mas ainda havia as teses: encontrei, no Departamento de História, o doutorado

¹ Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. É um dos coordenadores do Grupo de Pesquisa GEINT, do CNPq, e do GT regional “História dos Partidos e Movimentos Políticos de Direita”, da ANPUH-RJ.

de Cytrynowicz (finalmente um discípulo de Clio) sobre o mais importante divulgador do antissemitismo no Brasil, o ex-diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso; e, na Faculdade de Educação, o trabalho ainda não publicado de Rosa Cavallari, sobre a pedagogia no movimento integralista. No Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), também na USP, uma valiosa descoberta: a coleção completa da revista *Panorama*, dirigida por Reale.

No centenário acervo da Faculdade de Direito de São Paulo, eu encontraria livros originais dos autores integralistas, sobretudo os de Reale, um dos mais famosos rebentos daquele departamento - o Largo São Francisco foi um importante ninho de integralistas, malgrado sua ostensiva tradição liberal. Na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, a maior de São Paulo e segunda do país, também no centro da capital, encontraria mais obras de autores integralistas; uma curiosa descoberta: alguns volumes avulsos da *Enciclopédia do Integralismo*; e uma pista: num catálogo à parte, referente a outra biblioteca municipal, alguns números da revista ilustrada *Anauê*. E lá fui eu, rumo ao longínquo distrito de Santo Amaro, em busca dessa outra preciosidade documental, a qual encontrei em estado regular de preservação.

E, claro, o Arquivo Público do Estado, com o material produzido pelo DOPS (que perseguiu também os integralistas), felizmente já então disponível aos usuários, além da coleção completa do jornal *Ação* (também dirigido por Reale) e de *A Razão* (o empreendimento jornalístico de Salgado, imediatamente anterior à criação da AIB).

Pois bem, em breve, eu saberia que, num único lugar, eu encontraria praticamente tudo isso reunido, e muito mais: o Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, depositário do acervo pessoal do *chefe nacional* e fundador do movimento, Plínio Salgado, há quase duzentos quilômetros da capital. Pouco antes de por o pé na estrada, fui falar com a professora Ana Maria Camargo, que havia sido minha professora no próprio DH da USP, e foi justamente a organizadora do acervo do líder integralista naquele Arquivo tão distante. Ela me deu dicas do que eu encontraria lá, além de como chegar.

Finalmente, ao por os pés em frente ao Arquivo, na região central daquela cidade, uma curiosa surpresa: ele ficava num imponente casarão estilo Belle Époque, típico da fase áurea dos barões do café, como se fosse um túnel do tempo. Ali, fui guiado

pelo conhecimento e profissionalismo de dois funcionários, Maria Antonia e Fernando, que me mostraram, tanto quanto era possível, em dois dias de pesquisa, o potencial daquele fundo documental. Foi apenas a primeira de inúmeras visitas nos anos seguintes, de modo que o Arquivo seria fundamental para o desenvolvimento do meu mestrado, e onde eu conheceria outros pesquisadores sobre o tema (que se tornariam meus amigos até hoje), e ali, com o apoio da direção, faríamos (eu, Rodrigo Christofolletti e outros), em 2002, o I Encontro de Pesquisadores do Integralismo, do grupo GEINT – Grupo de Pesquisadores do Integralismo, que havíamos criado.

Com mais de 45 mil itens - entre correspondência, fotografias, jornais e revistas, material de propaganda, atas de reuniões e livros -, é, com certeza, o maior acervo existente sobre o integralismo brasileiro; acervo de uma das mais importantes personalidades da política brasileira do século XX.

E quem foi essa personalidade? Plínio Salgado, o titular do fundo documental, foi, sem dúvida, um dos políticos brasileiros mais influentes do século XX. Se fizermos uma análise no panorama de líderes políticos brasileiros do século passado, constatamos, curiosamente, que a maior parte deles ocupou cargos executivos (culpa de nossa centralizada estrutura política?): Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Jânio Quadros, Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Leonel Brizola (FHC e Lula pertenceriam a esta lista?). Duas lideranças, porém, fogem a essa tendência: Luís Carlos Prestes e Plínio, os quais ocuparam, no máximo, cargos legislativos, embora esse motivo seja quase um detalhe na biografia de ambos. Os dois encarnaram as ideologias que representavam e através das quais viveram, estando os dois, curiosamente – ou não por acaso – em polos extremos do espectro político.

Salgado participou, ora como protagonista, ora como coadjuvante, de acontecimentos centrais da política e da cultura brasileira: na Semana de Arte Moderna de 1922, nos acontecimentos subsequentes ao movimento de 1930, a fundação e desenvolvimento do integralismo, no golpe do Estado Novo, foi candidato a presidente da República duas vezes, foi deputado estadual e federal, líder de bancada, apoiou o golpe de 1964 e o regime militar subsequente, escreveu dezenas de livros, dirigiu ou influenciou jornais e revistas, envolveu-se em controvérsias e relacionou-se com inúmeras personalidades no Brasil e no exterior.

Ou seja, foi uma personalidade pública e atuante por cerca de meio século. Amado e/ou odiado, seus admiradores não se restringiram ao curral integralista; seus adversários não pertenciam apenas à esquerda. Uma espessa névoa de dúvida paira ainda sobre Salgado: qual afinal teria sido seu grau de envolvimento – se, afinal, houve algum – com o III Reich, sobretudo durante seu exílio português, durante toda a II Guerra Mundial?

De todo legado de Salgado, porém, certamente sua criação mais importante foi o integralismo. Como se sabe, durante décadas, a historiografia relegou o fenômeno do integralismo à experiência da AIB. Mas, o movimento integralista foi cronologicamente muito além disso, chegando, embora enfraquecido, até a atualidade. O Arquivo Público de Rio Claro, através do Fundo aqui analisado, é um dos poucos lugares no Brasil onde é possível vislumbrar e pesquisar, praticamente, toda existência dos oitenta anos do movimento integralista, desde as ideias iniciais de seu fundador, passando pela criação e trajetória da Ação Integralista Brasileira, seu exílio (e as consequências deste para o movimento), do Partido de Representação Popular e suas organizações paralelas, da difícil situação institucional (embora nada difícil no plano individual dos seus membros) após o golpe de 64, e mesmo depois de sua morte, com material referente às inúmeras tentativas de revigoração desta ideologia política.

Tal diversidade de temas incentivou a criação do Grupo de Estudos sobre o Integralismo e outros Movimentos Nacionalistas (GEINT) a partir de 2001², hoje vinculado ao CNPq e à ANPUH, e que já publicou oito livros, quatro encontros (com um quinto sendo gestado), e, após anos de dedicação exclusiva ao tema integralismo, abriu-se para o estudo e o debate a respeito de outros grupos de direita e, sobretudo, o que se convencionou chamar de “extrema-direita”.

Este livro reúne pesquisas realizadas junto à rica documentação do Fundo Plínio Salgado e procuram mostrar a riqueza desse acervo. Seus autores tem pesquisado há anos o integralismo, e fizeram do Arquivo de Rio Claro um lugar fundamental para suas pesquisas. Vamos a eles, pois.

2 Um resumo da história do GEINT está em DOTTA, Renato Alencar. “Integralismo: o elo perdido da História?” in: BERTONHA, João Fábio. *Bibliografia orientativa sobre o integralismo* (1932 – 2007). Jaticabal: Funep; Rio Claro: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, 2010. A propósito, o autor dedica o livro aos “colegas do GEINT”.

A contribuição de Leandro Gonçalves é sobre um esboço autobiográfico inédito de Plínio Salgado. O autor nos adverte que, entre os documentos do líder integralista, este é apenas um entre os “diversos manuscritos não-publicados” do *chefe nacional*. Nesse manuscrito, Salgado indica a importância de sua cidade natal, São Bento do Sapucaí, bem como de seu pai, chefe político local, a partir do início da República, em sua formação política e pessoal.

João Fábio Bertonha faz uma incursão na vida pessoal da esposa do chefe da AIB, Carmela Patti Salgado, bem como seu papel político junto ao líder, através de seus documentos pessoais presentes no Fundo. Apesar de não ser conclusivo, Bertonha dá preciosas indicações de sua vida particular e da de seu esposo, as quais, longe de serem mera curiosidade, acabavam tendo papel importante na psicologia de um homem que era visto pelos seus seguidores como encarnação de uma ideologia.

Também, desenvolvendo a questão de gênero, Jefferson Barbosa nos indica qual a função que a Ação Integralista Brasileira reservava à mulher na década de 1930. Na visão de Jefferson, apesar da importância do papel que a mulher tinha que exercer fora de casa, ela nunca deveria esquecer suas funções como mãe e esposa.

Um enfoque inédito nos é brindado com a pesquisa de Renata Simões, qual seja, a da importância da educação física dentro do movimento, bem como o fato totalmente esquecido de que Hollanda Loyola, um dos nomes mais importantes da história dessa área no Brasil, foi chefe do departamento de educação física e cívica do movimento do Sigma.

Para entendermos a importância do integralismo para a História, temos, tradicionalmente, esquecido o papel da memória política na construção da historiografia do movimento. Rogério Lustosa Victor nos mostra de que forma o integralismo foi se transformando em anátema, dentro da memória política brasileira, e a partir de quando isso começa a acontecer: o Estado Novo de Getúlio Vargas.

Durante esse mesmo Estado Novo (brasileiro), com seu movimento proscrito, Plínio é obrigado a sair do Brasil, e, ironicamente, é acolhido por outro Estado Novo, o regime português dirigido por Antonio de Oliveira Salazar. De lá, Salgado mantém contato com sua família e seus antigos correligionários, através de cartas, e ao analisar estas cartas, Márcia Carneiro e Giselda Brito Silva nos mostram um Plínio inseguro, ansioso e incerto do

futuro, muito diferente da imagem difundida e cultuada entre seus seguidores, de chefe decidido e eficaz e “que sempre tem razão”.

Referente ao período do pós-guerra, já com o estabelecimento do Partido de Representação Popular (PRP), e na tentativa de combater a memória imposta cultivada pelo Estado Novo, o integralistas se valem de vários recursos. Dentre eles, Rodrigo Christofoletti escolheu a *Enciclopédia do Integralismo*, empreendimento editorial levado a cabo entre fins dos anos 1950 e inícios dos anos 60, para discutir a importância política do movimento do Sigma durante o período 1945-1964, e suas necessárias readequações ao novo panorama político.

Por fim, o texto de Alexandre Blankl Batista, que, partindo de sua participação no I Encontro de Pesquisadores do Integralismo, em 2002, citado acima, analisa a inadequação do termo “totalitarismo” ao fenômeno integralista. Lembro-me que tive a ideia de convidar pesquisadores do Centro de Documentação da AIB e PRP (CD/AIB-PRP), sediado em Porto Alegre, que possuía importante documentação sobre o integralismo (provavelmente a segunda mais extensa sobre o tema, depois do Arquivo de Rio Claro). Minha ideia era de, justamente, expor o contato entre essas duas importantes instituições perante aquele público ávido por conhecimento, e ali, naquele momento, veria a oportunidade de sanar muitas de suas dúvidas, perante a rica troca de informações que ali, de fato, se desenvolveu.

O último capítulo foi reservado para um passeio pelas fotografias que integram o Fundo Plínio Salgado e que apresentam toda a trajetória de Plínio Salgado e a presença de sua esposa Carmela Patti Salgado. Os autores selecionaram fotos que pudessem falar por si e que mostrassem o dinamismo e a liderança por ele conquistada entre seus correligionários. Um simples passar de olhos nas fotografias já desperta a necessidade de mais pesquisas utilizando-as como fontes ricas de informação. São mais de seis mil fotografias. Aqui nessa publicação, foram escolhidas, por amostragem, aquelas que pudessem representar sua atuação a partir da década de 1930 até a década de 1970.

A gama de temas é, como se pode ver, bem ampla. E esta obra é, portanto, mais um passo na consolidação da colaboração do Grupo de Estudos do Integralismo com o Arquivo de Rio Claro e seu importantíssimo Fundo Plínio Salgado, dirigido, com mãos firmes, por Maria Teresa de Arruda Campos, a quem agradeço pelo convite para a organização deste trabalho, e continuar a fazer parte desta história.

Bibliografia

DOTTA, Renato Alencar; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro & POSSAS, Lúcia Maria Vianna (orgs.). *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico, 2004.

SILVA, Giselda Brito (org). *Estudos do Integralismo no Brasil*. Recife: Editora da UFRPE, 2007.

BERTONHA, João Fábio. *Bibliografia orientativa sobre o integralismo (1932 - 2007)*. Jaboticabal: FUNEP, 2010.

SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (orgs.). *Histórias da Política Autoritária – Integralismos, Nacional-Sindicalismo, Nazismo, Fascismos*. Recife: Editora da UFRPE, 2010.

GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (orgs.). *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. Guaíba: Editora Sob Medida, 2011.

VICTOR, Rogério Lustosa (org.). *À Direita da direita – estudos sobre o extremismo político no Brasil*. Goiânia: Editora da PUC-Goiás, 2011.

GONÇALVES, Leandro Pereira & SIMÕES, Renata Duarte (orgs.). *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista - Volume 2*. Guaíba: Editora Sob Medida, 2012.

CRUZ, Natália dos Reis (org.). *Ideias e práticas fascistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

HISTÓRIA DA MINHA VIDA (1938):

A importância de São Bento do Sapucaí na formação e ambientação intelecto-cultural de Plínio Salgado¹

Leandro Pereira Gonçalves²

O Fundo Plínio Salgado do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro (APHRC/FPS) é detentor de diversos manuscritos não publicados do líder da Ação Integralista Brasileira (AIB) e, entre os mais diversificados documentos, destaca-se um texto intitulado: *História da minha vida*.³ Nele, vê-se um discurso criado pelo próprio autor que, em tom memorialístico,⁴ buscou o desenvolvimento da imagem de um herói detentor de uma sabedoria única e superior, apontando momentos e passagens de sua vida que são caracterizados

1 Estudo realizado com auxílio da Fundação Calouste Gulbenkian (Portugal) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil).

2 Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com estágio (*Junior Visiting Fellow*) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Investigador estrangeiro associado do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR/UCP). Pesquisador Efetivo do Laboratório de História Política e Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (LAHPS/UFJF).

3 SALGADO, Plínio. *História da minha vida* (APHRC/FPS-01.007.001).

4 A análise do documento baseia-se na concepção desenvolvida por Jacques Le Goff de que o historiador deve criticar o documento como monumento, ou seja, através das escolhas do historiador, a memória, entendida como uma herança do passado pode ser transformada em uma análise historiográfica, uma vez que os documentos são essenciais para o desenvolvimento e análise da história. O autor ainda destaca que há a necessidade de criar uma crítica documental, pois todo documento é tendencioso. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. No caso específico do documento *História da minha vida*, analisa-se a memória do Plínio Salgado escrita por ele mesmo, daí a necessidade de criar um elemento crítico capaz de desenvolver um estudo sobre o período.

como essenciais para a criação de uma liderança política e cristã.⁵

Desde pequeno, foi fortemente influenciado pela presença de uma doutrina cristã e autoritária. De ancestralidade espanhola, a família do pai, coronel Francisco das Chagas Esteves Salgado, e da mãe, Senhora Anna Francisca Rennó Cortez, são vistas em tom memorialístico como “modelos de honradez e de virtudes cristãs e cívicas”.⁶ A imagem de defensor dos valores do cristianismo sempre foi a marca central de Plínio Salgado, criada por ele próprio e pelos seguidores da doutrina, como na passagem citada em que o biógrafo, da década de 50, buscou explicações na genealogia, levando os militantes a enxergarem que o discurso de Plínio Salgado seria na verdade uma espécie de missão recebida por Deus.

Os gestos comportamentais devem ser analisados pelo historiador, não delimitando as ideias ou discursos à prática analítica.⁷ As representações não são apenas reflexos verdadeiros ou falsos da realidade, mas entidades que vão construindo as próprias divisões do mundo social.⁸ Vê-se como elemento de necessidade a compreensão do modo de vida e do universo familiar de Plínio Salgado para a análise da estruturação de sua trajetória.

Para uma caracterização da história, antes de saber o que diz uma sociedade, é preciso conhecer o seu funcionamento.⁹ A pesquisa tem como pretensão seguir tais fundamentações, baseando-se na afirmação de que a história é uma escritura desdobrada em três elementos: “convocar o passado, que já não está num discurso no presente; mostrar as competências do historiador, dono das fontes; convencer o leitor”.¹⁰ Obviamente, a pesquisa não tem a pretensão de convencer, no sentido de persuasão; mas sim desenvolver uma análise interpretativa válida para o entendimento do pensamento político de Plínio Salgado.

5 Dessa forma, enxerga-se o documento com grande importância, mas vale ressaltar que o discurso contido na obra é caracterizado por uma auto-necessidade de exaltação. Desta forma, entende-se que pode ser utilizado para análise reflexiva da pesquisa, mas com certo teor crítico, no sentido de identificação dos componentes de idolatria do autor.

6 ALBUQUERQUE, Carlos de Faria. *Plínio Salgado*: resumo biográfico. Salvador: Gazeta dos Municípios, 1951. p. 9. O biógrafo de Plínio Salgado era um correligionário do Partido de Representação Popular (PRP).

7 Cf. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

8 CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 7.

9 CHARTIER, Roger, 1990, op. cit.

10 CHARTIER, Roger, 1990, op. cit. p. 15.

A pretensão não é exaltar a imagem de Plínio Salgado, como também não é a de condená-la. A elevação da figura do líder é feita constantemente pelos remanescentes do integralismo e ex-militantes que cultuam, de forma irracional, a imagem do rotulado “Chefe”, enxergando-o como um homem à frente do seu tempo, possuidor de uma sabedoria única e exemplar. Exemplo claro é a existência da Casa de Plínio Salgado, localizada em São Paulo e cujo objetivo é manter vivos a memória e o pensamento político do autor. Ela é vista como um privilegiado espaço de “memória” do movimento integralista.¹¹

Nos textos que redigia, Plínio Salgado evitava utilizar a primeira pessoa e sempre teve como preocupação tirar a imagem de salvador, apesar de deixar subentendido ser ele o Chefe a quem todos deviam obediência. O autor pouco escrevia sobre a sua família e o seu cotidiano, mas quando o fazia, era de forma superficial ou sem detalhes. No entanto, no APHRC/FPS,¹² foi localizado um manuscrito do autor com mais de cem páginas intitulado: *História da minha vida*.¹³ O documento, com datação final de 1938, que foi parte datilografado, parte manuscrito, é claro ao afirmar, por meio de uma anotação feita pelo próprio autor na primeira página, que o material não seria publicado por se tratar de informações íntimas. O material não foi transformado em livro,¹⁴ portanto não foi revisado e por isso algumas falhas de organização são percebidas. Em alguns momentos, ele fala em primeira pessoa e, em outros, em terceira. Apenas um trecho, que representa uma pequena parcela do material, foi publicado pelo autor, em 1936, em uma *Obra coletiva da Edição da Revista Panorama*, periódico oficial da AIB, no item:

11 CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. *Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas*. 2007. 415f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. p. 9-10.

12 A cidade de Rio Claro no interior de São Paulo recebeu em 1985, a doação de todos os documentos pessoais e políticos das mãos da viúva de Plínio Salgado, Carmela Patti Salgado. Rio Claro foi uma das principais cidades integralistas do Brasil. Segundo Plínio Salgado, ao mencionar a cidade do interior de São Paulo: “A ideia integralista empolgou a cidade, que é uma das mais importantes da Província.” SALGADO, Plínio. Do sertão Paulista – Escrito na Fazenda Palmeira, em Taquaritinga, em 2 de agosto de 1934. In: _____. *Cartas aos camisas verdes*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935. p. 22.

13 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit.

14 Pelo conteúdo, verifica-se que algumas das anotações foram utilizadas na biografia escrita pela filha Maria Amélia (Virgília) Salgado Loureiro em 2001: “Por isso nos alongaremos na narrativa da infância de Plínio Salgado (decalcada de notas pessoais que ele deixou).” LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Plínio Salgado, meu pai*. São Paulo: GRD, 2001. p. 36.

*Dados biographicos de Plínio Salgado.*¹⁵

O objetivo das reflexões propostas não tem como meta exaltar ou cultuar a imagem de qualquer pessoa, e sim realizar um estudo crítico, reflexivo e analítico sobre a cultura política em torno da intelectualidade de Plínio Salgado, uma vez que muitas das representações, vindas em um momento seguinte de sua vida, tiveram como nascedouro a sua infância. Essa questão não é mérito de Plínio Salgado; pois, ao analisar o comportamento de qualquer criança, é possível identificar determinadas explicações e raciocínios presentes na vida adulta, já que ações e pensamento são vistos e consolidados através da vida privada familiar.

Entende-se que a memória configurada na representação da cultura política, no sentido de compreensão de um estágio de formação, é válida; principalmente no sentido em que sua construção é criada através da absorção, reprodução e interpretação. Ao analisar esse período relativo à sua vida privada, verifica-se o tempo de absorção de valores e apropriação de ideias, que serão reproduzidos posteriormente. É preciso deixar explícito que, ao falar de cultura política, conceitua-se como um:

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro [...] Dessa maneira, com base em enfoque de sentido amplo, representações configuram um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, cinema, fotografia, bandeiras, etc.).¹⁶

Vê-se a memória como uma representação da cultura política de Plínio Salgado sobre a infância. O conhecimento e a produção dos historiadores podem ser classificados como uma das modalidades de relação social com o passado. A memória também confere uma presença ao que passou; sendo, em alguns momentos,

15 SALGADO, Plínio. et al. *Plínio Salgado*. São Paulo: Edição da Revista Panorama, 1936.

16 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____. (Org.). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009. p. 21-22.

mais poderosa do que as estabelecidas pelos livros históricos.¹⁷

Há diversos elementos de convergências e divergências entre história e memória, e o discurso histórico encontra na memória uma espécie de certificação imediata e evidente da referência ao objeto de estudo, portanto verifica-se uma possibilidade relacional entre história e memória.¹⁸ Partindo dessas reflexões, a proposta investigativa tem como objetivo analisar elementos temporais da vida cotidiana de Plínio Salgado, inseridos nas memórias para o entendimento da história. É fundamental que haja a verificação do tempo como elemento de entendimento social.¹⁹ Para promover uma evolução teórica da pesquisa, foram levantados “vários tempos”. Deixa-se claro que a contagem temporal nem sempre ocorre por meio da cronologia. É possível sistematizar o tempo por meio de momentos cotidianos e, é justamente, partindo desse pressuposto, que o estudo propõe o desenvolvimento do primeiro tempo de Plínio Salgado: da memória infantil e familiar.²⁰

Esta reflexão sobre o pensamento de Plínio Salgado tem como propósito desenvolver questões que servirão de base para o entendimento da origem do tempo da formação política do autor, assim como da necessidade da valorização cristã e espiritual no interior da sociedade brasileira, o que esteve presente no tempo de criação literária e catequizadora e foi a base genealógica para o desenvolvimento da AIB por meio do discurso cristão, oriundo do seio familiar. Durante o período pós-infância (pós-São Bento do Sapucaí), verifica-se que as obras de Plínio Salgado tinham um objetivo claro: influenciar, por meio do pensamento nacionalista cristão, a sociedade brasileira a lutar pelo movimento integralista e suas ideias conservadoras de cunho radical.²¹

17 CHARTIER, Roger, 2007, op.cit., p. 21.

18 CHARTIER, Roger, 2007, op.cit., p. 23-24.

19 CHARTIER, Roger, 2007, op.cit., p. 65-68.

20 Os demais “tempos” da trajetória política e intelectual de Plínio Salgado foram analisados em: GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. 2012. 668f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

21 Entende-se como conservadorismo radical, os movimentos e ideias que possuem um forte teor político com um sólido fundo religioso. Em relação à expressão conservador, Francisco Carlos Teixeira da Silva afirma ser fundamental o estudo do pensamento, principalmente “num momento em que presenciamos a ressurgência do fascismo e, contraditoriamente, alguns afirmam com ênfase a indiferenciação dos campos políticos, devemos voltar-nos com atenção para as fontes de um rico filão do pensamento moderno.” Teixeira da Silva desenvolve um levantamento do termo – conservadorismo – e detecta que o

Filho de um coronel e de uma professora, Plínio Salgado nasceu em São Bento do Sapucaí, cidade do interior de São Paulo.²² A cidade e o pai eram vistos pelo autor como:

Um município onde não havia oposição, dado o *poder e fascinação da figura do chefe*. Profundamente nacionalista, costumava reunir os filhos à noite, narrando-lhes as façanhas de Osório, de Caxias, os episódios das vidas dos grandes estadistas do Império. A mãe de Plínio Salgado era professora e *estimulava os filhos a lutar por Deus e pela Pátria*, sendo ela própria que os ensinou a ler e lhes deu as primeiras lições de História, Geografia, Aritmética e Francês.²³

Neste trecho sobre a história da vida do autor, vários elementos podem ser detectados como sendo pertencentes à doutrina de Plínio Salgado, pois mostram sua fascinação pelo poder do chefe, justamente o em que ele se transformou com a fundação da AIB, o Chefe supremo e absoluto.²⁴ Plínio Salgado transformou-se em um líder com a seguinte caracterização:

A organização integralista, inspirando-se nos modelos fascistas, é dirigida por um Chefe Nacional. Os estatutos lhe atribuem a direção total e indivisível do movimento, tornando seu poder *centralizado, total e permanente*. [...] A fidelidade ao Chefe é o corolário de seu poder ilimitado. [...] A valorização da fidelidade ao Chefe teve como consequência o culto da sua personalidade. Além de dispor de um poder legal vinculando seus adeptos por um juramento de fidelidade, Salgado possuía, com suas

conservadorismo é visto como uma forma de pensamento moderno, cuja base está centrada em uma contraproposta das ideias revolucionárias de 1789, dessa forma, define como uma “ideologia reativa”, expressão cunhada pelo político francês Chateaubriand que buscou definir uma posição militante de reação clerical e política às consequências da Revolução Francesa. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Introdução: Redefinindo a Direita. In: _____; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Org.). *Dicionário crítico do pensamento da direita*: idéias, instituições e personagens. Mauad, Rio de Janeiro: 2000. p. 13-21.

22 “Quando nasceu em 22 de janeiro de 1895, a cidade natal de Plínio Salgado, São Bento do Sapucaí, pertencia ao Estado de Minas Gerais, passando, posteriormente, ao território paulista.” SALGADO, Plínio. *Vida de Jesus*. 19. ed. Belo Horizonte: Difusão Pan Americana do Livro, 1964. Contracapa.

23 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit. (grifo nosso).

24 Com uma liderança indiscutível, conseguiu ultrapassar o limite da vida e até hoje, em pleno século XXI, consegue angariar adeptos para a causa integralista e continua sendo cultuado pelos adeptos do movimento conservador brasileiro.

qualidades de orador, o carisma pessoal do chefe fascista.²⁵

Com um teor de patriotismo e nacionalismo, Salgado identificou o pai de forma idêntica em relação à imagem que criou em torno de sua pessoa, no decorrer do século XX. Em 1936, lançou um livreto: *Homenagem a Caxias e ao Exército do Brasil* com o objetivo único de exaltar a imagem de Luís Alves de Lima e Silva, aquele que, em 1962, transformou-se em patrono do exército brasileiro, Duque de Caxias. Plínio Salgado trouxe dos relatos de infância, Caxias ao lado de Marechal Floriano Peixoto, que era referência para o coronel Francisco das Chagas Esteves Salgado e serviu de parâmetro para o filho no desenvolvimento de sua principal criação, o integralismo: “A lição de Floriano Peixoto está viva e presente no coração dos integralistas [...] e ensinou aos brasileiros, pela voz do Marechal de Ferro, o segredo da honra dos povos e do prestígio das nacionalidades.”²⁶ Tamanha inspiração e referência influenciaram o pensamento de Salgado, que chegou a sugerir, em seus escritos, chegar a atos de extremada violência, como a praticada pelo Marechal de Ferro, nas ações presidenciais do fim do século XIX:

‘A bala!’ Essas palavras de Floriano Peixoto nos ensinaram que os brasileiros, na defesa de sua honra, não devem temer e, muito menos, colocar os interesses de outras nações acima dos de sua Pátria. A lição de Floriano Peixoto é digna de ser imitada por todos nós. Sempre que alguém pretender ameaçar os brasileiros, nosso dever é repetir as palavras de Floriano, dizendo: ‘receberemos à bala os invasores!’²⁷

Inserida em uma sociedade autoritária do final do século XIX, sua família pertencia a uma elite cultural com importância social e política na região. Ao lado de um típico discurso autoritário do pai e da educação concedida pela mãe, demonstrava com clareza e visibilidade que a presença do lema integralista já estava presente na sua infância, pois *Deus, pátria e família* foram os sustentáculos do movimento de extrema-direita do século XX no Brasil, assim

25 TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. 2. ed. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979. p. 164-166.

26 SALGADO, Plínio. Aos *camisas verdes* da Amazônia, dos Pampas e de Alagoas. In: _____. *Cartas aos...* op.cit., p. 104-105.

27 SALGADO, Plínio. *Nosso Brasil*. 4. ed. São Paulo: Voz do Oeste, 1981. p. 74-75.

como em outros movimentos políticos como no salazarismo: *Deus, pátria, autoridade e família*.

Criado em uma típica família patriarcal do interior brasileiro, os primeiros anos de vida de Plínio Salgado são vistos como essenciais para a compreensão das matrizes discursivas do pensamento pliniano. O seguinte trecho faz parte de um anexo do documento citado em que Plínio Salgado criou uma espécie de diálogo-entrevista realizado consigo mesmo:

- E seus avós? - do lado paterno, o português de Viseu, Manuel Esteves da Costa e D. Mariana Salgado Cerqueira Cezar. Estudante na Universidade de Coimbra, Manuel Esteves veio para o Brasil por motivos políticos, pois era partidário de D. Miguel contra D. Pedro.²⁸ Quanto a Mariana, ligava-se a uma família, pelo ramo Salgado, vinda para o Brasil no século XVIII e pelo lado Cerqueira/Cezar se entrosa na linhagem dos Bandeirantes, oriundos do casamento da princesa Terebê, filha do cacique Tibiriçá, no século XVI. Do lado materno, Plínio descende de Antonio Leite Cortez, de origem espanhola e cujos membros da família foram varões notáveis no Vale do Paraíba; era amigo das letras latinas e político do Partido Conservador, na Monarquia. Sua avó, deste ramo era D. Mariode Sofia Renow, filha do médico alemão Johan Renow, capitão da cavalaria de Baden e nascido na Prússia e parece ter vindo para o Brasil em 1826, por motivos políticos, era rico, pois clinicava de graça. Em Curitiba conheceu D. Ana Joaquina Ferreira, filha do Governador, com quem se casou e o casal veio para o Sul de Minas, a cavalo, formar fazendas de café, deixando centenas de descendentes, pois a família Renow, que abraçou o nome para Rennó, é das mais numerosas naquela região.²⁹

Plínio Salgado buscou, na trajetória política e intelectual, elementos contidos na sua origem, valorizando a árvore genealógica de sua família formada por portugueses e bandeirantes, marcas de destaque na produção literária e política do autor;³⁰ e indígenas,

28 "De origem portuguesa e formação antiliberal, emigrou para o Brasil por razões políticas após estudar humanidades em Coimbra." CONHEÇA OS DEPUTADOS: Plínio Salgado. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122697>. Acesso em: 10 jun. 2011.

29 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit. (anexo)

30 Maior exemplo está em: SALGADO, Plínio. *A voz do oeste: romance-poema da época das Bandeiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

que passaram a ser um dos principais símbolos da política pliniana: no tupi-guarani, que buscou o grito *Anauê!* para simbolizar o movimento integralista na década de 1930.³¹ Por coincidência ou não, no exílio em Portugal, no ano de 1940, buscou a região dos avós paternos, Viseu,³² para se tratar de uma hemoptise na cidade de Mangualde. Havia uma verdadeira adoração pelos pais que eram vistos como espelho, ou seja, referenciais a serem seguidos.

O autor preconiza uma superioridade ao pai como algo exacerbado, já que a antecipação, promovida pelo coronel Salgado em relação à abolição da escravatura,³³ pretendeu demonstrar a importância que conferia ao pai na História do Brasil:

Três meses antes do decreto da Princesa Isabel, extinguindo a escravidão no Brasil, o presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sapucaí, Francisco das Chagas Esteves Salgado, coadjuvado por uma comissão de pessoas gradas do município, convocou todos os fazendeiros do mesmo município, para que em ato solene, assinasse cartas de alforria de seus escravos.³⁴

No jornal *Diário Paulista*,³⁵ há uma reportagem, do dia 21 de março de 1888, sobre o feito idealizado pelo coronel Francisco Salgado:

Março 13 de 1888. Raiou enfim para nós aurora da liberdade! O dia 11 de março de 1888 deve ficar indelevelmente gravado na memória de todos os sambentistas, pois nesta data comemorável foi proclamado livre o nosso município. Quando

31 Art.54 – *Anauê* é um vocábulo Tupi que servia de saudação e de grito de guerra àqueles indígenas. É uma palavra afetiva que quer dizer. – “você é meu parente” – (dicionário Montoya). Como o integralismo é a Grande Família dos “Camisas-Verdes” e um Movimento Nacionalista de sentido heroico, *Anauê* foi a palavra consagrada em louvor do Sigma. É a exclamação da saudação integralista. Serve ainda para exaltar, afirmar, consagrar e manifestar alegria. SALGADO, Plínio. *Protocollos e Rituais*: regulamento. Niterói: Edição do núcleo municipal de Niterói, 1937. p. 18. Segundo Plínio Salgado em estudo de 1931: “A língua tupi deve ser estudada sob novo critério. A contribuição de todos os que escreveram gramáticas e dicionários do idioma falado pelos nossos selvagens é certamente valiosa e serve-nos hoje de início para as nossas procuras.” SALGADO, Plínio. A língua tupi. In: _____. *Obras completas*: Críticas e Prefácios. São Paulo: Américas, 1956. v. 19, p. 201.

32 Intelectuais da região o caracterizavam como “ilustríssimo descendente dos beirões”. Cf. MATOS, Fernando de. Viseu em Festa. *Jornal da Beira*, Viseu, 11 ago. 1944.

33 Documento datilografado, intitulado *Abolição da escravatura*. Sem datação é pertencente ao APHRC/FPS.

34 SALGADO, Plínio. *Abolição da escravatura* (APHRC/FPS-100.005.004).

35 O jornal circulava no fim do século XIX com notícias da região do norte de São Paulo e sul de Minas Gerais e era impresso na cidade paulista de Taubaté.

completava-se justamente um mês que na Penha do Rio do Peixe dera-se o assassinato de Joaquim Firmino o mártir da liberdade, eis que, como para levantar um protesto contra tão bárbaro acontecimento, ergue-se o município de S. Bento e tira de sobre si a ignomínia da escravidão! [...] no dia 8 do corrente os Srs. Dr. João da Silva Meirelles, tenente Francisco Esteves e o alferes José Maria Gomes Leite, tomaram a iniciativa de por circulares dirigirem-se aos lavradores convocando-os para uma reunião no dia 11 e que tinha por fim tratar-se da libertação imediata e total do município. [...] De fato, ao arvorecer daquele dia, já a cidade tinha um aspecto todo festivo: de todos os lados subiam foguetes aos ares; na frente do Paço Municipal tremulava o rico pavilhão auriverde; as ruas simetricamente ornadas de arbustos e flores; por sobre as cabeças da descomunal multidão, agitavam-se as bandeiras de diversas nações, e, o rumorejar do povo pelas ruas atestava o entusiasmo de que se achava possuída a nossa população. Em todos os semblantes notava-se uma indizível alegria e era geral a ansiedade com que se esperava pelo começo da festa de redenção de nossos irmãos escravizados.³⁶

Nota-se que o pai de Plínio Salgado era relativamente importante no cenário político local. Percebe-se a influência que o pai exerceu sobre o filho, apesar do pouco tempo de convívio, uma vez que o coronel faleceu quando Plínio tinha 16 anos. Contudo, o convívio nesses anos foi o suficiente para criar em Salgado uma imagem de liderança e força. No artigo citado *Abolição da escravatura*, o autor afirma: “O êxito de meu pai foi total. Sem exceção, todos os fazendeiros libertaram seus escravos. [...] Foi só três meses depois que a Princesa Isabel assinou o famoso decreto da libertação dos escravos. Em São Bento do Sapucaí já não havia necessidade da medida governamental.”³⁷

Não se tem a pretensão de realizar análises sobre o processo escravocrata ou abolicionista no Brasil, muito menos em relação ao interior de São Paulo, mas identificar Francisco Salgado, que também assumia a função de farmacêutico da região, representando, desde jovem, uma liderança. O pai de Plínio era responsável pela saúde e tinha uma dupla função entre a cura e a política no interior, típica referência nas pequenas cidades, assim como o filho que, em pouco tempo de vida e estudo, mostrou possuir uma forma perspicaz de

36 Norte de São Paulo: S. Bento do Sapucahy. *Diário Paulista*, Taubaté, 21 mar. 1888.

37 SALGADO, Plínio, *Abolição...* op. cit.

análise dos fatos. Plínio seguiu de forma clara e absoluta o trajeto político do pai, aliado à intelectualidade da mãe.

Com o objetivo de construir a sua própria memória, partindo da reflexão do autor, é possível identificar elementos que influenciaram Plínio Salgado. Nos escritos, realizou uma análise da cidade natal e buscou reflexões bem íntimas e particulares de sua infância. Por meio dos textos, pode-se verificar com veemência o reflexo e influência que o garoto Plínio buscou no pai, que era um homem daquela geração, ou seja, não haveria excepcionalidade ou mesmo heroísmo no coronel; mas, no memorialismo pliniano, a tônica de idolatria era a marca central:

Quando principiei a tomar conhecimento da vida, reconhecendo as pessoas e as coisas que tinha em redor, meu pai era um homem de barbas pretas, vestindo sempre de preto, com camisa branca, punhos e colarinhos de goma rebrilhantes, um relógio cujo tique-taque eu gostava de escutar, o qual estava preso a uma corrente de ouro que pensa do colete preto. Era um homem de mediana estatura. Quando saía à rua, levava sempre uma bengala negra de castão de prata. Quando lia, punha um pince-nez. Eu notava que ia muita gente a nossa casa e que todos tratavam meu pai com imenso respeito, parecendo-me que ele mandava naquelas pessoas. [...] Eu não compreendia bem tudo aquilo, mas tirava a conclusão de que meu pai deveria ser uma espécie de centro de mundo, tudo se movimentando em razão dele. Reparei que o chamavam de coronel. [...] Era chefe político da localidade. Era um dos senhores feudais que caracterizaram a vida social brasileira, de intenso municipalismo, através do II Império e dos primeiros tempos da República.³⁸

Percebe-se que a impressão de Plínio Salgado, ainda na infância, colocava o pai em uma espécie de pedestal e superioridade, posição que almejava conquistar. Neste momento, o autor mostrou uma entre as várias ambiguidades estabelecidas. No final da citação anterior, ressalta que o chefe político, ou seja, o coronel, é a característica central dos primeiros anos da República, e na sequência do texto afirma:

A palavra senhor feudal não a emprego aqui senão para designar

38 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit. (anexo)

um sistema mecânico das relações entre o Povo e o Estado, porque os chefes políticos do vasto interior brasileiro exprimiam o sentido mais poderoso da verdadeira democracia. [...] O papel que o chefe-político desempenhou no Brasil, elegendo os deputados e senadores, que brilhavam à custa de seus sacrifícios [...] A esse senhor-feudal democrático e humilde, cuja força consistia no bem que espalhavam não se fez nunca justiça.³⁹

Salgado sucumbiu às suas próprias críticas, pois demonstrava não possuir uma linha única de raciocínio quando se referia aos “coronéis” e ao sistema político vigente no período republicano, a não ser quando falava do pai. Quando buscava referências aos “coronéis”, como Francisco Esteves Salgado, o autor promovia diversas afirmações de depreciação e intensa crítica ao sistema da primeira república brasileira, via o Brasil como um país sem finalidade. Ao prefaciar o livro: *O Thema da nossa geração: ensaio político* de Cândido Motta Filho:

Nós sentíamos todos os erros do Regime e denunciávamos um mal-estar que provinha, por certo, do contraste entre as realidades da Nação e o espírito que animava a sua Constituição e as suas leis. Sentíamos um país sem finalidade, sem nada a defender, sem a nada a aspirar. [...] A vida dos partidos se processava mediante um instinto de aventura, que se utilizava das desídias municipais e se concretizava nos cambalachos decorrentes da prática do sufrágio universal.⁴⁰

No mesmo ano, escreveu o artigo *O grande rythmo da Nação*, buscando a necessidade de pensar na nação, contra determinadas ideias disseminadas em São Bento do Sapucaí e que transformavam seu pai em um “senhor feudal”: “Não existe nenhum interesse que supere os interesses da Nação. Nem os interesses municipais, nem os interesses estaduais, nem os interesses das classes, nem o interesse dos indivíduos. Acima de tudo, a Nação.”⁴¹ No “feudalismo”, não há nação e a presença de força do coronel, descrita por Plínio Salgado,

39 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit. (anexo)

40 SALGADO, Plínio. Prefácio: Alberto Tôrres e o thema da nossa geração. MOTTA FILHO, Cândido. *O Thema da nossa geração: ensaio político*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931, p. II-III.

41 SALGADO, Plínio. O grande rythmo da Nação. In: _____. *Despertemos a Nação!* Rio de Janeiro: José Olympio, 1935. p. 167.

não corresponde ao rumo político que defende nos escritos. É mais uma reflexão que pode ser tomada para identificar como o filho assumiu perante o pai, nesse momento, uma espécie de “cegueira”.

Francisco das Chagas Esteves Salgado era um típico político agente da Primeira República brasileira, aquele que exercia todas as funções e tinha controle social em diversos segmentos:

No tempo em que nasci meu pai exercia também a função de delegado de polícia. [...] Era meu pai, porém, mais do que um delegado, porque desempenhava um papel de verdadeiro patriarca, solucionador de pendências, acomodador de situações entre querelantes e, principalmente, anjo tutelar dos pobrezinhos. Farmacêutico do lugar, onde não havia médico, chefe político, delegado de polícia, presidente da Câmara, compadre de meio mundo, intelectual da terra, possuindo uma regular biblioteca, homem de cultura variada, consistia o centro das atividades sociais da cidadezinha.⁴²

Pelo relato de Plínio Salgado acerca do coronel, conclui-se que este pode ser enquadrado com êxito na denominação de coronelismo, fenômeno político presente na primeira república (1889-1930), caracterizado por ser um sistema que liga o chefe local ao presidente da república, envolvendo reciprocidades políticas:

Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. [...] O coronelismo é a fase do processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo.⁴³

Inserido na geração daquela época, verifica-se a formação elitista que teve Plínio Salgado sob uma ótica centralista, controladora e dominadora, típica da família brasileira, em que foi criado. Verifica-se nessa relação uma busca de modelo e valores autoritários exercidos pelo pai que foram marcas essenciais da política desenvolvida por Plínio Salgado em toda a sua trajetória.

42 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit.

43 CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 132.

Esse nacionalismo autoritário, que foi característica de intensidade no discurso do autor, teve sua origem clara na sociedade do fim do século XIX e início do século XX, expressa na figura do coronel Francisco Esteves Salgado. No ano de 1954, o autor escreveu para compor as *Obras completas*, um texto intitulado *Viagens pelo Brasil*, no qual narra em tom memorialístico, de forma poética, algumas viagens feitas pelo interior do território brasileiro, com o objetivo de analisar a importância das riquezas do país no discurso político cultural. Ao narrar uma visita à sua cidade natal e a lembrança do pai, encontram-se aspectos predominantes que o autor pretendeu criar sob a sua imagem de líder:

E eu me revia, entre os dez e os quinze anos, subindo a cavalo, em companhia de meu pai, a escadaria dos espigões, até atingir os pontos mais descortinantes do panorama. Naqueles patamares, parávamos e, de braço estendido, os olhos perdidos na distância, meu pai dizia-me simplesmente: 'Veja!' E eu olhava e via a vastidão das terras tumultuando em serranias e prolongando-se até às transparências azuis dos extremos perfis do horizonte. Os olhos do espírito continuavam, ultrapassavam as possibilidades visuais dos olhos do corpo; e eu via aquilo que talvez a voz paterna me insinuava na eloquência de uma palavra enunciada com o mesmo ardor com que à noite me narrava os trechos mais belos da História do Brasil; eu via toda a minha Pátria. Por isso, não alimentava sentimentos regionalistas; tudo era Brasil, a desdobrar-se, no peito do Continente. [...] Aquelas montanhas foram minhas mestras de nacionalismo.⁴⁴

A historiografia,⁴⁵ até o momento, não dirigiu a importância

44 SALGADO, Plínio. Viagens pelo Brasil. In: _____. *Obras completas*. São Paulo: Américas, 1954. v. 4. p. 153-154.

45 A maior parte dos trabalhos acadêmicos não analisou o período em questão, pautando o debate a partir dos anos 20 quando Plínio Salgado surgiu na intelectualidade cultural brasileira. Alguns trabalhos de forma mais "ilustrativa" abriram espaço para a formação pliniana desde o nascimento até a fase adulta. Hélijo Trindade dedicou da página 35 a 42 ao desenvolvimento do tema: Hélijo, TRINDADE, op.cit. e Ricardo Benzaquen de Araújo apenas as páginas 22 e 23, sendo que este afirma ter tido como referência Trindade, ou seja, não há estudos sobre o tema no meio acadêmico. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 22-24. Ao tema restam livros provenientes de celebrações sem valor científico realizadas por militantes como: ALBUQUERQUE, Carlos de Faria. op.cit. e CÁPUA, Cláudio de. *Plínio Salgado: biografia*. 5. ed. São Paulo: EditorAção, 2000, além da biografia escrita pela filha: LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. op. cit., p. 31.

devida aos momentos iniciais de Plínio Salgado, na cidade de São Bento do Sapucaí, vista pelo autor como um local de “melancolia, no meio de uma natureza esplendente”.⁴⁶ Os estudos, quando citam a formação intelectual de Plínio Salgado, analisam de forma superficial e iniciam reflexões de forma imediata para a Semana de Arte Moderna e a posterior formação da AIB, portanto crê-se que é preciso analisar de forma cuidadosa a infância de Plínio Salgado. Apesar da escassez documental para verificar essa relação do pensamento político de Salgado com os seus primeiros anos de vida, é perceptível, em relatos do próprio autor, traços de sua infância como no livro que lançou em 1937: *Geografia Sentimental*. Nesta obra afirma: “Este livro foi escrito devagar e com amor... Pus nele todo o meu afeto pelo Brasil. É a minha impressão da Grande Pátria, colhida, desde a infância.”⁴⁷

Em depoimento para o documentário *Soldado de Deus*,⁴⁸ o ex-integralista e escritor Gerardo Melo Mourão afirmou:

O Plínio era um homem muito inquieto, um homem [*sic*], era um autodidata, nunca se formou em nada, era um autodidata [*sic*], escrevia [*sic*], escrevia jornais, escrevia conferências, vivia [*sic*], era um homem pobre e viveu com dificuldades, apesar de ser de uma família de origem antiga de São Paulo.⁴⁹

A maior parte das obras e depoimentos sobre o Plínio Salgado tem como propósito exaltar sua particularidade como uma espécie de “gênio” por possuir, através do autodidatismo,⁵⁰ a percepção do conhecimento.⁵¹ No entanto, verifica-se que havia um ambiente

46 SALGADO, Plínio. *História da...* op. cit.

47 SALGADO, Plínio. *Geografia sentimental*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937. p. 7.

48 SOLDADO de Deus. Direção: Sérgio Sanz. Argumento e roteiro: Sérgio Sanz e Luiz Alberto Sanz. Produção: Júlia Moraes. Rio de Janeiro: Videofilmes Produções Artísticas, 2004 (87 min.).

49 MOURÃO, Gerardo Melo. *Depoimento*. In: SOLDADO op. cit.

50 O discurso de parte da militância, como o depoimento do Gerardo Melo Mourão, trata o autodidatismo de Plínio como algo excepcional, ou seja, enxergam nessa formação uma particularidade genial do autor, no entanto a pesquisa ao tratar o termo autodidata refere-se unicamente a não formação acadêmica em torno de uma formação pessoal e de livre interpretação sem fundamentações teóricas e científicas.

51 Em vários momentos Plínio Salgado afirmou criar teorias sem concepções ou fundamentações teóricas, como em 1931, quando ao analisar a língua Tupi afirmou que: “estes apontamentos [...] não são orientados por nenhum método, nem seguem uma ordem rigorosa. São registrados, apenas, de memória, sem a presença dos livros e autores

cultural na vida do autor, pautado nomeadamente na mãe que era professora primária e transmitia conhecimento e cultura ao filho. O direcionamento deste ensaio verifica que a cultura política de Plínio Salgado foi um elemento de contribuição para a intelectualidade pliniana, vislumbrada na década de 1920, no âmbito das agitações modernistas, ou seja, o fato de ser autodidata não representou exatamente uma particularidade de engrandecimento de Plínio, que é caracterizado como um homem do seu tempo, com limitações, mas que apresenta certo diálogo cultural. Vê-se que, através do pai, a gênese política foi cristalizada; já pela mãe, a formação é mais intensa, uma vez que esteve a cargo dela toda a projeção intelectual e educacional:

Nesse tempo, minha mãe residia em S. Paulo, onde frequentava a Escola Normal. Eram seus professores, Silva Jardim, Julio Ribeiro, João Pinheiro, todos positivistas, porém minha mãe não perdeu a fé católica. Ia a S. Bento nas férias. A casa de meus avós maternos era a mais alegre da cidade. Minhas tias e minha mãe, todas mocinhas, tocavam piano, flauta, violão, cantavam, declamava. Os intelectuais, os hóspedes da cidade, os doutores, e os *cometas* (caixeiros-viajantes) eram para ali levados pelo vigário, pelo juiz municipal. [...] O fato é que minha mãe rejeitava todos os pedidos de casamento, tanto na cidade natal, como em S. Paulo. E meu pai também não se casava. [...] Foram, finalmente, encontrar-se os dois, em S. Bento. Ela professora, ele farmacêutico. Ela no salão festivo, polarizando as atenções da cidadezinha, nas noites de música e declaração; ele, na farmácia, centralizando o pequenino mundo local: o juiz, os professores, os comerciantes e fazendeiros.⁵²

Apesar da relação pessoal dos pais de Plínio Salgado não ser o alvo da pesquisa, verifica-se na citação anterior um elemento fundamental que o autor deixa transparecer: a formação intelectual da mãe sob a ótica religiosa e cristã acima de tudo. O nacionalismo, que foi a defesa central da doutrina idealizada por Plínio Salgado, é caracterizado como um “nacionalismo impregnado do espírito cristão haurido, desde o regaço materno, na atmosfera religiosa

absorventes. Têm eles caráter exclusivamente pessoal, de observações e conclusões próprias.” SALGADO, Plínio, *A Língua...* op. cit., p. 212.

52 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit.

do meu município”.⁵³ A Professora Dona Anna Francisca Rennó Cortez foi a grande fundamentadora das concepções por ele defendidas. O autor não teve uma formação intelectual regular, reforçando o fato de que a relação com a mãe deve ser refletida com propriedade:

A minha mãe devo a minha formação de moral, os meus sentimentos religiosos; devo-lhe também o amor às letras e perseverança na construção de minhas obras. A meu pai devo o meu conhecimento de moral pública, o desapego absoluto aos cargos e horárias, o entusiasmo nacionalista e o pendor para formar correntes de opinião.⁵⁴

A formação de Plínio Salgado ocorreu em uma ótica paternal centralizadora, dominadora e de preceito nacionalista, aspectos que se refletiriam em sua vida pública e que, contrapondo-se ao mencionado na citação anterior, levá-lo-iam a passar décadas atrás do poder máximo do Brasil.

Por sua vez, à influência maternal, Salgado atribui a formação moral e religiosa, que, com a fundação do integralismo, tornar-se-ão alicerces da doutrina do movimento. A relação com a mãe é um ponto essencial para a compreensão da família que tornou-se um efeito repetidor na vida de Plínio:

Minha mãe praticou logo de início, um ato que a impôs à maior admiração de meu pai. Tinha este dois filhos naturais, Sineval e Alfredo. Fora um erro da mocidade, mas as crianças eram inocentes. Minha mãe tomou conta deles, maternalmente. [...] aquele gesto de minha mãe tomando os filhos naturais de meu pai revelava bem o duplo aspecto da sua personalidade: o amor profundo pelo marido e o senso caritativo, prático, realista, de uma moça capaz de compreender os dramas da existência e de encarar os fatos com superioridade. Outro aspecto do temperamento e da capacidade de longa previsão de minha mãe é o fato de haver conseguido, depois de instâncias e de argumentações inteligentes, que meu pai consentisse em que ela continuasse a lecionar, como professora pública. Alegava minha mãe que a vida dos chefes-políticos é sempre incerta e termina quase invariavelmente na desventura ou na pobreza e que, algum

53 SALGADO, Plínio, *Viagens...* op. cit., p. 152.

54 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit.

dia, não seria impossível que, para sustentar os filhinhos, tivesse de recorrer novamente ao trabalho. [...] As previsões de minha mãe se verificaram 18 anos mais tarde, pois é com tamanha clarividência, que meu pai concordou. E minha mãe continuou a lecionar, na sua escola isolada, o que não a impedia de ser excelente dona de casa [...] Tinha minha mãe um caráter político muito acentuado. Sua família pertencera ao Partido Conservador, do Império enquanto meu pai pertencera ao Partido Liberal e, depois, ao Republicano. [...] Quando solteira, desempenhara minha mãe o papel de secretária do então deputado provincial Cônego Bento de Almeida.⁵⁵

No contexto de uma relação entre pais e filhos, a admiração pelo pai, Francisco das Chagas Esteves Salgado, e pela mãe, Anna Francisca Rennó Cortez, era recorrente. Claro que, dentro desta concepção analítica, com base no manuscrito *História da minha vida*, há apenas amor e felicidade, mas, obviamente, é preciso criar uma versão crítica para comensurar essa questão. O discurso presente em relação ao texto é oriundo de uma imagem criada por Plínio, em 1938, ou seja, um momento posterior à experiência política vivida no integralismo. Dessa forma, analisa-se que o autor criou um contexto sobre a família de propagação da felicidade e do modelo perfeito a ser seguido, imagem que tentou delinear sobre a sua figura como chefe do movimento político.

Estrategicamente, o autor sempre fez questão de criar uma imagem romântica e ao mesmo tempo pura de sua história, principalmente quando envolvia os pais. Um dos objetivos de Plínio na vida pública foi criar uma concepção política de unidade com base no integralismo, elemento chave do processo de formação política do autor. A pretensão era formar o que denominou por Estado Integral e, um ponto importante, nesse momento, é a inexistência de oposição na utopia integralista. Para Plínio Salgado, a sociedade una, integral e forte teria o controle social impedindo, de forma natural ou pela força, qualquer tipo de elemento oposicionista. É essa a visão que o autor tem do pai, coronel Francisco Esteves:

O prestígio político de meu pai, no Norte do Estado, foi muito grande. Decidia da sorte de deputados e senadores e jamais pretendeu ser coisa alguma. Contentava-se em bem servir ao

povinho de S. Bento, cuja estima por ele chegava às raias da adoração. Essa fascinação exercida pelo chefe situacionista chegou a tal ponto que o partido contrário, a oposição municipal, fechou as portas. Como era possível fazer oposição a um homem que os próprios adversários estimavam tanto? Quem conseguiria ser opositor do cidadão que jamais exonerou de um emprego o pai de família que lhe fosse contrário? Quem poderia dizer-se inimigo daquele que passava as noites à cabeceira dos enfermos e viajava léguas para acudir aos necessitados? E, dessa maneira, meu pai tornou-se o patriarca da localidade.⁵⁶

Um elemento de extrema importância, encontrado nessa imagem vislumbrada do pai e da fascinação pelo chefe, pode ser utilizado para descrever o próprio Plínio Salgado no integralismo. Um exemplo claro de exaltação da imagem proferida pelos integralistas ao chefe é identificado por meio da ex-militante do movimento, Augusta Garcia Rocha Dorea, autora do livro: *Plínio Salgado, um apóstolo brasileiro em terras de Portugal e Espanha*, obra dedicada ao pai: “Antônio Prado Garcia, que me ensinou a admirar e venerar Plínio Salgado.”⁵⁷ A imagem de veneração e exaltação cega foi uma característica recorrente na relação do líder com seus seguidores, corroborando com a teoria desenvolvida por Etienne La Boétie, no século XVI, presente na obra *Discurso da servidão voluntária* em que afirma: “são os próprios povos que se deixam, ou melhor, se fazem dominar”,⁵⁸ contribuindo, assim, para o poder do tirano, ou seja, Plínio Salgado utilizou de elementos discursivos salvacionistas e messiânicos de fundamentação cristã e nacionalista, para criar um grupo social de seguidores que contribuiu para a sua liderança no Brasil.

O elemento cristão, herança que Salgado relata ter recebido de sua mãe, foi um dos sustentáculos da política pliniana em todo o século XX e mais uma vez no seio familiar pode-se verificar a efervescência católica:

Do ponto de vista religioso, marido e mulher eram católicos, sendo esta mais fervorosa e aquele mais afastado dos deveres, aos quais se subordinou inteiramente, muito mais tarde, dois

56 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit.

57 DOREA, Augusta Garcia Rocha. *Plínio Salgado, um apóstolo brasileiro em terras de Portugal e Espanha*. São Paulo: GRD, 1999. p. XV.

58 LA BOÉTIE, Etienne. *Discurso da Servidão Voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 14.

anos antes do seu falecimento. Quanto, porém, a virtude cristã da caridade, o fervor de sempre foi igual em ambos.⁵⁹

Na narração de seu próprio nascimento, pode-se verificar um ato poético, em que se coloca como uma espécie de ser divino que chegou à terra. Em vários momentos da vida, Plínio Salgado teve uma preocupação de se auto-divinizar, mas, de uma forma subentendida, pois o discurso era de constante aversão ao messianismo, mesmo tratando-se como tal:

Por uma bela manhã de terça-feira, de claro sol e céu azul, minha mãe sentiu qualquer coisa anormal [...] Mandou chamar a parteira [...] Meu pai acorreu nervoso [...] Anunciam a meu pai que nasceu um menino. Vinha ele radiante por ver o seu segundo filho, vivo e forte, quando batem à porta. Era um dos mendigos habituais. Meu pai com espanto do pobre homem leva-o para a sua mesa, coloca-o à cabeceira, manda abrir uma garrafa de vinho e troca uma saúde com o pobre. Este estava cada vez mais perplexo. Ao terminar o almoço meu pai entrega ao mendigo uma nota de cinquenta mil réis e diz-lhe: – Você foi o conviva que Deus mandou para festejar comigo o nascimento de meu filho; leve, pois esse presente e peça a Deus para que meu filho seja amigo dos pobres e dos infelizes.⁶⁰

Por ser algo relativo a uma intimidade, não há prova documental de tais informações, como da referência ao nascimento, restando o relato da própria criança por meio de memórias paternas. Mas, o que importa é justamente essa visão memorialística criada sobre sua história. Esta imagem será recorrente e, ele próprio, em determinados momentos, colocou-se como profeta, definição concedida em Portugal durante o exílio,⁶¹ local em que era tratado como o doutrinador católico, um condutor dos povos, romeiro enamorado de Cristo, cavaleiro do Verbo, um iluminado, portador da Verdade, dentre diversos outros adjetivos e rótulos religiosos.⁶²

No ano de 1961, Plínio Salgado lançou uma coletânea de

59 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit.

60 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit.

61 Definição criada por Alberto de Monsaraz (Conde de Monsaraz), um dos líderes do Integralismo Lusitano.

62 Cf. GONÇALVES, Leandro Pereira, op. cit.

poemas denominada: *Poemas do século tenebroso*.⁶³ Essa obra foi divulgada sob o pseudônimo de Ezequiel, que em um dos livros do Antigo Testamento, é denominado como aquele que foi chamado para profetizar durante o cativeiro babilônico do povo judeu; lá fundou uma escola de profetas e em que ensinava a Lei. Segundo as escrituras sagradas, Ezequiel recebeu diversos sinais da ação de Deus, como a morte da esposa, da mesma forma que Plínio Salgado afirmava; pois, após a morte da primeira esposa, Maria Amélia, as ações políticas e espirituais passaram a ser desenvolvidas.

Ao escrever uma obra doutrinária, como fez dezenas de vezes, teve a preocupação de atingir um leitor específico, ou seja, o discurso de doutrinação sempre deveria existir, mas o documento: *História da minha vida* apresenta uma composição particular; pois, além de não ter tido a preocupação com a publicação, chegou à leitura de poucas pessoas, uma vez que, segundo própria anotação, não seria jamais publicada, já que o rascunho é uma espécie de diário de vida, sem ter a pretensão de atingir um leitor específico. A imagem de profeta, líder e doutrinador dos povos sempre esteve presente na identidade de Plínio Salgado. Isso demonstra, em um primeiro momento, que o discurso político analisado, não tem, como única pretensão, atingir aos “inseguros” brasileiros, ou seja, o autor acreditava ser o líder dos povos, mas essa liderança não teve um discurso homogêneo.

A pesquisa não enxerga a história dentro de uma noção formalista; pois, em vários momentos, de acordo com a situação vivida e criações, ocorreram mudanças. Todavia, a existência de uma sólida base familiar é vista em todo o momento, uma vez que a presença do forte e autoritário nacionalismo na ótica católica foi recorrente em todo o processo da vida política do autor.

Sonho! Essa fantasia, ilusão, desejo e aspiração é um elemento constante nas explicações de atitudes e justificativas de Plínio Salgado. Muitos sonhos foram identificados por Plínio Salgado, principalmente quando havia a necessidade da consolidação e materialização de um discurso cristão:

Alguns dias depois do meu nascimento, estava ainda minha mãe deitada, tendo pedido que lhe pusessem o filho ao seu lado, na

63 SALGADO, Plínio (sob o pseudônimo Ezequiel). *Poemas do século tenebroso*. Rio de Janeiro: Clássica brasileira, 1961.

mesma cama, quando adormeceu profundamente. Em sonhos apareceu-lhe a velhinha sua protegida, que se acercou do leito e lhe disse: 'Vim contar à senhora que eu morri e vim lhe dizer que Deus atenderá ao pedido que a senhora me fizer'. Em seguida, a velha, olhando para mim, disse a minha mãe: 'A senhora vai perder esse filho, quando ele ficar moço; ele não viverá'. Minha mãe, desesperada, respondeu-lhe: 'pois se eu posso pedir uma graça por seu intermédio, peço que o meu filho viva'. A velhinha sorriu, atendendo, e minha mãe despertou. Mas o fato é que minha mãe, já desperta, mandou uma pessoa à casa da velhinha, que se chamava Maria Clara, a ver o que sucedia. Encontraram a choupana fechada e corvos pousadores na cumieira. Algumas pessoas resolveram arrombar a porta e deram com a velhinha morta e já em estado de adiantada putrefação. Minha mãe ficou horrorizada [...] Lembro-me das aflições de minha mãe quando atingi a puberdade e da alegria com que ela festejou os meus 21 anos. É que o sonho de outrora atormentava o seu espírito.⁶⁴

O cotidiano religioso era algo rotineiro na vida de Plínio Salgado; ele foi criado dessa forma, foi educado para glorificar a imagem de Jesus Cristo e adorar constantemente o Senhor. Ao analisar o episódio, retrata-o como um “milagre” e enxerga, em atos como esse, a necessidade de: “praticar boas obras no serviço de Deus, da Pátria, da Família e da Humanidade, pois não me é lícito empregar mal o que Deus concedeu aos que me estimam.”⁶⁵ Defensor de uma pregação política de cunho cristão, com apelo religioso, afirmava: “Fala, pela minha voz, o sonho de uma Nação. É um ritmo de marcha da juventude do Brasil. É a comunhão de centenas de milhares de brasileiros.”⁶⁶ Na visão cristã, o messianismo profético profere que:

Deus me vê e só Ele sabe do meu grande sonho, que é despertar os meus patrícios para que eles construam a Nação que devem legar aos filhos e netos. [...] Meus patrícios! Vós sois a procissão dos desencontros. [...] O problema da ordem não é um problema de polícia: é um problema de cultura. [...] entrego à justiça da História. [...] E é um engano pensarmos que o futuro virá ao nosso encontro, porque ele vem detrás, é a nossa retaguarda, são as

64 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit.

65 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit.

66 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit.

gerações, que estão nascendo e às quais teremos de entregar um Brasil. Que Brasil? O futuro sorri nos berços.⁶⁷

Além da visão religiosa, observa-se um discurso paternal por parte de Plínio Salgado ao proclamar que o Brasil é uma criança que está no berço, necessitando de alguém para criar e educar a nação. Como a educação ideal teria que possuir o caminho e a defesa dos dogmas cristãos, essa foi a base do desenvolvimento político do autor que afirmava ter no pensamento superior [...] uma diretriz de finalidade humana de aperfeiçoamento espiritual.⁶⁸

Sob o signo espiritualista [...] entram na sua composição fatores modificativos, como sejam a bondade, a solidariedade humana, o anseio de aperfeiçoamento moral, o predomínio do senso estético e religioso, os sentimentos de Pátria, de Família, de renúncias, de pequenos sacrifícios glorificadores.⁶⁹

Para Plínio Salgado, no Brasil, havia reflexos do sacrifício divino.⁷⁰ Dessa forma, é na lição de Cristo que se encontra a “verdadeira linha do estado, da sociedade, da família e do homem, segundo suas finalidades próprias, seus limites próprios, sua própria essência”.⁷¹ Para o autor, o “conceito cristão da vida deve ser o dos equilíbrios perfeitos. É preciso conhecer o Homem, a argila de que é feito, a sua finalidade superior [...] rumor de uma Nova Nacionalidade.”⁷²

A concepção cristã, presente na doutrinação de Plínio Salgado e oriunda da criação familiar, teve ponto alto no exílio em Portugal; mas, para promover uma melhor compreensão da reflexão proposta, recorre-se a obra *Vida de Jesus*. A obra que foi um fenômeno em Portugal e, posteriormente, em outros países, teve uma impressionante propagação, chegando a ter destaque em

67 SALGADO, Plínio. Aos que soffrem a dor dos desencontros. In: _____. *A doutrina do Sigma*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935. p. 9-10.

68 SALGADO, Plínio, O grande rythmo da Nação. In: _____. *Despertemos a Nação...* op. cit., p. 170.

69 SALGADO, Plínio. *O que é o integralismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1937. p. 39.

70 SALGADO, Plínio. Oração de Natal da Patria-Criança. In: _____. *Palavra nova dos tempos novos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936. p. 93-94.

71 SALGADO, Plínio, Carta de Natal e fim de ano. In: _____. *Palavra nova* ...op. cit., p. 124.

72 SALGADO, Plínio, Carta de Natal e fim de ano. In: _____. *Palavra nova* ...op. cit., p. 127.

diversas notícias, periódicos, conferências e leituras públicas. Em 1964, foi lançada uma edição especial, a 19ª em língua portuguesa e, como se tratava de uma *edição de luxo*, o autor escreveu um texto introdutório denominado: *Pequena história da Vida de Jesus*.⁷³ Ao explicar a origem do livro descreve:

A minha vida, entretanto, era a do homem comum dos rapazes na exuberância primaveral, quando nada mais se considera senão da própria vida. Certa noite tive um sonho que me foi decisivo. Encontrava-me em escura curva de estrada, em plena floresta. Ao me aproximar do local onde corria cristalina fonte a serpentear serra abaixo, eis que me surge alguém. A túnica branca, o sorriso paternal e amigo, os braços abertos, a caminhar na minha direção. Reconheci o Mestre e despertei. Acordado, perguntei-me: por que veio. Ele a mim, tão indigno? Respondi-me: Ele costuma às vezes escolher os piores para algum serviço. E me convenci de que o serviço deveria ser feito.⁷⁴

Como pode ser observado, o autor fez uso de recursos religiosos para promover e desenvolver determinadas teorias. A influência familiar foi marcante na criação e lembranças do jovem Plínio Salgado que delegou à família a causa deste intenso cristianismo predominante em seu discurso:

Aquela igreja, de cuja comissão construtora fez parte meu avô, em 1849, e que abrigou, desde então, a imagem de São Bento trazida da Guarda Velha em 1828, lembrava-me que esta fé religiosa, este amor ao Cristo que vive em mim, foi certamente fruto do ambiente familiar em que respirei desde que abri os olhos à vida.⁷⁵

Fazendo-se de vítima, afirmou que a infância foi um tanto quanto solitária e, os primeiros anos de vida, marcados por uma certa tristeza. Em *História da minha vida*, faz uma espécie de desabafo e, após escrever sobre sua infância, o autor riscou partes dos parágrafos, eliminando-as do texto, mas ainda assim é possível

73 O texto foi publicado originalmente como apêndice em 1946: *Como escrevi a Vida de Jesus* em: SALGADO, Plínio. *A imagem daquela noite*. e outros escritos. Lisboa: Gama, 1947. p. 85-99. Em 1964, sofreu uma ampliação para a edição citada da obra *Vida de Jesus*.

74 SALGADO, Plínio, *Pequena história da Vida de Jesus*. In: _____. *Vida de Jesus...* op. cit., p. 10-11.

75 SALGADO, Plínio, *Viagens...* op. cit., p. 152.

identificar o teor do relato:

Desde cedo, rejeitei as camisolinhas de seda, os vestidinhos que me davam aspectos de menina. Aquilo me revoltava porque desejava ser um homem. E quando algumas pessoas, achando impossível a naturalidade do frescor rosado de meu rosto, passavam o lenço úmido em minhas faces, para verificar se minha mãe me pintava, eu ficava indignado.⁷⁶

Há, no discurso de Plínio Salgado, uma visão de virilidade, pois esse texto foi escrito em 1938, quando tinha 43 anos. Relatou sobre os seus quatro anos e expôs uma fala forte e intensa, não admitindo, em hipótese alguma, ser taxado de menina. A revolta era natural; pois, naquele momento, a criança buscava uma definição sexual para sua vida. Entretanto, a questão a ser notada, quando se escreve isso aos 43 anos de idade, é que dificilmente alguém tem uma visão racional e materializada de uma composição tão natural como essa. Torna-se necessário notar que as memórias do autor correspondiam a uma necessidade da época de buscar elementos profundos, tanto para o desenvolvimento doutrinário na política, como na busca e afirmação da virilidade para o engrandecimento de sua imagem.

Quando escreveu *História da minha vida*, Plínio Salgado estava passando por um momento de definição em relação à carreira política; pois, com o golpe de novembro de 1937, Getúlio Vargas fechou todas as agremiações políticas, inclusive a AIB. Posteriormente, ocorreu o Levante Integralista em maio de 1938 e, assim iniciou o período da ilegalidade do movimento e o posterior exílio. Ao relatar este período na *Pequena história da Vida de Jesus*, disse o autor:

Que me faltava agora, ao cabo de todos os longos anos? Apenas tempo e solidão. Os dois instrumentos me vieram. Em 1938, ocorreram acontecimentos políticos de estrema gravidade. Perdi os contatos numerosos, a complexidade dos convívios. Mergulhei em mim mesmo. E resolvi, finalmente, escrever o meu sonhado livro.⁷⁷

76 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit. (trecho riscado pelo autor).

77 SALGADO, Plínio, *Pequena história da Vida de Jesus*. In: _____. *Vida de Jesus...* op. cit., p. 14.

Enquanto iniciava a escrita do livro *Vida de Jesus*, estava no processo de desenvolvimento do manuscrito *História da minha vida*. Verifica-se que essa fase de introspecção é de grande auxílio para a compreensão do íntimo do autor, uma vez que buscou lembranças infantis e cotidianas na ótica familiar nacionalista cristã. Em seguida, iniciou o desenvolvimento da obra, que foi marcada por um estrondoso sucesso no meio católico da época, promovendo diversos debates sobre o cristianismo em pleno período de guerra. O livro foi lançado em 1942, momento em que se deflagrava a Segunda Grande Guerra Mundial. É possível identificar a causa de determinadas valorizações no relato realizado em 1938, uma vez que a memória é verificada como algo conduzido “pelas exigências existenciais das comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento essencial da construção do seu coletivo”.⁷⁸

Plínio Salgado relatou ser solitário na infância, dizia não ter com quem brincar, uma vez que os irmãos não regulavam com a sua idade e ele não aceitava brincar com as primas. Observa-se um autor memorialístico, com o objetivo de construção de uma virilidade importante para a força política do integralismo:

O que não era do meu agrado porque meus brinquedos eram mais viris. Tive de criar todo mundo para me mover. Talvez isso, sem que meus pais percebessem, tivesse influído poderosamente no meu destino. Depois, meu pai falava-me, de vez em quando, em coisas graves.⁷⁹ Conta minha mãe que, meses após o meu nascimento, achava-me eu sentado na cama larga brincando com chocalhos, quando meu pai entrou e me disse, como se falasse a um homem feito: ‘Ei meu rapaz: quero lhe dizer uma coisa: se você for um homem de bem, um brasileiro digno terá a amizade de seu pai, se, porém, você não andar correto, não serei seu amigo’. Dizia minha mãe que eu não entendi naturalmente as palavras, mas parecia compreender o timbre da voz de meu pai, porque olhei-o muito espantado e pus-me a chorar.⁸⁰

Visualiza-se essa passagem como um elemento essencial no destino de sua vida: a necessidade de criar uma história, vista por ele

78 CHARTIER, Roger, 2007, op. cit., p. 24.

79 A partir deste trecho as frases estão riscadas.

80 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit. (trecho riscado pelo autor).

como correta, passou a ser o alvo de sua vida. O garoto solitário teve ao seu lado um pai autoritário, forte e disciplinador, que era o padrão de paternidade da época e que realizava discursos nacionalistas capazes de mexer com a criança. Há aspectos de sua infância que, mesmo de forma subentendida ou irracional, são levados durante a vida e entende-se que ele caminhou com sentimentos de autoridade devido ao seio familiar pelo qual foi criado.

Com o passar dos anos foi sendo formado nas concepções cristãs e nacionalistas. Nessa ideia, o garoto foi crescendo; mas, por volta de 1905, o coronel Francisco teve que promover uma mudança com toda a família, saindo de forma imediata, por questões políticas locais, de São Bento do Sapucaí, e indo para uma aldeia próxima, chamada Candelária. Esse fato o fez, mais uma vez, enxergar-se através do sofrimento familiar: “Tenho sofrido isso na minha atormentada carreira, na minha vida cheia de dores porque infelizmente a humanidade não é má, mas não se entende...”⁸¹ Como o entendimento da humanidade não ocorreu naturalmente, pois era um elemento de utopia, a saída vista por ele passava a ser o uso de uma força autoritária, marca central que esteve presente no movimento integralista.⁸² Plínio Salgado dizia que “quem não sabe obedecer jamais saberá comandar e o integralismo é também uma escola de comandantes.”⁸³ Na perspectiva disciplinadora, elemento oriundo da criação paterna, afirmava: “Que a nossa disciplina seja rígida e o Chefe seja intransigente na sua manutenção.”⁸⁴

Foi em Candelária que Plínio Salgado afirmou ter as primeiras organizações políticas, devido à necessidade da disciplina e forma para o entendimento social. Os primeiros passos educacionais foram dados em uma escola particular, de Cândido Mendes: “Foi com um pouco de medo que lá entrei, muito pequenino, no meio de tantos alunos.”⁸⁵ A aldeia foi vista e identificada como um exílio da família Salgado; causando, assim, brigas constantes entre os familiares, inclusive entre os pais. Dizia nunca ter visto um casal

81 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit.

82 Vale destacar que a investigação não aponta para a presença de concepções integralistas na infância, mas que valores transmitidos na infância auxiliaram a formação do movimento

83 SALGADO, Plínio, Sentido e rythmo da nossa revolução. In: _____. *A doutrina do Sigma...* op. cit., p. 29.

84 SALGADO, Plínio. Palavras ao sol dos mortos. In: _____. *Cartas aos...* op. cit., p. 195-196.

85 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit.

discutir tanto, mas relata que o amor pela mãe e a admiração pelo pai não deixaram nunca de existir. Essa relação é importante para verificar os valores carregados por Plínio Salgado.

Foi no “exílio”, com a mãe, que teve as primeiras lições de História do Brasil e de poesias nacionalistas, expressões que promoveram o desenvolvimento de uma memória de amor à pátria, componente central do discurso pliniano:

Comecei a ter uma ideia do Brasil, minha Pátria. Meu pai falava de grandes homens, de acontecimentos que se tinham dado, de belas cidades e vastas extensões territoriais. E tudo para mim tinha o encanto das revelações e das descobertas [...] Certa manhã, estava eu ainda deitado, quando escutei um realejo tocando o Hino Nacional. Pulei da cama e corri a porta de nossa casa. Era um pobre cego [...] Toda a alegria da vida cantava em torno de mim. Toda a evocação dos heróis perpassava na minha memória [...] É também simbólico o Hino Nacional tocado por um cego e num realejo! Não era a própria imagem do povo brasileiro que me era milagrosamente revelada? O meu destino seria abrir os olhos desse povo transpor a música sagrada do instrumento morto para os lábios vivos!⁸⁶

Mais uma vez, o messianismo estava presente e, Plínio Salgado se colocava como aquele que tinha a missão de salvar o povo brasileiro, sendo esse o discurso presente na sua doutrina política. A ideia de exaltação constante e suprema do Brasil era recorrente nas memórias plinianas. Ao lembrar os estudos infantis disse:

Só mesmo o mapa, Brasil, posso apanhar-te inteiro. Quando menino, impressionavam-me teus rios e montanhas que eu fazia com lápis marrom como fileiras de carrapatos. [...] Ficava triste porque não podia espichar o Itatiaia até a altura do Everest, ou, pelo menos, dá-lo como uma montanha descende de seus quatro ou cinco mil metros... Sentia não termos um vulcãozinho, e consolava-me com a hipótese de que, em outros tempos, já houve um... A Niágara e o Mississippi ganharam minha grande antipatia, quando aprendi o volume de uma e a extensão do outro. Felizmente, tínhamos o Iguaçu.⁸⁷

86 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit.

87 SALGADO, Plínio, *Geografia...* op. cit., p. 15.

São matrizes ufanistas que geraram o molde político de Plínio Salgado. Pouco tempo depois do “exílio”, retornaram para São Bento do Sapucaí, já que o coronel Francisco Esteves Salgado “se considerava curado da política e em condições de voltar para S. Bento, sem correr o risco de o envolverem em tramas partidárias”.⁸⁸

O pai matriculou o garoto Plínio na escola da família e o menino continuou os estudos: “Causei, no entanto, muita surpresa aos meninos grandes, que ainda liam a Cartilha ou o Primeiro Livro, quando meu avô me pôs nas mãos um Terceiro Livro.”⁸⁹ A figura do avô representou um componente de fortalecimento no entendimento do ambiente cultural em que Plínio Salgado estava inserido, uma vez que havia um espaço propício para o desenvolvimento do intelecto. O avô, que era mestre-escola com mais de quarenta anos de atividade, era quem acompanhava, em alguns momentos, o menino. “Dias depois, meu pai me levava pela mão à escola pública de Antonio Porphírio da Silva, conhecido na cidade por Tônico Elydio”,⁹⁰ um intelectual da cidade. O ufanismo, difundido na infância, chegou ao extremo ao criar análises geográficas do Brasil com a intenção de sempre buscar explicações para a chamada grandiosidade brasileira, ideias que estavam inseridas em um projeto de história de ensino recorrente em uma geração⁹¹ (principalmente dos educadores da família) dos primeiros momentos do século XX.

Agora me sinto mais brasileiro. – *Sim*, diz-me o rio sagrado da Pátria – nosso patricio, o Amazonas, a mãe dele se chama Lagoa Titicaca e o pai dele se chama Solimões, porque o Amazonas nasce na Bolívia, depois é que se naturaliza brasileiro. Gostou tanto de ser brasileiro, que engordou.⁹²

A família sempre teve uma preocupação com a formação intelectual do garoto, mas sabe-se que grande parte do conhecimento e valores veio dos pais que foram os grandes modelos de Plínio

88 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit.

89 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit.

90 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit.

91 Neste sentido conferir a reflexão proposta por José Murilo de Carvalho, que analisa a necessidade de obter um discurso de grandiosidade brasileira no princípio da República: CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

92 SALGADO, Plínio, *Geografia...* op.cit., p. 124.

Salgado. Com o passar dos anos, Plínio foi se desenvolvendo até despertar os primeiros efeitos jornalísticos em brincadeiras familiares em que ele redigia de forma manuscrita “jornais de bolso”.

Com o desenvolvimento intelectual do menino, o coronel Francisco matriculou-o na Escola Parochial e relatou que, nessa fase, o aprendizado da História do Brasil, aliado ao catecismo, foi mais intenso. A escola, depois de um tempo, fechou e Plínio iniciou o estudo com a mãe, em casa. Passou ainda por outras escolas, até que, depois da remoção da escola do professor João Galvão, iniciou um período de “vagabundagem infantil”.⁹³

Plínio Salgado relatou questões relacionadas aos estudos, principalmente no que diz respeito à História do Brasil, pois foi justamente nessa análise que ele desenvolveu sua doutrinação política, mas em pouco tempo retomou os estudos com início do curso secundário:

Inicialmente no Externato São José, dirigido por José Maria Calazans Nogueira, que me deu sólida instrução, sobretudo de matemática, latim e os clássicos do nosso idioma. Estudei depois em Pouso Alegre, onde fiz o então chamado curso de humanidade que correspondia, globalmente, aos atuais secundário e científico.⁹⁴

Em Pouso Alegre, estudou no Ginásio Diocesano e, até os 16 anos, sempre foi ativo nas atividades culturais, religiosas e até mesmo esportivas, momento em que sofreu com a morte do pai, no ano de 1911.⁹⁵ Com o falecimento do coronel Francisco das Chagas Esteves Salgado, foi obrigado a abandonar os estudos, tornando-se autodidata e, posteriormente formando-se professor secundário. Esse foi um período de incertezas para Plínio Salgado e, enxerga-se, no fator morte, marcas de transformação e evolução do pensamento pliniano.

O autodidatismo fez com que iniciasse de forma rápida a carreira jornalística, dirigindo o jornal *Correio de São Bento*.⁹⁶

93 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit.

94 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit. (anexo).

95 TRINDADE, Héglio, op. cit., p. 36.

96 No ano de 1946, concedeu entrevista ao jornal *Novidades* de Lisboa. Ao relembrar o período em São Bento do Sapucaí, afirmou: “Evocando os mais remotos tempos da minha vida, vejo-me na infância, desde os sete anos, a deliciar-me com as composições e até os

Fundado em 1916, o periódico – que se definia como *folha independente* e tinha o autor como redator, ao lado do proprietário e cunhado Joaquim Cortez Rennó Pereira – realizava uma mescla editorial: a marca do intelecto de Plínio Salgado, entre cultura e política. Na edição de 02 de julho de 1916, o editorial teve como título *Fitas orçamentárias*⁹⁷ em que analisou e criticou determinados rumos das finanças locais. Ao mesmo tempo, textos poéticos foram impressos. Nessa edição, encontra-se uma das primeiras publicações ficcionais com efeito realista do autor: *Um expediente do Xico Romão*.⁹⁸ Chico Romão era escrivão do júri em São Bento do Sapucaí e, em *História da minha vida*, foi definido como o detentor de uma clarineta famosa no fim das missas e das rezas na igreja da matriz. Era pai de Aducto, colega de escola: “corria, logo que terminava a aula, para nossa casa, e brincávamos até a noite”.⁹⁹

Nesse conto, podem-se observar algumas particularidades de sua obra. Como era redator do jornal, criava pseudônimos e pequenas ficções em alguns textos. O conto citado foi indicado “*para crianças maiores de 60 anos, traduzido do inglês*” e a assinatura é designada ao “*O Tradutô Zé Macié (dotô)*”. Eram formas particulares que criava para definir certas críticas a valores da sociedade: nesse caso a hegemonia inglesa, em uma crítica absoluta ao imperialismo e à influência de elementos culturais exteriores. Dessa forma, escreveu o texto, mas, ficcionalmente, delegou aos ingleses a origem textual para criar uma espécie de credibilidade junto ao leitor. Tais questões de críticas ao imperialismo foram alvo de análises do autor em momentos seguintes, sendo transformadas em um dos pilares do movimento integralista. No ano de fundação da AIB, afirmou: “O imperialismo econômico não tem Pátria”,¹⁰⁰ dessa forma não possuía “Deus, que subordina o personalismo ao individualismo e este coletivismo, é hoje o grande impulsionador das forças

versos que fazia. Mas a minha vida de escritor, na realidade, principiou talvez aos dezoito anos, quando redigi um jornalzinho de província e realizei as minhas primeiras conferências.” SALGADO, Plínio. O escritor que havia em mim empolgou o meu destino: disse Plínio Salgado, ao microfone de Rádio-Renascença (transcrição do programa radiofônico). *Novidades*, Lisboa, 16 fev 1946.

97 Fitas orçamentárias. *Correio de S. Bento*: folha independente. São Bento do Sapucahy, 02 jul. 1916.

98 SALGADO, Plínio. (sob o pseudônimo O Tradutô Zé Macié) Um expediente do Xico Romão. *Correio de S. Bento*: folha independente, São Bento do Sapucahy, 02 jul. 1916.

99 SALGADO, Plínio, *História da...* op. cit.

100 SALGADO, Plínio. Imperialismo e democracia. In: _____. *O sofrimento universal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934. p. 108.

econômicas universais no sentido materialista do seu absoluto predomínio em face do Estado, que ele pretende aniquilar.”¹⁰¹ São preceitos construídos ainda em São Bento do Sapucaí, que fez parte da política pliniana no teor do integralismo brasileiro.

O conto publicado no *Correio de S. Bento* tem como enredo a história de um estudante chamado “Agenor, pobre como Job”¹⁰² e crê-se falar dele próprio, uma vez que se colocou como muito pobre após a morte do pai, sendo, nesse momento, que iniciou a relação com aquela que viria a ser a primeira esposa, Maria Amélia Pereira “filha de ilustre família sambentista”.¹⁰³ No conto diz que o rapaz:

Apaixonou-se por uma jovem, filha do opulento negociante Bumbães [...] hesitava, o rapaz, em pedir a mão da donzela, temendo e com razão a recusa paterna. Resolveu, pois, consultar a tal respeito, o seu vizinho Xico Romão, procurador de partes, homem de grande senso prático, astuto como Ulysses e fertilíssimo em expediente.¹⁰⁴

Criou uma forma particular de escrever seus textos, mesclando ficção com aquilo que enxergava como realidade e tendo, como base de inspiração, o cotidiano e experiências pessoais. Dessa forma, percebe-se que é de utilidade a produção textual-ficcional do autor, uma vez que o processo de construção do seu discurso, avaliando sempre a produção em seus contextos, era voltado para a representação das relações sociais estabelecidas no tecido literário e para a percepção dos grupos com os quais dialogam, colocando-se em conflito ou partilhando seus anseios políticos-culturais.

São questões e interpretações como essa, que estiveram presentes tanto nos simples textos do *Correio de São Bento* quanto em documentos mais rebuscados e intensos como o romance *O estrangeiro*,¹⁰⁵ marcando todo o processo político do autor. Isso leva à necessidade de verificar e compreender questões relacionadas ao seu íntimo para entender o porquê de determinadas atitudes ou

101 SALGADO, Plínio, Imperialismo e democracia. In: _____. *O sofrimento...* op. cit. p. 110.

102 SALGADO, Plínio, Um expediente...op.cit.

103 CÂPUA, Cláudio de, op. cit.

104 SALGADO, Plínio, Um expediente...op. cit.

105 Romance escrito em 1926. SALGADO, Plínio. *O estrangeiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1936.

ações futuras, tendo a corroboração do discurso da mãe: “Quando eu era menino [...] minha mãe costumava dizer-me que de quatro modos um homem se faz notável, engrandecendo sua pátria: pela ciência, pela arte, pelas armas e pela santidade.”¹⁰⁶ Foi nessa concepção, por meio desse quarteto que o político e escritor iniciou uma sólida formação nacionalista e conservadora-cristã.

A literatura, que foi a primeira ação intelectual do autor, é algo que permeia o cotidiano das sociedades e possui singular atividade em sua formação e na sua relação com a cultura política:

A noção de cultura política ajuda o autor a configurar esse fenômeno unificador, na medida em que ela faz referência a uma matriz geral, a significados comuns compartilhados e a formas concretas de sociabilidade e comunicação, sendo que os intelectuais, apesar das diferenças, são vistos como um único grupo, que existe em função dos interesses e valores da geração a qual pertence. A cultura política é interpretada, portanto, como algo que é constituído por um dado grupo, do qual é, ao mesmo tempo, constituidora.¹⁰⁷

Utilizou, como principal função, a experiência com a linguagem e, por meio dela, inventou sua própria realidade. Essa literatura, embora seja uma apropriação do autor do mundo real para invenção de sua própria vida, sempre deixou a essência de seu tempo, de sua época, de seus costumes. Eles reproduzem sua realidade, seu cotidiano, seu jeito de ver o mundo. Foi essa a realização de Plínio Salgado na literatura política e social.

Após a morte do pai, em 1911, iniciou o período do autodidatismo e em seguida a carreira jornalística. O autor elegeu as mortes como marcos de criação de uma memória como fundamentação para a mudança de vida. Ele afirmou que colocou em prática alguns ensinamentos da mãe para a valorização dos estudos e da intelectualidade:

Foi nesse tempo que li os filósofos do século XIX, franceses, alemães e ingleses, principalmente Spencer. Em 1918, li um livro de Almeida Magalhães sobre Farias Brito e conheci os livros de

106 SALGADO, Plínio, *Nosso...* op. cit., p.16

107 GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultura, história política e ensino de história*. Mauad, 2005. p. 270.

Jackson de Figueiredo. Interessado pelo filósofo cearense, tomei conhecimento da sua obra: 'A verdade como regra das ações, Base física do espírito, Mundo interior, Finalidade do mundo', sendo este o que mais me impressionou, pela crítica aos filósofos europeus que eu anteriormente lera e o renascimento espiritualista que pregava e do qual me tornei adepto.¹⁰⁸

Essa passagem de *História da minha vida* demarca dois pontos cruciais no pensamento pliniano. As mortes representam dois estágios da evolução do seu pensamento: o materialismo, presente na juventude e o espiritualismo, marca central da sua doutrinação política. Logo após o falecimento do coronel Francisco Esteves Salgado, o autor foi obrigado a mudar-se para São Paulo. Sem sucesso na capital, retornou para São Bento do Sapucaí, depois de dois anos, em 1913, quando iniciou a carreira no jornal *Correio de São Bento*. Esse momento recluso em São Paulo, devido à morte do pai foi fundamental para determinados valores e concepções que, posteriormente, contribuíram com a fundação da AIB.

Com os manuscritos documentais do APHRC/FPS é possível identificar matrizes discursivas do líder da AIB, o escritor e o político Plínio Salgado. O pensamento central do chefe integralista teve como base a criação de uma concepção de nacionalismo com o objetivo de atingir a construção de uma identidade nacional, expressão que esteve presente até sua morte em 1975, sendo *História da minha vida* um elemento único de identificação de uma fase temporal para o entendimento do pensamento pliniano.

Bibliografia

A) Arquivo Público e Histórico de Rio Claro/Fundo Plínio Salgado
Abolição da escravatura (APHRC/FPS-100.005.004).
História da minha vida (APHRC/FPS-01.007.001).

B) Periódicos

Correio de S. Bento: folha independente, São Bento do Sapucahy, 1916.
Diário Paulista, Taubaté, 1888.
Jornal da Beira, Viseu, 1944.
Novidades, Lisboa, 1946.

C) Bibliografia (Plínio Salgado)

A doutrina do Sigma. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935.

A imagem daquela noite: e outros escritos. Lisboa: Gama, 1947.

A língua tupi. In: _____. *Obras completas*: Críticas e Prefácios. São Paulo: Américas, 1956. v. 19.

A voz do oeste: romance-poema da época das Bandeiras. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

Cartas aos camisas verdes. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

Despertemos a Nação! Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

Geografia sentimental. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

Nosso Brasil. 4. ed. São Paulo: Voz do Oeste, 1981.

O estrangeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1936.

O que é o integralismo. 4. ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1937.

O sofrimento universal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

Palavra nova dos tempos novos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

(sob o pseudônimo Ezequiel). *Poemas do século tenebroso*. Rio de Janeiro: Clássica brasileira, 1961.

Prefácio: Alberto Tôrres e o thema da nossa geração. MOTTA FILHO, Cândido. *O Thema da nossa geração*: ensaio político. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.

Protocollos e Rituales: regulamento. Niterói: Edição do núcleo municipal de Niterói, 1937.

Viagens pelo Brasil. In: _____. *Obras completas*. São Paulo: Américas, 1954. v. 4.

Vida de Jesus. 19. ed. Belo Horizonte: Difusão Pan Americana do Livro, 1964.

et al. *Plínio Salgado*. São Paulo: Edição da Revista Panorama, 1936.

D) Bibliografia

ALBUQUERQUE, Carlos de Faria. *Plínio Salgado*: resumo biográfico. Salvador: Gazeta dos Municípios, 1951.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução*: o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CÁPUA, Cláudio de. *Plínio Salgado*: biografia. 5. ed. São Paulo: EditorAção, 2000.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. *Do sigma ao sigma* – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas. 2007. 415f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. *A formação das almas*: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

- CONHEÇA OS DEPUTADOS: Plínio Salgado. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122697>. Acesso em: 10 jun. 2011.
- DOREA, Augusta Garcia Rocha. *Plínio Salgado, um apóstolo brasileiro em terras de Portugal e Espanha*. São Paulo: GRD, 1999.
- GONÇALVES, Leandro Pereira. Entre *Brasil e Portugal*: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. 668f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *Culturas Políticas*: ensaios de história cultura, história política e ensino de história. Mauad, 2005.
- LA BOÉTIE, Etienne. *Discurso da Servidão Voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Plínio Salgado, meu pai*. São Paulo: GRD, 2001.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (Org.). *Culturas Políticas na História*: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Introdução: Redefinindo a Direita. In: _____; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Org.). *Dicionário crítico do pensamento da direita*: idéias, instituições e personagens. Mauad, Rio de Janeiro: 2000.
- SOLDADO de Deus. Direção: Sérgio Sanz. Argumento e roteiro: Sérgio Sanz e Luiz Alberto Sanz. Produção: Júlia Moraes. Rio de Janeiro: Videofilmes Produções Artísticas, 2004 (87 min.).
- TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. 2. ed. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979.

O FUNDO CARMELA PATTI SALGADO:

um outro olhar sobre o integralismo

João Fábio Bertonha¹

Introdução

Ao ser convidado para escrever a respeito do material disponível sobre o integralismo no Arquivo do Município de Rio Claro, meu primeiro pensamento foi o mais óbvio, ou seja, fazer alguns apontamentos sobre o fundo Plínio Salgado, a imensa massa documental a respeito dele abrigada naquele arquivo e que é ponto obrigatório de passagem para todos os interessados na problemática do integralismo, do PRP (Partido de Representação Popular) e correlatas.

No entanto, dado o fato que já escrevi algo a propósito (Bertonha, 2007) e que o fundo Plínio Salgado é relativamente bem conhecido por todos os que se aventuram no tema, optei por abordar um fundo que encontrei por acaso, nas minhas inúmeras visitas à agradável cidade de Rio Claro: o fundo Carmela Patti Salgado.

Minha abordagem a respeito desse fundo não será, contudo, arquivística, como um preâmbulo da redação de um – muito necessário, aliás – inventário. O que pretendo é apresentar

¹ Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Professor de História Contemporânea na Universidade Estadual de Maringá/PR (UEM) e pesquisador do CNPq.

sucintamente algumas hipóteses e perspectivas que levantei ao folhear aqueles papéis e indicar, a outros pesquisadores, a validade de voltar a esse fundo com mais cuidado e tempo.

Assim, abordarei inicialmente a história de gênero e suas implicações no estudo do integralismo, já que o acervo de D. Carmela reflete a sua condição feminina e a validade historiográfica de trabalhar com esse acervo e com sua vida está claramente relacionada, ainda que não de forma exclusiva, com a sua posição de esposa do Chefe Nacional integralista. Feito isso, apresentarei um pouco o fundo e, especialmente, as hipóteses e perspectivas que levantei examinando a memória de D. Carmela, registrada naqueles papéis e documentos. Se isso servir para ressaltar a importância desse fundo e desse tipo de abordagem e estimular a curiosidade de outros colegas, já estarei satisfeito.

A história de gênero e o integralismo²

A história de gênero afirmou-se, nas últimas décadas, como um filão historiográfico cada vez mais importante. Ela procurou romper com a pouca atenção que outras escolas (como o marxismo clássico ou a primeira geração dos *Annales*) davam à problemática feminina e responder às demandas colocadas à História pelo feminismo, a partir dos anos 1960, especialmente.

A história do gênero também oferece, contudo, vários problemas. Um deles é mais restrito e tem a ver com a própria definição do objeto. Se há tantas mulheres diferentes, e se o grande problema é definir a construção cultural das diferenças sexuais, o que definiria “mulheres” como campo de estudo? Haveria uma “experiência feminina” comum que transcende classe ou raça e que seria passível de recuperação e conversão em conhecimento histórico? E neste estudo sobre a construção cultural da diferença, haveria espaço para algo mais do que as representações que formam essas construções?

Outro risco que a história de gênero pode nos oferecer é a perda de contato com o mundo maior, renunciando ao conhecimento histórico a favor de uma arqueologia do saber, capaz de descrever realidades e objetos isolados, mas não de dar algum

2 Transcrevo aqui partes do meu livro *Integralismo: problemas, perspectivas e questões historiográficas*. Maringá: Editora da UEM, 2013, no prelo.

sentido à experiência humana.

Esse preâmbulo mais geral é necessário, até porque o dilema da história das mulheres integralistas é, em boa parte, uma réplica, em escala menor, das questões maiores acima apresentadas. A história de gênero, em boa medida, debateu com a velha história política e social e isso se refletiu no estudo do integralismo.

A grande contribuição dos autores (e, especialmente, autoras) que trabalham com esta temática, foi a demonstração de que o discurso integralista relativo às mulheres – e que as colocava, em essência, em funções subordinadas, no lar e sempre sob o controle masculino – podia ser lido de forma diferente pelas próprias mulheres. Foi um enorme avanço que explica a contradição clara entre um discurso machista e uma participação bastante expressiva das mulheres no movimento.

Realmente, quando pensamos no quanto o discurso integralista insistia na imagem da mulher como a “guardiã do lar” e nos papéis plenamente definidos de homem e mulher e vemos tantas mulheres (aproximadamente vinte por cento das militantes) vestindo a camisa (ou a blusa) verde, fica a impressão de que, ou elas compartilhavam plenamente essa visão machista, ou foram totalmente envolvidas, ou enganadas pela propaganda do movimento.

Um avanço da nova historiografia é demonstrar como o integralismo não era simplesmente um movimento machista, mas que utilizava questões de gênero para exemplificar e ressaltar as diferenças entre eles e os comunistas e também para ressaltar e explicar sua doutrina. Ele também oferecia, ao defender a mulher, não como inferior, mas como “diferente” (cf. Salgado, 1946), um espaço potencial para a participação feminina, fato que foi de grande proveito.

A visão feminina, evidenciada especialmente nos trabalhos de Lídia Possas (1993, 2002, 2004 e 2004^a), Sandra Deutsch (1997, 1999, 2002 e 2004) e outras autoras, permitiu-nos, assim, superar a contradição acima indicada e entender que, para muitas mulheres, militar no integralismo, mesmo numa posição menos importante, era uma forma de superar os limites impostos pela sociedade e agir na mesma, de forma ativa e não passiva.

A partir daí, como bem indicado por Deutsch (1997), podemos apreender aspectos relacionados ao movimento que uma visão masculina, provavelmente, não conseguiria captar. Fica clara,

por exemplo, a adaptabilidade ideológica do movimento. Se, em teoria, a democracia é algo negativo e as mulheres devem ficar em casa, na prática a questão era diferente, pois mobilizavam-se as mulheres em busca dos interesses eleitorais da Ação Integralista.

Conseguiu-se, também, perceber a diferença entre os ideais conservadores, mais avessos a mobilizar as mulheres e dar a elas outros papéis, e os integralistas que, desejosos de mobilizar efetivamente a massa (criando um novo estilo de vida e um novo homem) e menos conservadores, abriam espaço para as mulheres. O fato de grupos ideologicamente próximos à AIB, como a Legião Cearense do Trabalho, não terem um movimento de mulheres (Cordeiro Jr., 1992, p. 200-249) é emblemático.

O olhar feminino permitiu-nos, igualmente, perceber como os ideais eugênicos, muito difundidos naquele período, acabaram sendo incorporados ao padrão de família e sociedade defendidos pelo integralismo, fundindo-se e mesclando-se com os mais tradicionais e católicos, conforme indicado na dissertação de Mestrado de Endrica Geraldo (2001).

Tais avanços reais só se tornaram possíveis, a meu ver, por meio da absorção, das novas historiadoras, da reflexão teórica produzida pela história de gênero e das mulheres que procuraram enfrentar seus dilemas, como mencionado acima. Os cuidados metodológicos tomados por Lídia Possas, por exemplo, indicam a reflexão frente aos dilemas gerais deste campo historiográfico.

Nesse sentido, ela ressalta, em seus vários textos, como a participação feminina é repleta de ambiguidades (participação e subordinação; aceitação da visão tradicional da mulher e defesa de um papel diferente dela na sociedade) e que “mulheres” é um conceito amplo, a ser trabalhado com cuidado, já que havia mulheres de várias origens e tipos assumindo a militância por motivos diversos.

Sandra Deutsch também é cuidadosa ao não deixar a questão do gênero ser desvinculada de outras maiores. Em texto de 2004, por exemplo, ela indica que a maior abertura integralista para a participação feminina tinha relação, provavelmente, com a crise de poder e do sistema político e com as chances reais de conquista do poder via eleições. Nesse contexto, as mulheres não podiam ser desprezadas como eleitoras, mostrando um quadro diferente do de outros países latinos.

Em resumo, com os cuidados metodológicos devidos, a

história de gênero trouxe avanços para o nosso conhecimento a respeito do tema, avanços que eu mesmo demorei a compreender e avaliar, o que me levou, em resenhas publicadas anos atrás, a adotar uma visão excessivamente crítica sobre a nova abordagem. Não obstante, algumas críticas ainda são mais do que necessárias, até mesmo para o desdobramento dos estudos.

O grande problema, na verdade, é quando se iniciam extrapolações que não são baseadas em pesquisa empírica e/ou fogem do bom senso. No trabalho de Emma Grant (1996), por exemplo, há sugestões de que as mulheres integralistas lutavam centralmente pelo ideal feminista da igualdade e só aceitavam o machismo integralista de forma instrumental, o que parece pouco razoável e ignora as inúmeras mulheres que deviam compartilhar do ideal integralista sobre o papel feminino e que se mobilizaram justamente para defendê-lo.

Em outro momento, Grant (1996, p. 21) afirma que o integralismo “feminilizou” sua doutrina para atrair as mulheres, vendo o Estado como fraco, suscetível, a ser defendido como a mulher pelo homem, dando a ele uma origem na família, etc. Tanto que teriam começado, como sinal de “feminilização” do discurso, a utilizar os termos “A Nação” ou “A Pátria” ao invés de “O Brasil”. Uma extrapolação absurda, sem embasamento empírico e que indica uma busca de questões de gênero onde elas não existem. Ou, o que é ainda mais complicado, uma aparente tentativa de reduzir o integralismo essencialmente a uma arena para a “luta de sexos”, o que ele não era.

Esse me parece um ponto fundamental. Olhar o integralismo com uma visão feminina pode ter nos ajudado a compreender aspectos do movimento que não compreendíamos. Mas, o olhar feminino é apenas mais um a ser integrado – e avaliado dentro de uma totalidade. Sem isso, ele corre o risco de ser um olhar vazio e incapaz de ver seu próprio objeto.

Ao final de todos os escritos, porém, o grande problema de fundo permanece, sem ser resolvido. A luta feminina, neste caso, tinha como sair da contradição de fundo que era a de participar politicamente no espaço público, mas sendo parte de um movimento que negava a elas o status de igual? Ao aceitar a noção hierárquica do integralismo, elas continuaram em posição subordinada, a qual fica evidente porque havia apenas uma mulher no Conselho Supremo integralista e apenas cinco mulheres estavam

na Câmara dos quatrocentos. O fato de poderem se expressar na esfera pública, compensaria essa admissão tácita de aceitação do seu “lugar devido”?

Em resumo, o integralismo, apesar de dar algum espaço à ação feminina, reforçou a sua dominação ou, ao contrário, apoiou a sua luta de emancipação mesmo dentro de um discurso hierárquico, no qual o homem era diferente, mas superior? No caso desse campo de pesquisa, a diferença entre “apesar de” ou “mesmo” é fundamental, mas quase sem solução. Uma saída para esses dilemas seria explorar figuras femininas de carne e osso e avançar nas suas vidas e trajetórias com mais rigor. E a figura de D. Carmela Patti Salgado seria, a meu ver, perfeita para essa exploração.

O fundo Carmela Patti Salgado em Rio Claro

Carmela Patti nasceu em Taquaritinga (SP) em 1902, casou-se com Plínio Salgado em 1936 e faleceu em 1989. Antes do casamento, era a presidente do Departamento de Arregimentação Feminina do núcleo daquela cidade. Ela foi presença contínua na vida de Plínio por quase quatro décadas e menções a ela são constantes em sua documentação, armazenada em Rio Claro. Não há estudos específicos sobre a atuação dela dentro da estrutura da AIB e nem sobre sua influência nas decisões do marido. Tradicionalmente, tendemos a imaginar que seu papel foi passivo e de apoio a Plínio na esfera doméstica, liberando-o para a vida pública. Uma imagem que não deve destoar muito da realidade, ainda que eu acredite que a sua influência – direta ou indireta – nas ações de Salgado, não tenha sido nula.

Reconstruir a vida e as ações dessa mulher talvez fosse de utilidade para pensar o feminino, na teoria e na prática, dentro da Ação Integralista. Para isso, além da utilização de fontes diversas e da documentação de Plínio Salgado, a própria produção documental de D. Carmela seria de extrema utilidade. E, felizmente, ao menos uma parte dessa documentação está disponível no Arquivo Municipal de Rio Claro.

O fundo, presente em Rio Claro, consiste em 15 caixas de arquivos, com milhares de cartas, cadernetas, recortes de jornais e anotações pessoais, incluindo algumas no formato de diário. Não sei exatamente em que condições esse fundo chegou a Rio Claro. É possível que a maior parte do material tenha sido encaminhada

com a doação do fundo de Plínio, em 1982, mas houve, certamente, envios posteriores, pois há documentos com datação até 1989, pouco antes da morte de Dona Carmela. Quando o consultei, alguns anos atrás, constatei que não havia um inventário, os papéis estavam desordenados e as caixas não possuíam numeração, entre outros problemas. Isso explica, inclusive, porque somente as datas dos documentos são citadas aqui, não permitindo maiores informações como números de caixa ou de classificação.

É muito provável que essa documentação não represente a totalidade do que foi acumulado pela protagonista no decorrer da sua vida. Também é óbvio que esse fundo apresenta os mesmos problemas de construção da memória, seleção documental e outros que estão presentes no fundo de seu marido (Bertonha, 2007). Não obstante, é um material interessante e ainda pouco explorado, inclusive pelas historiadoras de gênero, oferecendo um campo de possibilidades e oportunidades de emprego.

Hipóteses e sugestões de trabalho

Efetivamente, é impressionante o quanto podemos apreender a respeito da trajetória política de Plínio Salgado por meio de anotações e documentos arquivados pela sua esposa. De forma curiosa ou irônica, uma boa parte desse material acaba, na verdade, voltando-se contra a memória construída pelos próprios integralistas e seus herdeiros no período posterior, o que, aliás, acontece com o acervo do próprio Plínio (Bertonha, 2007).

O exemplo dos anos de exílio de Plínio em Portugal é exemplar. Em toda a memorialística integralista do pós-guerra, sobram referências às dificuldades financeiras que enfrentou em Lisboa. Isolado e sem recursos, teria sofrido privações imensas por falta de dinheiro, sendo forçado a morar em pensões modestas e alimentar-se mal, o que resultou em sua enfermidade. Somente com a publicação de “A Vida de Jesus” em 1942, a situação teria melhorado.

Sem querer mencionar a suposta “mesada” enviada por Vargas a Salgado durante o exílio (não confirmada empiricamente), os próprios documentos de Plínio indicam como os integralistas do Brasil enviavam-lhe somas imensas de dinheiro nesses anos. Tais somas atingiram um total de 240 contos de réis (ou 230 mil

escudos) apenas entre junho de 1939 e dezembro de 1940³. Tal soma talvez não garantisse uma vida de luxo, mas não significava exatamente que passaria fome.

Dona Carmela corrobora esse raciocínio ao registrar, em sua caderneta de despesas da casa do ano de 1941, um gasto de mais de sessenta e sete contos de réis, dos quais um conto e meio utilizado para despesas postais e quase 15 contos para despesas de saúde e particulares. Frente à realidade da maioria das famílias brasileiras e portuguesas do período, dispor de tais somas para o gerenciamento da sua vida em Lisboa parece indicar que a suposta carência financeira de Plínio em Portugal deve ser, no mínimo, relativizada.

Os integralistas também gostavam de ressaltar, no pós-1964, que Plínio continuava a ser um líder nacional, com ampla popularidade e poderes, mas há claros sinais de que o poder de Plínio, na política nacional e dentro do governo, era bastante limitado. Em 1970, na sua eleição para deputado federal, ele recebeu apenas 31.646 votos, e apresentou um perfil de votação que indica uma base restrita a certas regiões do interior paulista (Bertonha, 2011). Em vários papéis e anotações espalhados pelas caixas do seu fundo documental, Dona Carmela registra como Plínio quase perdeu a eleição daquele ano e como a região onde sua família morava, Taquaritinga (SP), foi fundamental para a sobrevivência política de Plínio, pelas razões mencionadas acima.

Há também, no seu acervo, vários documentos isolados sobre o putsch de 1938, registrando o clima anterior à primeira tentativa de golpe e, como ela e Maria Amélia, filha de Plínio, teriam sido mantidas na casa de amigos, protegidas e incógnitas. Também existem muitas menções a outros líderes da AIB e sua relação com Plínio Salgado, antes e depois de 1938, além de informações biográficas e familiares a respeito dela e de Plínio. Há também cartas e documentos de ex-militantes discutindo aspectos da história do movimento e comentando livros e personalidades. O material que lhe foi enviado por Raimundo Padilha e Abel Rafael Pinto, nos anos 1970 e 1980, é especialmente interessante nesse aspecto.

Uma parte fundamental do material de Dona Carmela é certamente aquela relacionada não ao líder político, mas ao seu marido, o homem Plínio Salgado. A visão, que ela tinha de Plínio é a da esposa avaliando seu companheiro, com o qual conviveu

3 Fundo Plínio Salgado/Rio Claro, Caixa 52, livro da Tesouraria da AIB.

por anos a fio. Acabamos por saber, assim, que, na visão de Dona Carmela (registrada em uma caderneta com anotações de março de 1965), Plínio era um “muquirana” e que ela se sentia muito sozinha, já que o temperamento do marido acabava por impedi-lo de manter uma intimidade maior com ela.

Tais dados não passam de curiosidades, mas a sua visão de esposa também nos abre uma janela para a intimidade e o mundo interior do líder integralista que talvez fossem difíceis de acessar por outros meios. Analisando sua intimidade, acabamos por apreender elementos da sua personalidade que, longe de ser meros factóides sem significado, acabam por iluminar o próprio papel de Plínio na política brasileira do século XX.

Em 4 de fevereiro de 1961, por exemplo, Dona Carmela embarcava com Plínio para uma viagem aos Estados Unidos. Já no avião, abriu uma caderneta e fez as seguintes anotações:

Talvez o esgotamento da noite diluviana, talvez o excesso de álcool (do qual vem abusando a ponto de ser comentário não só na família como entre os amigos), o fato é que ele, tanto em casa quanto no aeroporto falou alto, gesticulou descontroladamente, gritou meu nome a bordo a torto e a direito e deu show, pondo a nu a sua falta de classe e perdendo a linha em público. Cenas como essa tiram o prazer da viagem e acompanhá-lo se torna mortificação (...).

De temperamento reservado e tímido, Plínio Salgado precisa beber, para se vencer. A bebida o atrai, irresistivelmente.

A atração de Plínio pela bebida não é exatamente uma novidade e muitos contemporâneos, incluindo seus simpatizantes, já mencionaram esse seu vício. Até o ex-ministro Jarbas Passarinho, homem da direita, referiu-se a sua decadência física e ao odor alcoólico que ele emanava nos anos 1960 e 1970 (Passarinho, 1997, p. 43).

O vício pela bebida, contudo, não é apenas algo pessoal. Em organismos como a AIB ou o PRP, o poder da liderança era tão grande que traços da personalidade individual dos líderes tinham (ou podiam ter) importância fundamental no destino dos seus movimentos. Um líder capaz de agregar e negociar, com dons especiais de retórica ou um faro especial para o jogo político, podia ser capaz de levar seu movimento muito além do que seria possível em outras condições, enquanto que uma liderança hesitante, fraca,

manipulável ou excessivamente agressiva poderia ser um desastre.

Plínio Salgado tinha qualidades para a liderança. Era um bom orador, era hábil na tarefa de costurar alianças e tinha certo prestígio como escritor. Além disso, sua decisão, em 1931-1932, de criar o jornal *A Razão* e a SEP (Sociedade de Estudos Políticos) foi fundamental para aglutinar as forças da extrema-direita em torno de um homem e de um projeto.

Entretanto, não são poucos os integralistas e ex-integralistas que se referem ao caráter tímido e hesitante de Salgado como peça fundamental para a fácil eliminação da AIB em 1937-1938. Arrogante nos momentos de triunfo, seria incapaz de assumir uma atitude firme, porém necessária, em alguns momentos, tornando-se mero seguidor de ordens oficiais nos momentos adversos e perdendo o controle dos acontecimentos. Os comentários de Dona Carmela sobre a sua personalidade tímida e passiva e o seu recurso ao álcool como forma de compensação talvez confirmem esse diagnóstico e permitam uma interface entre o Plínio homem e o Plínio político.

O mesmo pode ser dito de um caso extraconjugal que teve na década de 1950 e o qual jamais foi mencionado em nenhuma fonte. O tema aparece em uma troca de cartas entre Dona Carmela e Maria Amélia entre 1958 e 1959 e, explicitamente em uma carta de 15/12/1959, pelo que convém transcrevê-la, ao menos em parte:

Rio, 15 de dezembro de 1959.

Maria Amélia

Deve v. saber, senão em detalhes, pelo menos por alto, o que tem acontecido desde janeiro de 1958. Desnecessário, portanto, o relato. A verdade é que, hoje, vítima de circunstâncias que não criei, transformei-me, sem o desejar, numa inibição ao espírito do seu Pae, numa pedra no seu caminho, num entrave na sua vida. Tenho consciência disso e não obstante os esforços para desfazer essa realidade, o impositivo dela me acabrunha e esmaga, trazendo-me em permanente conflito (...)

Depois do que presenciei em S. Paulo em que nenhuma atitude, nenhum gesto, nenhum olhar escapou à minha observação, depois da correspondência, fotografias e outros "souvenirs" encontrados, nenhuma ilusão poderia eu alimentar. O romance continua. Clandestinamente. Mas continua. E nem pode deixar de continuar enquanto existirem sobre a terra homens que para

atingirem os fins a que se propõem não escolhem os meios, ou melhor, usam de todos os meios.

Mas.... Não quero tecer comentários sobre esse "affaire" que me traz sacudida por contraditórias emoções desde janeiro de 1958.

Quero, apenas, que v. saiba que este ano não irei passar o Natal com V. deixando plena liberdade a P.S. de atender aos compromissos sociais que assumir e se entregar, sem peias nem constrangimento ao deleite da companhia amável e tonificante para o seu coração de "certas criaturas". (...)

Receba, Maria Amélia, no meu pensamento amigo, a expressão do meu inalterável afeto. E creia na sua "mãe postiça".

O fato de Plínio ter tido ou não um relacionamento fora do casamento é, com certeza, uma questão pessoal sua. O interessante é que, na década de 1950, Plínio esforçava-se para se apresentar – ainda que sem muito sucesso - como um líder católico ou, no mínimo, como o político mais digno de receber os votos dos católicos. A revelação do seu adultério poderia resultar em um verdadeiro terremoto político, eliminando as poucas chances que ele tinha de ganhar o apoio católico. Não espanta, assim, o esforço que deve ter sido empregado para ocultar esse fato, tão bem sucedido que só conseguimos ter um vislumbre do mesmo graças aos papéis de Dona Carmela.

Não obstante o escrito acima, o fundo não tem relevância unicamente como forma de atingir aspectos da vida de Plínio Salgado ao quais não teríamos acesso em outras fontes. Ao contrário da biografia de Plínio escrita pela sua filha (Salgado Loureiro, 2001), na qual ela própria não aparece, a documentação de D. Carmela permite reconstruir aspectos da sua visão do integralismo e do seu papel no mesmo.

Para o período do integralismo, temos por hipótese que a sua ação naqueles anos tenha sido mais expressiva e ativa do que tradicionalmente se supõe. Mas, infelizmente, a sua documentação não traz muita coisa a respeito do período da AIB, tampouco da época do PRP. Há algumas cartas e documentos a respeito da sua administração de instituições como a *Ação Social do Planalto e da Casa do Candango*, por ela dirigidas em Brasília, nos anos 1960 e 1970, e cartas de mulheres e sacerdotes endereçadas a ela nos anos 1950, mas pouco, o que é uma pena.

O período posterior à morte de Plínio está bem mais

documentado. Ela teve alguma atividade política mais clara, apoiando candidatos em eleições e contribuindo financeiramente com o grupo “Tradição, Família e Propriedade” (TFP) a partir de 1982. Foi igualmente ativa em atividades relacionadas à conservação da memória de Plínio e nas tentativas de recriar a AIB, sem, contudo, maior sucesso.

Um tópico interessante sobre as décadas de 1970 e 1980 é que, com a morte de Plínio, Dona Carmela passou a ser vista como a “rainha” do movimento, recebendo ainda mais destaque e atenção do que na época em que ele estava vivo. Dessa forma, os militantes e pretensos herdeiros de Plínio enviavam-lhe muito material e documentos em busca de seu apoio ou reconhecimento, o que abre uma janela para a reconstrução das atividades dos herdeiros de Plínio nessas décadas. São caixas e mais caixas repletas de material muito útil para os interessados em reconstruir a atividade dos herdeiros do integralismo nos estertores do regime militar e nos primeiros anos da “Nova República”. É mais uma prova da riqueza desse fundo para o estudo, não apenas da vida de Dona Carmela ou da participação feminina na AIB e nos seus grupos e organizações sucessoras, mas desses movimentos em si.

Fica, assim, o convite para os pesquisadores que, ao visitarem Rio Claro para o estudo do fundo de Plínio Salgado, dediquem algum tempo também para analisar os documentos de sua esposa, os quais também são de muita utilidade para os que estudam o tema. Mais um mérito para ela e para a sua memória, pois D. Carmela não apenas tomou a acertada decisão de doar o acervo de Plínio a uma instituição séria e não aos próprios herdeiros do movimento (pois, nesse caso, não apenas a descaracterização do fundo poderia ser maior, como provavelmente o seu acesso seria restringido), como acumulou documentos que suplementam e complementam esse fundo. Ao fazer isso, ela deu um apoio importante aos historiadores na tarefa de recuperar a história política e social brasileira do século XX.

Bibliografia

- BERTONHA, João Fábio. "A construção da memória através de um acervo pessoal: o caso do fundo Plínio Salgado em Rio Claro (SP)". *Patrimônio e Memória*. N.3, v. 1: 1-9, 2007.
- . "Plínio Salgado, os integralistas e o regime militar. Os herdeiros do fascismo no regime dos generais (1964-1975)". *História e Perspectivas*. V. 23, n. 44: 427-449, 2011.
- CORDEIRO Júnior, Raimundo Barroso. "A Legião do Trabalho: política e imaginário no Integralismo cearense, 1931-1937." Dissertação de Mestrado (Sociologia), Universidade Federal do Ceará, 1992.
- DEUTSCH, Sandra Mcgee. "What Difference Does Gender Make? The Extreme Right in the ABC Countries in the Era of Fascism." *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe* 8, 2 (1997).
- . *Las Derechas - The Extreme Right in Argentina, Brazil and Chile, 1890-1939*. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- . "Spartan Mothers: Fascist Women in Brazil in the 1930s." In Bacchetta, Paola; Power, Margaret. *Right-Wing Women*. New York: Routledge, 2002, p. 155-167.
- . "Cristians, Homemakers and Transgressors. Extreme Right-Wing in Twentieth-Century Brazil." *Journal of Women's History* 16, 3 (2004): 124-137.
- GRANT, Emma. "Feminism in Fascism: A Study of Brazil's Integralist Movement." Senior Honor Thesis, Connecticut College, 1996.
- PASSARINHO, Jarbas. *Um Híbrido Fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.
- POSSAS, Lídia Maria Vianna. *O trágico três de outubro: estudo histórico de um evento*. Bauru: Editora do Sagrado Coração, 1993.
- . *Mulheres, Trens e Trilhos. Modernidade no sertão paulista*. Bauru: Editora do Sagrado Coração, 2002.
- . "O Integralismo e a mulher." In Dotta, Renato Alencar et alii. *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo Municipal de Rio Claro, 2004, p. 107-125.
- . "Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932-38)." In Gomes, Ângela de Castro. *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004a, p. 257-277.
- SALGADO, Plínio. *A mulher do Século XX*. Porto: Tavares Martins, 1946.
- SALGADO LOUREIRO, Maria Amélia. *Plínio Salgado, Meu Pai*. São Paulo: Edições GRD, 2001.

“A MULHER INTEGRAL TERÁ: CÉREBRO DE HOMEM, FÍSICO DE MULHER E CORAÇÃO DE CRIANÇA”¹

Concepções sobre a militância das
blusas-verdes pelos intelectuais do sigma

Jefferson Rodrigues Barbosa²

Introdução

O Integralismo brasileiro, fundado em 1932, tornou-se partido político oficialmente em 1935 e a campanha propagandística da Ação Integralista Brasileira (AIB) aglutinou, desde a sua fundação, até 1938 com o fechamento da organização, homens e mulheres que militavam na divulgação das ideias chauvinistas propaladas pela organização.

A AIB, enquanto partido político agremiou mulheres com o intuito de ampliar o seu número de eleitores com elas e, por meio delas, no contexto em que a novidade do voto feminino, firmado

¹ A expressão “A mulher integral terá: cérebro de homem, físico de mulher e coração de criança” foi retirada do artigo da militante Nair Nilza Perez intitulado “O integralismo e a mulher”, publicado na revista Anauê em 1936.

² Professor de Teoria Política do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus Marília. Professor de Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina - UEL. Contato: jrb@marilia.unesp.br

em 1934, foi instrumentalizada para ampliação de uma organização política que relegou, às denominadas “blusas-verdes”, um papel subordinado dentro de uma lógica hierárquica, fundamentada por valores desiguais e patriarcalistas.

A posição subordinada das mulheres na organização será evidenciada por meio de apontamentos sobre a estrutura organizacional da AIB, voltada para a formação e controle das “blusas-verdes”, e dados sobre os cargos ocupados pelas mesmas dentro da rígida hierarquia do partido integralista. Da mesma forma, será fundamentada a maior marca do fundamento ideológico integralista em relação à denominada “mulher integral”, o determinismo biológico, apresentando referências sobre as concepções da “natureza e papel” das militantes do sigma, difundidas através da imprensa do movimento.

A “sublime missão” das “blusas-verdes” na estrutura hierárquica da AIB

As mulheres desempenhavam importantes, porém desiguais, posições no processo de difusão das ideias integralistas, comparativamente às funções exercidas pelos militantes da organização, denominados “camisas-verdes”. A atuação feminina era restrita aos setores assistenciais, de saúde e, principalmente, ao educacional, o que foi de fundamental importância para a propagação da doutrina, notadamente após 1936, momento em que



As militantes integralistas denominadas blusas verdes, Irene de Freitas Henriques e Ivette Ribeiro.

Fonte: (SOMBRA; GUERRA, 1998)

Plínio Salgado e os “Intelectuais do Sigma”³ começavam a articular os preparativos para as eleições, que ocorreriam em 1938 para a sucessão de Vargas, suplantada pelo golpe do Estado Novo⁴.

As militantes exerceram funções de educadoras na formação de uma “massa eleitoral integralista”, após a AIB transformar-se em partido, sendo que, a partir deste período as campanhas de alfabetização do movimento foram intensificadas, principalmente as de adultos, já que o direito ao voto, a partir da década de 1930, foi facultado somente a eleitores alfabetizados: “À medida que a campanha para presidente da República se aproximava, a alfabetização ganhava mais destaque na imprensa integralista.” (CAVALARI, 1999, p.62-63).

Em 1936, Plínio Salgado reuniu, no Rio de Janeiro, as lideranças nacionais da organização, visando alterações no sistema burocrático da AIB, estabelecidas no primeiro Congresso, realizado em 1934, dinamizando-o para a campanha eleitoral integralista, com vistas às eleições de 1938.

O denominado Conselho Nacional, órgão de funções consultivas e cujos membros eram designados exclusivamente pelo chefe nacional, foi substituído pelo Conselho Supremo⁵, mantendo este a mesma finalidade e atribuições daquele. Os seis Departamentos que já existiam, desde a sua fundação, receberam a designação de Secretarias Nacionais, sendo também criadas novas secretarias: a Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos (SNAFP), de Imprensa, de Relações com o Exterior, e de Assistência Social. O departamento de Organização Política

3 Para uma análise mais detalhada da formulação de Intelectuais do Sigma consultar: Barbosa, Jefferson R. Plínio Salgado e os Intelectuais do Sigma. In: RODRIGUES, Cândido M.; BARBOSA, Jefferson R.; (Orgs.) *Intelectuais e Comunismo no Brasil: 1920-1950*. Gustavo Barroso - Plínio Salgado – Alceu amoroso Lima – Jorge Amado e Miguel Costa. Cuiabá: EdUFMT, 2011. p. 35-74.

4 “Plínio Salgado iniciou os preparativos para a disputa do cargo, subordinando, a partir de então, todas as atividades da AIB a esse objetivo estratégico. No dia 14 desse mês, ordenou o alistamento eleitoral obrigatório dos integralistas, ameaçando de expulsão os militantes calcitrantes” (BRANDI; SOARES, 1984, p.3057)

5 O Conselho Supremo da AIB era formado pelas lideranças que ocupavam os principais cargos na hierarquia organizacional do movimento, como os chefes das arquiprovinciais e das Secretarias Nacionais. Ao analisarmos uma documentação mais específica da organização administrativa da AIB, no Acervo Plínio Salgado, localizado no Arquivo Público e Histórico do município de Rio Claro, constatamos que dos vinte e um nomes que constavam na relação dos membros do Conselho Supremo, a Dra. Irene de Freitas Henriques, Chefe da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos (SNAFP), era a única blusa-verde que atuava neste órgão. Fonte: Arquivo Público e Histórico Municipal de Rio Claro.

foi transformado em Secretaria Nacional das Corporações e dos Serviços Eleitorais, tendo como finalidade tratar do alistamento eleitoral dos militantes da AIB. Foram também criados dois novos órgãos: a Câmara dos 40⁶, composta por militantes que se destacavam por seus méritos “morais e intelectuais”, e a Câmara dos 400,⁷ formada por integrantes da cúpula da organização.

No interior da hierarquia administrativa da AIB, o espaço de maior visibilidade e de atuação das militantes era a Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos (SNAFP), de acordo com os Estatutos da Referida Secretaria que datam de 1936⁸.



Carmela Patti Salgado, Secretária Provincial de Arregimentação Feminina e Pliniana.

Fonte: (SOMBRA; GUERRA, 1998)

A SNAFP, em 1937, por meio de uma de suas diretrizes, enviadas a todas as Secretarias Provinciais, designava as militantes a participarem da campanha eleitoral. O documento enfatizava dez medidas a serem cumpridas visando às eleições:

6 No documento referente aos membros, que compunham a Câmara dos Quarenta, constatamos que o órgão era composto apenas por homens. Fonte: Arquivo Público e Histórico Municipal de Rio Claro, [s-d].

7 No documento referente aos membros da Câmara dos Quatrocentos constatamos o nome de apenas seis blusas verdes: D. Santa Guerra – professora, Nilza Peres – universitária, D. Caetano Spinelli – viúva, Marília da Rocha Vaz Bernardelli, D. Adelina da Silva Prado, D. Dulce Thompson. Fonte: Arquivo Público e Histórico Municipal de Rio Claro, [s-d].

8 No Estatuto de 10 de agosto de 1936, estão descritos nos seguintes artigos: “Art. 1 A Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e da Juventude tem por fim orientar, dirigir, controlar e arregimentar todo o trabalho da Mulher e da Juventude Integralista.” e “Art. 2 A Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e da Juventude será orientada e dirigida por uma Secretaria Nacional de livre nomeação e demissão do Chefe Nacional”.

- 1 – A qualificação urgente e imediata de todas as Blusas-Verdes não eleitoras e com qualidades para tal;
- 2 – A formação de uma massa eleitoral integralista, pela alfabetização rápida das companheiras analfabetas;
- 3 – Trabalhar para que o integralista analfabeto consiga aprender o mais depressa possível, a fim de que possa fazer o seu requerimento e obter o título de eleitor para as próximas eleições;
- 4 – Qualificação das pessoas das famílias dos nossos companheiros, simpatizantes e amigos;
- 5 – Organizar o serviço coletivo em turmas pequenas nas fábricas e a domicílio, angariando, alfabetizando e facilitando assim as qualificações;
- 6 – Divisão do município por zonas com um encarregado para cada zona;
- 7 – Prestar serviços à Chefia Provincial na alfabetização rápida de todos os companheiros e simpatizantes;
- 8 – Organizar o serviço coletivo em turmas pequenas ou, se preciso individual, para alfabetização;
- 9 – Lembrar toda Blusa-Verde de ela tem o dever de responder pelo preparo de um analfabeto e pelo alistamento de um eleitor, no mínimo;
- 10 – Nas localidades, onde estejam fechadas as nossas sedes, que cada lar de Blusas-Verdes seja um centro eleitoral. (JORNAL AÇÃO, 17 de maio de 1967 apud CAVALARI, 1999, p.65).

A SNAFP era dividida em Departamentos em âmbito: Nacional, Provincial, Municipal e Distrital⁹. O Departamento Feminino tinha por finalidade arregimentar e doutrinar as militantes, e controlar as atividades femininas do movimento, sendo este composto por cinco divisões: Ação Social, Estudos, Educação, Cultura Física e Expediente¹⁰. A Divisão de Educação atuava promovendo, além dos cursos de alfabetização de crianças e adultos, cursos profissionalizantes em Enfermagem, Puericultura, Datilografia, Culinária, Corte e Costura, Boas Maneiras, Contabilidade Caseira e Economia Doméstica¹¹.

9 Estatutos do Departamento Feminino da AIB: Capítulo II – Dos Órgãos; Artigo 2. Fonte: Arquivo Público e Histórico Municipal de Rio Claro.

10 Estatutos do Departamento Feminino da AIB: Capítulo IV – Das Divisões; Artigo 6. Fonte: Arquivo Público e Histórico Municipal de Rio Claro.

11 Estatutos do Departamento Feminino da AIB: Capítulo IV – Divisão de Educação; Artigo 9. Fonte: Arquivo Público e Histórico Municipal de Rio Claro.

A SNAFP foi criada também para regularizar e diferenciar a participação feminina dentro dos quadros do movimento, diferenciando as práticas de homens e mulheres na organização.



Núcleo de Gamboa, Rio de Janeiro. DF.

A participação das militantes na AIB foi regulamentada de forma diferente, tendo seus direitos e deveres regulamentados por um Estatuto e um Departamento específico, ficando evidente a desigualdade entre os gêneros dentro da organização chauvinista.

Plínio Salgado, em seu livro publicado pela primeira vez em 1946, intitulado “A mulher no século XX”, escreve a respeito da ação social da mulher como educadora, no âmbito público e privado da sociedade. Tal obra foi publicada após o fim da AIB como partido político, porém, seus pressupostos em relação à posição da mulher, eram concernentes às outras publicações que datam do período da legalidade da organização enquanto partido:

A sua ação social deve ser eminentemente educadora, tomando contato com as massas populares, auscultando os anseios dos desafortunados e dos injustiçados, de modo a não permitir que as forças do mal se aproveitem das aflições dos infelizes como uma alavanca do materialismo que pretende destruir

tudo o que seja dignidade humana. Influir maternalmente nas soluções das graves questões de assistência, como médica, enfermeira, educadora sanitária; ser amparo e justiça em prol dos trabalhadores, não somente recompondo equilíbrios econômicos, porém, sobretudo, recompondo equilíbrios morais; dedicar uma parte do seu tempo ao apostolado cristão e ao levantamento de energias da Pátria pelo culto das virtudes antigas e das tradições da honra nacional; comparecer às urnas no exercício do direito do voto que lhe foi concedido para opor, com firme deliberação, uma barreira às doutrinas perversas que, sob a capa das falsas reivindicações sociais, pretendem destruir o fundamento cristão da Nacionalidade. (SALGADO, 1955, p. 308).

A *Revista Anaúê* de maio de 1936, em um artigo escrito por uma das lideranças do movimento no nordeste do país, o então intitulado Chefe da Provincial da Parahyba, Pedro Baptista, advertiu a respeito da importância das mulheres na campanha integralista:

Anda avisado o movimento que firma a sua articulação argamassando em proveito de seu progresso o bem cooperado Serviço Social de que é capaz a pertinência feminina.



*Integrantes do Departamento Feminino e Pliniano de Matão, São Paulo.
Fonte: (SOMBRA; GUERRA, 1998)*

A campanha integralista é de fato uma campanha pedagógica. E quem, neste quartel, competirá em ternura e intuição com as nossas patrícias, para marcar fundo no coração descrente da época as verdades insofismáveis afirmadas nas nossas diretrizes?

A mulher exemplo: [...] quando se entrega a um ideal demonstra possuir faculdades perceptivas muito mais aperfeiçoadas que o homem. Ela nos sabe tocar as recônditas moléculas da nossa vontade para nós infundir as centelhas da fé e, quando soa à hora decisiva, jamais nos abandona simbólica vestal portadora do fogo sagrado, cada vez mais perto do nosso coração, nos acompanha dando coragem e lições de audácia que nos levam além do que julgávamos poder ir [...].

As mães, as esposas, as irmãs, no recesso de nossos lares, nas fábricas como operárias, nas escolas, na vida do comércio onde formam poderosa parcela, onde quer que apareçam estão nos indicando esse movimento que simbolizamos com o sigma, ao qual elas estão se entregando trepidamente, porque perceberam nele o verdadeiro sentido da brasilidade. (BAPTISTA, 1935, p.26).

A *Revista Anauê* de maio de 1936 conclamou seus militantes a realizar no país uma “nova cruzada”, como “Soldados de Deus da Pátria e da Família”:

O lastro de ensino cristão de que somos portadores e que de tão perto fala o coração feminino lhes está indicando o vulto extraordinário do Integralista, Soldado de Deus, da Pátria e da Família, que quer realizar dentro do Brasil uma nova cruzada, a que não falta um Pedro Eremita, porque o nosso Chefe – PLÍNIO SALGADO – pobre de haveres e posições, mas nabado do seu ideal, no curto espaço de dois anos, consegue fazer ruflar os quatrocentos mil tambores, ou seja, quatrocentos mil corações vestidos pela armadura verde das nossas camisas.

E quem senão vós, minhas gentis patrícias, seria capaz de infundir um tamanho ideal? Lembramos de vós, temerosos do destino, que vos prepara um século negativista e dissoluto e que quer extirpar Deus do coração do homem para reduzir este mesmo homem a alimária, besta de carga, sem ideal, sem crença, sem finalidade, foi que iniciamos a nossa marcha.

O integralista, soldado de Deus, Soldado da Pátria e da Família, vê na camisa verde, essa armadura, que uma patrícia anônima teceu no calor mortífero de uma fábrica pela ninharia de uns réis e, que outra patrícia, também anônima, costurou, recebendo em pagamento uma migalha, vê, repetimos, a prova da dedicação feminina e a necessidade de prosseguir a batalha. (BAPTISTA, 1935, p.26).

Determinismo biológico e a formação da “nova mentalidade” da “mulher integral”

A ideologia chauvinista, do integralismo brasileiro, tinha como postulado a pretensa ideia da formação de uma “nova mentalidade” nos indivíduos, oportunidade em que os “princípios espiritualistas de existência” seriam restabelecidos em detrimento do ceticismo, proporcionado pela ótica materialista que, de acordo com Salgado, anulava as potencialidades dos indivíduos. Segundo a concepção integralista do homem e da mulher, ambos são seres de tríplice expressão: “física, intelectual e espiritual” (SALGADO, 1955, p.269).

Se estamos de acordo com a conclusão científica de que a mulher deve realizar-se na sua plenitude biológica, pergunto: qual, então, o critério a adotar-se no que concerne ao preparo da mulher para atingir a sua finalidade? Preliminarmente, temos que estabelecer, bem nítido, o conceito da mulher; em seguida, tornar bem claro o que entendemos por “igualdade”, já que esta é a palavra mágica usada pelos propugnadores da sua emancipação. A mulher, do mesmo modo que o homem é um ser de tríplice expressão: física, intelectual e espiritual [...]. (SALGADO, 1955, p. 269-270).

Homens e mulheres, segundo essa concepção, eram reconhecidos, em um “complexo de espírito e corpo em unidade consubstancial” (CAVALARI, 1999). A produção da imprensa integralista reconhecia entre ambos, características de formação diversas e cuja diversidade era refletida nas diferentes funções sociais, indicando-lhes atribuições diferentes:



Foto não identificada.

*Fonte: (SOMBRA;
GUERRA, 1998)*

Por conseguinte, a mulher integral, a mulher que se realiza na plenitude biológica e espiritual, não é nem superior nem inferior ao homem: é diferente [...].

Segue-se, logicamente, que o homem e a mulher são complemento um do outro, e assim como um não pode exercer o papel físico que ao outro cabe, na Economia da Espécie, também não pode usurpar do outro, funções sociais decorrentes da própria diversidade em que se define. Se tal ocorresse, a natureza não seria lógica, porque a si mesmo se negaria nas consequências do fundamento biológico da diferenciação preestabelecida. (SALGADO, 1955, p.271).

A campanha integralista enfatizava, por meio de suas publicações, o papel da mulher na sociedade:

A mulher encontra a verdadeira esfera de ação, adequada a seu sexo e a seus deveres cristãos, no desempenho das funções do lar e da família, fundamentais para a educação física e morais da prole, da escola e de tudo quanto tenha relação com esses alicerces das sociedades moralizadoras e sadias. (PENNA apud CAVALARI, 1999, p.58).



Congresso Feminino, Campos, RJ. Fonte: (SOMBRA; GUERRA, 1998)

A ideologia integralista expressada no seu documento principal, o Manifesto de Outubro de 1932, também ressaltou o papel fundamental da família como alicerce do Estado:

O homem e sua família precederam o Estado. O Estado deve ser forte para manter o homem íntegro e a sua família. Pois é a família que cria as virtudes que consolidam o Estado. O Estado mesmo é uma grande família, conjunto de famílias. Com esse caráter é que ele tem autoridade para traçar os rumos da nação. (SALGADO, 1932, p.9)

Para Plínio Salgado, na construção do Estado, a principal virtude da mulher era seu sentido maternal, como função social no âmbito do privado e na esfera do lar. Na esfera pública, seu papel era o de educadora e formadora de uma nova mentalidade; o da formação dos futuros militantes do sigma, segundo os princípios da disciplina, patriotismo e religiosidade.

A *Revista Anauê* (s.d.), publicou um artigo de Floriano Japejú Thompson Esteves da Secretaria Nacional de Organização Pública (SNOP), que tinha como título “Sublime missão” e enfatizava o papel das “mães brasileiras” na construção de “uma grande Pátria” e de homens solidários:

Mulher do meu Brasil, sublime missão que vos está confiada [...]. Pelas vossas mãos, mulher brasileira, construiremos uma grande Pátria, tal como se fosse um único lar feliz e puro. Pelas vossas mãos, construiremos o Brasil que sonhamos, o único Brasil que nos compreendemos. Queremos ver em cada brasileiro e sentinela avançada da sua grande obra, queremos ver em cada brasileiro o atalaia da honra, da dignidade e da liberdade. E só vós podeis realizá-lo. Só vós com o calor de vossa fé e o bálsamo do vosso amor. Ides mostrar aos vossos filhos, a todas as crianças que vós embalais a verdadeira finalidade da criatura humana. [...]. Enaltecendo o respeito, criareis na criança o espírito de disciplina, enaltecendo o amor criareis nela a solidariedade humana. Com a criação da solidariedade humana tereis criado aquilo de que há pouco eu lhes falei, tereis criado o Brasil de nossos sonhos, um grande Brasil. (ESTEVES, s.d.).

Os intelectuais da AIB souberam articular a ideologia da sua organização, objetivando a construção do denominado “Estado

Integral” e buscando articular nas suas publicações, elementos concernentes à conjuntura das transformações sociais e culturais da sociedade brasileira que ocorriam e eram evidenciadas no espaço público na década de 1930.

Naquele período a figura feminina ganhava mais visibilidade, e os papéis normativos, correspondentes à sociabilidade de homens e mulheres, encontravam-se em transformação¹².

No âmbito das mudanças políticas, as mulheres começaram a inserir-se gradualmente nos limites da dimensão social privada, tendo maior margem de atuação na sociedade por meio do direito ao voto, atuando em cargos públicos e firmando espaços no mundo do trabalho, ainda que de forma desigual ao gênero masculino.



Aniversário do denominado “Chefe Nacional”. Fonte: (SOMBRA; GUERRA, 1998)

Entretanto, esta nova situação da mulher, impulsionada pelas novas reconfigurações do sistema capitalista em expansão no início

12 “Qual a missão da mulher? E qual é a do homem? Essas eram indagações com as quais homens e mulheres, maridos e esposas se debatiam na tentativa de delinear, para si mesmos e para a sociedade em mudança, seus respectivos papéis sociais e familiares. Sem poder dizer com exatidão quais seriam os futuros encargos de ambos, intelectuais das mais várias correntes de pensamento empenharam-se em estabelecer “com precisão” os limites entre os caracteres dos dois sexos.” (MALUF;MOTT, 1998, p.386)

do século XX, no Brasil, e pela aglutinação da mulher no mundo da produção, alterava-se lentamente com os costumes da cultura patriarcal nacional.

A militante Nair Eliza Perez, na revista *Anauê* de julho de 1936, no artigo “O integralismo e a mulher”, enfatizou que na AIB a mulher encontraria “liberdade de expressão”, em detrimento da posição de subserviência perante as ideias burguesas:

Ainda hoje, IV ano da Era Integralista, muitos brasileiros não compreenderam a nossa doutrina [...] a posição da mulher no estado Integral. As nossas patrícias, que habitam as capitais, declaram-se contra o nosso regime, porque nele a mulher ficará privada de todos os seus direitos públicos e políticos, ficará tolhida no seu anseio de liberdade [...].

O integralismo não é nem uma coisa nem outra.

Ele dará à mulher mais liberdade, libertando-a dos infinitos preconceitos sociais em que ela se emaranha, que a subjugam e que lhe impedem de dizer em alto e bom som, o que pensa, o que sente, o que aspira.

Ele libertá-la-á do julgo despótico das ideias vindas de outras terras, que incentivam o seu respeito humano, o seu espírito burguês, tornando-a incapaz de vestir a nossa grosseira blusa verde e de vir trabalhar e sofrer conosco, para o engrandecimento e libertação do nosso gigante, acorrentado aos portões de ferro dos bancos de Londres e Nova Iorque, como o cadeado forte das nossas dívidas.

O integralismo fala da nossa mulher – boneca de Sévres – a mulher culta, inteligente e útil à sociedade. (PEREZ, 1936, p.8).

A estrutura organizacional da AIB possibilitava às mulheres, que se alistassem nas fileiras do movimento, a oportunidade de atuarem na sociedade, reproduzindo papéis que representavam um desdobramento da função maternal. Em um contexto de inserção feminina no espaço público, as “blusas verdes” atuaram como professoras, enfermeiras e, as militantes, que eram esposas de líderes importantes da organização, atuaram como candidatas a cargos públicos¹³:

13 De acordo com Caldeira (1999, p. 125-126) as candidatas pela AIB maranhense às eleições de 14 de outubro de 1934 para as Assembléias Legislativa Federal e Estadual foram: para a Assembléia Federal: Lilah Lisboa de Araújo, professora secundarista; para a Assembléia Estadual: Otilia Cantanhede Almeida e Judith da Silva Ferreira, professoras secundaristas.

Queremos a mulher superior, cursando as faculdades, ilustrando o espírito, lutando na vida prática ao lado dos homens como estímulo e alegria, e não se esquecendo nunca de sua condição de mãe, esposa e filha. [...]. A mulher integral terá: cérebro de homem, físico de mulher e coração de criança. (PEREZ, 1936, p.8).

A mulher integralista, para desempenhar adequadamente sua função dentro do movimento, deveria ser instruída, pois “a cultura do estudo não era negada à mulher, pelo contrário, exigia-se a cultura e o aprimoramento do espírito” (CAVALARI, 1999, p. 67). Porém, a condição de esposa e mãe era pontual na formação da denominada “nova mentalidade”¹⁴, assim como seus denominados atributos intelectuais eram explicitados sobre uma lógica, marcada pelo determinismo biológico e, eram colocados como fundamentais para o êxito da campanha em que militavam:
Segundo Plínio Salgado:

Partindo, pois, da diferenciação das funções físicas, chegamos à diferenciação das funções sociais. Quais são estas? São as que prolongam psicologicamente as funções físicas. Ora, na mulher, a função física, que a distingue do homem, manifesta-se na maternidade. Logicamente, toda a ação da mulher no meio social, desde os círculos da família até os mais amplos círculos da vida coletiva, tem de proceder daquela função. Não importa que, em razão de qualquer motivo justo, ela não tenha filhos. Para ser mãe psicologicamente, familiarmente, socialmente, intelectualmente, e até politicamente, não importa o ter ou não ter filhos. O essencial é que a ação da mulher no seu meio se exerça num sentido maternal. (SALGADO, 1955, p. 273).

14 “Serei vós a formadora de uma nova mentalidade sã, consciente e digna. Serei vós o candinho, onde se calcinarão todas as virtudes que fazem do homem um ser superior. [...]. Citando, cantando ou narrando tudo quanto de bello foi deixado por aquelles que criaram nossa nacionalidade, tereis cooperado para a formação de uma mentalidade robusta e invencível.” (ESTEVES, 1936, p.8).

Considerações: a mulher e a família como um dos fundamentos organicistas do “Estado Integral”

O “Homem Integral” e a “Mulher Integral” eram denominados seres de “tríplice expressão: intelectual, espiritual e física” (SALGADO, 1955) e, possuíam os mesmos direitos e deveres enquanto cidadãos e militantes, segundo a retórica desarrazoada dos “intelectuais do sigma”. Porém, a mulher, devido ao seu “alterocentrismo” (SALGADO, 1955), isto é, seu espírito altruísta, seu senso maternal e sua vocação como educadora, deveria desempenhar funções sociais diferentes nas fileiras da AIB.

A mulher, como apontado, na posição de auxiliadora de seu marido e como mãe dedicada, teria como missão ser o alicerce da família integralista, o primeiro núcleo da lógica organicista, que fundamentava o modelo do apregoado “Estado Integral”, além de ter a função de formar seus filhos e orientar seu cônjuge, sob a pretensa “nova mentalidade”.

Em relação à atuação feminina fora da esfera do lar, devido às contradições econômicas das sociedades materialistas, Salgado defendia que as mulheres precisavam, em alguns casos iniciar no mercado de trabalho, afastando-se das funções domésticas em virtude de melhores meios de subsistência, porém era imperiosamente necessário que elas exercessem eficiente ação social e política na defesa dos fundamentos da família cristã (SALGADO, 1955, p. 289):

O serviço das mulheres nas fábricas, nos escritórios ou no comércio deve, evidentemente, ser permitido, desde que constitua o escudo que as preserve da miséria material e moral, e não um meio para perdê-las. Entretanto, precisamos sempre considerar o afastamento da mulher do lar, como evidente anormalidade biológica, pois partindo do fundamento da diferenciação física e do desenvolvimento dos filhos depois de nascidos, em ritmo muito mais lento do que outras espécies animais, temos que convir que a missão da mulher é, acima de tudo, a missão educativa da criança e disciplinadora da casa, numa palavra: a preparação das gerações futuras, a manutenção do tipo social mais conveniente à vitalidade da Espécie, aos destinos nacionais e às supremas finalidades do Espírito. (SALGADO, 1955, p. 289-290).

Dentro do realismo cristão, a mulher encontra a forma higiênica de sua plena realização social, na euforia física e moral dos equilíbrios perfeitos do corpo e do espírito, sintonizados segundo os seus fins biológicos e os seus fins sobrenaturais e, portanto, preparada para enfrentar todas as circunstâncias e necessidades dos novos tempos. (SALGADO, 1955, p. 296).

Nesta pesquisa, ao utilizarmos documentos da AIB, artigos de jornais do movimento e livros da autoria das principais lideranças da organização, que faziam referência às mulheres integralistas, constatamos a ênfase dada à “Sublime Missão” das “blusas-verdes” de criar, denominada “espírito de brasilidade”.

Na família, o papel feminino era em grande medida restrito à educação dos filhos, segundo os princípios de caráter nacionalista, ensinando as crianças e os jovens a respeito dos “heróis e das tradições nacionais”, além da disciplina e a educação moral e cívica, legitimados por valores de cunho fundamentalista cristão.

As ações das integralistas como professoras, enfermeiras e assistentes sociais, refletiam na prática uma extensão do imaginário de colaboradora, mãe e educadora nas funções desempenhadas pelas militantes, como ficou evidenciado nas referências das publicações da organização aqui referenciadas.

Plínio Salgado e os “intelectuais do sigma” souberam articular à conjuntura do período a sua propaganda política, de modo que as mulheres ganhavam progressivamente o espaço público e a participação na vida política nacional. Antes de 1936, quando foi criada a Secretaria Nacional Feminina e dos Plinianos (SNAFP), já existiam mulheres filiadas ao movimento, porém a atuação feminina tomou maior amplitude nos dois últimos anos, que antecederiam as eleições para a presidência.

Na pesquisa da documentação do Fundo Plínio Salgado, disponível no Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, foi constatado que, nas listas com os nomes dos componentes dos principais órgãos da cúpula da rígida hierarquia da AIB, existiam poucas militantes atuando nos principais centros de decisão do movimento. E a formação das integralistas era diferenciada, com cursos adequados às suas áreas de atuação, regulados pela SNAFP.

A Ação Integralista Brasileira que se denominava portadora de uma “Revolução de Ideias”, colocava a mulher em uma posição desigual em relação aos homens, atribuindo às “blusas-verdes” funções sociais e poder de participação diferenciados. Refletindo a

influência dos valores patriarcais presentes no Brasil, a construção do imaginário da mulher integralista estava cerceada pelos valores sociais, concernentes a uma concepção de determinismo biológico, por meio da fundamentação de potencialidades e características apresentadas como naturais ao gênero feminino:

O preparo da mulher para todas as eventualidades é hoje um impositivo a que não podemos fugir, nunca, porém, perdendo de vista que a mulher, biologicamente, foi feita para o lar e tem de despende a sua energia num alto sentido moral e espiritual, porque dela depende o teor do caráter dos homens e mulheres de amanhã e será sempre ela, a mulher, quem dará o tom à sociedade do futuro e ao sentido da sobrevivência da Pátria. (SALGADO, 1955, p. 296).

A organização, proposta pela ideologia integralista de Plínio Salgado, era estruturada em três tipos de grupos naturais: o grupo familiar, o grupo profissional e a unidade política local, todos regidos por uma organização estatal centralizada.

O “Estado Integral” provinha de sua natureza familiar, baseado no direito de família que o Estado deve manter a justiça social (SALGADO, 1955b. p.110 383). A organização social, defendida por Salgado, segue um modelo vertical, onde o “Estado Integral” é a cúpula de uma estrutura, que tem por base as famílias, os sindicatos e os municípios. Esse é o modelo de “Democracia Orgânica”, defendida por Salgado em seu livro “A Quarta Humanidade” (Salgado, 1955b), em que o papel do Estado era fundamentado no sentido de garantir a unidade nacional, segundo um modelo de organização da sociedade, com base em associações representativas dos interesses das atividades profissionais: as corporações. Acreditando na solidariedade dos interesses e, em fórmulas de colaboração daí derivadas, seriam removidos e neutralizados os elementos de conflito social, como a concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social e as diferenças ideológicas no plano político. Para Salgado, o conjunto de pessoas: famílias, propriedades, grupos de trabalho e municípios é que formava a nação.

Dentro do modelo organizacional proposto no Estado Integral, a família representaria o primeiro organismo da “democracia

orgânica”, onde a criança aprenderia os valores espiritualistas, os da ordem, da disciplina e do nacionalismo. A importância atribuída à família no discurso integralista é estratégica, pois, como apontado, as famílias integralistas educariam futuros militantes.

A ideologia integralista enfatizava o momento de crise da situação política brasileira e do fracasso do liberalismo que destruiu “liberdades legítimas” dos homens, dentre as quais a “liberdade da família” era destacada como elemento a ser defendido. A família era para Salgado a “defesa moral do homem” que, só em razão dela não se animaliza, e só pelo seu respeito não se escraviza. Ela era também colocada como defesa material do indivíduo, e, nesse sentido, para os integralistas, a garantia da propriedade privada era um instrumento de defesa da família (SALGADO, 1955b, p.110).

Para o líder do integralismo, homens e mulheres tinham funções diferentes na construção do Estado Integral, pois a mulher, devido ao seu “alterocentrismo”, era capaz, por meio de seu senso maternal e seu talento como educadora, prestar serviços específicos dentro do movimento.

O fato de que, dentro da AIB, homens e mulheres recebiam formação e exerciam práticas de militância diferenciadas, denota que as relações de gênero, dentro da organização, exerciam finalidades de relações sociais desiguais, baseadas em diferenças hierárquicas estruturadas em uma distinção entre os sexos, representando, portanto, relações de poder, sectárias e sexistas.

Bibliografia

- BARBOSA, Jefferson Rodrigues. Ideologia autocrática chauvinista regressiva: crítica aos herdeiros do sigma. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista (UNESP) Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. 2012.
- _____. Sob a sombra do Eixo: camisas-verdes e o jornal integralista Ação (1936-1938). Marília: UNESP, Dissertação de Mestrado, 2007.
- BARBOSA, Jefferson R. Plínio Salgado e os Intelectuais do Sigma. In: RODRIGUES, Cândido M.; BARBOSA, Jefferson R.; (Orgs.) *Intelectuais e Comunismo no Brasil: 1920-1950*. Gustavo Barroso - Plínio Salgado – Alceu amoroso Lima – Jorge Amado e Miguel Costa. Cuiabá: EdUFMT, 2011.
- BAPTISTA, Pedro. “O papel da mulher na causa integralista”, *Anauê*, maio, 1935.
- BRANDI; SOARES. “Plínio Salgado”. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Orgs.). *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional: Ação Integralista no Maranhão*. São Paulo: Annablume, 1999.

- ESTEVES, Floriano Japejú Thompson. "Sublime missão", *Anauê*, s.d.
- ESTATUTOS DA SECRETARIA NACIONAL DE ARREGIMENTAÇÃO FEMININA E DOS PLINIANOS. Rio de Janeiro, 10 de ago. de 1936.
- MALUF, M; MOTT, M.L. "Recônditos do mundo feminino". In: NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil*. República: da belle epoque a era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PENNA, B. "A mulher, a família, o lar e a escola". In: CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- PEREZ, Nair Nilza. "O integralismo e a mulher", *Anauê*, 1936.
- SALGADO, Plínio. "A mulher no século XX". In: *Obras completas*. São Paulo: Américas, 1955.
- SALGADO, Plínio. *Manifesto da Ação Integralista Brasileira*, 7 de out. de 1932, s. e. _____. "A quarta humanidade". *Obras Completas*. São Paulo: Américas, 1955b.
- SNAFP E A CAMPANHA ELEITORAL, A. Ação, 17 de maio de 1937. In: CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

A EDUCAÇÃO DO CORPO FEMININO NA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA¹

Renata Duarte Simões²

O objeto da pesquisa é a “educação do corpo” das mulheres militantes inscritas nas fileiras integralistas, as “blusas-verdes”, no que concerne à Educação Física difundida nas páginas do jornal *A Offensiva*, pela Ação Integralista Brasileira, por meio dos escritos de Francisco de Assis Hollanda Loyola. Os escritos de Loyola, Mestre de Campo da Milícia Integralista no Distrito Federal/RJ e diretor da Escola Técnica de Instructores de Educação Física integralista, ganham destaque neste estudo porque instituíram um modo inovador de conceber a prática esportiva e o treinamento físico direcionado às mulheres na década de 1930. Analisa os 748 números do jornal *A Offensiva*, periódico integralista que se encontra no Fundo Plínio Salgado do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro-SP e na Biblioteca Nacional-RJ. Concluiu que Loyola, em consonância com o ideário da AIB, atribuiu grande importância à Educação Física, conferindo-lhe o papel de preparar a mulher para a vida, de auxiliá-la no aperfeiçoamento das qualidades físicas e morais, fazendo-a atingir o mais alto grau de aperfeiçoamento físico compatível com a sua natureza. Assim, segundo ele, estaria a Educação Física promovendo a higiene, a eugenia e a saúde da mulher genitora da prole sadia que, no futuro, viria a defender a causa integralista e a Nação.

1 Este estudo recebeu apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo/FAPESP para o seu desenvolvimento. Agradecimentos a Prof.^a Dr.^a Diana Vidal pela orientação cuidadosa desta pesquisa.

2 Pós-doutoranda pela Universidade de São Paulo (USP) no Programa de História da Educação e Historiografia.

Na década de 1930, sobre o corpo foi dirigida a atenção de médicos, educadores, engenheiros, professores e instituições como o exército, a Igreja e a escola. A compreensão que perpassava os discursos desses profissionais e os espaços em que atuavam era de que o corpo precisava ser educado física e moralmente, pois, convenientemente educado, favoreceria o desenvolvimento do espírito, operando também como um instrumento útil a serviço dos interesses da Nação. O corpo fisicamente educado facultaria o desenvolvimento “das mais elevadas faculdades morais” (SALZANO, *apud* LENHARO, 1986, p. 75-77).

Nesse contexto, imprimia-se um sentido de consciência social ao aprimoramento físico. A nova higiene do corpo responsabilizava o indivíduo de modo a desenvolver uma consciência de bem-estar coletivo, enquanto a Educação Física³ voltava-se para a obtenção de indivíduos equilibrados e autossuficientes. As teorias eugênicas, por sua vez, buscavam argumentar que, com a disciplina dos músculos, se aperfeiçoaria a disciplina das vontades (LENHARO, 1986; SILVA, 2008).

O tema do esporte assumiu uma relevância particular no interior do discurso escrito ou figurativo do fascismo. É notória a importância que, especialmente no decorrer da década de 1930, a política de massas do regime atribuiu ao esporte como fator de enquadramento e de formação do italiano do futuro. O esporte tornou-se sinônimo de estilo de vida, “modo fascista de conceber e de levar a vida [...], de formar o caráter fascista” (MALVANO, 1996, p. 268). A ideia do jovem atleta era posta a representar a força, a vitória não só do atleta, mas também do próprio regime.

A Ação Integralista Brasileira (AIB) – movimento social que emerge no Brasil Republicano, arquitetado por Plínio Salgado – não ficou à parte dessas questões e buscou formar – inspirado no fascismo italiano, nos discursos médicos eugênicos e de fundamentação cristã do período – seus “soldados” para a defesa da Nação do ponto de vista “moral, intelectual e físico”. O integralismo deu visibilidade a esse investimento, seja na divulgação de impressos imbuídos do objetivo de normatizar a prática esportiva, seja naqueles voltados à divulgação dessa prática corporal.⁴

3 Optei por utilizar o termo Educação Física com iniciais em maiúsculo, assim como o fez Holanda Loyola em seus artigos.

4 Nesse período, a AIB lançou mão de um vasto conjunto de dispositivos textuais para doutrinar os membros de suas fileiras, foram inúmeros jornais, livros, artigos, cartas

A ideia de “educação integral para o homem integral” apresentava-se como uma constante do discurso pliniano. Salgado, Chefe Nacional e supremo da AIB, eleito por plebiscito, ao discursar sobre a formação do integralista, afirmou que o verdadeiro ideal educativo é o que se propõe a educar o homem todo, ou seja, o conjunto do homem físico, intelectual, cívico e espiritual. Nessa perspectiva, a educação integral precisaria evitar a “unilateralidade dos sistemas educacionais” que fazem predominar o âmbito esportivo, o científico, entre outros. Essa preocupação foi observada em escritos de outros dirigentes e intelectuais integralistas (CORBISIER, 1959; DIAS, 1959; PENNA, 1959; SALGADO, 1959) quando chamam a atenção para a educação que, segundo eles, não poderia negligenciar nenhuma de suas facetas, fosse a física, a científica, a artística, a econômica, a social, a política e/ou a religiosa. Argumentava-se em *prol* da formação/doutrinação do militante por meio de um conjunto pedagógico que incluía os aspectos moral, intelectual e físico.

Em juramento prestado aos quadros da AIB, no dia 20 de dezembro de 1934, o Chefe Nacional destacou o que se poderia esperar do integralismo no âmbito do corpo: “como cultura physica, o integralismo age no sentido de dotar os ‘camisas-verdes’ não somente de uma consciência sanitária, mas de uma capacidade de luta, para o que mantém a instrução militar e o cultivo dos esportes athleticos” (SALGADO, 1934, p. 1). Por meio de um discurso apreciativo dos esportes, eram veiculados valores como a exaltação da presteza física e da autodisciplina e formava-se o “camisa-verde” “forte de físico e de espírito”, atingindo a educação seus fins morais, doutrinários e eugênicos.⁵

Nesse sentido, pensar o “corpo integralista” emergiu como possibilidade de traduzir, revelar, evidenciar formas bem precisas

e documentos utilizados pelo movimento a fim de difundir e divulgar a doutrina nos diferentes meios e mais distantes e diversos locais. Ao todo foram criados mais de cem diferentes jornais publicados em cidades do Brasil. Por ora, para a realização do estudo, foram analisados, fundamentalmente, os 748 números do jornal *A Offensiva*, exemplares que se encontram no Acervo Plínio Salgado do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro-SP e na Biblioteca Nacional-RJ. A seleção do material deu-se a partir do contato com diversos documentos, jornais, cartas, manuais didáticos, regimentos, enciclopédias e livros integralistas e a opção pela *A Offensiva* deve-se a grande quantidade de artigos e colunas voltadas à educação e disciplinamento do corpo publicados nesse periódico. Os demais documentos são utilizados com intuito de complementar, confrontar e corroborar as informações dispostas nas páginas do jornal selecionado.

5 *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano I, p. 6, 8 nov. 1934.

de educação, modos bastante sutis de inserção de indivíduos e grupos em uma dada sociedade e formas múltiplas de socialização. Por meio da “retórica corporal”, arquitetada pelo movimento como instrumento de controle e disciplinarização dos militantes inscritos em suas fileiras, encontrei uma possibilidade, entre outras, de investigar a constante intervenção do poder exercido pela AIB sobre seus membros e, neste estudo, mais especificamente sobre a mulher militante inscrita em suas fileiras.

O feminino e a Educação Física na AIB

A presença oficial feminina na AIB, na qualidade de membros efetivos, que eram chamados de “blusas-verdes”, foi definida institucionalmente a partir do Regulamento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos (SNAFP), aprovado em 10 de agosto de 1936, obedecendo aos princípios hierárquicos da agremiação.

É interessante notar que a SNAFP era chefiada por mulheres e que a posse dos cargos era comemorada em reuniões solenes e divulgada em jornais que enfatizavam a “nobreza de caráter da mulher integralista”, sendo ela a mais indicada para organizar e chefiar o trabalho das companheiras “blusas-verdes”.⁶

A SNAFP compreendia dois Departamentos: Feminino e dos Plinianos. De acordo com o regulamento da SNAFP, o Departamento Feminino tinha por objetivo “[...] orientar, dirigir, controlar e arregimentar as atividades Femininas no Movimento”⁷ e era composto por cinco Divisões: Expediente, Cultura Physica, Educação, Estudos e Ação Social.

Sob responsabilidade da Divisão de Cultura Physica, ficava a orientação às integralistas no que se refere aos exercícios físicos⁸ e à prática dos esportes “apropriados ao sexo feminino”.⁹ À Divisão de Cultura Physica competia “[...] desenvolver na mulher o gosto

6 Regulamento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos. Departamento Feminino, art. 1º.

7 Ibidem.

8 Nos textos que tratam da Educação Física e dos esportes veiculados nos jornais integralistas e utilizados neste estudo, não foi possível observar distinções entre os termos “exercício”, “exercício físico”, “atividade física”, “atividade corporal”. Esses termos, ao que parece, são utilizados de modo aleatório.

9 Regulamento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos. Departamento Feminino, IV- Das Divisões - Divisão de Cultura Física, art. 8º, p. 172.

pelos esportes”; “ensinar natação, tênis, equitação, tiro ao alvo, basquetebol, atletismo, etc.”; “manter aulas de ginástica; assistir à juventude no seu desenvolvimento físico, moral e intelectual, valendo-se, para esse fim, do departamento correspondente”; e, por fim, “apresentar quinzenalmente, ao chefe da divisão um relatório de suas atividades” (grifo do autor).¹⁰

A atividade física, considerada o equilíbrio da saúde pela Divisão de Cultura Physica, era amplamente recomendada à mulher integralista como meio de evitar doenças e tornar a vida da militante mais ativa. Praticando exercícios, estaria a mulher evitando “os tipos pálidos, anêmicos, raquíticos; as faces olhando com profundas olheiras; as fisionomias cansadas, os peitos ofegantes, a fraqueza geral; o perfume desagradável produzido pela decomposição precipitada das excreções excessivas”, porque a atividade física “[...] é, antes de tudo eugenia, higiene, saúde”.¹¹ Influenciaria, ainda, o exercício no aperfeiçoamento das qualidades morais da mulher. Seria o ponto culminante da finalidade do exercício a tempera do seu caráter, o espírito de iniciativa, confiança, decisão, firmeza, bom humor, qualidades consideradas essenciais pela AIB para a preservação do lar e da família.¹²

No fluxo dos discursos, que destacam a importância dos cuidados da mulher para com o próprio corpo, os editores de *A Offensiva*¹³ publicaram vários textos que sugerem vigilância para com a saúde e a higiene pessoal, a preservação da família e do lar, a preocupação com a moral da prole, a formação de um sentimento de amor pela Pátria e de devoção à doutrina integralista.

No jornal de 22 de junho de 1935, página 4, seção Conselhos de Hygiene, Marietta Kendall discute a questão da “cultura physica” para a mulher, argumentando que é uma das principais promotoras e mantenedoras da beleza e higiene da mulher. Segundo o exposto, sem a “cultura physica” é quase impossível ter uma estética perfeita, sendo ela “indispensável” também no ponto de vista de saúde.

10 *Monitor Integralista*, primeira quinzena de dez. 1934, p. 9.

11 LOYOLA, Hollanda. Educação Physica: para a mulher. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 73, p. 5, 5 out. 1935.

12 *Ibidem*.

13 O jornal *A Offensiva* foi lançado na cidade do Rio de Janeiro em maio de 1934 e extinto em março de 1938. Sua tiragem era semanal e suas vendas, de 1934 a 1935, somente por assinatura. A partir de janeiro de 1936, tornou-se diário mantendo a distribuição por assinaturas e ampliando sua vendagem por intermédio das bancas. Sobre o jornal *A Offensiva*, ver SIMÕES, 2009.

Embora tenha conferido importância à estética da mulher, proporcionando espaços no jornal para que alguns autores tratassem dessa temática, a AIB parecia estar muito mais preocupada com a questão eugênica e geracional da beleza do que com a “satisfação” pessoal e a auto-estima feminina. A AIB compreendia que, sendo “bela”, a mulher estaria apta a gerar uma prole “forte” e “sadia”. Nos periódicos integralistas, quando o tema é o embelezamento, os artigos, as seções e as propagandas frequentemente o associam à maternidade e ao casamento, ou à promessa de casamento.

Os periódicos integralistas não apontam para a defesa do cultivo da beleza relacionada à auto-estima ou à sensualidade feminina, pois o fundamental é que a mulher integralista fosse mãe e seu corpo fosse belo em proporções e saudável, não para o ato de seduzir ou para que se sentisse melhor consigo mesma a militante, mas para a procriação e para a realização das atividades na AIB. Reconhecia-se, nas páginas dos impressos integralistas, a importância das atividades “corporais e esportivas” para favorecer o aperfeiçoamento da reprodução humana.

O integralismo não poupou esforços na obra de doutrinação no tocante à maternidade, exaltando-a como a mais encantadora e sublime missão da mulher. A AIB conferia destacada importância à maternidade e argumentava não se resumir apenas a uma função física, sendo, principalmente, uma função moral, na qual a mulher assumiria a responsabilidade de estimular no filho virtudes com a finalidade de torná-lo um homem de nobres ideais. Dessa função não deveria se abster a “mocinha que estuda, a jovem que trabalha, a professora, a artista, a doutora, todas [poderiam] exercer com sucesso a função maternal” (DIAS, 1959, v. IX, p. 92).

Sendo a mulher “alterocentrista” (DIAS, 1959, v. IX, p. 83), em meio algum poderia melhor expandir o anseio de dar-se, de sacrificar-se do que no meio familiar. Na família, que adquiriu importância primordial no discurso de construção da Nação, a mulher deveria assumir o papel de mãe, esposa e fortaleza do lar. A mulher deveria respeitar e honrar seu marido cuidando de seus afazeres e educar física e moralmente a prole, mostrando-se boa mãe.

Objetivando levar a mulher a cumprir eficazmente o seu papel, a AIB fez evidenciar a responsabilidade que confere a ela, não só de gerar, mas também de criar filhos fortes e sadios, futuro promissor de um País em via de modernização e, principalmente,

futuro promissor de uma Nação Integralista que se buscava instituir. Visando a esse fim, deveria a mulher se dedicar às práticas salutaras, dentre elas a alimentação equilibrada, os banhos de sol, os cuidados higiênicos e, destacadamente, a prática de exercícios físicos e esportes.

O esporte, por seu caráter moralizador e disciplinador, ganhou espaço nos escritos e recomendações sobre a relevância dos exercícios físicos na construção do corpo e da personalidade “femininos”. Ainda que a prática esportiva feminina não fosse novidade na década de 1930, as mulheres não se eximiram de ampliar e diversificar sua participação em jogos, competições, ainda que em número bem menos expressivo em comparação com os homens (GOELLNER, 2003).

Em consonância com o período, as mulheres integralistas também despendiam parte do seu tempo com as práticas esportivas e os exercícios físicos. No jornal do dia 13 de dezembro de 1934, página 6, é noticiado que são inúmeras as inscrições de mulheres integralistas no setor esportivo, muito se esperando da atividade feminina. Nessa onda de entusiasmo, estavam as “blusas-verdes” organizando jogos, como o de tênis realizado na residência de Irene Freitas Henriques, para atrair não só as integralistas para esse setor, mas as brasileiras, de modo mais abrangente, a fim de arregimentá-las como novas militantes do movimento.

Na perspectiva de incentivar as mulheres militantes à prática de Educação Física e esportes, Francisco de Assis Hollanda Loyola, renomado autor da Educação Física em âmbito nacional; editor e diretor do primeiro periódico específico da área, *Revista Educação Physica*, a partir de 1939; colaborador na constituição de métodos e programas de Educação Física para o Brasil; autor de 17 livros,¹⁴ todos eles publicados pela Companhia Brasil Editora e amplamente divulgados; ingressou para os quadros da AIB e redigiu, para os jornais integralistas, artigos e crônicas sobre Educação Física e esportes direcionados às mulheres, escritos que se fizeram presentes praticamente durante todo o período de existência do jornal *A Offensiva*.

14 Quanto ao número de livros publicados, não foram encontradas fontes precisas. Schneider (2010) encontrou 12 diferentes títulos publicados e divulgados por Loyola na revista *Educação Physica*. Na segunda capa de alguns de seus livros, porém, foi possível observar que publicou, além dos 12, mais 5 livros também pela Cia. Brasil Editora, acumulando 17 livros.

Apesar do curto período de tempo em que atuou na área, em função de sua morte prematura em 1944, Loyola tornou-se uma referência importante para a Educação Física na transição dos anos de 1930 para os anos de 1940, não só para a AIB, mas para a sociedade brasileira como um todo. Os artigos de Loyola sobre a educação do corpo feminino, veiculados nos jornais integralistas, serviram como discurso norteador de práticas amplamente utilizado pelos dirigentes e intelectuais da AIB, instituindo um modo muito próprio e singular de conceber/educar/disciplinar fisicamente as “blusas-verdes”.¹⁵

Os escritos de Hollanda Loyola, Mestre de Campo da Milícia Integralista no Distrito Federal/RJ e diretor da Escola Technica de Instructores de Educação Física integralista,¹⁶ ganham destaque neste estudo porque instituíram um modo inovador de conceber a prática esportiva e o treinamento físico voltado às mulheres. Direcionar olhares para os escritos de Loyola, em impressos integralistas, se justifica por vislumbrar, por um novo prisma, aspectos sobre a Educação Física e os esportes propagados pelo integralismo nos anos 1930 em suas concessões e embates com algumas concepções sociais do momento.

Modelos e Prescrições de Hollanda Loyola para a educação do corpo feminino

As inscrições para as Seções Esportivas dos núcleos integralistas eram efetivadas no Departamento Provincial e às mulheres integralistas era orientada a prática de exercícios físicos como tênis, natação, esportes coletivos, etc. Os esportes coletivos eram os mais aconselhados à mulher integralista com intuito de trabalhar sua percepção e inteligência, estimulando seu contato com

15 As mulheres militantes inscritas nas fileiras integralistas foram chamadas de “blusas-verdes” em função do uniforme adotado pela AIB composto por saia preta e blusa de meia-manga na cor verde. Os homens, por sua vez, com o uniforme composto de calça preta e blusa de manga comprida verde ficaram conhecidos como “camisas-verdes”.

16 Para coordenar os trabalhos da Milícia no Distrito Federal, o Chefe Nacional – “usando os poderes que lhe [foram] reconhecidos pelo Art. 3º, alínea K do Cap. I, título 2º dos Estatutos aprovados pelo 1º Congresso Integralista Brasileiro” – comissionou Francisco de Assis Hollanda Loyola ao posto de Mestre de Campo, determinando a todos os integralistas que viessem a essa patente, que a reconhecessem e lhe prestassem as devidas honras. Escolhido, também, pelo próprio Chefe Nacional para coordenar os trabalhos na Escola Technica de Instructores de Educação Física integralista, Loyola ocupou esse cargo desde a criação da instituição, em 1934, até a sua extinção, em 1937.

outras integralistas e promovendo sua “alegria de espírito”, “beleza de formas” e “equilíbrio da saúde”.¹⁷ Hollanda Loyola indicava os exercícios coletivos para as jovens integralistas, porque, segundo o autor, despertam mais o interesse, entusiasmo, emulação e são mais recreativos do que os exercícios individuais, que são monótonos e só darão bons resultados com muita perseverança, o que é difícil sem um orientador.¹⁸

As mulheres integralistas também eram orientadas por Loyola quanto ao melhor horário para a prática de exercícios, sendo a elas indicado o período da manhã, após as “abluções matutinas”, ou à tarde, “depois das atividades do dia”, em ambos os casos seguindo-se de cuidados de higiene, ou seja, “de um banho frio com massagem de toalha grossa e felpuda”.¹⁹ De acordo com os escritos de Loyola, os trabalhos físicos deveriam também ser precedidos de “trabalhos higiênicos especiais”, como a utilização de roupas leves, limpas, folgadas e a “maior satisfação possível de quaisquer necessidades fisiológicas (sede, micção, evacuação, cansaço, etc.)”. O exercício deveria abranger todo o organismo, sendo “[...] sempre alternado e variado, atraente e metódico”.²⁰

Para os braços, pernas e tórax da mulher integralista, Loyola indicava exercícios corretivos, nos quais se procurava obter o desenvolvimento do músculo e a conformação do esqueleto, entrada também para aquecer o organismo, adaptando-o para um trabalho mais intenso. O autor ainda prescrevia à militante os exercícios de força, agilidade e resistência, nos quais se buscava desenvolver essas qualidades, aproveitando o trabalho físico para o fim estético, isso é, “[...] amplitude harmônica do tórax, adelgamento da cintura, conformação da bacia, rigidez dos músculos”.²¹

Para aumento da capacidade vital e volta ao repouso inicial, Loyola indicava exercícios respiratórios, devendo ser esse trabalho diário ou pelo menos alternado e realizado um dia sim, outro não, “[...] respeitando, naturalmente, certas fases em que contingências fisiológicas [da mulher] impõem a necessidade de repouso”.²²

17 LOYOLA, Hollanda. Educação Physica: para a mulher. t, Rio de Janeiro, ano II, n. 73, p. 5, 5 out. 1935.

18 Ibidem.

19 Ibidem.

20 Ibidem.

21 Ibidem.

22 Ibidem.

Dois períodos fisiológicos femininos que recebem atenção especial nos escritos de Loyola são o ciclo menstrual e a gravidez. As orientações apontam para a necessidade de repouso nessas fases, ou seja, um total afastamento de exercícios físicos mais intensos é prescrito nas páginas dos jornais. A menstruação, apesar de não ser tratada abertamente tanto pelo autor quanto pelo jornal, e as diferentes fases hormonais que se exercem no corpo, apresentam-se como preocupações constantes nos artigos, seções e colunas sobre a mulher, veiculadas em *A Offensiva*. Essas fases deveriam, como aponta Loyola, ser respeitadas e orientar as atividades para a mulher.

Outra questão de discussão notória nas páginas de periódicos do movimento é a relevância conferida pela AIB ao orientador de atividades físicas. Salienta-se, em vários artigos de jornais voltados para a prática de exercícios, inclusive os diversos artigos encontrados em *A Offensiva*, grande parte redigidos por Loyola, que muitos são os programas e métodos de treinamento, contudo, é preferível, como aponta a Seção de Esportes do Departamento Feminino, recorrer a um treinador, a um orientador.

Reforçando a importância do treinador e salientando a dificuldade de prescrição de exercícios por meio de artigos de jornais, Loyola ainda assim indica, em *A Offensiva* de 05/10/1935, alguns exercícios a serem praticados individualmente pelas mulheres que não têm acesso a um trabalho orientado:

Braços – elevação dos braços, estendidos em diferentes planos, circundação dos braços flexionados, flexão e extensão dos antebraços, etc.

Pernas – com as mãos nos quadris, elevar em diferentes planos a perna estendida, elevar o joelho e estender a perna, flexão e extensão da perna, etc.

Tronco – com as pernas afastadas, flexionar o tronco até tocar com as mãos atrás da linha dos calcanhares, mantendo as pernas estendidas e completando o movimento com a flexão do pescoço; com as mãos nos quadris, inclinar o tronco para os lados; sentado, tocar com as pontas dos dedos das mãos na ponta dos dedos dos pés, etc.

Força – elevar objetos pesados, suspender o corpo em traves horizontais, apoiar-se estendido sobre o solo e flexionar os braços, etc.

Agilidade – saltos em altura, com mudanças bruscas de direção,

rebater bolas de borracha à parede, flexões e distensões bruscas de tronco, etc.

Resistência – com as mãos nos quadris, saltitamento no mesmo lugar com cruzamento das pernas; deitado de costas, fazer o pedalar de bicicleta; saltar com corda.

Respiração – em movimento, marcando passo ou andando, ar puro, respirar profundamente, inspirando pelo nariz e expirando pela boca, levando as espáduas para frente no primeiro tempo, trazendo-as para trás no segundo tempo. Das três espécies de exercícios aqui mencionados, escolher uma por natureza de trabalho, repeti-la umas oito vezes, variando sempre, dia para dia.²³

Apesar de compreender que os exercícios físicos, praticados sem a orientação de um treinador, poderiam vir a acarretar prejuízos para a mulher, Loyola destacava que não fazê-los seria ainda mais prejudicial, pois estaria a militante entregando-se ao ócio e ao cansaço. Para que mais perto do acerto chegassem as mulheres, o autor aconselhou que as “blusas-verdes” fizessem os exercícios supracitados em frente a um espelho, para facilitar a correção dos movimentos, e com o corpo perpendicular ao solo e encostado na parede para que mantivessem uma atitude ereta.

Preocupação constante da Seção de Esportes da AIB é que os exercícios físicos não viessem a masculinizar os corpos das mulheres integralistas, que não tornassem largos os troncos e cinturas, que não fizessem fortes em exagero os braços e pernas das “blusas-verdes”. Logo, os exercícios para as mulheres deveriam ser específicos.

Nesse sentido, *A Offensiva* do dia 14/09/1935 traz um artigo especificamente voltado para a prática da Educação Física feminina. Nele, Loyola aponta que a Educação Física aplicada à mulher é a que mais necessita de rigoroso cuidado, de “escrupulosa atenção em sua aplicação”, por diferirem “acentuadamente” suas bases fisiológicas das bases fisiológicas preconizadas para Educação Física masculina.

Logo, tece críticas aos seguidores do Método Naturalista, principalmente ao seu criador, Georges Hébert, pelo fato de defender que homens e mulheres sejam submetidos à mesma

prática da Educação Física.²⁴ Segundo Loyola, por serem profundas as diferenças entre homens e mulheres do ponto de vista funcional, as atividades direcionadas a cada sexo também devem ser diferentes. Dotada de uma “delicadeza nata”, a mulher precisa de exercícios que atendam e respeitem certas contingências fisiológicas a que está sujeita. Acrescenta, ainda, que a mulher tem a missão de procriar e que os exercícios devem ser bem escolhidos a fim de não atrapalhar essa função ou promover resultado contrário ao fim visado:

Queremos mulheres sadias e fortes, aptas para as funções que lhes impor [sic] a natureza e lhes ditar a sociedade; queremos crianças sãs de physico e sãs de intelligencia de uma nação, mas não queremos mulheres masculinizadas nem crianças militarizadas por redundar isto numa torpe materialização e conseqüente anulação dos princípios superiores da Humanidade.²⁵

À Educação Física da mulher, assim como à da criança, não interessava como à do homem, a combatividade, a força e a disciplina necessárias para o amoldamento a certos conceitos de conduta, a certas normas de disciplina social, mais rígidas em sua apreensão para os homens.²⁶

Nesse sentido, as atividades esportivas indicadas a homens e mulheres eram evidentemente distintas pelo sexo. No parágrafo único da Divisão de Cultura Physica, fica explícito ser “[...] expressamente proibido à mulher integralista, tomar parte em paradas esportivas que não sejam adequadas para sua compleição”. Embora não aponte quais atividades são ou não adequadas à mulher, o Regulamento deixa evidente que só seria aceitável que ela participasse das práticas esportivas que lhe fossem recomendadas, daquelas que não viessem a comprometer a sua feminilidade e lhe preservassem a fertilidade.²⁷

24 Georges Hébert tornou-se referência nos estudos que abordam a Educação Física porque se dedicou a combater os efeitos negativos que observava presentes na civilização moderna sobre as formas do corpo da mulher e que culminavam com a sua degenerescência física. O autor compreendia ser a beleza um atributo fundamental do sexo devendo ser cultivada (GOELLNER, 2003).

25 LOYOLA, Hollanda. Educação Physica XVIII: Plano Geral. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, ano II, n. 69, p. 5, 7 set. 1935.

26 Ibidem.

27 HENRIQUES, Irene de Freitas. Regulamento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos. Departamento Feminino, IV- Das Divisões - Divisão de Cultura Física, art. 8º. *Enciclopédia do integralismo*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1959. v. IX.

Ainda no artigo “Educação Physica: para a mulher”, Loyola volta a mencionar os benefícios da prática de exercícios e afirma que o fim da Educação Física feminina é higiênico, estético, fisiológico e moral; “que visa à ativação metabólica, o equilíbrio orgânico, a normalização dos serviços glandulares”; “destina-se à aquisição da harmonia de formas, da leveza de movimentos, da correção de atitudes”; que “produz o bem-estar psíquico, a alegria de viver, o espírito saudável”.²⁸

O autor revela ter ouvido ser “a mulher um tubo de secreções, e por tal ter uma aparelhagem delicada no tratamento é de difícil higienização”. Considerando também essa dificuldade, devem se organizar as “lições de Educação Física para a mulher”, preconiza o autor.²⁹

Para orientação das atividades, Loyola aponta a necessidade de separar as mulheres em dois grupos, dois ciclos principais, “profundamente diferentes entre si”: ciclo da infância, compreendendo desde o dia do nascimento até as primeiras manifestações pubertárias, e a puberdade, que vai até a fase adulta.

Nesse ponto, algumas contradições podem ser observadas no texto. O autor expõe estar provado e afirma concordar que, no ciclo da infância, pouca diferença existe na Educação Física para os dois sexos, senão quanto à intensidade dos trabalhos, que deve ser menor para a mulher. Contudo, recomenda que para a menina a Educação Física seja de orientação nitidamente feminina, “compatível com o sexo”, evitando-se a masculinização, a grosseria e a violência de certos trabalhos. No caso das mulheres, Loyola argumenta que “a elegância dos movimentos”, “a prática da higiene” e “o fim estético do exercício” devem ser sempre observados.³⁰

O ciclo da puberdade é o mais importante na visão do autor, pelo alcance fisiológico e moral do exercício. Nessa fase, “[...] surgem os primeiros assomos de vaidade que levam a mulher a usar saltos altos, sutiãs, cintas, preparados químicos, tinturas, corantes, pomadas”. A vida, segundo ele, torna-se mais complexa e “[...] todos os defeitos conseqüentes dessa complexidade cumpre à

p. 172.

28 LOYOLA, Hollanda. Educação Physica: para a mulher. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 70, p. 4, 14 set. 1935.

29 Ibidem.

30 Ibidem.

Educação Física corrigir”.³¹

Para AIB, a Educação Física deveria cumprir o papel de corrigir os “corpos defeituosos”, “raqúuticos” e “deformados”, formando homens e mulheres saudáveis fisicamente. Por conseguinte, segundo o movimento, estaria tornando-os mais confiantes, seguros e firmes nas decisões. Essas qualidades eram vistas como fundamentais ao soldado que se pretendia formar para defesa da Nação Integral. Nesse sentido, a Educação Física ainda era aplicada com a finalidade de disciplinar os quadros integralistas e de militarizar seus membros para torná-los “soldados” obstinados a defender a Pátria, ou melhor, obstinados a defender os ideais integralistas.

A importância conferida pelo movimento à Educação Física é bastante significativa, sendo dela, segundo o artigo de Loyola publicado em *A Offensiva* de 08/06/1935, “[...] a função de preparar para vida, de dar normalidade e capacidade às funções orgânicas, tonacidade aos músculos, resistência ao esqueleto, flexibilidade às articulações, controle ao sistema nervoso”. Ainda nesse jornal, por considerar os benefícios do exercício físico, a AIB move campanha para propagar a Educação Física, generalizar conhecimentos e identificá-la com hábitos do povo.

Os benefícios alcançados pelo exercício físico, como propaga Loyola, não têm apenas o efeito atual, não atingem apenas o ginasta praticante. Eles perpetuam-se pelas gerações – é eugenia.³² Nesse sentido, o integralismo defende que os fortes descendem dos fortes. Para Loyola,³³ esse dom da Educação Física é o mais valioso de todo o seu alcance, sua influência eugênica, influência essa que, segundo ele, não pode ser obtida apenas por práticas empíricas e processos teóricos.

Para Loyola, descendendo os fortes dos fortes, investimentos na formação de homens fortes e saudáveis deveriam ser empreendidos ainda nos pais a fim de que gerassem filhos também saudáveis, preparados fisicamente para salvar a Nação. Logo, a saúde da mulher é especialmente visada, pois sobre ela, fundamentalmente, recaia a função de gerar e cuidar da prole integralista, futuro promissor do País.

31 Ibidem.

32 Ibidem.

33 Ibidem.

Na busca pelo aprimoramento do físico, seja para o homem ou para a mulher, respeitando as suas respectivas naturezas, Loyola elege o Método Francês de Educação Física e argumenta ser, não o perfeito, mas um dos melhores, dos mais completos e dos mais racionais. *A Offensiva* traz em diversos artigos, redigidos por Loyola e publicados em série em diferentes números do periódico, elucidações, argumentações, explicações sobre o Método.

No jornal do dia 29/06/1935, o artigo “Educação Physica (VIII): Método Francês” confere destaque às suas bases pedagógicas. Nesse artigo, o Método é enaltecido em suas bases pedagógicas principalmente no que concerne “à prática racional e metódica [de exercícios] suscetível de fazer o homem atingir o mais alto grau de aperfeiçoamento físico compatível com a sua natureza”, entendendo-se que de acordo com o ideário integralista a natureza da mulher é profundamente distinta da natureza do homem, devendo, por isso, os exercícios físicos voltados para a mulher valorizar os atributos considerados intrínsecos à natureza feminina.

A atração despertada pela variedade dos exercícios, dos jogos, acrescida das qualidades de comando do próprio instrutor, que promove o interesse e o entusiasmo nas equipes para a prática alegre e salutar, constitui, segundo Loyola, uma das mais belas e pedagógicas preocupações do Método Francês. O autor ressalta, ainda, a verificação periódica da instrução, dos efeitos dos trabalhos executados sobre o organismo, feita por meio de novas numerações anotadas na ficha médica e cujo confronto com medidas anteriores serve de base para um juízo sobre a instrução.

Sobre esses fundamentos do Método Francês, repousam inúmeras orientações para a prática da Educação Física na AIB, orientações que em sua maioria são encontradas nos textos de Loyola. Seguindo esses preceitos, a Educação Física para a mulher, distinta da prescrita para o homem, é elaborada, difundida e aplicada em diversas escolas integralistas.

Na realidade, o autor argumentava que o Método Francês seria utilizado enquanto no Brasil um método próprio, que viesse a atender as demandas da população, estivesse sendo criado. Esse método próprio deveria ser discutido cautelosamente dentro de um “Plano Geral” e, enquanto ele não ficasse pronto, todos deveriam seguir um mesmo método, o Método Francês, conferindo uniformidade nacional à Educação Física.

O autor compreendia a necessidade do investimento na Educação Física planejada e estruturada para o povo brasileiro, com condições de clima, costumes, unidade de raça diferentes dos europeus e norte-americanos, ou seja, um plano de Educação Física com o sentido do nacionalismo brasileiro. Nessa direção, dizia querer prestar sua colaboração, “a colaboração integralista”, para realização efetiva e útil de um plano nacional de Educação Física que visasse de fato ao melhoramento da raça brasileira.

Pensando em um plano nacional de Educação Física, que segundo ele deveria ser elaborado com cautela, o autor começa a esboçar, em *A Offensiva*, o que pretendia para o País e o que denominou de “Plano Geral”. Sob o aspecto da prudência, a programação, ou seja, a organização das lições de Educação Física é apontada como de suma relevância para eficácia dos exercícios. Assim, Loyola, em *A Offensiva* do dia 7/09/1935, divulga o que havia começado a pensar sobre o “Plano Geral” da Educação Física, indicando que a organização de lições a constituir o programa de trabalhos para um mês, um trimestre ou um semestre devem obedecer aos seguintes quesitos:

- a) intensidade e duração dos exercícios graduados de acordo com o grupamento a trabalhar; b) os exercícios escolhidos em função do fim a obter; c) o ritmo ou a velocidade de execução subordinado à temperatura do momento – aumentando com o frio e diminuindo com o calor; d) matinal e local escolhidos de acordo com a natureza do trabalho a executar; e) escolher os exercícios evitando as repetições monótonas e fatigantes.³⁴

De acordo com esses princípios, respeitando as diferenças fisiológicas entre homens e mulheres, é que, segundo Loyola, se deveria orientar a programação das lições de Educação Física. Segundo a AIB, em consonância com o prescrito pelo autor, os programas de Educação Física não podem deixar de levar em consideração as diferenças entre os dois sexos. Para Loyola, no “Plano Geral”, a ser instituído, os exercícios físicos devem atender as necessidades da mulher, pois ela tem uma missão definida e delicada, a procriação. Por isso, “a ginástica para a mulher precisa de acurado estudo, os exercícios devem ser bem escolhidos sob

34 LOYOLA, Hollanda. Educação Physica XVIII: Plano Geral. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 69, p. 5, 7 set. 1935.

pena de ter um resultado contrário ao fim visado.”³⁵ Essa separação por sexos na prática da Educação Física é amplamente discutida e abordada nos jornais da AIB.

A *Offensiva*, do início de sua publicação até sua extinção, conferiu atenção especial à Educação Física e aos esportes direcionados à mulher. Suas inúmeras seções esportivas e os diversos artigos de Loyola, assim como a coluna por ele assinada (*Chronica Sportiva*), apontam para uma preocupação constante com o corpo feminino, corpo que deveria gerar a prole saudável, crianças que no futuro se tornariam os soldados integralistas. O que se buscava, com a propagação dos exercícios e dos esportes voltados à mulher, era, principalmente, a formação da militante bem disposta e ativa que deveria cuidar da preservação da família e do lar integralista.

Conclusões

Com base nos textos analisados, foi possível verificar que a AIB conferia realçada importância aos exercícios físicos e aos esportes voltados às mulheres. Tanto um quanto o outro deveriam auxiliar na promoção da saúde da militante integralista que, de acordo com a sua “natureza”, deveria ser boa mãe e esposa, cuidando da preservação da família e do lar. Além de boa mãe e boa esposa, – papéis que seriam bem desempenhados, segundo o movimento, graças aos atributos físicos e morais – deveria a militante ser preparada para gerar filhos saudáveis e fortes.

A preocupação com a função geracional da mulher motivou a ampla propaganda de exercícios físicos e esportes em *A Offensiva*, em artigos, seções e colunas, destacadamente em artigos de Hollanda Loyola. Naquele contexto, o autor, em concílio com o ideário da AIB, defendia uma Educação Física distinta para homens e mulheres. Por considerar ter a mulher funções fisiológicas diferentes das funções do homem, como a procriação, Loyola apostava em uma Educação Física que não viesse a masculinizar os corpos femininos e que respeitasse as necessidades da mulher.

O autor atribuiu grande importância à Educação Física, conferindo-lhe o papel de preparar a mulher para a vida, de auxiliá-la no aperfeiçoamento das qualidades físicas e morais, fazendo-a

35 LOYOLA, Hollanda. Educação Physica: para de mulher. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 70, p. 4, 14 set. 1935.

atingir o mais alto grau de aperfeiçoamento físico compatível com a sua natureza. Assim, segundo ele, estaria a Educação Física promovendo a higiene, a eugenia e a saúde da mulher genitora da prole sadia que, no futuro, viria a defender a causa integralista e a Nação.

Bibliografia

CORBISIER, M. C. A. Integralismo e educação do feminino. In: SALGADO, Plínio. (Org.). *Enciclopédia do integralismo*. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, v. IX, p. 63-69, 1959.

DIAS, C. P. A mulher e o Integralismo. In: SALGADO, Plínio (Org.). *Enciclopédia do Integralismo*. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, v. IX, p. 81-93, 1959.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Bela, Feminina e Maternal – imagens da mulher na Revista Educação Physica. *Coleção Educação Física*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003.

HENRIQUES, Irene de Freitas. Regulamento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos. Departamento Feminino, IV- Das Divisões - Divisão de Cultura Física, art. 8º. *Enciclopédia do integralismo*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1959. v. IX. p. 172.

KENDAL, Marietta. Conselhos de Hygiene. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 58, 22 jun. de 1935, p. 4.

LENHARO, Alcír. *Sacralização da Política*. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986.

LOYOLA, Hollanda. Educação Physica para a mulher. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 73, p. 5, 5 out. 1935.

_____. Educação Physica VIII: Método Francês. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 59, 29 jun. 1935, p. 4.

_____. Educação Physica XVIII: Plano Geral. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 69, p. 5, 7 set. 1935.

_____. Educação Physica: finalidades. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 56, p. 6, 8 jun. 1935.

_____. Educação Physica: para a mulher. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 70, p. 4, 14 set. 1935.

MALVANO, Laura. O mito da juventude transmitido pela imagem: o fascismo italiano. In: LEVI, Giovanni; SCHIMITT, Jean-Claude. *História dos jovens 2º*: a época contemporânea. São Paulo: Companhia das letras, 1996. p. 259-290.

Monitor Integralista, primeira quinzena de dez. de 1934, p. 9.

PENNA, Belisário. A mulher e a família, o lar e a escola. In: *Enciclopédia do integralismo*. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, v. IX, p. 41-59, 1959.

Regulamento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos. Departamento Feminino. *Enciclopédia do integralismo*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1959. v. IX. p. 167-186.

SALGADO, Plínio. O juramento. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano I, n. 32, p. 1, 20 dez. 1934.

_____. Para se compreender este Livro. In: SALGADO, Plínio (Org.). *Enciclopédia do Integralismo*. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, v. IX, p. 7-14, 1959.

SCHNEIDER, Omar. *Educação Physica: a arqueologia de um impresso*. Vitória: Edufes, 2010.

SILVA, André Luiz dos Santos. *A perfeição expressa na carne: a educação física no projeto eugênico de Renato Kehl (1917 a 1929)*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

SIMÕES, Renata Duarte. *A Educação do Corpo no Jornal A Offensiva (1932–1938)*. 2009. 205 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2009.

O ESTADO NOVO E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL:

o integralismo nos livros didáticos e na
grande imprensa

Rogério Lustosa Victor¹

Entre a história e a memória: localizando o objeto

No I Encontro de Pesquisadores do Integralismo, ocorrido no Arquivo Público Municipal de Rio Claro (SP), no ano de 2002, alguns ex-militantes do integralismo e do Partido de Representação Popular foram convidados para participar, dando testemunhos de suas trajetórias naqueles movimentos políticos. No entanto, eles não se limitaram a tal atividade. Diante da apresentação de pesquisa de historiadores, referente ao passado vivido por aqueles militantes, alguns sentiram sua memória tão atingida pelas narrativas da história, que não hesitaram em quebrar o protocolo e entrevistaram em algumas seções, causando considerável mal-estar. No caso da comunicação do pesquisador João Fábio Bertonha, a situação foi mais constrangedora, pois ele tocou em dois pontos sensíveis aos integralistas, quais sejam, a caracterização do integralismo como um tipo de fascismo e os contatos de Plínio Salgado com fascistas e nazistas em Lisboa durante a Segunda Guerra Mundial. Bertonha foi interrompido verbalmente por militantes que, com certa agressividade, disseram que ele, por colocar a doutrina integralista dentro do fascismo, era uma pessoa de má-fé, um profissional incompetente e sem ética.

1 Doutor em História pela UFG.

Dois anos após o incidente, a memória do historiador quanto ao episódio o incitou a escrever artigo intitulado *Integralistas e pesquisadores do integralismo: o embate entre memória e história* (BERTONHA, 2004), publicado em livro lançado pelo Arquivo Público Municipal de Rio Claro e co-organizado pelo também historiador Renato Alencar Dotta. Neste artigo, João Fábio Bertonha (2004), ao avaliar os embates entre a História e a memória, em tom crítico à memória integralista, disse:

[...] no que se refere ao integralismo, foi consolidada no decorrer dos anos, uma memória particular por parte dos militantes. Eles formularam uma versão própria do acontecido, esqueceram algumas coisas, convenientemente; remontaram os acontecimentos e pretendem que o resultado seja a expressão da verdade pura. Tudo que saia desse roteiro pré-estabelecido, mesmo que seja por um milímetro, é imediatamente atacado como mentira, deturpação, má fé, etc. (BERTONHA, 2004, p. 157).

Sem dúvida, entre os integralistas forjou-se uma memória particular, procedimento comum à memória de qualquer grupo, e, como em toda memória coletiva, a percepção do passado não se dá só por meio de experiências diretamente vividas, mas também adquiridas a partir de histórias contadas e/ou escritas por outros em que o eu, participe do grupo, ouve/lê de outros e, assim, compartilha de um mesmo passado. Isso tornou-se possível às novas gerações de militantes — membros do PRP que não atuaram na AIB —, num processo relacional e intersubjetivo, como é próprio da construção da memória coletiva, ter leitura de passado, por eles não vivido, bastante próxima das leituras daqueles que viveram os acontecimentos concernentes à AIB nos anos de 1930.

E, certamente, eles formaram uma versão própria do acontecido e esqueceram algumas coisas. Se esta engenhosidade da memória foi consciente ou não, é questão de difícil solução, mas nos parece mais plausível a interpretação de que houve esforço consciente das lideranças integralistas para forjar recordações em que o integralismo estivesse sempre distante das representações de passado que os ameaçavam. Como “é mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração”

(RICOEUR, 2007, p. 98), aos líderes integralistas foi então possível narrar para fixar os pontos por onde se teceria a lembrança e se constituiria o esquecimento. Narrativa fechada, que foi posta a serviço do fechamento identitário da comunidade (*idem, ibidem*).

Nesse sentido, não existiria uma memória coletiva que fosse propriamente falsa, como às vezes pretende o historiador. Pois, para além da função declarada de lembrar-se de algo que de fato ocorreu, a memória do grupo teria uma função próxima da que Emile Durkheim constatou para a religião em sua obra *As formas elementares da vida religiosa* (1960), ou seja, que ela seria um conjunto de crenças e práticas simbólicas referentes ao universo do sagrado que une os indivíduos que dela compartilham. Embora a memória não remeta necessariamente a crenças e práticas relativas às coisas sagradas, é possível observar como característica da memória certa sacralização das leituras coletivas referentes às experiências vividas pelo grupo, as quais forjam visão una do passado, informando práticas e crenças compartilhadas pelo grupo, sendo, assim, importante componente da identidade coletiva e capaz de ultrapassar o problema da fidelidade, que é a principal pretensão cognitiva da memória (CATROGA, 2009, p. 23).

É evidente que a narrativa presente na memória integralista, a serviço da identidade do grupo considere — como assombradamente disse Bertonha (2004, p. 157) — que “tudo que saia desse roteiro pré-estabelecido, mesmo que seja por um milímetro, é imediatamente atacado como mentira, deturpação, má fé, etc.”

Foi esse embate, por mim presenciado no I Encontro de Pesquisadores do Integralismo, evento ocorrido no Arquivo de Rio Claro, que me trouxe a preocupação acadêmica com as representações acerca do integralismo. Dessa forma, neste artigo, buscamos mapear e analisar a elaboração da memória social, particularmente quanto à presença do integralismo na mesma como prática política e que objetivava impedir a atualização do movimento integralista.

Assim, primeiramente, nossa investigação voltou-se para as representações contidas nos livros didáticos de História publicados durante o Estado Novo. A narrativa do livro didático é a narrativa histórica por meio da qual a grande maioria das pessoas tem acesso às leituras do passado. Supomos que a memória social está imbricada nessa história de vulgarização e que a escola, por fim, acaba sendo

importante agente de transmissão de tal memória.

Em seguida, partimos para a avaliação das narrativas presentes na grande mídia, quanto ao integralismo, no início da democratização (1945). Nesse ponto, argumenta-se que, ao serem disponibilizadas e difundidas no espaço público e incorporadas como memória social, essas representações negativas quanto ao integralismo corroboraram a construção da visão de mundo mais compartilhada no que concerne aos ex-camisas-verdes, a qual, de algum modo, imbricou-se nas próprias narrativas historiográficas. Passemos, então, a problematizar a construção das representações do passado integralista.

Considerações iniciais

Em 1937, já contando com centenas de milhares de filiados, a Ação Integralista Brasileira (AIB) sentiu-se encorajada a lançar seu líder à corrida presidencialista nas eleições que se anunciavam. Plínio Salgado foi o primeiro candidato a registrar-se oficialmente e os integralistas ansiavam eleger, se não o presidente da República, ao menos um número considerável de parlamentares. O golpe de 10 de novembro de 1937 e o conseqüente início do Estado Novo puseram fim a esta perspectiva. Semanas após o início do Estado Novo, Vargas baixou um decreto que colocou todos os partidos na ilegalidade, entre eles a AIB. Os integralistas subitamente perdiam a possibilidade de continuar com a sua organização na legalidade.

Nos meses seguintes, a relação entre o integralismo e a ditadura estremeceu e os integralistas começaram a conspirar contra o Estado Novo. Exatos seis meses após o golpe de 10 de novembro de 1937, integralistas, articulados com outros segmentos políticos, desfecharam um levante contra a ditadura. No entanto, o evento, que ficou conhecido como *putsch* integralista, fracassou. Nos anos seguintes, o integralismo, já derrotado politicamente, sofreu, na disputa pelas representações do passado, outra significativa derrota: a da disputa pela memória. O Estado Novo, tendo o integralismo como inimigo, tratou de disponibilizar no espaço público, por intermédio da grande mídia e dos livros didáticos de história, representações negativas quanto ao movimento dos camisas-verdes. Supomos que controlar o passado é uma das importantes facetas na imposição do poder político e que aquelas representações negativas quanto ao integralismo, disponibilizadas no espaço público, foram

incorporadas como memória social, corroborando o veto ao integralismo no campo político.

O Estado Novo impõe a História: o integralismo nos manuais escolares

Assim, buscaremos primeiramente constatar como o Estado, por meio de sua política para os livros didáticos, foi capaz de nortear a feitura da história voltada para o ensino e de delinear o lugar que o integralismo nela ocuparia. Nos livros didáticos de história publicados nesse período, o integralismo aparece como ridículo, fascista, golpista ou simplesmente desprezível. Supomos que essas histórias, narradas com a autoridade do autor do livro didático e trabalhadas pelo professor em sala de aula, estabeleceram leituras do passado que contribuíram para a vulgarização de determinadas representações acerca do integralismo, corroborando a formação de leitura que há do integralismo na memória social. Passemos, portanto, à análise das políticas públicas estabelecidas para tais livros e, em seguida, para os textos neles contidos.

A década de 1930 foi marcante na ingerência do Estado na educação formal no Brasil. O próprio Ministério da Educação foi criado em novembro de 1930 (Ministério da Educação e Saúde Pública) e Francisco Campos² foi o primeiro a ocupar a pasta. E foi ele quem, no início dos anos de 1930, efetivou a reforma³,

2 Francisco Campos nasceu em Dolores do Indaiá (MG), em 1891. Graduiu-se pela Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte, em 1914. Em 1919, elegeu-se deputado estadual pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Em 1921, foi eleito deputado federal e reeleito em 1924. Foi secretário do Interior de Minas Gerais no Governo Antônio Carlos (1926-1930) e, nesse cargo, empreendeu significativa reforma na educação daquele estado. Nos desentendimentos entre São Paulo e Minas Gerais quanto às eleições presidenciais de 1930, ele foi o encarregado de Minas por negociar a articulação de uma candidatura oposicionista junto às forças políticas gaúchas. Com o golpe de 1930 e a posse do novo regime, assumiu o cargo de Ministro do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, quando realiza ampla reforma na educação. Deixou o ministério em setembro de 1932. Fonte: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>. Acesso em 16/12/2011.

3 A Reforma Francisco Campos realizou-se por meio dos seguintes decretos: 1. Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931: criou o Conselho Nacional de Educação; 2. Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931: Dispôs sobre a organização do ensino superior no Brasil e adotou o regime universitário. 3. Decreto nº 19.852 de 11 de abril de 1931: dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. 4. Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931: dispôs sobre a organização do ensino secundário. 5. Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931: organizou o ensino comercial, regulamentou a profissão de contador e deu outras providências. 6. Decreto nº 21.241 de 14 de abril de 1932: consolidou as disposições sobre a organização do Ensino Secundário.

estabelecendo que o Ministério da Educação seria o órgão responsável pela elaboração dos programas e métodos de ensino, retirando dos ginásios estaduais a possibilidade de elaborarem os seus próprios programas, como ocorria até então. Assim, estava em curso um processo de centralização e uniformização do ensino chamado de Secundário.

Quanto à disciplina de História, a reforma de Francisco Campos unificou as disciplinas História Geral e História do Brasil, dando origem a uma disciplina, a História da Civilização⁴ (essa situação perdurou até a Reforma Capanema, em 1942), a qual seria, a partir de então, obrigatória em todas as cinco séries do Ensino Secundário do ciclo fundamental. Já no ciclo complementar, ela seria ministrada apenas para os candidatos ao curso de Direito e somente no primeiro ano. Nessa nova estrutura de ensino, a estatura da História foi enaltecida, mas de uma História que, como definiu o Plano Nacional de Educação de 1936, tinha o “alto intuito de fortalecer cada vez mais o espírito de brasilidade, isto é, a formação da alma e do caráter nacional”.

Durante toda a chamada Era Vargas, o governo mostrou-se mais preocupado com a afirmação do ideário nacional, e os agentes governamentais perceberam que o livro didático, em geral, e o livro didático de História, em particular, tinha força considerável para tal empreendimento. Nesse sentido, no ano de 1938, já durante o Estado Novo e com Gustavo Capanema⁵ à frente do Ministério da Educação, estabeleceu-se uma política pública no sentido de controlar a sua adoção nas escolas: em 30 de dezembro de 1938, por meio do decreto-lei nº 1006, foi criada a Comissão Nacional do

4 Na prática, o ensino de História do Brasil permaneceu separado de História Geral e da América e era ministrada no primeiro ciclo do Ensino Secundário nos dois últimos anos, ou seja, no quarto e quinto ano do ginásial, sendo ministrada a História do Brasil Colônia, na 4ª série, e da “Crise do sistema colonial” até a República contemporânea na 5ª série.

5 Gustavo Capanema nasceu em Pitangui (MG), em 1900. Formou-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1923. Foi vereador em sua cidade natal entre 1927 e 1930 pelo PRM. Em 1930, tornou-se secretário do Interior de Minas Gerais, cargo que ocupou até 1933. Nesse mesmo ano, entre setembro e dezembro, foi interventor interino de seu Estado. Ocupou a pasta da Educação e Saúde entre julho de 1934 e outubro de 1945. Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Como ministro da Educação, Capanema realizou reforma que, entre outras questões, redividiu o Ensino Secundário, estabelecendo que o primeiro ciclo, agora chamado de ginásio, teria quatro anos de duração e estava articulado com o posterior ensino comercial, industrial, agrícola e normal; e o segundo ciclo, denominado colégio, com 3 anos de duração e voltado para a preparação às carreiras universitárias. Fonte: SCHWARTZMAN, 1982, p. 363.

Livro Didático (CNLD). Sua função era avaliar e autorizar/vetar a adoção de livros didáticos voltados para o ensino nas escolas públicas e privadas em todos os níveis, salvo no Ensino Superior. A criação da CNLD, segundo explicação do próprio ministro por ela responsável, Gustavo Capanema, visava instituir “um seguro regime de vigilância do livro didático, para o fim de torná-lo de boa qualidade e de vedar a utilização dos maus e perniciosos [...]” (in: SCHWARTZMAN, 1982, p. 358). O referido decreto estabeleceu que, a partir de 1940, nenhum livro não autorizado pela CNLD poderia ser adotado em qualquer escola no país. A CNLD seria formada por sete membros escolhidos pelo presidente da República, e o decreto mencionado (1006/38) descreveu-os como “pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecimento moral”. A mesma lei definia que a escolha dos livros caberia aos professores e diretores das escolas, os quais eram livres para escolhê-los dentre aqueles já previamente aprovados pela CNLD.

O procedimento burocrático restringia-se ao envio, por parte dos autores ou editores, ao Ministério da Educação, de uma petição que pedia a avaliação do livro, juntamente com três exemplares da obra. As obras eram examinadas e, no mês de janeiro, o governo divulgava a lista dos livros autorizados ao uso escolar no *Diário Oficial*. O Art. 20 do decreto-lei 1006/38, publicado no *Diário Oficial*, no dia 5 de janeiro de 1939, estabelecia os critérios que deveriam ser utilizados para a não autorização de certos manuais escolares. E eles eram:

Art. 20. Não poderá ser autorizado o uso do livro didático:

- a) que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional;
- b) que contenha, de modo explícito, ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação;
- c) que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais;
- d) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria;
- e) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira;
- f) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade

do homem de uma região do país, com relação ao das demais regiões;

g) que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras;

h) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais;

i) que procure negar ou destruir o sentimento religioso, ou envolva combate a qualquer confissão religiosa;

j) que atente contra a família, ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais;

k) que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combata as legítimas prerrogativas a personalidade humana.

(Decreto-Lei n. 1.006/38. In: *Diário Oficial*, 5/1/1939, p. 5).

Além das questões ideológicas, os critérios definidos pelo governo para não se autorizar o uso de determinados livros como manuais escolares também envolviam questões pedagógicas, didáticas e mesmo econômico-sociais. O Art. 21 da mesma lei definia que:

Art. 21. Será ainda negada autorização de uso ao livro didático:

a) que esteja escrito em linguagem defeituosa, quer pela incorreção gramatical, quer pelo inconveniente ou abusivo emprego de termos ou expressões regionais ou da gíria, quer pela obscuridade do estilo;

b) que apresente o assunto com erros da natureza científica ou técnica;

c) que esteja redigido de maneira inadequada, pela violação dos preceitos fundamentais da pedagogia ou pela inobservância das normas didáticas oficialmente adotadas, ou que esteja impresso em desacordo com os preceitos essenciais da higiene da visão;

d) que não traga por extenso o nome do autor ou autores;

e) que não contenha a declaração do preço de venda, o qual não poderá ser excessivo em face do seu custo.

Art. 22. Não se concederá autorização, para uso no ensino primário, de livros didáticos que não estejam escritos na língua nacional.

Art. 23. Não será autorizado uso do livro didático que, escrito em língua nacional, não adote a ortografia estabelecida pela lei (Decreto-Lei n. 1.006/38, *idem*, p. 4-5).

A CNLD tornou-se mais especializada na sua estrutura a partir da subdivisão em várias seções, o que ocorreu com a portaria

ministerial nº 253, de 24 de dezembro de 1940. E as seções eram as seguintes: Redação, Ciências Físicas e Naturais, Matemática e Desenho e História.

A partir dessa política, o Estado no Brasil passou a definir quais eram os livros didáticos perniciosos e quais poderiam ser adotados nas escolas. Impondo vetos e definindo os conteúdos programáticos das escolas (os quais viriam a ser os conteúdos apresentados nos manuais escolares), o Estado afirmou-se também por esse caminho como um agente privilegiado na formação da memória social.

E a capacidade dos livros didáticos, no processo de ensino, de formar os valores de inúmeras sociedades, não deve ser negligenciada. O historiador Marc Ferro, em um conhecido estudo acerca desse tipo de literatura, apontou que os sentidos, que nos são ensinados na infância a respeito dos mais diversos assuntos, forjam a nossa visão do Outro.

Ela nos marca para o resto da vida. Sobre essa representação, que é para cada um de nós uma descoberta do mundo e do passado das sociedades, enxertaram-se depois opiniões, ideias fugazes ou duradouras [...] mas permanecem indelévels as marcas das nossas primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções (FERRO, 1994, p. 11).

Ainda dialogando com Ferro, supomos que as narrativas contidas nos livros didáticos ajudaram a conformar um tipo de visão quanto ao integralismo. Seus autores, ao selecionarem os personagens e fatos entrevistados como importantes, foram capazes de corroborar a construção de temporalidade norteadora das leituras mais compartilhadas do passado e de nela definirem um lugar para o integralismo.

O objetivo deste capítulo é exatamente o de perceber qual é esse lugar e identificar os meios que foram capazes de forjá-lo. Entendendo as narrativas contidas nos manuais escolares de história como informadas pela memória social e, ao mesmo tempo, como dela instituidora, buscaremos então avaliar como o integralismo é nelas representado.

Um primeiro livro avaliado foi o livro História do Brasil, de Basílio de Magalhães, lançado pela Livraria Francisco Alves, em 1943, e destinado aos alunos da 4ª série do Ensino Secundário, ou seja, do último ano do ginásio. Já no prefácio, o autor evidencia que o

volume está totalmente enquadrado nas exigências governamentais para o seu uso na série indicada:

Este volume, destinado à 4ª série do curso ginásial, é uma completa remodelação do que para a extinta 5ª série havia sido editado pela Livraria Francisco Alves [...]. Ver-se-á que nele [...] obedecemos à nova disposição da matéria, além de elaborar tudo quanto foi acrescido pelo programa oriundo do decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942. (MAGALHÃES, 1943, p. 5).

Assim, Basílio de Magalhães e a Editora Francisco Alves esmeravam-se para produzirem um livro enquadrado na nova legislação, visando ao seu uso nas escolas para a série indicada. Quanto ao integralismo, o autor a ele refere-se, pela primeira vez, em um tópico intitulado *O golpe-de-Estado de 10 de novembro de 1937 e o Estado Novo*. Nele, Magalhães critica a atividade parlamentar, a qual, segundo ele, girava em torno de temas frívolos, e critica também a política partidária, a qual estaria criando muitas dificuldades ao país. Para ele, a franca atividade política só estava sendo realizada pelos partidos comunista e integralista. E assim “foi para pôr termo a essa situação inquietante que o Sr. Getúlio Vargas, com pleno apoio das classes armadas [...] deu o golpe-de-Estado de 10 de novembro de 1937” (*idem*, p. 180).

A situação inquietante, a que Magalhães alude, resultava do perigo que o Brasil corria de “ser conquistado por um prosélito extremado do fascismo de Mussolini e do nazismo de Hitler”. Assim, o golpe dado por Vargas, além de “oportuno e hábil”, “teve a grande vantagem de fechar a porta a uma qualquer tentativa pacífica de conquista do poder pela disciplinada e ambiciosa avalanche dos discípulos brasileiros de Mussolini e Hitler” (*idem*, p. 181). Porém, os integralistas, consoante o autor, mesmo dizendo-se contrários a atos de violência, não hesitaram

em realizar o putsch de 11 de maio de 1938, por meio do qual empreenderam apoderar-se do palácio Guanabara, residência do chefe do Estado Novo. Foram, porém, repelidos pela força fiel à legalidade, capturados e submetidos ao Tribunal de Segurança, achando-se até agora no exílio o seu condottiere (Plínio Salgado). (*idem*, p. 182).

E, por fim, Magalhães concluiu o tópico sobredito, apontando

para o futuro que se abria depois de contidos os problemas políticos do país, ou seja, depois de liquidados o comunismo e o integralismo: “Afastados, de vez, esses dois motivos de intranquilização do país, o Estado Brasileiro prossegue na sua tarefa de realizações, dentro das diretrizes traçadas pela carta política de 10 de novembro de 1937” (*idem, ibidem*).

No tópico subsequente, intitulado Getúlio Vargas, o autor volta a afirmar que, naquele período, alastraram-se pelo país “os extremismos de importação russa ou ítalo-germânica” (*idem*, p. 183), e que essa situação não era compreensível num país que, segundo Magalhães, é “tradicionalmente amigo da liberdade” e dispõe de “tanta terra e tão pouca gente” que se pergunta “como é que há de ele comungar doutrinas tão extravagantes, quais o comunismo e o integralismo” (*idem, ibidem*). Logo, para Magalhães, “teria sido um desastre para a nossa pátria o movimento de 1930, se este a houvesse [...] deixado cair nas garras de um ou outro dos citados extremismos” (*idem*, p. 184). E assim, depois de retomar mais uma vez a fala de que Vargas conteve “a sangrenta explosão comunista de 1935 e o ambicioso *putsch* integralista de 1938” (*idem, ibidem*) e asseverar que este é o maior elogio que se pode tributar a Vargas, ele prossegue com outros tantos elogios ao presidente da República, conferindo que ele

instalou em nossa pátria o sindicalismo, melhorou o processo de assistência pública e particular, estabeleceu a representação das classes no legislativo, vedou as acumulações remuneradas e fixou o salário mínimo. E, ao mesmo passo que cogitava de tudo isso, o atual chefe da nação ainda volvia as suas vistas para a unidade e a defesa da nossa nacionalidade, realizando também grandes empreendimentos administrativos. (*idem*, p. 185).

Na temporalidade presente nesse texto, impera o mito de Vargas e, sob sua sombra, o integralismo e o comunismo. Destarte, supomos que a difusão desse texto nas escolas, por via de livro didático, ao retomar as narrativas já difundidas pela grande imprensa, contribuiu para a formação da memória social. Nela, o integralismo está estigmatizado (ele é extravagante, extremista, violento e seus militantes são discípulos de Hitler e de Mussolini). O estigma de nazifascista, violento e golpista opera um estratégico deslocamento e faz com que, em momento algum, as práticas estadonovistas sejam vinculadas ao fascismo. Quanto ao Estado policialesco, as práticas de tortura, as perseguições aos inimigos políticos, a forte censura

aos meios de comunicação, ou o autor nada fala a respeito, ou nega tais práticas: “Não menos louvável foi a tolerância, de que deu ele sobejas provas, no tocante aos seus adversários políticos. Nenhum gemeu em cárceres, nem foi trespassado de balas ante pelotões de fuzilamento [...]” (*idem*, p. 184). Dessa forma, a memória política do varguismo, patente nesse livro didático, foi imposta com os seus mitos da nacionalidade, da política trabalhista e do desenvolvimento econômico gerenciado pelo Estado.

No ano do livro citado de Basílio Magalhães, 1943, a Companhia Editora Nacional lançou a 5ª edição do livro *História do Brasil* de Joaquim Silva para o quarto ano ginasial. Na capa, assim como na folha de rosto, podia-se ler que o livro estava “de acordo com o último programa oficial”, deixando claro que ele atendia às normas governamentais. No livro, nada se lê acerca do autor, apenas que escreveu outros livros didáticos publicados pela mesma editora, estando todos eles de acordo com o programa oficial.

Na página 7, encontram-se o índice e o alerta do editor: “Os títulos são os das questões do programa oficial”. Percebe-se aí a capacidade do governo de definir um “roteiro” prévio à feitura da *História* para as versões autorizadas ao uso nas escolas. E o índice, assim como os títulos, conforme o programa oficial, anuncia nove capítulos, sendo o último atinente ao período a partir da revolução de 1930, período que nos interessa mais de perto. *A Segunda República* é o título do 9º capítulo, o qual foi subdividido em seis tópicos. O primeiro deles denomina-se *Da Revolução de Outubro ao Estado Novo*. Nesse primeiro tópico do 9º capítulo, trecho do livro em que ele aborda o período quando surgiu e floresceu o movimento integralista, Silva a ele refere-se apenas no seu último item intitulado *Depois de 37* (SILVA, 1943, p. 184) e da seguinte maneira: “Em 1938, a 11 de maio, elementos integralistas fizeram irromper na capital da República uma revolta que foi prontamente dominada.” O autor nada explica sobre o integralismo: quem eram os integralistas? Por que irromperam? Agiram sozinhos? Nada é discutido. Silva apenas retoma o discurso da imprensa: eles eram golpistas, mas foram prontamente dominados.

Já no segundo tópico do 9º capítulo, intitulado *Getúlio Vargas*, Silva volta a falar dos integralistas e, mais uma vez, apenas do golpe de 1938:

Procurando a solução dos problemas brasileiros, o chefe do Estado Novo, através de dolorosos incidentes, como a sangrenta

rebelião ateadada pela insânia comunista em 1934⁶ ou a revolta integralista de 38, alcançou, por suas maneiras democráticas, pela compassividade de seu caráter, uma popularidade que jamais teve no Brasil um presidente da República. (*idem*, p. 187).

O título do tópico de Silva já apontara para o personagem central de seu discurso. E, se nele os integralistas aparecem, é apenas para ressaltarem as qualidades de Vargas, o qual venceu os obstáculos que a nação enfrentou: a insânia comunista e a revolta integralista. A partir daí, o livro de Silva não volta a mencionar o integralismo.

O livro de Magalhães, e o de Silva, ambos publicados por editoras de prestígio na época, são representativos de como os livros escolares foram utilizados com grande proveito pelo Estado ditatorial, que controlou as diretrizes do seu processo de feitura e, assim, foi capaz de estabelecer, para o público escolar, uma versão autorizada da História do Brasil. Nesta, o integralismo foi representado com pequena ênfase, mas sempre indicando-o como o fascismo brasileiro, extremista e perturbador da ordem. Desse ponto, parte-se para o levante de 1938, ação que está sempre presente nos livros didáticos do período, mesmo nos que dedicam pouquíssimo espaço ao integralismo: o movimento golpista é exclusivamente integralista, mas foi facilmente dominado. Tal narrativa já estava disponibilizada por intermédio da grande imprensa desde 1938 e os livros didáticos a retomaram.

Para tanto, supomos que tais narrativas contribuíram para a formação da memória social, transmitindo representações do integralismo que contribuíram para nela definirem o seu lugar.

O integralismo no jornal O Estado de São Paulo em 1945: entre o aparato estadonovista e a redemocratização

Os resultados das pesquisas realizadas por Maria Luiza Tucci Carneiro, nos acervos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), são relevantes quanto ao esforço da República no Brasil em exercer controle sobre a cultura. Segundo a pesquisadora, “a censura, assim como a violência física e simbólica,

6 Seguramente o autor quis se referir a Intentona Comunista de 1935.

fizeram parte dos projetos políticos articulados em diferentes momentos da nossa história” (CARNEIRO, 1997, p.15). Seguindo sua análise e aproximando-se do período que elegemos para a nossa pesquisa, pode-se perceber como o Estado, a partir da Revolução de 1930, esteve longe de estabelecer políticas pautadas na liberdade de expressão. De início, no que concerne à imprensa, os jornais, que apoiavam o governo Washington Luís e não se alinharam com a Revolução, foram empastelados, prática bastante comum nas décadas anteriores para silenciar a imprensa indesejada. Mas, já nos fins de 1933, como Tucci Carneiro avalia, estabelecia-se uma política de normatização das proibições e, neste sentido, o Ministro da Justiça, Francisco Antunes Maciel fazia publicar no Diário da Assembleia Nacional as regras do silêncio:

[...] as críticas ao governo em termos acrimoniosos; expressões e referências pejorativas aos seus membros, notícias que pudessem prejudicar a ordem pública e estimular subversões, agressões pessoais a quem quer que fosse, críticas aos governos estrangeiros e seus representantes, informações que pudessem produzir alarmes ou apreensões e, finalmente, boatos de tendenciosidade manifesta. (*Idem, ibid.*).

A Constituição de 1934, no seu artigo 113, também estabeleceu restrições à liberdade de imprensa e, a censura a ela se impôs a partir do estado de sítio decretado após a intentona comunista (1935).

A partir de novembro de 1937, com a ditadura instalada, tem início a elaboração de uma política de maior controle da imprensa. Mas, como avaliou Edgard Carone,

o controle dos meios de comunicações particular — rádio e jornais — não se faz automático com o golpe de Estado. Apesar de não poder se manifestar contra [...], há sinais de insatisfação, algumas delas vencidas através de acordos — o Estado Novo subsidia jornais ou concede favores em papel —, outros através da força [...]. (CARONE, 1977, p. 170).

Quanto à capacidade do Estado Novo de submeter a imprensa por meio do controle do papel por ela usado, é bastante

elucidativo o testemunho dado pelo jornalista Joel Silveira⁷:

Naquele tempo era o DIP que controlava a importação e distribuição do papel destinado à imprensa, o chamado 'linha d'água'. Para os jornais amigos e 'compreensivos', direta ou indiretamente favoráveis à ditadura, nenhuma dificuldade: tinham o papel que queriam [...] mas, contra os desafetos, os rebeldes, os que não rezavam pela cartilha do Estado Novo, caía a pesada mão do DIP. (SILVEIRA, 2003, p. 63).

Na prática, durante todo o período do chamado Estado Novo, mesmo antes da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 27 de dezembro de 1939, a situação da imprensa foi marcada pela ausência de sua livre manifestação. O Estado submeteu-a, utilizando-se de várias estratégias, entre os quais merece destaque a política de favores à imprensa que estivesse em sintonia com o governo (neste aspecto entrava a liberalização de crédito público, a concessão de verbas publicitárias e a disponibilização de papel, já que este era basicamente importado e sua distribuição era controlada pelo governo), à repressão e à censura.

Exemplo notável de forma de submissão dos homens da imprensa ao governo Vargas é o caso de Assis Chateaubriand. Ele posicionou-se ao lado dos constitucionalistas na Revolução de 1932 e acabou sofrendo com a derrota destes: foi preso, perdeu *O Jornal* (um de seus principais veículos) e *O Cruzeiro* ficou proibido de circular por alguns meses. Depois, segundo Maklouf de Carvalho, ele capitulou: “fez acordos e retomou o controle das publicações. Foi estado-novista durante os oito anos da ditadura (1937-1945), sem prejuízo de divergências pontuais, e, daí para a frente, serviu-se do poder, e a ele serviu, na medida exata dos seus interesses” (CARVALHO, 2001, p.61).

7 Joel Silveira nasceu em 1918 na cidade de Lagarto (SE) e começou a trabalhar em um jornal local. Mudou-se para o Rio de Janeiro aos 19 anos e trabalhou em grandes publicações, como “O Cruzeiro”, “Diretrizes”, “Última Hora”, “O Estado de S. Paulo”, “Correio da Manhã” e revista “Manchete”. Ele foi repórter especial, correspondente de guerra e lançou mais de 40 livros. Destacou-se ainda na cobertura que realizou da Segunda Guerra Mundial na Itália, junto à FEB (Força Expedicionária Brasileira), como correspondente dos “Diários Associados”. Fonte: Folha de São Paulo, 15/08/2007.

A repressão, por sua vez, fazia-se de modo arbitrário. O jornal *O Estado de São Paulo* (OESP), que em 1932 havia apoiado a Revolução Constitucionalista, em 1940, acabou sendo ocupado pela polícia militar. A alegação era a de que ali havia armas escondidas. O jornal foi tomado pelo Estado que o manteve sob controle do DIP.⁸

Assim, o governo foi “praticamente o único a se expressar publicamente durante o Estado Novo. Sem oposição, sem ninguém para poder contestar-lhe a propaganda [...]” (CARONE, *op. cit.*, p. 169). E foi a partir da imprensa submetida pela ditadura, que se construiu uma narrativa bem elaborada acerca do integralismo e fixaram-se as ideias-imagens que marcaram as representações mais compartilhadas relativas ao movimento dos camisas-verdes.

Daí a possibilidade de pensarmos o Estado Novo como ator privilegiado no processo de formação da memória social, também por meio dos jornais de grande circulação, dado que ele, o Estado Novo, ao estabelecer controle sobre a imprensa, foi capaz de selecionar representações do passado que foram disponibilizadas a grande número de indivíduos, os quais, supomos, incorporaram essas representações como se fossem suas. Supomos então que, neste momento do século XX no Brasil, a grande imprensa atuou enquanto vetor da memória social. Tal reflexão adveio parcialmente da análise desenvolvida por Pierre Nora (1993) acerca do efeito da aceleração do tempo no Ocidente, a partir do século XIX, no que concerne à memória: a aceleração do tempo teria desfeito a inconsciente relação entre o povo e seu passado, destruindo as velhas tradições. A relação do povo com o passado passou então a ser reconstruída e, nesse contexto, a linguagem, por meio da imprensa, tornou-se um importante lugar de memória. Assim, na formação da memória social, como constatou Alexander von Plato (2011) em suas pesquisas, as pessoas recordam também as representações da época, as quais foram transmitidas por diversas mídias. Embora a incorporação das leituras de passado disponibilizadas publicamente (ou, em outras palavras, as recordações das representações do passado difundidas pela mídia) se dê com baixa intensidade, supomos que elas sejam capazes de configurar a visão de mundo de um povo (KANSTEINER, 2002), corroborando a construção de sua identidade.

8 Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Buscando então perceber como, sob a tutela do Estado Novo, construíram-se leituras do passado concernentes ao integralismo que contribuíram para o veto político daquele movimento, centraremos agora nossa análise nos discursos publicados no jornal *O Estado de São Paulo* (OESP)⁹, o qual noticiou o processo de reorganização do integralismo no ano de 1945. Nosso intuito será o de identificar a permanência de representações quanto ao integralismo já difundidas pela grande imprensa a partir de 1938 e pelos manuais de história, as quais, supomos, impuseram o veto ao integralismo no pós-guerra, ao menos se pensarmos no integralismo enquanto força política expressiva.

A cobertura do OESP sobre a reordenação do integralismo em 1945 foi sem grande ênfase: foram 9 as matérias ao longo daquele ano, cobrindo as atividades dos ex-camisas-verdes no período em que o jornal estava ainda sob a severa intervenção do governo federal

9 O matutino *O Estado de São Paulo* nasceu do posicionamento de alguns participantes da Convenção Republicana de Itu (18/4/1873) de que eles necessitavam de um órgão de imprensa a fim de difundir os ideais republicanos. Américo Brasiliense e Manuel Ferraz de Campos Salles lideraram o esforço no sentido de aglutinar indivíduos a tal projeto. Quando o jornal, que se intitulava inicialmente "A Província de São Paulo", lançou o seu primeiro número, no dia 4 de janeiro de 1875, ele partiu de uma sociedade de 19 cotistas. Em 1885, Júlio Mesquita, com 23 anos, começou a atuar como redator do jornal e, em 1902, ele já era o seu único proprietário. Ao longo de sua história na intitulada República Velha, o OESP destacou-se pelo seu posicionamento liberal: não apoia a Política dos Governadores (criticando-a por promover o fortalecimento do poder executivo), apoiava a campanha civilista de Rui Barbosa em 1910 e, mais tarde, a sua candidatura em 1919. O jornal foi simpático à sublevação tenentista de 1922. Em 1927, com a morte de Júlio Mesquita, os irmãos Júlio de Mesquita Filho e Francisco de Mesquita assumiram o jornal e o mantiveram na linha liberal do pai. No ano de 1930, o jornal apoiou a Aliança Liberal, a qual lançou Getúlio Vargas contra a candidatura de Júlio Prestes. E, no mesmo ano, o jornal chegou à tiragem de 100 mil exemplares, enquanto a população da cidade era de 887.810 mil habitantes. Já em 1932, insatisfeitos com os rumos autoritários da Revolução de 1930, o OESP envolveu-se diretamente com a Revolução Constitucionalista de 1932 e, com sua derrota, Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita foram presos e exilados. Com a anistia de 1933, eles retornaram ao Brasil e ao OESP. Porém, durante o Estado Novo, o OESP sofreu intervenção direta do Estado: sob a acusação de que havia armas escondidas em sua redação e de que elas seriam utilizadas contra o governo, a Polícia Militar, em 25 de março de 1940, invadiu-o e fechou-o. O OESP retornou às bancas duas semanas depois, mas já dirigido por Abner Mourão, indicado pelo Conselho Nacional de Imprensa, o qual estava submetido à ditadura. O OESP só voltou à família Mesquita em 7 de dezembro de 1945. Assim, praticamente durante todo o ano de 1945, em que acompanhamos as matérias no jornal que retratavam o ressurgimento do Integralismo, ele estava sob forte controle do Estado e sem a presença dos Mesquita. Fonte: <http://www.estadao.com.br>, acessado em 24/11/2011. Ainda consultamos a *História da Imprensa no Brasil*, de Nelson W. Sodré (1966) e "*Notícias do Rio*": jornal censurado como elemento de produção de saber, de Vandré Silva (2010), ambos arrolados na bibliografia.

(apenas no dia 7 de dezembro de 1945, saiu a edição do OESP sob a direção dos Mesquita). Nesse período, o OESP posicionou-se contra o integralismo, retomando discursos disponíveis na memória social de modo a corroborar sua perpetuação.

A primeira matéria no OESP, no ano de 1945, acerca do integralismo, não passou da reprodução de declarações de Plínio Salgado (do exílio em Portugal) à agência de notícias *United Press* em 3 de abril. Nela, Salgado dizia que não seria candidato e que, se houvesse interferência dos integralistas nas eleições que iriam ocorrer no final do ano, seria “exclusivamente tendo em mira os supremos interesses de nossa querida pátria” (OESP, 3/4/1945, p. 3). Já a segunda matéria, concernente ao integralismo naquele ano, vinha referendar a ideia já bastante difundida de que o golpe de 1938 havia sido integralista. A matéria, intitulada *Declarações do chefe da intentona Integralista de 1938*, foi veiculada no dia 22 de abril e centrava-se numa entrevista a Belmiro Valverde, recém-anistiado e posto em liberdade. Nela, Belmiro Valverde disse ter sido fiel ao integralismo até o dia anterior ao deixar a prisão, mas que agora se posicionava “totalmente contra as revoluções armadas e as doutrinas de violência” (OESP, 22/4/1945, p. 3). O referido texto afirmava que “o movimento de 11 de maio teve a anuência absoluta do Sr. Plínio Salgado, que lhe deu (a Belmiro Valverde) ordem escrita para deflagrar a Revolução”. Tal afirmação foi anuída pela fala de Valverde, afirmando que “essa ordem estava em meu poder até o instante em que fui preso. No momento exato de minha prisão rasguei-o para que não caísse em mãos da polícia” (*idem, ibid.*).

Assim, a matéria do OESP retomava a ideia de que o integralismo era uma “doutrina de violência” e de que o golpe de 11 de maio havia sido integralista (como expõe o seu título), contando com a participação de seu chefe, Plínio Salgado.

Já no dia 27 de abril, na sessão *A situação política*, havia longa entrevista com Luís Carlos Prestes, em que foi indagado acerca dos integralistas, sobre os quais disse que “entre os integralistas havia homens honestos. Ainda ontem tive a oportunidade de abraçar um expedicionário, que foi integralista, mas que hoje reconhecendo o seu erro, é um democrata sincero, ele foi um dos que erraram [...]” (OESP, 27/4/1945, p. 3). Na visão difundida pelo OESP, era até possível ter alguém honesto entre os integralistas, todavia a condição de estar entre eles era óbvia: era preciso reconhecer que

ter sido integralista havia sido um erro. Se, para ser um democrata sincero, era preciso reconhecer que errara sendo integralista, era porque o integralismo não era democrático.

Diante de semelhantes narrativas, amplamente difundidas, e tendo a censura esmorecido, os integralistas redigiram um documento de defesa intitulado “Carta aberta à nação brasileira”, ao qual procuraram dar o máximo de visibilidade. O documento foi assinado por vários integralistas e publicado em inúmeros jornais como matéria paga. No OESP, o documento foi publicado no dia 8 de maio de 1945, na página 15. No entanto, alguns dias depois, no dia 23 de maio, o OESP editou matéria intitulada: *Recusada a publicação de um manifesto integralista*. Nela, o OESP informava que o matutino baiano *O Imparcial*¹⁰ havia revelado, na edição do dia anterior, que “os integralistas baianos dispenderam nada menos que 16 mil cruzeiros com a transcrição na imprensa local, da ‘Carta aberta à nação brasileira’, dos chefes do fascismo indígena” (OESP, 23/5/1945, p. 4), mas que *O Imparcial* recusara “a publicação como matéria paga do aludido documento” (*idem, ibid.*). Destarte, o OESP, que não recusara a matéria paga dos integralistas, difundia que, mesmo sendo paga, havia jornais que a recusavam, afinal, tratava-se de uma carta dos chefes do fascismo indígena.

Em 9 de junho, o OESP divulgou que havia, na cidade de Caiene, em Pernambuco, ampla revolta do operariado contra integralistas. E isso teria acontecido porque alguns “elementos indesejáveis”, liderados pelo integralista Melquíades Montenegro, durante a visita de Osvaldo Aranha àquela cidade, teriam retirado, da sede do núcleo dos escoteiros da Usina Cateúde, o retrato do presidente Getúlio Vargas, o que o OESP classificou de “estúpido e condenável desrespeito à autoridade do Chefe da Nação” (OESP, 9/6/1945, p. 3). A notícia referia-se ao pedido de reforço policial por parte das autoridades locais a fim de conter a grande revolta

10 O jornal baiano, *O Imparcial*, editado em Salvador, fez parte, nos anos de 1930, da chamada imprensa integralista e era dirigido pelo líder integralista da Bahia, Victor Hugo Aranha. Mas, depois do golpe de 1938, Aranha foi substituído pelo seu proprietário, Álvaro Catharino. Este, em abril de 1941, vendeu-o ao coronel Franklin Lins Albuquerque, o qual entregou a direção aos seus filhos, Flanklin Junior e Wilson Lins. O jornal desempenhou então importante ação na luta pela democracia, tornando-se fortemente anti-integralista. E ele chegou a ter vários colaboradores do PCB, como Jacob Gorender e Jorge Amado. Cf: FERREIRA, Laís, Mônica Reis. *Educação e Assistência Social: as estratégias de inserção da Ação Integralista Brasileira nas camadas populares da Bahia em O Imparcial (1933-1937)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

do operariado contra “os autores do inominável atentado” (*idem, ibid.*).

Se, nas páginas do OESP do dia 9 de junho de 1945, lia-se que em Pernambuco ocorria revolta do operariado contra os integralistas, no dia seguinte, 10 de junho, lia-se que no Ceará ocorria a Semana Anti-Integralista, a qual, segundo o jornal, prosseguia com êxito. A Semana fora organizada pelos estudantes da Faculdade de Direito do Ceará, sob a orientação de seu centro acadêmico, o centro Clóvis Beviláqua (*idem, 10/6/1945, p. 3*), enquanto em São Paulo, o OESP anunciava que o Comitê Democrático dos Advogados organizava a Assembleia Popular Anti-Integralista, para a qual era convidado, pelas páginas do OESP, todo o povo de São Paulo. Na Assembleia, seriam denunciados

os novos métodos de infiltração do integralismo, sua ligação com a quinta-coluna nazi-fascista, comprovada em investigações policiais, principalmente nos Estado de Santa Catarina e os novos organismos, disfarçados em instituições cívicas, que fundaram com propósitos anti-democráticos. (OESP, 27/9/1945, p. 3).

Traçava-se, desse modo, nas páginas do OESP, a ideia de que, em boa parte do Brasil, compartilhava-se o sentimento anti-integralista — sentimento que se alimentava de representações do passado, nas quais os integralistas eram tidos como quinta-coluna, nazi-fascistas e golpistas.

Todavia o OESP, controlado pela ditadura como ainda estava, era, no que concerne às eleições presidenciais de 1945, pró-Dutra, e o PRP anunciou publicamente o apoio a essa candidatura. Semelhante apoio foi reproduzido nas páginas daquele jornal sem qualquer destaque. No dia 18 de novembro, ele trazia, na página 3, a chamada: *O PRP adota a candidatura Gaspar Dutra* (OESP, 18/11/1945, p.3) e a matéria, na íntegra, trazia o seguinte texto: “Pelo desembargador José A. Nogueira foi hoje relatado no TSE o pedido de registro do General Eurico Gaspar Dutra como candidato do Partido de Representação Popular à presidência da República. O Tribunal deferiu o pedido” (*idem, ibid.*). Embora a matéria revelasse certa frieza e indiferença quanto à posição do PRP naquelas eleições, para os integralistas, o apoio à Dutra, mesmo que de última hora, ao menos significou uma trégua do jornal quanto aos ataques que vinha fazendo.

No entanto, ainda antes do pleito, uma matéria no OESP retomava as típicas críticas aos integralistas, mas, ao que tudo indica, tratava-se de matéria paga da UDN, publicada dois dias antes das eleições. Nela lia-se que

O integralismo, aliando-se ao PSD, já havia decidido o pleito contra o General Gaspar Dutra, que não terá o voto dos trabalhadores brasileiros, visceralmente incompatíveis com o credo verde do Sr. Plínio Salgado. [...] Sofrerão nas urnas a repulsa de todas as consciências sadias e vigilantes em frente única contra os estadonovistas, os integralistas e os aventureiros. (OESP, 1/12/1945, p. 13).

O texto de propaganda da UDN retomava a memória social para tentar tirar proveito nas urnas: os trabalhadores brasileiros não podiam votar em Dutra, aliado ao “credo verde” e as consciências sadias estariam coesas contra os “estadonovistas, integralistas e aventureiros”. Com projeto sério e seguro, os udenistas marcavam o seu espaço como liberais, portanto, contrários ao Estado Novo e ao integralismo e, assim, distante dos aventureiros. Interessamos constatar como, de todo modo, narrativas que depreciavam o integralismo ganhavam o espaço público e, perto das eleições presidenciais, o OESP, jornal de grande circulação, difundia a ideia de que Dutra não poderia vencer, entre outras, por se aliar “ao credo verde”.

Para tanto, supomos que o OESP, malgrado não tenha feito campanha sistemática contra o PRP, contribuiu, em suas páginas, com a difusão, em larga escala, de representações negativas quanto ao integralismo, as quais se encontravam disponíveis na memória social, sendo, por meio também desse jornal, retomadas no imediato pós-guerra.

Considerações finais

Quando na década de 1930, surgiu o movimento integralista, ele pareceu a dezenas de milhares de brasileiros como ação fecunda na busca por uma identidade brasileira. A formulação de um idealismo patriótico, que provocou o sonho de um Brasil melhor e maior, estimulou seus militantes. No entanto, entre o final do ano de 1937 e 1945, os integralistas estiveram alijados do espaço público e silenciados pela ditadura estadonovista. Em 1945, com

a queda da ditadura, o integralismo reordenou-se como partido político, o PRP, fundado em setembro daquele ano.

O integralista, que voltava do exílio, ou saía dos porões da ditadura, ou ainda deixava o silêncio e retomava a vida político-partidária, não se deparou com o mesmo mundo que deixara no final dos anos de 1930. A Segunda Guerra Mundial, com seus horrores, havia transformado o sentido do termo fascismo, ideologia a que o integralismo se filiou. A própria ditadura de Vargas havia disponibilizado (e permitido que se disponibilizassem), no domínio público, ampla rede discursiva que estabeleceu equivalência simbólica integralismo igual a fascismo, mas a fascismo carregado do sentido que se via com o desdobrar da guerra. Seguramente, o sentido geral atribuído ao fascismo em 1945 era distinto do que se pensava dele quando do surgimento do integralismo. E, agora, nesse novo contexto do pós-segunda-guerra, carregar a pecha de fascista era fardo insuportável¹¹. E além de fascista, outras representações marcaram a imagem que se construiu do integralismo durante o Estado Novo: golpista, extremista e quinta-coluna. Essas eram as representações mais compartilhadas quanto ao integralismo que tanto a grande imprensa quanto os livros didáticos de história ajudaram a vulgarizar. E foram com elas que os ex-camisas-verdes se depararam em 1945, ano da reordenação do integralismo como PRP, partido que diante de tais representações nasceu fadado ao fracasso.

Fontes documentais

Decreto-Lei n 1.006/38. In: *Diário Oficial*, 5/1/1939.

MAGALHÃES, Basílio de. *História do Brasil* (4ª série). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1943.

Jornal *O Estado de São Paulo*, 1945.

SILVA, Joaquim. *História do Brasil* – quarta série ginásial. 5ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

11 Esta importante consideração para a conclusão tecida aqui nos foi possível em função de ampla pesquisa acerca do integralismo no pós-guerra no que concerne ao seu recorrente esforço para se livrar da pecha de fascista. Nesse sentido, os jornais integralistas *Reação Brasileira*, *Idade Nova* e *A Marcha* foram sistematicamente observados. Para tal, a disponibilização aos pesquisadores de imenso acervo documental acerca do integralismo por parte do Arquivo Público Municipal de Rio Claro (SP) mostrou-se indispensável.

Bibliografia

- BERTONHA, João Fábio. *Integralistas e pesquisadores do integralismo: o embate entre memória e história*. In: DOTTA, Renato Alencar; POSSAS, Lídia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. (Orgs.). *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo Público do Município de Rio Claro, 2004.
- CARNEIRO, Márcia. *Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas*. Tese (doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói, 2007.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros Proibidos, Idéias Malditas – O Deops e as Minorias Silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade: Arquivo do Estado/SEC, 1997.
- CARONE, Edgard. *O Estado Novo: 1937-1945*. (Coleção corpo e alma do Brasil). São Paulo: Difel, 1977.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras Criadas*. David Nasser e O Cruzeiro. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.
- CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo; memória e fim do fim da história*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- DOTTA, Renato Alencar; POSSAS, Lídia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. (Orgs.). *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo Público do Município de Rio Claro, 2004.
- DURKHEIM, Emile. *Les formes élémentaire de la vie religieuse*. Paris: PUF, 1960.
- FERRO, Marc. *Comment on raconte l'histoire aux enfants*. Payot, 1994.
- KANSTEINER, Wulf. *Finding meaning in memory: a methodological critique of collective memory studies*. History and Theory. Nova York: Wesleyan University, 2002, p. 179-197.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo, n. 10, dez, 1993.
- RICOEUR, Paul. O passado tinha um futuro. In: MORIN, E. *A religação dos saberes – o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- . *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SANDES, Noé Freire. O jornalista Costa Rego e o tempo revolucionário (1930). *Revista Brasileira de História*, v. 28, 2008, p. 41-61.
- SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1982.
- SILVA, Vandré Aparecido Teotônio da. “Notícias do Rio”: jornal censurado como elemento de produção de saber. In: Anais do Seta (*revista da Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP*), n. 4. Campinas, 2010.
- SILVEIRA, Joel. *A milésima segunda noite da avenida Paulista e outras reportagens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 1966.

VICTOR, Rogério Lustosa. O integralismo nas águas do leite: história, memória e esquecimento. Goiânia: Editora PUC – GO, 2005.

VICTOR, Rogério Lustosa. O integralismo e os livros didáticos: a política da memória. In:

VICTOR, Rogério Lustosa. *À direita da Direita* – estudos sobre o extremismo político no Brasil. Goiânia: Editora PUC – GO, 2011.

VON PLATO, Alexander. *Mídia e memória*: apresentação e ‘uso’ de testemunhos em som e imagem. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 31, nº 61, p. 211-229, 2011.

WOOD, Nancy. *Vectors of Memory*. legacies of Trauma in Postwar Europe. Oxford: Berg, 1999.

O ARQUIVO DE RIO CLARO,

locus da memória e história de Plínio Salgado por si e por outros

Giselda Brito Silva¹
Márcia Regina Carneiro²

Em 1984, a cidade de Rio Claro, no interior do Estado de São Paulo, recebeu documentos e objetos guardados por Plínio Salgado. Esses materiais foram doados por D. Carmela Patti Salgado, viúva do Chefe Nacional da Ação Integralista Brasileira. A cidade e principalmente seu Arquivo foram escolhidos por Carmela para guardar o que é de grande preciosidade para a história e memória de Plínio Salgado, considerado um ilustre brasileiro, não apenas por ela, mas também pelos militantes e simpatizantes de suas ideias políticas. Não fora uma escolha vã. Carmela Patti considerou que a Instituição, que já havia recebido a Biblioteca de Rui Arruda³, doada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, poderia guardar o seu tesouro: o acervo pessoal de seu esposo. Assim, o Acervo Plínio Salgado encontrara, enfim, um destino, uma referência da pesquisa sobre o tema integralismo e, até mesmo, um “altar”.

Cabe dizer, também, que os esforços de negociação da então

1 Pós-doutora (CNPq) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Professora do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

2 Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF – Campos).

3 Rui Arruda possuiu ligações com antigos militantes integralistas da cidade. Cf. CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo* – ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: EDUSC, 1999.

diretora do Arquivo Público Histórico de Rio Claro, Ana Maria de Almeida Camargo, garantiram à cidade a posse desse acervo. Dessa forma, Rio Claro recuperaria, a partir de então, entre nostálgicos seguidores das ideias de Salgado, o epíteto de “Cidade Integralista” que conquistara nos tempos áureos da Ação Integralista Brasileira. Sobre a cidade, Salgado escrevera em 1935:

Encontro ali, em Rio Claro, os veteranos, com sua fita vermelha simbolizadora da nossa primeira marcha. Esta é a cidade histórica do Integralismo, a primeira do Brasil, onde se vestiu a camisa-verde. A sede está regorgitando de soldados do Sigma. É noite e temos pressa de atingir São Carlos. E no meio dos mais frementes e bárbaros Anauês, o nosso automóvel deixa a cidade.⁴

A guarda das lembranças de Salgado tornou o Arquivo de Rio Claro, mais que uma homenagem, tornou-se um “lugar de memória” e, como escreveu Le Goff, “onde se pode por associação dispor os objetos da memória”, no qual se busca a presença física daqueles que, por apego ou necessidade de lembrar, construíram uma herança de si mesmos. São os “lugares de memória” os guardiões das lembranças que, num retorno nostálgico ao passado, recuperam “um tempo de antes”. Assim, o passado é trazido à memória pelas referências dos lugares que parecem ter o efeito de parar o tempo e guardar para sempre o instante escolhido para ser lembrado por aqueles que não viveram os momentos que guarda. E a aparente imobilidade de um momento, que permanece na memória, parece definir as identidades individuais e coletivas que nele se socorrem.

O próprio ato de lembrar traz em si um significado para a memória a ser preservada, a qual depende das condições, em que algo torna-se uma memória, e das histórias que são conservadas. Ao mesmo tempo que a memória aprisiona o passado, ela aponta possibilidades para a liberdade de sua reinterpretação. No entanto, não se pode fugir à influência da memória se ela nos indica caminhos a seguir, retornando continuamente ao ponto de partida. Assim, a história e a memória andam juntas e se refazem no jogo das disputas pela consolidação de certezas, ainda que as verdades também sejam reinterpretadas sob pontos de vista. Tal conexão

4 SALGADO, Plínio. Cartas aos camisas-verdes, José Olympio, Rio de Janeiro, 1935, p. 155.

é demonstrada por Jacques Le Goff, quando escreve a frase que abre as portas para o entendimento do que propõe a História: “O conceito de memória é crucial.”

Destrinchando o conceito de memória, Le Goff aponta para a sua construção por meio da produção do conhecimento dos homens sobre si mesmos, sobre as sociedades em que viveram ao longo do tempo e sobre as multiplicidades culturais, ou seja, são memórias orais e escritas, transmutadas em regras e decisões reconhecidas como perenes e corretas. As memórias, imortalizadas pelos setores sociais hegemônicos, substituíram, ao longo do tempo, memórias coletivas populares, indesejáveis às ordens estabelecidas, preenchendo, com lembranças e tradições construídas, os espaços tomados dos setores não representados no poder. Neste sentido, a memória situa-se entre uma realidade, a ser preservada como memória artificial, buscando uma técnica de registrar a memória, por meio da localização de fatos e símbolos, coletivamente reconhecidos em “lugares da memória”, e a que se constrói pela retórica, pelo ato humano de rememorar. Le Goff ainda considera a possibilidade de manipulação e os usos diferentes que se faz da memória, percebendo-a como elemento essencial na constituição da identidade individual ou coletiva. As comemorações, que recuperam nas lembranças fatos que não devem ser esquecidos, são instrumentos de reconhecimento da conquista e do poder.

Memória e história, como nos explica Pierre Nora, tanto podem ser parceiras como adversárias. São parceiras quando a memória serve de impulso à história na constituição dos fatos, mas adversária quando a existência da história significa a incapacidade de preservar a lembrança. Uma batalha trava-se entre a memória, que para o historiador francês tem como característica a espontaneidade, e a história, a qual se constrói pela necessidade de guardar a memória que se distancia e, por isso, seu resgate é necessário. Nesse embate entre memória e história, relação paradoxal e ao mesmo tempo dialética, como apontado por Nora, o movimento integralista coloca-se sob a lâmina de um corte que se aprofunda no tempo.

O Arquivo, ao guardar uma história que o movimento produziu, tornou-se referência e lugar de encontro dos integralistas. Com a ajuda desse acervo, pode-se relacionar época e material arquivado aos contextos históricos, às produções intelectuais e às redes mantidas e rompidas entre o integralismo e seus seguidores. Para dar continuidade, o Arquivo torna-se a Sede, a qual se

referiu Salgado no II Congresso Integralista, realizado na cidade de Petrópolis em 7 de março de 1935. Segundo os Estatutos, aprovados nesse Congresso e registrados pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (8 de setembro de 1937), a AIB passaria a ser definida como “uma associação civil, com sede na cidade de São Paulo, e é um partido político, com sede no lugar onde se encontrar o seu Chefe Supremo.”

O Arquivo de Rio Claro, ao guardar uma memória construída pessoalmente por Plínio Salgado⁵, tornava-se o lugar no qual se poderia ter acesso à intimidade do Chefe. Torna-se o lugar onde o Chefe Supremo está.

E, mesmo o Arquivo parece ter absorvido esta aura de monumento à memória integralista. Criado em 1979, funcionou até 1984 em uma Escola Estadual e, em 1984, passa a ocupar um antigo prédio no centro da cidade de Rio Claro. Ali mantinha-se exposto o acervo integralista, composto de objetos, uniformes e livros, dispostos de tal maneira que envolvesse o visitante em uma aura do início do século passado, remetendo-o à época da AIB. O Arquivo está atualmente localizado em um galpão da Prefeitura, longe do centro da cidade, e perdeu um pouco o “encanto” do vivenciar o tempo. Mas ainda é referência do movimento por guardar os documentos pessoais e as memórias recolhidas do Chefe Nacional durante todo o período em que viveu e representou, com a própria figura, o integralismo.

O Fundo Plínio Salgado contém 61.194 páginas de correspondências. Esse Fundo é composto de livros, jornais, material de propaganda da Ação Integralista Brasileira (AIB) e mais de três mil fotografias. Neste Arquivo, está guardada uma documentação, cuja primeira data é de 1932 e vai até a morte de Plínio Salgado em 1975.

Durante este tempo, o enfoque apelativo do integralismo da década de 1930 transmutou-se, servindo ao discurso ocasionalmente mais eficiente e adequado aos contextos: os tempos da AIB, do entreguerras, do pós-guerra, do apelo da democratização da vitória

5 João Fábio Bertonha alerta para a análise do conteúdo do acervo guardado e encaminhado ao Arquivo, que foi, segundo o historiador: “considerado inconveniente e removido por pessoas que a ele tiveram acesso depois da morte de Plínio”. BERTONHA, João Fábio. *A construção da memória através de um acervo pessoal*. o caso do fundo Plínio Salgado em Rio Claro. Assis: UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, 2007.

aliada e, enfim, da ditadura militar. Se formos além da existência física de Salgado, acompanhamos, por meio do uso que se faz do Arquivo, as gerações integralistas que se formaram após sua morte e que encontram novo alento na possibilidade de conhecer o Chefe através da materialidade de seus pertences pessoais.

O Arquivo, antes que túmulo, torna-se monumento à vida de Plínio Salgado. Os novos militantes transformaram o Arquivo e a Praça Plínio Salgado, em Rio Claro, em um local de peregrinação. Fazem caravanas “cívicas” e buscam, nesses lugares, referências para comporem suas memórias. Para Nora, os lugares de memória são lugares em todos os sentidos do termo, ou seja, vão do objeto material e concreto ao mais abstrato, simbólico e funcional, simultaneamente e em graus diversos, portanto tais aspectos devem coexistir sempre:

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre (...). É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou.⁶

O que se percebe ao conhecer o material guardado do Chefe é que, mesmo sob um aparente ostracismo, após a tentativa de golpe contra o governo Vargas em 1938, o termo e as comemorações integralistas não deixaram de ser preservadas e rememoradas. Anualmente, as datas, que foram importantes durante a vigência da AIB, eram lembradas em manifestações públicas, principalmente após a volta de Salgado do exílio em 1946. Consta-se, portanto, que com a preservação da memória, que se expunha ao público, a

6 NORA, Pierre. Entre História e Memória – a problemática dos lugares. In *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP*. São Paulo, PUC, 1993, p.21-22.

doutrina e as ideias também se tornavam permanentes, eternizadas.

No entanto, os reflexos da lembrança, que atravessam vidas e gerações e que parecem imobilizados no tempo, não conseguem resistir à História. Sucumbem a ela pela ação do historiador. É a este dada a função de tornar a memória inesquecível. Ainda assim, a memória pode encontrar resistência no diálogo entre quem a produz e a quem se quer convencer da sua autenticidade e importância. Mas este é o papel dos que se comprometem a ser porta-vozes da memória: trazer à tona o que dá sentido à história que se quer guardar. O pensamento integralista mantém-se, ou se adapta, diante das rupturas, consolidando, com mudanças e permanências, a sua continuidade.

É importante ressaltar a importância do Arquivo de Rio Claro para pesquisadores e militantes. Além da memória pessoal preservada entre suas paredes, nele também encontram-se jornais do movimento da década de 1930, como *A Offensiva* (periódico nacional, editado no Rio de Janeiro), *Aço Verde* (editado em São Paulo), *A Província* (Bahia), *o Acção* (São Paulo) e *o Monitor Integralista* (Rio de Janeiro), uma espécie de *Diário Oficial* do período da AIB. Também faz parte do acervo, o jornal editado entre 1953 e 1965: *A Marcha*, do Rio de Janeiro. Mas o que torna mais próxima a relação dos integralistas com o homem Plínio Salgado são as cartas.

São estas cartas que, talvez, representem a maior proximidade com o homem Plínio Salgado e um processo de mudanças internas que acompanha as grandes rupturas pelas quais atravessou o mundo entre 1939 e 1946.

Em 1939, Plínio Salgado foi enviado obrigatoriamente para o exílio em Portugal, ficando fora do Brasil até 1946, quando então retorna como presidente do Partido de Representação Popular (PRP). As razões do exílio já são conhecidas pelos que se dedicam ao tema do integralismo no Brasil. Sabe-se que depois do ataque armado contra o governo de Getúlio Vargas em 1938, por um grupo identificado como integralistas, começa a caça aos conspiradores. Plínio Salgado é responsabilizado pelas conspirações contra o governo e convidado a sair do país, enquanto dava-se início a um período de julgamento, controle e repressão aos integralistas em todo o Brasil.

O momento, em que Plínio vai para o exílio, corresponde ao período de deflagração da Segunda Guerra Mundial, auge do

fascismo e do nazismo. Foi um período difícil para ele por ser conhecido como chefe dos chamados “fascistas” do Brasil. Ele procura abrigo no regime salazarista, que também se encontra numa situação delicada, apesar de adotar uma conduta de “neutralidade”. Diante da situação precária, em razão de seu perfil político e dos motivos do desenrolar da guerra, Salgado vê-se obrigado a ser cauteloso, mantém-se em silêncio e registra cotidianamente seus temores, ansiedade e medos. Desde o primeiro momento que chegou a Portugal, ele viveu no exílio em constante articulação para retornar ao Brasil. Inicia-se para ele um tempo de cartas, seu principal meio de comunicação com os militantes e com a família. Ele mesmo afirma em suas memórias do exílio que passou a viver, literalmente, em função das “cartas do exílio”, que passaram a circular entre Portugal e Brasil.

Por ser Plínio Salgado o “Chefe Nacional” dos integralistas brasileiros, suas cartas do exílio podem ser lidas, interpretadas e analisadas de diferentes maneiras, a depender dos objetivos do leitor, do historiador e do momento historiográfico. Nosso objetivo é o personagem, os aspectos de sua personalidade no enfrentamento do exílio, e o que ele deixa transparecer em oposição à imagem dele construída pelos militantes e por ele mesmo.

Nesta empreitada foi fundamental a existência do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (SP), onde está preservada uma grande quantidade de correspondências de Plínio Salgado de diferentes momentos de sua vida, principalmente o momento do exílio. Como todo pesquisador sabe, não se trata apenas da existência de um Arquivo e a preservação documental, mas as suas possibilidades de acesso, a postura e o trabalho dos responsáveis, sua organização e disponibilidade de acesso.

O caso do Arquivo de Rio Claro deve ser registrado neste trabalho pela coparticipação de alguns pesquisadores nos trabalhos de pesquisa sobre o Integralismo e Plínio Salgado. Uma das autoras deste trabalho, Giselda Brito, quando estava em Portugal para trabalho de Pós-doutoramento, pôde contar com o apoio e o trabalho dos que estão à frente do Arquivo e de sua equipe, que se prontificaram a selecionar, digitalizar e enviar via internet (e-mail e outros canais) uma grande quantidade de documentos, particularmente de cartas do período no exílio. Não foi um trabalho fácil, em razão do tipo de arquivo, da quantidade e dos limites ainda existentes no mundo virtual. Mas a paciência, disposição e vontade

da equipe possibilitaram que um grande número de cartas chegasse à pesquisadora, facilitando sua pesquisa em Portugal, visto que as cartas do exílio, enviadas pela equipe de Rio Claro, continham dados fundamentais para conhecimento das condições de vida e situação política de Plínio Salgado fora do Brasil, particularmente sobre sua experiência de vida como exilado, seus contatos, suas estratégias de articulação entre um país e outro.

Na escolha da documentação foram analisados dois arquivos-inventários enviados pela equipe via e-mail: “Fundo Plínio Salgado, Vida Familiar, Cultural” e “Fundo Plínio Salgado, Vida Política-Partidária, Vida Parlamentar”. Como já se sabe, algumas cartas do exílio foram publicadas pela Editora Voz do Oeste na década de 1980, além de livros de memória, contendo cartas enviadas por Plínio Salgado para sua filha e genro, relatando sua partida para o exílio. Um primeiro procedimento foi a escolha de cartas enviadas para Plínio em Portugal nas mesmas datas das cartas escritas por ele e já publicadas para contraponto. O objetivo foi conhecer as respostas e as cartas direcionadas a ele no exílio e que não foram publicadas. Chamava a atenção o fato de terem sido publicadas apenas as cartas escritas por Plínio, sem as respectivas respostas, e outras cartas a ele enviadas.

Outro procedimento na escolha das cartas, dado o volume e a dimensão das correspondências do Fundo Plínio Salgado, foi solicitar em torno de dez a quinze cartas de cada mês ao longo dos anos de 1939 a 1946, alternando-se entre a primeira quinzena de um mês e a segunda do mês seguinte de modo a abarcar a maior quantidade de informações sobre as condições de vida no exílio. A escolha dos personagens a quem eram dirigidas e/ou remetidas as cartas foi aleatória e deixada à cargo dos pesquisadores/equipe do Arquivo, visto não haver objetivamente a intenção de mapear ou estudar um contato em especial. O ponto central era Plínio Salgado como receptor e/ou emissor no período do exílio em Portugal, o resto ficou por conta do acaso, da sorte, da colaboração e intenção da equipe do Arquivo. Dessa forma, consideramos que fizeram parte da escrita desta história. Fomos bastante beneficiados pela seriedade do trabalho, empenho e pronto atendimento, coordenados por Marigelma Santos da Silva, analista cultural do Arquivo e nossa interlocutora.

Em pouco tempo, estávamos munidos de uma imensa massa documental, cartas e fotografias do período no exílio, que contém

uma gama de informações surpreendentes e ricas para os objetivos de estudo em torno de Plínio Salgado durante sua vida em Portugal. Convém dizer que o trabalho da equipe do Arquivo, diante das impossibilidades de pesquisa física em Rio Claro, beneficiou e influenciou enormemente os rumos da pesquisa sobre a vida e as relações de Plínio Salgado no exílio, assim como a escrita da história. As cartas enviadas orientaram a pesquisa em Lisboa, preencheram lacunas, confrontaram e completaram as informações de jornais e memórias portuguesas sobre a presença de Plínio em Portugal nos anos de 1939 a 1946.

O trabalho paralelo da equipe de Rio Claro, mais a atual dinâmica dos meios de comunicação virtual, possibilitaram a aceleração da pesquisa em Portugal, viabilizaram a identificação de contatos, de articulações, das condições de Plínio como exilado no regime de Salazar, bem como sua contribuição ao regime como um dos doutrinadores entre os católicos do regime português. Com isso, pudemos fazer uma pesquisa paralela em tempo real, durante o dia, trabalhávamos nos arquivos de Lisboa e em casa, nos arquivos de Rio Claro, trabalho complementado por leituras bibliográficas, memórias sobre Plínio Salgado e outras obras suas publicadas no exílio. Uma parte do resultado desta condição de pesquisa, em franca colaboração com a equipe do Arquivo de Rio Claro, procuraremos, a partir daqui, expor ao leitor(a).

As cartas do exílio falam de si, da família, da “grande família”, de seus contatos em Portugal e da experiência do exílio. Mas, não se deve esquecer que Plínio Salgado era um personagem que tomava para si a capacidade de elaborar uma escrita sobre si e os outros, sendo suas cartas um documento difícil de ler e interpretar e/ou analisar. Neste trabalho, procuraremos analisar traços da personalidade de Plínio Salgado, que ele deixou transparecer em uma carta ou outra, em um contato ou outro. São leituras que foram sendo construídas durante a leitura aleatória de suas cartas, nas quais observamos seu verdadeiro caráter e personalidade, sentimentos e emoções, que afloraram durante o período em que esteve sob o julgamento do regime de Vargas e de Salazar. Particularmente, procuraremos destacar aspectos de sua personalidade em contraposição ao que falavam dele e ao que está preservado na memória até os dias de hoje, graças aos militantes.

Os militantes integralistas na década de 1930/40 e os que, ainda hoje, continuam militando e acreditando na ideia do “Chefe

fundador”, na força espiritual de Plínio Salgado, no seu caráter inabalável no campo da espiritualidade e na fé que demonstrava ter no controle das seduções e temeridades do mundo. Lendo as cartas pessoais, que nos chegaram às mãos, percebemos aspectos de uma personalidade ansiosa, supersticiosa e de fé abalável, imagem que diferia daquilo que ele e seus seguidores propagavam do “chefe”. Assim, neste trabalho, procuramos destacar alguns momentos e trechos em que tais situações aparecem nas cartas para sua própria família, contatos e para a “grande família”, como ele chamava os integralistas com os quais manteve contato no Brasil.

Plínio partiu para Lisboa em 22 de junho de 1939. O pesquisador encontra em “Minha Segunda Prisão e Meu Exílio”, seguido de “Diário de Bordo” e “Poema da Fortaleza de Santa Cruz” (publicação da Editora Voz do Oeste de 1980) aspectos que podem ser relacionados com a ansiedade constante que iria acompanhar Salgado em todo o período do exílio, diminuindo apenas no ano de 1944, quando começa a ter alguma participação nos jornais católicos de Portugal. Além disso, surgiu a perspectiva do fim da guerra e sua guinada para o discurso democrático cristão. Neste primeiro material, vê-se que ele parte para o exílio, acreditando que se tratava de um grande mal-entendido. Dizia: “sou acusado de conspirar com meia dúzia de sargentos! Eu, que tenho um milhão de homens que me seguem!” (1980, p.13), além de outras declarações de “pura inocência” dos fatos a ele creditados.

Desse momento em diante, observamos muitas queixas de Plínio contra todos e, em alguns momentos, até da filha quando não responde de imediato às suas cartas. Plínio constrói ao longo do exílio uma imagem de mártir, de vítima e de injustiçado, fala de sua dor espiritual, de sua angústia e de sua tristeza. Mas essa imagem tem ampla colaboração dos que lhes enviam cartas e as respondem, correspondendo ao seu apelo, fortalecendo a imagem de “Cristo Crucificado” com que ele se reveste durante o exílio. As cartas são perpassadas por palavras de sofrimento e de amargura, com Plínio “rogando a Deus” constantemente pelo seu sofrimento e não se omitindo em declarar que tudo isso foi suportando em meio a dor e a angústia. Plínio despertava a misericórdia dos militantes, dos colegas, dos que o admiravam no Brasil e em Portugal, em um ritmo cada vez mais acelerado de cartas.

Por meio de algumas delas percebemos que alguns contatos

foram feitos antes da partida para o exílio, como se pode ler na carta do dia 8 de julho de 1939:

Chegamos (...) as preocupações das malas, a instalação, o ambiente novo, as visitas, tudo isso perturba e não permite os vagares de uma carta pormenorizada; farei isso no dia 12, longamente. Nesse dia, irão cartas para o Juca, aos manos e vários amigos. Por hoje você centralizará as notícias e transmitirá a todos meus recados. (...) O acolhimento que estamos tendo aqui é muito carinhoso, por parte dos moços idealistas do novo Portugal. Todos os jornais noticiaram nossa chegada. (...) A família Duarte esperava-nos no cais. Também nos esperavam o Lins e D. Rosa; numerosos rapazes da 'Mocidade Portuguesa' e grande número de jornalistas. Recusei-me a falar sobre política." Peço comunicar ao Josetti que do pessoal do Martinho Nobre ninguém apareceu. (...) Mande-me notícias da saúde de Irene. Recomende-me a D. Julieta e Dr. Loureiro, assim como a um por um dos nossos. Que todos me escrevam. (SALGADO, 1980b: 17-18).

Outras cartas, por serem direcionadas à filha, deixavam entrever aspectos de sua personalidade, com os quais podemos desconstruir alguns traços propagados da sua imagem nos tempos do integralismo oficial. Percebe-se, pelos documentos oficiais da AIB, certo consenso entre os militantes acerca da "força espiritual" que Salgado possuía. Entretanto, em mais de uma carta endereçada a sua família pessoal, ele deixa entrever certa fraqueza espiritual, que se contrapõe à imagem de líder da "revolução espiritualista" como ele sempre se apresentava. Observa-se no fragmento da carta abaixo, em que ele descreve as impressões do local onde situava-se sua nova morada em Lisboa, traços de superstição ao descrever uma casa funerária e um hospital:

O que mais me agrada é um prédio novo, tipo dos nossos aí; meu espírito de brasileiro e de modernista não se conforma com essas escuras escadas de madeira, onde os habitantes do prédio sobem de lanterna elétrica ou riscando fósforos. (...) Agora imagine que na rua de Santa Maria, além de subirmos uma dessas escadas num prédio que aqui chamam "pombalino", ainda tínhamos a desagradabilíssima vizinhança de duas empresas funerárias e de um hospital. Por cumulo de azar, uma das agencias macabras chama-se "agencia Salgado" (vejam só...). Acontecia que às vezes eu me levantava da cama algo aborrecido. Saia à janela

para espiairecer, ver o sol, o céu. E a primeira coisa que eu via era isto (...). (SALGADO, 1980: 103).

Outro aspecto de sua personalidade, presente nas cartas pessoais, é sua constante ansiedade. Em algumas cartas, sempre diz que andava deprimido com a falta de notícias, porém, em outras, endereçadas a outros contatos, mostrava-se articulado e demonstrando estar bem relacionado em Portugal. Se compararmos as cartas enviadas a sua filha com as cartas para outros contatos, perceberemos a diferença na postura de Plínio, já que “vendia” uma imagem diferente para os militantes. É, particularmente, nas suas cartas para sua filha e genro que se pode perceber a constante cobrança por atenção, por cartas e notícias, refletindo seu perfil de homem ansioso. Ele não é tranquilo, como está registrado em alguns documentos integralistas do período da AIB oficial. A indefinição de sua situação no Brasil é outro fator que lhe perturba, assim como a Guerra e os rumos dos regimes autoritários com os quais compactua em certa medida. Pelo que se lê nas cartas, ele está refere-se ao controle que demonstra ter dos dias do correio e do horário de chegada dos aéreos. Essa é uma eterna preocupação, as formas de mandar e receber cartas. Ele não deixa que os militantes o esqueçam.

Observa-se que, no dia 05 de agosto de 1939, ele começa sua carta dizendo: “*A última carta que recebi de Juca com um bilhetinho seu prometendo uma carta que não veio (...)*” (p. 26). No dia 12 do mesmo mês, ele diz: “*Eu já havia hoje escrito uma angustiante carta a V. e Juca, reclamando a falta de notícias (...)*” (Salgado, 1980b: 29). No mesmo dia, escreve outra carta em que diz: “*Com que alegria recebi suas cartas de 1º e 8, pelo mesmo avião! Já estávamos afitos porque as cartas são o oxigênio do exilado. Esta tarde respiramos*” (p. 30). Observamos uma repetição deste aspecto, portanto pulamos algumas cartas. No dia 04 de maio de 1940, Plínio continua registrando sua necessidade de cartas, suas angústias neste campo: “*Não recebi cartas suas no correio passado, mas o precioso Marcel, sempre oportuno nas horas necessárias, esclareceu-me (...)*” (p. 155).

Essas cobranças são uma constante nas cartas, sendo assim, dificilmente, o pesquisador, deste tipo documental, encontrará uma carta de Plínio onde não haja essa cobrança, esse apelo por respostas e por cartas. Vale observar os fragmentos que aqui apresentamos e que exemplificam sua ansiedade e rotina em torno

das cartas. Em 23 de dezembro de 1939, ele escreve a sua filha: *“Eu já estava ‘tiririca’ com você; ia transcorrendo a terceira semana sem uma carta sua e a segunda sem as do Juca; eu já estava com minhas crises de pessimista com a imaginação a trabalhar como de costume engendrando ideias apouquentadoras. (...)”* (SALGADO, 1980b: 102).

Em 06 de abril de 1940, ele escreve: *“Recebi a sua cartinha de 30. As suas cartas são esperadas sofregamente durante toda semana. (...) A Irene não tem escrito; Porque?”* (p. 154). Em 25 de maio de 1940, temos: *“Peço-lhe dizer ao Rui que resolvi escrever a ele no próximo aéreo (...) temos vários problemas a resolver”* (p. 176). Na mesma carta: *“Escrevo hoje a vocês conjuntamente, como faço de vez em quando, pois não só tenho que fazer cartas a Irene.”* No dia 31 de maio: *“Recebi as cartinhas de vocês, da Irene, do Ruy, o bilhete do Piroga, a cartinha pontualíssima do Marcel, e uma missiva esplêndida do Lacerda”* (p. 180).

Em 25 de setembro de 1940, temos: *“Continuo no sistema de cartas conjuntas, para vocês ambos, porém hoje sou forçado a usar esse método pela coincidência do dia do avião com a véspera da partida do nosso amigo que levou os livros (...). Esse amigo vai ser portador da 1ª, 2ª e 3ª. Partes da ‘Vida de Jesus’”* (p. 219). Em 29 de outubro de 1940: *“Recebi anteontem um registrado de Lisboa trazendo-me quatro cartas aéreas. Li-as com o alvoroçado contentamento que representa, em tais ocasiões, tudo o que há de consolador e bom no exílio”* (SALGADO, 1980b: 233). Anos depois, ainda observamos suas fixações nas cartas: *“Escreve, Filha, Minha filha. Até quando ficarei sem as notícias suas. Tenho escrito pra você, para os nossos.”* Na sequência, ele cita os nomes dos contatos dos quais recebera cartas e para quem tinha enviado. Essas expressões são uma constante em suas cartas de 1939 a 1946.

Seus contatos mais diretos no Brasil são a irmã Irene, o cunhado Henrique, a filha e o genro, que centralizava todas as informações. Na carta de 20 de junho de 1939, antes de sair do Brasil, ele escreve: *“Conferencio longamente com meu genro sobre negócios particulares. Vamos depois ao quarto, onde redijo e escrevo de próprio punho uma procuração ad negotia e ad justitia, com amplos poderes, para que ele me represente na minha ausência”* (SALGADO, 1980a: 65). Marcel, Pompeu e Ruy eram pessoas fortes dentre seus contatos no Brasil, além de vários outros que cita em suas cartas. No início do exílio, ele continuava alimentando os

medos do avanço comunista para o Brasil. Neste trecho, menciona uma conversa com Oswald de Andrade que indicou-lhe “novos perigos”:

Os amigos daí não se mexem e eu aqui tenho praticamente uma família de cinco! Rogo ainda a V., Loureiro ver em que pé está o meu processo (aquele absurdo!) e qual o ambiente aí. Estou sem notícias nenhuma. Anteontem estive com Osvaldo de Andrade, que veio do Congresso do Pen-Club de Copenhague, onde representou o Brasil (por aí se vê o que é o Pen...). Pelo que me disse, acho que a situação mundial muito grave. Ele esteve com os chefes comunistas franceses. Tudo indica que se essa guerra demorar muito, poderemos ter um cataclisma social. (SALGADO, 1980b: 48).

Pelas cartas de portugueses, vê-se a incompreensão do que estava acontecendo ao “ilustre pensador político e escritor brasileiro”. Ele dava suas explicações, por meio das cartas, das obras literárias e de conferências e construía uma escrita de si para o público, dando sentido a sua história, ao seu percurso desde a saída do Brasil até seu retorno. Segundo Joviano (2011):

A escrita de si pode ser capaz de promover coerência e unicidade às subjetividades fragmentadas, e isso acontece em função das características próprias do discurso narrativo escrito, que na maioria das vezes, ganha contornos circulares em uma lógica do princípio, meio e fim.

Os textos de Plínio Salgado sobre si mesmo e de outras pessoas sobre ele são complexos e abrem um leque de possibilidades de análise, dada suas referências políticas, particularmente nos dias atuais depois de uma série de pesquisas sobre o integralismo, o fascismo, nazismo, salazarismo e outros. Nós, os historiadores, também procuramos dar um sentido e compreensão, uma coerência às cartas que conseguimos acessar e procuramos nelas os pontos de coerência de sua vida no exílio. Daí a importância de esclarecer a proposta e as intenções da análise e da utilização das cartas aleatórias que nos foram enviadas pela equipe do Arquivo.

As intenções de leitura sobre suas cartas permearam toda a pesquisa. O pesquisador deve considerar que as cartas, escritas por Plínio Salgado no exílio, eram recheadas de intenções que iam além

do contato com a família. Portanto, o pesquisador encontra, em cada uma delas, fragmentos e trechos, intencionalmente escritos, em forma de orientação aos militantes e articulações políticas que deveriam ser repassados aos mesmos.

Devemos, ainda, considerar que Plínio Salgado era escritor e dono de uma ampla capacidade de oratória e discurso e sua figura frágil contrastava com a força de sua voz. Possuía a capacidade de narrar e construir sentido às suas próprias histórias, circulando-as como se fossem histórias de outros, a exemplo de “A Vida de Jesus”, obra escrita no exílio e publicada inicialmente no Brasil e posteriormente em Portugal. No exílio ele contou suas histórias em cartas, em obras e em palestras e, falando de si e de suas ideias, apresentava-se com uma missão, apelava por compreensão, por piedade e admiração. Sob o controle do regime de Salazar e em dependência das decisões do regime de Vargas, queixava-se de constante vigilância sobre sua escrita pessoal e familiar como se suas cartas fossem inocentes e simples contato com a filha e o genro.

Ao ler as cartas publicadas pela Editora Voz do Oeste, em 1986, o pesquisador é capaz de acreditar que ele tratava apenas de assuntos da família e que tinha alguns poucos contatos de amigos pessoais do Brasil. As cartas preservadas pelo Arquivo de Rio Claro, contudo, contam outras histórias, revelam um Plínio Salgado constantemente articulado com a preservação da imagem de líder e chefe dos integralistas, que continuaram esperando e seguindo as ordens do chefe, enviadas nas cartas. De Portugal, ele preservou e enriqueceu a imagem de mártir e líder, que doava a própria vida em nome da causa, conservando-se no imaginário político e reforçando sua condição de “guia das multidões”. As marcas destas ações podem ser lidas nas obras publicadas no exílio.

Durante o exílio ele foi incorporando ideias, refazendo seus projetos, reelaborando seus discursos, adequando-se ao momento dos rumos da guerra e das questões políticas e ideológicas que surgiam no cotidiano. Por outro lado, as cartas também indicam aspectos de sua experiência pessoal, como o movimento de suas emoções, descortinando ao pesquisador um Plínio bastante temeroso, ansioso e em alguns momentos de muito pouca fé, que foi sendo ajustada com a sua inserção na cultura portuguesa. Ora era bastante supersticioso, ousado nos momentos em que acreditava ter bases de apoio e retraído quando confrontado, ora via-se sem

as bases ou ameaçado pelos regimes sob os quais passou a viver em franca temeridade, demonstrando fragilidade em vários momentos e bastante insegurança em relação aos rumos de sua vida. Ele evitava enfrentar Vargas ou Salazar. Mostrava-se subserviente e disposto a colaborar com os dois em caso de um pedido pessoal e enviava mensagens pelas cartas que sabia que seriam lidas e vigiadas.

Além da pressão dos regimes, a guerra era a causa de muitos dos seus medos. Nas obras publicadas em sua memória, vemos, em algumas de suas cartas, frequentes relatórios do desenrolar da Segunda Guerra Mundial, das impressões a respeito da posição de Portugal e mesmo da situação do Brasil, informações fornecidas pelos que lhes enviavam notícias. Ao que tudo indica, ele foi acompanhando o movimento da guerra e paralelamente ajustando sua conduta e suas cartas com orientações como se apenas a situação do Brasil lhe interessasse. Já nas cartas, não publicadas e arquivadas em Rio Claro, temos outras informações de sua situação e conduta, até porque as cartas publicadas só vão até 1940, dependendo o pesquisador da análise da correspondência, preservada pelo Arquivo, durante o período no exílio.

Em um dado momento, ele passou a viver entre os católicos portugueses com o apoio do Padre Moreira Neves e do próprio Cardeal Cerejeira, que era amigo pessoal de Salazar. As razões podemos encontrar na própria base e matriz ideológica do regime salazarista: o catolicismo nacionalista e radical. Plínio percebeu que era uma base de apoio forte para sua situação de exilado, além de ser um lugar coerente com seu perfil político e pessoal e onde tinha um certo conforto, motivando-o a colaborar como doutrinador da juventude, por meio de obras e de conferências que marcaram a sociedade portuguesa da época. Plínio foi bastante comentado por vários jornais, particularmente depois de 1944, ostentando a imagem de um vitorioso da situação no exílio.

De 1939 a 1944, contudo, encontramos vestígios de um Plínio bastante temeroso e inseguro do seu destino, de sua saúde e de sua vida, voltando-se de forma evidente para um mundo espiritualista. As lembranças da morte de entes queridos o seguiam constantemente, por vezes ele voltou-se para o mundo reflexivo do espírito e da fé católica. Em alguns momentos, o pesquisador pode ver essa reação como pura articulação política para se posicionar e sobreviver no regime de Salazar e suas bases católicas. Entretanto, tem ficado de fora todo um campo de análise de sua subjetividade,

de sua própria fragilidade no campo da espiritualidade e que repercute na sua escolha da posição em torno do tema Democracia Cristã, com a qual passa a se identificar nos rumos finais da guerra.

Os motivos são, em geral, apontados como trama política, mas, quando se acompanha o cotidiano de suas cartas no exílio, o movimento de suas ideias políticas é determinado pelos fatores externos da sua condição de exilado e como líder dos integralistas frente a crescentes indefinições da situação da extrema direita na Europa. Além disso, questionamentos pessoais, acerca do que tinha implementado com a Ação Integralista Brasileira e que fora resultado da experiência vivida no salazarismo, acrescentados pelos vários momentos de introspecção e reflexão sobre próprio sentido da vida, o medo da morte, latente em vários momentos, sua doença e a de sua irmã e a imagem da morte dos entes queridos, o acompanhavam.

Observa-se que, em 1944, a imagem de Hitler e de Mussolini eram fortes em Portugal e bastante propagadas por alguns doutrinadores do regime salazarista, a exemplo de Alfredo Pimenta, propagando-se uma possibilidade de vitória. O próprio Salazar oscilava entre um discurso em prol da Alemanha e outro em prol da Inglaterra, declarando-se neutro, mas, com clara vontade de vitória da direita nazista em razão do perfil do seu regime. Entretanto, Plínio Salgado já circulava em temas voltados para a espiritualidade, para *Cristo*, para *Deus*.

As cartas pessoais indicam um Plínio Salgado inseguro ao longo do exílio, enquanto as cartas políticas apresentam a imagem de líder político decidido e bem articulado. Na intimidade, há um Plínio com medo da morte, frágil e bastante inseguro com os destinos de sua vida material e espiritual. Aderir ao projeto da democracia cristã teve o conforto político adquirido no regime de Salazar, mas também lhe viabilizou conforto espiritual. Em suas conferências pronunciadas e publicadas em Lisboa, vê-se um Plínio forte quando falava de Deus, de Cristo e da vida espiritual, temas com os quais pôde construir as possibilidades de retorno político ao Brasil democrático depois de 1945.

Obviamente, os limites impostos pelo regime de Salazar e pela sua Secretaria Nacional de Propaganda e Informação determinavam o discurso e as obras literárias de Plínio Salgado que puderam circular em Portugal. Mas a própria situação de exilado, a necessidade de buscar refúgio em ideias permitidas e a condição

de silenciado das próprias ideias eram o motivo de suas depressões e tristezas. Ele percebia-se na condição de fragilidade, aceitava seu destino, buscava a coerência da vida em Portugal como abrigo e mecanismo de sobrevivência. Esta situação lhe proporcionou duplo sentido e guia de novos rumos. De um lado, permitiu-lhe aproximação com as ideias do salazarismo e a compreensão de um projeto político, com o qual passou a simpatizar-se e refazer os planos antes direcionados à AIB. De outro lado, proporcionou-lhe a aproximação com a vida religiosa e com a força da fé e cultura católica portuguesa. Em vários momentos, ele declara o despertar de sua própria fé diante das expressões de fé com as quais conviveu no exílio, a exemplo do cenário de fé que presenciou nas festas de Fátima. Seria pertinente dizer que Plínio Salgado consolidou seu catolicismo em Portugal durante a experiência do exílio. Os dados desta impressão estão em várias cartas que enviou, nas obras e em suas conferências.

Escolher a democracia cristã como novo tema era a nova possibilidade política entre Brasil e Portugal, não só no momento político pós-guerra, mas também, como um ambiente de conforto espiritual com o qual se habituou em sua experiência do exílio. Depois do sucesso da obra “A Vida de Jesus”, Plínio Salgado passou a acreditar que falar de Cristo dava certo, protegia, era seguro e ainda lhe dava conforto espiritual. Além das questões pessoais, o cristianismo afluía em Portugal com o discurso da “Democracia Cristã” e frente aos rumos indefinidos da guerra, dava respostas para as ansiedades, o medo da morte e confortava diante do imprevisto.

Plínio foi construindo uma leitura da guerra e da situação dos movimentos de direita do exílio, por meio de impressões e debates da sociedade portuguesa, e paralelamente construiu uma leitura do regime de Salazar e da ação do Estado Novo no Brasil por informes e cartas enviadas e recebidas. Compreender o Plínio Salgado deste momento requer que o historiador se debruce nas cartas, onde vai registrando informações e impressões do que via e ouvia, do que acreditava e do que temia. Não é possível ter uma leitura histórica do tempo do exílio fora das cartas enviadas e recebidas. Quando muito, elas podem ser analisadas com a leitura de outros documentos que vão possibilitando a compreensão de algumas de suas reações, posição e discursos. Neste sentido, diremos que uma análise do retorno de Plínio Salgado ao Brasil, em 1946, centrada

apenas numa análise das condições externas diretamente ligadas ao nazismo e ao fascismo, seria desconsiderar a profunda influência do salazarismo e do catolicismo português, seria desconsiderar o que se chama na psicanálise de período de luto, que significa estar no exílio, longe de sua vida comum, da segurança da pátria e da cultura e dos entes queridos.

No campo metodológico de utilização das cartas de exílio, percebemos a importância de se proceder à leitura crescente de um bom número de correspondências enviadas e recebidas ao longo do mesmo e de personagens aleatórios, tendo Plínio como núcleo central para compreender o movimento das mudanças no seu pensamento e na sua conduta política profundamente ligada ao campo religioso, não apenas como mecanismo e estratégia política, mas como conforto espiritual para as questões com as quais vivia o dilema entre a vida e a morte e para questões da fé católica que a cultura portuguesa lhe despertou. Ele viu a força de Salazar no catolicismo e acreditou na relação. Ao final, ficam poucas dúvidas de que Plínio Salgado foi um personagem político bastante influenciável. Viver oito anos em Portugal não passaria em branco e ele retornaria com as marcas do salazarismo e do catolicismo português.

A impressão mais forte que fica depois da leitura de algumas de suas cartas, completadas pela documentação dos arquivos portugueses, é a percepção da constante insegurança de Plínio Salgado no campo emocional e espiritual, mediada pela observação da força de Salazar e da sociedade portuguesa no catolicismo, onde ele passa a se inserir por razões políticas e pessoais e por crença na possibilidade de melhorar sua situação em todos os campos.

Por outro lado, Plínio Salgado mostra-se um observador nato, ele acompanha com atenção a experiência do salazarismo na prática, em relação ao fascismo e ao nazismo, em meio às consequências da guerra. Passa a admirar o regime e a confiar na conduta e pensamento político de Salazar, repetindo, por várias vezes, trechos dos seus discursos, não apenas como mecanismo interdiscursivo de trazer um já-dito e seguro dentro da vigilância do regime, mas, registrando em várias cartas, sua impressão pessoal e a certeza de ter cometido alguns erros se comparado à conduta de Salazar, com o qual declara estar aprendendo no dia-a-dia. Além da admiração crescente que vai tendo por Salazar, ele se dá conta da força do catolicismo na cultura portuguesa e no cenário político

internacional e da força da fé católica como guia das multidões e da sua própria força entre eles.

E de impressionar como ele desperta os católicos portugueses, como seus discursos são comentados e a sua crescente popularidade em meio à juventude e sociedade portuguesa. No exílio, o catolicismo torna-se um lugar precioso para Plínio Salgado. Um porto seguro com o qual ele se identifica nos campos político e religioso. Ele encontra força para enfrentar seus medos nos dois mundos: material e espiritual, como ele mesmo, por vezes, repete em suas cartas.

Há muito o que se dizer sobre estas questões. No Arquivo de Rio Claro, a documentação do Fundo Plínio Salgado, Vida Familiar, Cultural e Vida Política, Partidária e Parlamentar oferecem amplas possibilidades para os que compreendem a necessidade de se analisar sua vida política interligada a vida pessoal, porque Plínio Salgado as vivia de forma relacional e não separava a família da “grande família”, a vida material da vida espiritual. Falar de Cristo não era apenas um recurso político, como se convencionou afirmar, também não era pura fé, eram as duas coisas juntas. Não compreendemos uma análise apenas no campo da sua ação política, porque estamos falando de um personagem bastante emotivo, ansioso e temente a tudo que fugia do seu controle, um personagem que temia diariamente a morte, os castigos divinos e que se tomava como missão entre os outros.

Nossa meta neste trabalho foi apenas dar visibilidade para a importância das cartas do exílio como lugares de análise destas questões, mas, principalmente, destacar o papel de coautor da equipe do Arquivo de Rio Claro na seleção e remessa do material para o pesquisador, conforme sua solicitação, conforme sua necessidade, influenciando a escrita da história. As cartas enviadas pela equipe foram decisivas nos rumos da pesquisa em Portugal, na compreensão da experiência do exílio, ainda que completadas pelo campo de leitura, proporcionado pela pesquisa nos arquivos de Portugal.

Resta dizer que ainda há muito que se estudar nesse sentido, pois o volume das cartas, à disposição do pesquisador no Arquivo de Rio Claro, é muito grande e a equipe mostrou-se sempre em prontidão, facilitando as condições de pesquisa. Trata-se de um material muito rico e que sugere várias abordagens das questões aqui levantas e outras que por ventura foram aqui negligenciadas. A

pesquisa em Portugal avançou bastante com este ponto de partida e apoio bilateral da equipe de Rio Claro. A documentação enviada permitiu-nos chegar aos contatos em Portugal, à situação financeira de Plínio Salgado e à sua condição de exilado no regime de Salazar.

Bibliografia

BERTONHA, João Fábio. *A construção da memória através de um acervo pessoal: o caso do fundo Plínio Salgado em Rio Claro*. Assis: UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, 2007.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo – ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.

JOVIANO, Lúcia Helena da Silva. “Diário e escrita de si: Minha vida de Menina no contexto da discursividade Moderna”. Darandina Revisteletrônica - <http://www.ufjf.br/darandina>. *Anais do Simpósio Internacional Literatura, Crítica, Cultura V: Literatura e Política*, realizado entre 24 e 26 de maio de 2011 pelo PPG Letras: Estudos Literários, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora. ISSN: 1983-8379.

LE GOFF, Jacques. Memória. In *Enciclopédia Einaudi*, vol.1: Memória – História. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.

MIRANDA, Wander M. *Corpos escritos*. Graciliano Ramos e Silviano Santiago. São Paulo: Edusp. 1992.

NORA, Pierre. Entre História e Memória – a problemática dos lugares. In *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, PUC, 1993, p. 21-22.

SALGADO, Plínio. *Cartas aos camisas-verdes*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1935.

SALGADO, Plínio. *Minha Segunda Prisão e meu exílio, Diário de Bordo e Poema da Fortaleza de Santa Cruz*. Editora Voz do Oeste, 1980.

_____. *Tempo do Exílio: correspondência familiar I*. Editora Voz do Oeste, 1986.

VOLPE, Miriam L. *Geografias de exílio*. Mario Benedetti. Montevidéu: Ed. La Gotera, 2004.

IDIOSSINCRASIAS NO CANTO DA ESTANTE:

a trajetória da Enciclopédia do Integralismo como objeto de estudo

*Rodrigo Christofoletti*¹

Desde o princípio de minha vida acadêmica, ouço histórias sobre o fato de que não somos nós quem conduzimos nossas pesquisas, mas sim o contrário. Também ouvi que nem sempre descobrimos nossos objetos de estudo. Os próprios nos descobrem. Em relação a minha experiência com a *Enciclopédia do Integralismo*², o que se deu foi exatamente isso. Em junho de 1998, após assistir a uma notícia no telejornal local da cidade de Rio Claro, tomei contato pela primeira vez com o integralismo. Noticiava-se a liberação do acesso ao acervo do Fundo Plínio Salgado, conjunto este alocado no Arquivo Público Municipal de Rio Claro, sublinhando tratar-se do mais completo arquivo existente no país sobre o integralismo.

Dois dias depois, vi-me imerso em centenas de caixas e inventários do acervo e, confesso: nem sabia por onde começar. Permaneci no arquivo por mais de um mês, visitando o espaço nos dois períodos disponíveis. Na terceira semana, nem saía para almoçar e passava cerca de oito horas trancado, consultando todo o

1 Doutor em História Política e Bens Culturais FGV/CPDOC. Atualmente é educador da USP no Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos e professor da Universidade Católica de Santos.

2 É comum lermos em estudos antigos e recentes a grafia equivocada deste compêndio. Muitos pesquisadores denominaram-na de Enciclopédia Integralista. Gumercindo Rocha Dórea, editor e idealizador do compêndio, chama a atenção deste fato em uma das diversas entrevistas realizadas ao longo dos anos de 2002 e 2010.

acervo. Lá pude examinar grande parte do material disponível para consulta, de correspondências aos álbuns de fotografias, passando pelas caixas de documentos partidários e/ ou pessoais de Plínio Salgado, e a enorme coleção de jornais do movimento. Para ser mais preciso, o acervo do Fundo Plínio Salgado é composto por mais de 40 mil correspondências (1926-1976), atas (produzidas pelos núcleos da Ação Integralista Brasileira e diretórios do Partido de Representação Popular), fotos familiares e políticas envolvendo a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular (3.280 unidades), jornais e revistas (570 exemplares), objetos pessoais e material de propaganda política (botons, distintivos, medalhas, bandeiras, adesivos, louças, etc.), além de mais de 400 livros (particularmente as obras doutrinárias de Plínio Salgado e publicações de autores integralistas)³. Conheci também o que havia sido sistematizado sobre o integralismo local, pensando, naquele momento, ser viável desenvolver uma pesquisa sobre a trajetória do integralismo rio-clarense. Logo percebi que meus interesses iam além do interesse regional; abandonei a pesquisa sobre os militantes integralistas em Rio Claro e me dispersei ainda mais. Permanecia perdido frente a tantas possibilidades...

Até que em uma das estantes do arquivo, uma coleção de livros, disposta de maneira aleatória, chamou-me a atenção. Os funcionários do arquivo garantiram-me que, no dia seguinte, os livros estariam dispostos de acordo com os tombos. Ao retornar, os exemplares estavam dispostos no canto alto da estante do fundo da sala de consultas, de acordo com a numeração do tombo, o que facilitou a percepção de dois conjuntos documentais diferentes. O primeiro, a coleção de obras completas de Plínio Salgado e o segundo, um conjunto de doze volumes encadernados em capa dura verde oliva denominado *A Enciclopédia do Integralismo*.

Eu jamais havia ouvido qualquer informação ou menção a este compêndio, mas percebi que minha procura havia terminado. Finalmente encontrara meu objeto de estudo. Ou teria sido o contrário? Então, folheei os compêndios e percebi que muitos daqueles autores, que estavam elencados, não eram integralistas conhecidos. Volume por volume fui tomando contato com os nomes, as temáticas, as idiosincrasias contidas nos escritos e o

3 Informações disponíveis no site do Arquivo Municipal de Rio Claro.
www.aphrioclaro.sp.gov.br

universo de possibilidades de análise que os textos compilados sugeriam. Nomes conhecidos mesclaram-se com anônimos militantes e temáticas candentes nos anos 1950 misturavam-se com clamores do passado (anos 1930), o que dava uma aura de complexidade às temáticas encontradas naqueles volumes.

Com discurso e vestimenta diferenciados de seu tempo pregresso, o Integralismo continuou ativo e militante nas décadas de 1940 a 60, tendo vivido sensíveis transformações que reconfiguraram seus pontos mais radicais. O campo de batalha entre o imaginário e o simbólico sempre foi terreno fértil para o integralismo, sobretudo por meio de instrumentos de propaganda exaustivamente explorados pela imprensa, que acabou expandindo os aspectos reputados como negativos em diversos artigos, reportagens históricas e até charges. Dissonantes da reestruturação integralista estavam os jornais de grande circulação que, serviram como incubadores e disseminadores do sentimento anti-integralista, numa disputa nada velada entre a memória do movimento integralista e a de seus contemporâneos. Nesse sentido, as representações da memória integralista - textuais, discursivas, imagéticas – serviram de mote para uma autoanálise por parte do movimento.

Por outro lado, a celebração sempre foi um dos pilares da ideologia e da mística integralistas. A formulação de um expressivo aparato de imprensa proselitista possibilitou ao Integralismo do pós-guerra desfrutar de suportes de propaganda política que viabilizaram estratégias diferenciadas de cooptação militante. Por meio da palavra impressa, o movimento buscou a sustentação de sua ordem interna, rearticulando-se. O movimento fez-se novamente presente no imaginário social do cenário político nacional, não somente por meio dos jornais e revistas, mas por meio de outros suportes de sustentação doutrinária, como os programas de rádio e a comercialização de suvenires e livros que traziam a marca e a ideologia do Sigma.

Em finais de 1957, o movimento comemorou seu jubileu de prata. Completava 25 anos de embates, processos e contradições. Esta trajetória encontrou seu ápice com a campanha disferida por parte dos opositores integralistas que passaram a caricaturar as façanhas plinianas. O integralismo, em retaliação à maneira jocosa com que seus opositores os tratava nas páginas dos jornais, não tardou a responder às acusações de ser o “corolário de uma

proposta fascista caboclizada”⁴. Um dos resultados mais bem sucedidos desta contra campanha foi a publicação da *Enciclopédia do Integralismo*, compêndio editado durante o período de outubro de 1957 a março de 1961, cujo maior objetivo foi apresentar o que os integralistas chamavam de *Resumo da Ópera do Movimento*⁵: um discurso que, ao invés de dissipar as comparações com o fascismo, acentuou ainda mais a ideia de que o integralismo vivia num passado revisitado constantemente.

A *Enciclopédia* surgiu como uma proposta de apresentação ordenada da leitura de mundo dos integralistas e a apresentação desse corpo doutrinal pautou-se pela necessidade de seus escritos parecerem um conjunto coerente e sólido, uma vez que, por meio dele, seus membros pretendiam divulgar suas realizações. Os integralistas comungavam uma leitura radical de mundo, cuja partilha de sentimentos e convicções era o centro de seu ideário e, o fortalecimento do integralismo do pós-guerra esteve intimamente ligado a essa partilha, terreno seguro para seus militantes, num período cada vez mais adverso à presença do integralismo no cenário político.

Apresentando-se ao longo de seus mais de 40 meses de circulação, sempre com as mesmas dimensões: 10x15 cm, capa dura de tonalidade esverdeada, excelente qualidade de impressão e contendo, em média, entre 150 e 200 páginas por volume, seu tamanho pequeno diferia dos padrões consagrados na época para livros, que variavam de 20x25 a 25x30 cm. O preço de venda variou entre Cr\$150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) em formato brochura e Cr\$200,00 (duzentos cruzeiros) em formato encadernado/capa dura (*A Marcha*, 1957, p.6). Das mais de 1770 páginas, foram destacados alguns elementos que construíram a *cultura política e a proposta doutrinal* do integralismo, tanto no primeiro quanto no segundo momento de sua prática política. A *Enciclopédia* buscou apresentar ao seu público leitor o caminho que o integralismo percorreu até enquadrar-se no cenário democrático que então se desenhava.

A publicação obedeceu a uma periodicidade intermitente. No início, seus editores mantiveram a média de um volume por mês, o que se modificou a partir do quinto volume, quando passou

4 Proposta fascista caboclizada. *O Globo*, 09/04/1957. p.9.

5 A Enciclopédia do Integralismo: resumo da Ópera Integralista. *A Marcha*, 30/09/1957, p.6.

a ser trimestral. Do oitavo volume em diante, a circulação foi semestral. Tendo sido constituída para propagandear as conquistas integralistas, a *Enciclopédia* mostrou ao seu público leitor os feitos de maior relevância do integralismo.

A listagem de colaboradores do compêndio indica a presença de autores pertencentes a três gerações do universo político-cultural integralista. A primeira congregou um número expressivo de intelectuais que realizaram sua formação no decorrer dos anos 10 e 20, atuaram no movimento antes de outubro de 1932 e vincularam-se à Sociedade de Estudos Políticos, antecessora da AIB. Olbiano de Melo; Luis da Câmara Cascudo; Miguel Reale; Severino Sombra; além de Jeovah Mota; Padre Hélder Câmara; Félix Contreiras; João Carlos Fairbanks; Alcebiades Delamare; Madeira de Freitas e Plínio Salgado. A despeito das propagandas da *EI* apontarem em seus quadros temáticos a presença de uma segunda geração vinculada ao desenvolvimento da AIB, o que se percebeu, de fato, foi que, esta segunda geração de escritores integralistas proveio tanto dos quadros da AIB quanto do movimento pós-1945. Seus escritos, embora mais permeáveis à tendência democrática, ainda defendiam posturas que poderiam ser identificadas como rememorativas. No âmbito político-partidário, essa postura mais flexível à prática democrática, fortaleceu-se com a posse do General Dutra na presidência da República, candidatura que contou com o apoio dessa nova geração. Dentre seus nomes mais representativos destacam-se: San Thiago Dantas; Antonio Galotti; Pedro Lafayette; Luiz Compagnoni; e Aníbal Teixeira. Por fim, o grupo mais jovem e menos conhecido foi formado por integrantes recém incorporados ao PRP, dentre os quais, Edgard e Hélio Rocha; Gerardo Mello Mourão; Humberto Pergher; Carmen Pinheiro Dias; Genésio Pereira Filho; Ivan Luz e Gumercindo Rocha Dórea.

Em duas oportunidades, num espaço de três anos, o editor responsável pela empreitada apresentou, via jornal *A Marcha* (periódico oficial do PRP da época em que a *Enciclopédia* foi publicada), o rol dos volumes que seriam publicados. Tais quadros informavam o mês de publicação, data, assunto e página. Tanto no primeiro, publicado em 1957, quanto no segundo arrolamento, veiculado a partir de 1959, os conteúdos dos cinco primeiros volumes são coincidentes, o que demonstra que, ao menos inicialmente, o prognóstico de publicação havia sido cumprido. Esses volumes tratavam de depoimentos de antigos militantes.

No entanto, a partir do sexto e sétimo volumes, a ordem de apresentação e seus respectivos conteúdos sofreram alterações. Com a publicação em curso, os integralistas anunciaram outro quadro temático, diferente do inicial que havia sido programado em finais de 1957. Assim, em maio de 1959, portanto, logo após a publicação do 7º volume, houve uma reformulação no cronograma de edição do compêndio que estendeu a perspectiva de publicação de 20 para 25 volumes.⁶ No novo quadro temático, foram acrescentados mais cinco volumes não arrolados no primeiro cronograma, com destaque para temáticas concernentes à relação do integralismo com o municipalismo; sua concepção de assistência social; a preocupação do legado personificado na relação entre o integralismo e as novas gerações; um resumo da *folha corrida* do movimento, com os serviços que o integralismo havia prestado à Nação; além de uma síntese da vida e obra de Plínio Salgado. Essa diferença nos quadros temáticos mostra-se particularmente interessante se, atentarmos-nos para o fato de que, dos 20 ou 25 volumes previstos, apenas 12 foram efetivamente publicados, e que nesses 12 volumes, em muitos casos, condensou-se algumas temáticas, restringindo os volumes aos depoimentos de militantes antigos ou contemporâneos, o que forjou um perfil memorialístico para o compêndio.

6 Há propagandas que noticiam o projeto inicial com o prognóstico de 20 volumes. Entretanto, a partir da publicação do 7º volume, as propagandas passaram a noticiar a coleção com 25 volumes. *A Marcha*, 3/4/1959, p.6.

Enciclopédia do Integralismo?

20 volumes contendo o Histórico, a Filosofia, a Criteriologia, a Política, a Ação Social e Educacional do Integralismo Brasileiro

GRD Edições

OS VOLUMES SAIRÃO MENSALMENTE, A PARTIR DE OUTUBRO DE 1957, CONSTITUINDO UM MONUMENTO COMEMORATIVO DO JU-

- I — O Integralismo na Vida Brasileira (obra prefacial da Enciclopédia) — Plínio Salgado.
- II — Estudos e depoimentos (geração anterior a 1932), 1.º tomo: Belisário Pena, Rodolfo Jozetti, Lúcio José dos Santos, Madeira de Freitas, Alcebades Delama., Herbert Parentes Fortes, Victor Pujol, e outros.
- III — Estudos e depoimentos (geração anterior a 1932), 2.º tomo: Tasso da Silveira, João Carlos Fairbanks, Felix Contreiras Rodrigues, Jaime Regalo Pereira, Gustavo Barroso, Ribeiro Couto, Custódio de Viveiros, Oribiano de Melo e outros.
- IV — Estudos e depoimentos (geração de 1932): Miguel Reale, Roland Corbisier, Almeida Sales, Loureiro Júnior, Antônio Galotti, Santiago Dantas, Cottin Netto, Lauro Escorre, Guerreiro Ramos, Angelo Simões de Arruda, Jorge Lacerda, Luís Comwagnoni, Rubem Nogueira, Arnobio Graça, Augusto Frederico Schmidt, Thiers Martins Moreira, Augusto Duque, Padre Ponciano dos Santos, D. Helder Camara, Jeová Mota, Fernando Mota, Edgar da Rocha Miranda, Luís da Camara Cascado, Mário Marroquin, Adonias Filho, Cláudio de Almeida, Álvaro Sardinha, Alberto Lanego Filho, Nilza Rezende Peres, Edmundo Amaral, Ernani Silva Bruno, Godredo da Silva Teles Júnior, Índice da Silva Teles e outros cujos trabalhos estão sendo colhidos. Esse volume será precedido do "Manifesto de Recife", no qual a Juventude Pernambucana responde aderindo ao "Manifesto de Outubro", com assinaturas, em 24 de novembro de 1932, de Álvaro Lins, José Carlos Dias, Otto Guerra, Andrade Lima Filho, Américo de Oliveira Costa e João Romm.
- V — Estudos e depoimentos (ainda geração de 1932).
- VI — Estudos e depoimentos (geração de 1957): Escritos de jovens dos tempos atuais: Alfredo Leite, Carmen Pinheiro Dias, Edgard Rocha, Aníbal Teixeira de Souza, Hélio Rocha, Silveira Neto, Umberto Pergler, Gumerindo R. Dorea, João André Pório, J. Lucena, Ronaldo Moreira, Leis Ferreira, Carlos Mathews e outros.
- VII — A Poesia no Integralismo — Estudo crítico de Dario Bittencourt seguido de uma antologia em que são representados todos os Estudos Brasileiros.
- VIII — Testemunhos de contemporâneos — Comentários e opiniões de personalidades alheias ao movimento integralista: Menotti Del Picchia, Evarado Backeser, Oswald Chateaubriand, Costa Régio, Cláudio de Souza, General Góis Monteiro, Macedo Soares, Getúlio Vargas, Tristão de Ataíde, Conde de Afonso Celso, e muitos outros, inclusive Ilustres Prelados Brasileiros.
- IX — O Integralismo e a Justiça Brasileira — Julgamento favorável da Magistratura do País, através de decisões, ações e votos de eminentes personalidades do Judiciário.
- X — A mulher e a criança no Integralismo — Escritos de Belisário Pena, Isaias Alves, Leopoldo Alves, Nilza Rezende Peres, Margarida Cochliar, Herbert Parentes Fortes, Carmen Pinheiro Dias e outros, seguido de toda a or-

ganização feminina e plíniana da A. L. B.

BILEU DE PRATA DO MANIFESTO DE OUTUBRO COM QUE FOI FUNDADA A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA, NA SEQUENTE ORDEM:

- XI — O Integralismo e as Artes — Música, Artes Plásticas, Teatro, Cinema, Iconografia folclórica do Integralismo — Trabalho crítico e narrativo por um grupo de autores.
- XII — O Integralismo e a afirmação de Cristo — Palavra dos parlamentares em todo o Brasil.
- XIII — O Integralismo e a Educação Moral e Cívica — A Revolução Interior — Organização da Milícia — Protocolos e Rituais — Códigos de Ética — Bandeiras e distintivos — Culto aos heróis da Pátria — Escolas de alfabetização — Medalhas honoríficas — Hinoário Integralista — (Volume especial, de preço superior aos demais, devido à cliecheria e estampas a cores).
- XIV — O Fundador do Integralismo — Estudos e ensaios. Sobre o homem e a obra. 1.º tomo: autores brasileiros.
- XV — O Fundador do Integralismo — Estudos e ensaios sobre o homem e a obra. 2.º tomo: autores estrangeiros.
- XVI — O Integralismo e a Assistência Social — Conceito de assistência — Organização assistencial: ambulatórios médicos e dentários, laboratórios, farmácias, restaurantes populares, agência de colocações, socorro a calamidades públicas.
- XVII — O Integralismo perante a Nação — Recolção do livro já existente, com acréscimo de novos documentos e manifestos.
- XVIII — O que é o Integralismo — Seguido de cartas aos camisas-verdes e outros escritos de Plínio Salgado, no período de 1922 a 1937.
- XIX — O golpe de Estado de 1937 e a revolução de 1938 — Narrativa histórica, comentários e documentação sobre os dois acontecimentos.
- XX — O Integralismo durante a guerra de 1939-1945 — Narrativa e comentários acompanhados de documentação. Índice remissivo de todos os volumes, com menção dos autores e assuntos, no respectivo volume e página em que se encontram.

VOLUME A SAIR EM
OUTUBRO :
O INTEGRALISMO NA
VIDA BRASILEIRA
POR
Plínio Salgado

Preços (excetuando o XIII volume):
Broschado 130,00
Encadernado 160,00

Remessas pelo Reembolso Postal
Pedidos, desde já, à
LIVRARIA CLÁSSICA BRASILEIRA
Rua 1.ª de Março, 147 - 2.º andar
RIO DE JANEIRO

ESTA OBRA MONUMENTAL, ESCRITA POR BRASILEIROS DE TRÊS GERAÇÕES SUCESSIVAS, RESPONDE À QUALQUER PERGUNTA DE ORDEM DO UTRINÁRIA OU HISTÓRICA, RELACIONADA COM O GRANDE MOVIMENTO CULTURAL E POLÍTICO INICIADO EM 1932 E FORMULADA DIANTE DO ÍNDICE REMISSIVO DO ÚLTIMO VOLUME

Quadro temático com os 20 volumes iniciais previstos para o compêndio. *A Marcha*, set/1957.

Quadro Temático definitivo com os 12 volumes publicados:

VOL.	AUTORES	CONTEÚDO	Data de publicação	Nº de páginas
1	Plínio Salgado	Obra inicial: O integralismo na vida brasileira	Out. de 1957	266
2	Belisário Penna; Lúcio José dos Santos; Alcebiades Belamare; Rodolfo Josetti; Victor Pujol; Madeira de Freitas.	Depoimentos e organicidade do movimento	Nov. de 1957	189
3	Tássio da Silveira; Augusto de Lima Jr.; Félix Contreiras Rodrigues; Rocha Vaz; João Carlos Fairbanks; Jaime Regalo Pereira.	Depoimentos e Estudos	Fev. de 1958	251
4	AB Cotrim Neto; San Thiago Dantas; J. Venceslau Jr.; Pe. Hélder Câmara; Arnóbio Graça; Martins Moreira; Pedro Lafayette; Antônio Galotti.	O integralismo e o novo	Mar. de 1958	216
5	Loureiro Jr.; Miguel Reale; Margarida Corbisier; Hélio Vianna; Luis Compagnoni; José Garrido Torres; Leopoldo Ayres; Ernani Lomba Ferraz; Angelo Simões de Arruda; Rômulo Almeida; Lauro Scorel.	A nação e o Integralismo além de depoimentos	Abril de 1958	184
6	Miguel Reale	Autos, discussões acerca dos problemas jurídicos com relação ao integralismo	Nov. de 1958	220
7	54 poetas integralistas	Poesias proselitistas	Fev. de 1959	223
8	Genoíno Ferreira Filho; Humberto Pergher; Abelardo Cardoso; José Soares de Arruda; Hélio Rocha; Gumercindo Rocha Dórea.	A Orgânica da AIB - Tomo I	Mai de 1959	199
9	Plínio Salgado e Câmara Cascudo	A Educação e Estudos	Dez. de 1959	204
10	Hélio Vianna; Gumercindo Rocha Dórea; Miguel Reale e Pe. Hélder Câmara.	A Orgânica da AIB - Tomo II	Mai de 1960	209
11	Gustavo Barroso, Jeová Mota Edgard e Hélio Rocha, Carlos Matheus, Silveira Neto, Carmen P. Dias, Gumercindo R. Dórea	Depoimentos	Dez. de 1960	197
Supl.	Francisco Galvão de Castro e Plínio Salgado	Suplemento: os 4 pontos cardeais do integralismo.	Março de 1961	189

Tendo sido pressionado pelas altas taxas de juros do mercado de papel e pelos custos da impressão, cujas cifras excediam os 60%⁷ do montante de gastos da editora, o projeto sofreu uma diminuição no número de páginas a partir do número 9. De acordo com seu editor, Gumercindo Rocha Dórea, “tais fatores aceleraram o encerramento da publicação no 12º volume, pois estava começando a ficar mais caro manter a *Enciclopédia* funcionando com a mesma frequência, a despeito de todas as campanhas realizadas para este intento, do que realizar sua distribuição e manutenção no catálogo da editora”⁸.

O almejado sucesso de público não se concretizou. No entanto, sempre sustentando que o projeto alcançara patamares significativos, Gumercindo Rocha Dórea afirmou:

(...) Estima-se, que o número de exemplares vendidos deva ter chegado à casa dos 50 mil, sempre mantendo o mesmo preço de capa da primeira edição. Outro trunfo sacado de nossas mangas foi que a geração ‘Águia Branca’ tomou conhecimento aprofundado do integralismo através da *Enciclopédia*⁹.

Ainda carecemos de maiores detalhes sobre o que, de fato, teria colaborado ou determinado o fim da publicação deste compêndio, mas uma coisa é certa: a *Enciclopédia do Integralismo* entrou e saiu da linha editorial das *Edições GRD*, tornando-se um dos títulos mais vendidos da trajetória da editora. Até os dias de hoje, a editora, que permanece na ativa, publicando na proporção de um décimo do que alcançara nos anos 50 e 60, assume que o período de publicação da *Enciclopédia* coincide com o período de maior visibilidade e vendagem de seus livros.

A escolha de trabalhar com um compêndio propagandístico como a *Enciclopédia do Integralismo* deveu-se à necessidade de se aprofundar as relações de estratégias de publicação da simbologia e doutrina integralistas, num período permeado por propostas e ações democratizantes. Optou-se por respeitar a baliza temporal (1957-1961), não apenas por ser este o período de publicação do compêndio, mas, sobretudo, por este período ter se mostrado bastante significativo no que diz respeito à tentativa de legitimação

7 “O papel, a impressão e o susto”: *A Marcha*, 30/4/1960, p.4.

8 ROCHA DÓREA, G. *A Marcha*, 23/09/1961. p.8.

9 Entrevista de Gumercindo Rocha Dórea. SP. 7/10/2006.

do integralismo e, em decorrência disso, a marcante contraposição de seus adversários, que na época não possuíam fisionomia definida, abarcando vários setores da sociedade; tempo em que se desenvolveram importantes redefinições do caráter existencial do partido e da doutrina.

Por isso enfatizamos que a análise deste trabalho situou-se na interseção entre os caminhos trilhados pela abordagem política e cultural, abordagem esta que viabilizou a interpretação dos discursos contidos nos escritos da *Enciclopédia*, seus significados simbólicos e sua inserção no imaginário coletivo, destacando elementos que atuaram como mediadores entre tempos e espaços diversos, numa contribuição à circulação deste imaginário social.

Diante do labirinto de hipóteses que se construía, uma primeira questão aventada foi tentar responder por que seus idealizadores publicaram um compêndio que, a despeito de não parecer em nada uma enciclopédia, recebia este título? Os jornais do movimento poderiam me dar pistas. Desde então, decidi que meu objeto de estudos seria a *Enciclopédia*, balizado pela documentação disponível nos jornais da época, não apenas jornais integralistas, no caso *A Marcha*, mas, também a recepção jornalística dos órgãos de grande circulação nacional. Nascia desta decisão a reconstituição da trajetória, criação, compilação, publicação e recepção da *Enciclopédia do Integralismo*, projeto que consumiu partes de minha dissertação e tese de doutoramento. Um estudo que durou mais de 10 anos e que ainda não conseguiu sistematizar nem a metade das discussões e temáticas contidas no compêndio. Há, portanto, ainda muito a estudar sobre esse conjunto de livros.

Atualmente, além do *Arquivo Público de Rio Claro/Fundo Plínio Salgado*, outros arquivos/bibliotecas também possuem a coleção completa da *Enciclopédia do Integralismo*. O *Centro de Documentação da AIB –PRP de Porto Alegre* e a *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* são dois exemplos nacionais que preservaram a coleção. A *Casa Plínio Salgado*, em São Paulo, tem quase todos os exemplares, assim como as bibliotecas virtuais das páginas eletrônicas de grupos neointegralistas. Por outro lado, o compêndio encontra-se disponível na íntegra para acesso livre na *Open Library*¹⁰, uma página web com interface *wiki* de centenas de

10 Sem fins lucrativos, esta página é construída por pessoas comuns. *Open Library* é um projeto financiado em parte por uma concessão da Biblioteca do estado da Califórnia e

milhões de registros de livros para todos os livros já publicados. A *Biblioteca do Congresso Norte Americano* também disponibiliza a coleção em suas bases e dados. O registro do compêndio na *Open Library* é o (OL22407361M) e na *Biblioteca do Congresso Norte Americano* é o (F2538.E53).

Com o crescimento do mercado editorial de livros usados e raros pela internet verifica-se um aumento da procura desse compêndio por parte dos novos militantes integralistas, e, sobretudo, por parte dos pesquisadores do movimento. Atualmente, nas páginas especializadas em vendas de livros usados, sobretudo nas duas páginas mais acessadas (traca.com.br e estantevirtual.com.br), encontramos a coleção completa da *Enciclopédia* com preço bastante valorizado. Os volumes da *Enciclopédia* são vendidos por até 250 reais o exemplar avulso. A coleção completa está disponível para quem puder pagar R\$ 2.600,00. Já a versão fotocopiada não sai por menos de R\$1500,00.

A *Enciclopédia* também vem sendo amplamente divulgada como objeto especializado de estudos. Nos últimos dez anos, foi tema de apresentações em congressos nacionais e internacionais e redundou em quase vinte artigos e capítulos de livros que versam sobre os temas constituintes do compêndio. Da mesma maneira, artigos e livros, publicados sobre a temática nos últimos anos, têm aumentado a visibilidade do compêndio, graças aos esforços de divulgação das pesquisas e, sobretudo, pelo sistemático e bem articulado trabalho do Grupo de Estudos do Integralismo (GEINT) que, desde 2002, desenvolve intercâmbio de pesquisas sobre o movimento integralista em todas as suas intervenções ao longo da história contemporânea brasileira, consolidando-se como um dos mais atuantes grupos de estudo da atualidade no país. Em decorrência deste intercâmbio, o compêndio também passou a ser mais estudado, referenciado e conhecido pela comunidade acadêmica especializada. Calil (2005 & 2010), Cardoso (2005), Lustosa (2011), Carneiro (2009) e, sobretudo, Christofoletti (2002 & 2010), com suas dissertação e tese sobre a *Enciclopédia*, ajudaram a redimensionar o valor acadêmico dado a este compêndio.

Em consonância, o acervo disponível no Fundo Plínio Salgado (bem como todo o Arquivo Municipal de Rio Claro) juntamente com sua política de acesso passaram por transformações

profundas nos últimos dez anos. A sede do arquivo também mudou. Anteriormente alocado em um casarão centenário no centro da cidade, foi transferido, em 2005, para as antigas dependências da CESP (antiga Companhia Energética de São Paulo), complexo atualmente administrado e utilizado pela Prefeitura Municipal, localizado no bairro Santana.

Informação valiosa é que de 2001 a 2011, perto de uma centena de pesquisadores consultaram e organizaram suas pesquisas nesse acervo, sua maioria atraída pelo integralismo dos anos 1930. O que nos dá a certeza de que um imenso manancial de informações sobre a atuação do integralismo no período pós-guerra ainda está por ser sistematizado. Com relação à *Enciclopédia do Integralismo* ocorre o mesmo. E, a despeito de ter produzido o mais aprofundado estudo até o momento sobre este compêndio, esta pesquisa também carece de maiores detalhamentos, sendo um estímulo para os próximos pesquisadores que poderão corroborar ou refutar a leitura que fiz desses volumes.

Para finalizar, faço alusão a um recorte de jornal que motivou grande parte dos questionamentos desta pesquisa. No final de 1957, o jornal *A Marcha* publicou uma relação de dez¹¹ princípios que deveriam ser seguidos pelos integralistas. Com o sugestivo título: “*Ninguém pode dizer ser integralista se não cumpre os seguintes preceitos*”, a lista resume os elementos que fizeram do integralismo uma causa contraditória, sinalizando as obrigações integralistas por meio de uma metonímia, ou seja, tomando as partes pelo todo:

1. Ter perfeito conhecimento dos fatos históricos relacionados com o Integralismo e o seu Chefe, a fim de saber refutar as inverdades lançadas em circulação pelos adversários;
2. Usar o distintivo do Sigma;
3. Comparecer às reuniões para que é convocado;
4. Assinar *A Marcha*;
5. Sacrificar prazeres, obrigações, interesses particulares e comodidades, quando escalado para qualquer serviço em favor da Causa;
6. Não formar sua opinião sobre nenhum assunto baseado na leitura de jornais, rádio ou televisão proveniente de pessoas

11 Originalmente, *A Marcha* publicou 15 preceitos que foram, a partir de 1957/58, modificados para agregar a leitura da EI como fundamental elemento da doutrina e prática integralista. Ver: *A Marcha*, 19/12/1957, p. 3.

- ou grupos políticos estranhos;
7. Cumprir rigorosamente seus deveres familiares, profissionais e públicos, procurando ser modelo de virtudes particulares e cívicas;
 8. Lembrar-se de que o crescimento da sua agremiação depende do trabalho intelectual do Chefe e que este depende do tempo de que dispuser;
 9. Nunca sobrepor o interesse ou a vaidade pessoal às superiores razões da Causa;
 10. **Assinar, ler e debater a Enciclopédia do Integralismo como foco central da doutrinação de nossa causa.**¹²

De acordo com esta propaganda, veiculada durante meses no jornal *A Marcha*, a leitura, discussão e incorporação dos temas contidos na *Enciclopédia* (na sua maioria textos escritos originalmente nos anos 1930 e republicados nos anos 1950) fechariam o ciclo pensado por Salgado: “a educação pela doutrina, a doutrina pela ação e a ação pela obediência!” (SALGADO, *A Marcha*, 1957:06). Os dez mandamentos conferiram à militância um código de condutas que mobilizou milhares de brasileiros ainda crentes na força do Sigma, somatória que visava agregar às vidas dos militantes um conjunto de valores restritivos e conservadores, como, aliás, reza a cartilha autoritária.

Tendo surgido com uma dupla proposta: a) sintetizar a trajetória da doutrina integralista, selecionando apenas fatos que julgava lisonjeiros para o movimento, escondendo, assim, debaixo do tapete da disputa política, tudo o que era execrado por seus adversários; e b) abarcar uma amostra diferenciada e heterogênea de escritos que perfizeram três décadas de ideologia, esperando que tal seleção atingisse o rigor e a simplicidade capazes de cooptar um leque amplo de simpatizantes, a *Enciclopédia* sintetizou a vontade do não ostracismo integralista por parte de seus militantes/leitores. Sua redescoberta e todo o aparato que envolveu sua publicação (editor, editora, redes de sociabilidades, autores, publicação, difusão e recepção) são elementos fundamentais para o entendimento do projeto de rearticulação integralista no período pós-guerra. Antecâmara dos acontecimentos marcantes da década de 1960, a rearticulação integralista foi mais que mera reestruturação simbólica. Foi a confirmação de que a doutrina germinada nos anos

30 continuava, três décadas depois, a produzir sementes tendo o saudosismo e a reminiscência como convergência de um projeto de nação.

O Fundo Plínio Salgado mostra que a história da publicação da *Enciclopédia do Integralismo* confunde-se com a própria história do movimento integralista no período pós-guerra. Dez anos após meus primeiros contatos com esta documentação, desejo que novas pesquisas reafirmem a importância de se estudar o período, bem como seus protagonistas e coadjuvantes: idiosincrasias que não podem permanecer apenas no canto das estantes deste arquivo.

Bibliografia

CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e Hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel: Edunioeste, 2010.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *Enciclopédia do Integralismo: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961)*. Tese de Doutorado. FGV/CPDOC, 2010.

CARDOSO, Claudira. *Partido de Representação Popular: política de alianças e participação nos governos estaduais do Rio Grande do Sul de 1958 e 1962*. Porto Alegre: PUCRS, 1999. Dissertação (Mestrado em História).

CARNEIRO, Márcia Regina. *Sigma ao Sigma - entre a anta, a águia, o leão e o galo - a construção de memórias integralistas*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil. 2007.

DÓREA, Gumercindo Rocha. *Ora direis: ouvir orelhas que falam... de livros, pessoas e idéias*. Edições GRD, 2002.

SALGADO, Plínio. *Livro Verde da Minha Campanha*. Rio de Janeiro, Livraria Clássica Brasileira, 1956.

EXPERIÊNCIA DE PESQUISA NA TEMÁTICA DO INTEGRALISMO,

no CD-AIB/PRP e no Fundo
Plínio Salgado, em Rio Claro

Alexandre Blankl Batista¹

Normalmente escrevo em terceira pessoa. Nesta ocasião, entretanto, escreverei em primeira pessoa, especialmente pela oportunidade de descrever minhas experiências pessoais de pesquisa, passando por minha relação com o Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, meus estudos em torno da temática do integralismo, em especial sobre Plínio Salgado, e meu aprendizado com os pesquisadores do Grupo de Estudos sobre o Integralismo (GEINT), grupo que o I Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo, sediado no Arquivo de Rio Claro, ajudou a consolidar.

Certamente, há várias pessoas que devem ao Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro muito de sua formação acadêmica, seus resultados de pesquisa e o reconhecimento como pesquisadores, dentro e fora da academia. Creio que este seja o caso de grande parte da nova geração de pesquisadores do integralismo, sobretudo aqueles diretamente ligados ao GEINT. Nesse sentido, haveria dentro do conjunto muitos casos individuais que valeria a pena apreciar, verificando as motivações de pesquisa, as preferências

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

metodológicas e teóricas, e como cada um tem se relacionado com a documentação acerca do integralismo, com a experiência de pesquisa em Rio Claro e/ou com o grupo GEINT.

Acho interessante essa perspectiva de pensar a trajetória de um pesquisador e como ele lida com suas motivações iniciais e interrogações que vão aparecendo no caminho, o que, não raramente, transforma aquela percepção inicial e mesmo as intenções primitivas. Embora a maioria não goste de fazer uma auto-reflexão sobre a questão, questionando onde se situa em tal processo, é inegável que cada objeto de pesquisa é escolhido e tratado segundo preferências subjetivas. O que não pode acontecer é que essas preferências condicionem *a priori* os resultados finais do estudo a ser feito, o qual deve preferencialmente acarretar surpresas e novas descobertas. Não faz sentido realizar um trabalho de pesquisa tendo as respostas antes mesmo de investigar o problema.

O Fundo Plínio Salgado, organizado pelo Arquivo de Rio Claro, tem demonstrado, a partir do trabalho dos diferentes pesquisadores com a sua documentação, justamente esta prerrogativa: novidades em torno do tema integralismo. Sabendo do potencial deste acervo, e das supostas surpresas que poderia encontrar, debrucei-me sobre ele, mais detidamente, em duas oportunidades. A primeira foi em 2002, ocasião do I Encontro de Pesquisadores do Integralismo. A outra, três anos depois, por conta da pesquisa que desenvolvia no mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). As fontes que pesquisei no arquivo foram fundamentais para o desenvolvimento de minha dissertação, especialmente pelo caráter único delas. Embora minha formação tenha sido na UFRGS, complementada com bolsa de iniciação científica no Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular (CD-AIB/PRP), situado na capital gaúcha, sendo suas bolsas vinculadas à universidade, e tendo à disposição nesse acervo uma variedade excelente de fontes acerca do integralismo, sem o Arquivo de Rio Claro minha pesquisa não teria sido a mesma.

Da mesma maneira, quando ainda era estudante de graduação em história, o I Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo representou para mim a primeira incursão fora de meu Estado natal e a primeira participação engajada em um evento acadêmico relevante. Passados já cerca de dez anos, hoje tem-se

mais clareza da importância do evento para a divulgação do acervo de Rio Claro, para a socialização e o conhecimento das pesquisas em torno do integralismo, além da referência para uma nova geração de estudos que vêm não apenas se acumulando, mas crescendo de forma produtiva e dialógica.

A seguir, apresentarei sucintamente as impressões de pesquisa que me acompanharam até aqui, comparando, ainda que brevemente, os dois acervos mais importantes de meus estudos, a saber: o Centro de Documentação Sobre a AIB e o PRP, atualmente sob a guarda da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e o Fundo Plínio Salgado, do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, além de comentar algumas mudanças de percepção, hoje, ligadas aos resultados que obtive em minha dissertação de Mestrado, defendida em maio de 2006, no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

Experiência de Pesquisa no CD-AIB/PRP e no Arquivo de Rio Claro

Há alguns acervos importantes em que os pesquisadores do integralismo têm concentrado mais suas consultas. Entre outros, destacam-se a Fundação Getúlio Vargas e o Arquivo Nacional, sediados no Rio de Janeiro, a Casa Plínio Salgado, em São Paulo, além dos acervos do próprio Arquivo de Rio Claro e do CD-AIB/PRP, de Porto Alegre. Devido à circunscrição do movimento integralista, o qual se disseminou por grande parte do país, é difícil encontrar fundos documentais que contenham dados e informações contemplando tal abrangência. No entanto, os acervos citados, até pela história de sua constituição, contêm documentos com informações de grande parte do Brasil onde o integralismo esteve presente.

Quando comecei a pesquisar no CD-AIB/PRP, em 2000, pude comprovar esta situação. A despeito, talvez, da maioria da documentação ser de interesse local, abarcando fontes produzidas no Rio Grande do Sul, outra grande parte compreendia fontes oriundas de outros Estados ou continha vestígios e elementos que possibilitavam o estudo do integralismo para além da fronteira gaúcha. Exemplos pertinentes quanto a essa real possibilidade encontram-se nos estudos que foram feitos a partir dos fundos documentais deste acervo. Acredito que o importante para

o pesquisador é saber os limites que o seu trabalho apresenta a partir do que se encontra disponível. Sabendo disso, deve tirar o máximo possível do que há em mãos, mas, acima de tudo, deve saber lidar com as lacunas e as ausências encontradas. Assim, é perfeitamente possível realizar um bom trabalho, tendo em vista uma problemática pertinente de pesquisa e um recorte adequado que permita o usufruto dos documentos que tem à disposição.

O trabalho sobre o Partido de Representação Popular (PRP) realizado pelo prof. Gilberto Calil, em sua época de mestrando, ilustra bem a perspectiva aqui colocada². Sua Dissertação de Mestrado, defendida em 1998³, posteriormente publicada em livro, em 2001⁴, fora resultado, fundamentalmente, de pesquisa elaborada em cima de fontes documentais do CD-AIB/PRP. O professor Gilberto Calil soube explorar os documentos que havia, informando a construção do PRP no contexto pós-1945, servindo-se assim dos jornais do próprio PRP, boletins, folhetos, revistas, deliberações do Diretório Nacional do Partido, correspondências e dados oficiais enviados pelo Diretório Nacional do Partido ao Diretório Regional, além de cópias de Atas e Convenções do Diretório Central do PRP que eram enviadas aos Diretórios Regionais. Tal abordagem e trabalho com ênfase a essas fontes do acervo, porém, sofreu certo questionamento em uma resenha crítica do professor João Fábio Bertonha⁵. Por sinal, o prof. Bertonha, junto com Gilberto Calil e alguns outros pesquisadores que participam do GEINT, embora bastante jovens, já se tornaram especialistas e referências no estudo do integralismo.

Como ex-pesquisador do CD-AIB/PRP, e consequente-

2 O PRP foi o partido herdeiro do integralismo, fundado após o fim do Estado Novo, em 1946, por Plínio Salgado e agregando outros ex-integrantes da extinta Ação Integralista Brasileira.

3 CALIL, Gilberto Grassi. *A nova face do verde: O integralismo no pós guerra - A formação do Partido de Representação Popular (1945-1950)*. Porto Alegre: PUCRS, 1998. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS.

4 CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

5 Conforme Bertonha, "é possível criticar a base documental do trabalho (que se centra em documentação do Rio Grande do Sul para extrapolar para todo o Brasil) e levantar algumas questões que mereceriam ser desenvolvidas, mas o autor tem plena consciência desses problemas e eles não diminuem o valor do trabalho". BERTONHA, João Fábio. Restrição espacial e ampliação temporal. Uma análise da produção histórica recente sobre o Integralismo no Rio Grande do Sul. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 28, n. 2, 2002, p. 197.

mente conhecedor do acervo, não concordo com as críticas do prof. Bertonha a essa suposta limitação do trabalho de Calil. Creio que, como argumentei anteriormente, o pesquisador deve atentar para as limitações impostas pelas fontes, e isso inclui o acesso a elas. É claro que um trabalho de pesquisa ganha maior potencial e legitimidade quando agrega o maior número de fontes e acervos possíveis, a serem consultados, referentes à sua temática e ao interesse investigativo. Da mesma maneira, por si só, isso não garante o sucesso da empreitada. Há de se ter esforço, interesse, seriedade e até certo “talento” para o trabalho.

Apenas para citar outros trabalhos relevantes que se serviram do acervo para tomar um estudo mais abrangente do que a circunscrição ao Rio Grande do Sul, menciono as pesquisas de mestrado de Carla Luciana Silva e Rodrigo Santos de Oliveira, elaboradas no Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, respectivamente, em 1998⁶ e 2004⁷, sobre a temática do anticomunismo. A professora Carla Silva fez a sua análise, abarcando, mais profundamente, as manifestações contra o comunismo na primeira metade da década de 1930. Seu livro, elaborado a partir dos resultados da dissertação⁸, consegue demonstrar como as classes dominantes usaram de pretexto o perigo vermelho para organizar-se, combatendo os movimentos populares. As informações constantes nas páginas dedicadas à AIB foram baseadas em fontes como folhetos e panfletos, revistas e jornais integralistas, distribuídos em âmbito nacional pela Ação Integralista.

Rodrigo Oliveira estudou o anticomunismo integralista disseminado pela AIB, não restrito apenas ao Rio Grande do Sul, considerando, além das ponderações sobre a propaganda do movimento, também aspectos da doutrina e da ideologia dos líderes integralistas, como Plínio Salgado e Gustavo Barroso. Para tal, da mesma forma que Carla Silva, o prof. Rodrigo Oliveira utilizou-se essencialmente de livros, jornais, revistas, panfletos e folhetos

6 SILVA, Carla Luciana. *Perigo vermelho e ilusão comunista: configurações do comunismo brasileiro - da Aliança Liberal à Aliança Nacional Libertadora*. Porto Alegre: PUCRS, 1998. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS.

7 OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *“Perante o tribunal da história”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS.

8 SILVA, Carla Luciana. *Onda Vermelha: Imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

oficiais da AIB, de abrangência nacional, embora tenham tido origem em uma documentação que se constituiu a partir de um ex-Diretório Regional de Partido e de doações particulares oriundas do Rio Grande do Sul. Ademais, em todos esses trabalhos, a pesquisa foi complementada em outros acervos distribuídos especialmente na cidade de Porto Alegre, os quais abarcam documentação que extrapola o interesse apenas no estudo do sul do país.

O fato aqui é que o acervo do CD-AIB/PRP foi um centro de documentação constituído no Rio Grande do Sul e com boa parte das fontes documentais oriundas do Estado. Todavia, possui inúmeras fontes que extrapulam os limites geográficos do sul do país. O Arquivo de Rio Claro também oferece essa possibilidade abrangente ao pesquisador. Sua constituição deve-se à doação de acervos particulares, os quais possuem inclusos a história do integralismo e de seu Chefe Nacional, Plínio Salgado. Um chamariz importante está no fato de o Fundo Plínio Salgado, pertencente ao Arquivo, ser formado essencialmente por sua documentação pessoal. Esse acervo chegou no Arquivo em meados da década de 1980, doado pela viúva de Plínio Salgado, a Sra. Carmela Patti Salgado.

Da mesma maneira que o acervo do CD-AIB/PRP, o Fundo Plínio Salgado deve ser tomado a partir de sua procedência, devendo o pesquisador estar atento às suas lacunas, limites e armadilhas. O próprio prof. João Fábio Bertonha já teve a preocupação de alertar, em um artigo publicado há pouco tempo atrás, acerca dos problemas que devem ser levantados a partir do conjunto documental pertinente ao integralismo presente no Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro⁹. Os documentos, ora pertencentes a Plínio Salgado, trazem características marcantes de seu titular, não apenas perante as informações que apresentam, mas principalmente àquelas que são omitidas. O professor Bertonha chama atenção, por exemplo, dos dados pertinentes à ligação de Plínio Salgado ao fascismo italiano. Tal conexão pôde ser verificada em trocas de correspondências, evidência de auxílio financeiro e outros documentos consultados na Itália por pesquisadores como

9 BERTONHA, João Fábio. A construção da memória através de um acervo pessoal: o caso do fundo Plínio Salgado em Rio Claro (SP). *Patrimônio e Memória* (UNESP. Online), v. 3, p. 1-9, 2007.

Ricardo Seitenfus¹⁰ e pelo próprio J. F. Bertonha¹¹. Porém, nada sobre esse vínculo foi encontrado no Fundo Plínio Salgado em Rio Claro. Diante disso, é importante para o pesquisador cercar-se de todo tipo de cuidados e desconfiança, mas nada impede que a pesquisa seja feita, única e exclusivamente neste arquivo, utilizando-se a problemática correta e sabendo lidar com as lacunas, silêncios e ausências.

O precursor e, talvez, o mais destacado dos estudiosos recentes sobre o Integralismo, o cientista político Héglio Trindade, tem chamado a atenção para a importância do acervo em Rio Claro. Conforme Trindade, o aumento dos estudos sobre o tema e a presença de novos acervos têm contribuído para o avanço das pesquisas sobre o integralismo, em que, dentro de tal perspectiva, “o Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, em São Paulo, é uma iniciativa meritória e que já apoiou os esforços do Grupo de Estudiosos do Integralismo (GEINT), inclusive publicando os resultados de suas pesquisas”¹². A importância do Arquivo para os estudos sobre o integralismo parece mesmo inquestionável, não apenas pelas fontes documentais que coloca à disposição do público consulente, mas também pelo incentivo e visibilidade que dá a essas mesmas pesquisas.

Na época do mestrado, apesar de saber que meu trabalho de pesquisa pudesse se sustentar apenas utilizando fontes encontradas no CD-AIB/PRP, não pude resistir a procurar informações pertinentes no Fundo Plínio Salgado, em Rio Claro. Ao participar do I Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo, em 2002, naquela ocasião, acessei algumas fontes do acervo no Arquivo de Rio Claro. Não pude me esquecer do material que tive em mãos, especialmente alguns manuscritos de Plínio Salgado que me interessaram particularmente, os quais utilizei em minha dissertação de mestrado anos mais tarde. Meu tema de pesquisa já estava previamente definido quando participei do Encontro, mas foi muito gratificante ouvir de boa parte dos pesquisadores lá presentes que minha temática era relevante. Estava interessado nos

10 SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na segunda guerra mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

11 BERTONHA, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, pp. 367-390.

12 TRINDADE, Héglio. Apresentação. In: SILVA, Giselda Brito (Org.). *Estudos do Integralismo no Brasil*. Recife: Editora da UFRPE, 2007, p. 7 e 8.

pensadores brasileiros que, de alguma maneira, foram importantes para a formação intelectual de Plínio Salgado.

Além disso, pude comprovar na fala dos ex-militantes integralistas lá presentes, a tentativa de justificarem uma raiz nacional do integralismo, desvinculada do fascismo e calcada, supostamente, e unicamente, em pensadores tupiniquins¹³. Pareceu-me uma problemática interessante de pesquisa. Um ano antes de defender o mestrado, em 2005, fui a Rio Claro novamente, desta vez com uma problemática mais recortada, e em busca de fontes que contemplassem meu tema. Minha problemática de então situava-se em torno da apropriação feita por Plínio Salgado em relação às ideias de três ilustres intelectuais brasileiros: Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito. Este último, talvez, nem tão ilustre assim, no sentido do pouco conhecimento que suas obras tiveram, especialmente na historiografia brasileira¹⁴. Um problema que encontrei no CD-AIB/PRP foi certa carência em relação a fontes documentais sobre o integralismo na década de 1930, o que não acontecia com o período do PRP, por exemplo. Embora os documentos sobre a AIB tenham sustentado várias pesquisas a partir daquele acervo, pensei que a minha problemática exigiria algo mais.

Sobre a AIB e Plínio Salgado, havia pesquisado em jornais, revistas e livros. Este conjunto foi o sustentáculo de minha dissertação. Em Rio Claro, no entanto, encontrei mais: fontes abundantes sobre a década de 1930 e especialmente sobre Plínio Salgado. Alguns de seus manuscritos e publicações em periódicos antes da criação da AIB também foram substanciais. Embora acredite que o estudo baseado apenas em livros e periódicos não acarretasse, de forma alguma, alterações relevantes nos resultados

13 O convite para a participação de ex-militantes integralistas no Encontro de pesquisadores foi iniciativa da organização do evento, tendo como objetivo trazer à tona a memória militante acerca do integralismo.

14 Farias Brito foi um filósofo cearense, frequentemente associado à chamada “Escola do Recife”, cujo precursor foi Tobias Barreto. Algumas análises que contemplam o chamado “pensamento autoritário brasileiro” classificam-no equivocadamente como “católico conservador” ou “autoritário”. Contudo, as informações sobre ele e suas obras são mais seguras e completas nos compêndios e estudos de filosofia. Ampliei os comentários feitos sobre Farias Brito na dissertação de mestrado em um artigo publicado no primeiro livro organizado pela “Linha de Pesquisa Estado e Poder”, do Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste (PR): BATISTA, Alexandre Blankl. Farias Brito e a apropriação de suas obras e biografia pelos católicos conservadores. In: SILVA, Carla; CALIL, Gilberto; KOLING, Paulo. *Estado e Poder: Abordagens e Perspectivas*. Cascavel: Edunioeste, 2009, p. 191-221.

do estudo, proporcionando, por exemplo, falsas conclusões, certamente não teria trazido determinados nuances e detalhes que pude constatar a partir de certos elementos da apropriação às ideias e biografias dos intelectuais. Assim, com mais evidências, concluí que se tratava, genuinamente, de uma apropriação. Senão, o estudo aproximar-se-ia demais de um debate sobre aproximação de ideias e posições incongruentes entre Plínio Salgado e os intelectuais citados, algo próximo ao estudo feito por Jarbas Medeiros a respeito de Salgado e outros pensadores, classificados por ele como “pensadores autoritários”¹⁵.

As informações do GEINT também foram muito úteis. Dissertações, teses, artigos e diversos materiais de referência que utilizei foram informados por meio da lista de *emails* e, algumas vezes, a troca de ideias fora feita diretamente a partir da interlocução com um ou outro pesquisador. Voltei de Rio Claro satisfeito e mais seguro para dar andamento ao trabalho. O título de minha dissertação, uma menção a um espaço reservado aos excertos de textos de intelectuais brasileiros na revista integralista *Panorama*, acabou ficando “*Mentores da Nacionalidade*”: a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado¹⁶. O texto integral encontra-se acessível no banco de teses *on line* da UFRGS¹⁷.

O que me moveu a escrever esta dissertação foi, sem dúvida, o interesse nos intelectuais, em suas redes de sociabilidade e seus “sistemas de pensamento”, se é que se pode chamar assim. Porém, acima de tudo, foi um interesse em estudar os intelectuais de direita, conservadores e ditos “autoritários”. Aliás, estas definições ainda agora trazem-me dúvidas e interrogações. Hoje, meu tema de doutorado tem como objeto a produção jornalística do conhecido polemista Paulo Francis. Sob o meu ponto de vista, continuo estudando intelectuais de direita, como é o caso desse jornalista, embora não classificado como fascista, e minha trajetória de pesquisa tem uma continuidade da época de mestrado para esta fase do doutorado.

15 MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritária no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: FGV, 1978.

16 BATISTA, Alexandre Blankl. “*Mentores da Nacionalidade*”: a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

17 <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000585000&loc=2007&l=6a51a767d1570043>, acessado em 26 de novembro de 2011.

Pequena revisão em minha pesquisa sobre Plínio Salgado: A propósito do conceito de Totalitarismo

Alguns estudiosos das ciências humanas têm declarado, em algumas ocasiões, arrependimentos acerca de suas produções intelectuais, particularmente na linha de raciocínio “esqueçam o que escrevi!”, frase proferida por um conhecido “ex-cientista social”. Creio que isso não se aplica a jovens pesquisadores, os quais estão aos poucos evoluindo e construindo sua maturidade intelectual. Nesses casos, é comum olhar para trás e não gostar de produções anteriores. A verdade é que aprendemos muito mais com os erros do que com os acertos. Tirando os erros de português, a rebeldia à crase e trechos mal desenvolvidos de minha dissertação, se pudesse alterá-la em alguma coisa, revisaria as conclusões a respeito do conceito de totalitarismo.

Na época, fui muito influenciado pelos estudos de Ricardo Benzaquen de Araújo¹⁸. Suas deduções sobre a diferença entre Plínio Salgado e outros intelectuais autoritários pareceram-me uma solução suficientemente convincente para significar a necessidade de apropriação dos pensadores caros à Salgado. Diante disso, a questão era mais ou menos a seguinte: Plínio Salgado e Alberto Torres são apontados como autoritários, mas o que diferencia os dois? Se Plínio Salgado era fascista, porque Alberto Torres não era? Esse problema não se resumia apenas à relação entre Plínio Salgado e Alberto Torres, mas a todo um grupo de intelectuais brasileiros que, entre as décadas de 1920 e 1940, ganharam a alcunha de pensadores conservadores e/ou autoritários, como Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Alceu de Amoroso Lima, entre outros. É óbvio que isto implica aceitar a validade de classificações e adesões a “correntes de pensamento”.

A explicação, que é oriunda dos simpatizantes do conceito de totalitarismo, seria a seguinte: existiria um conservadorismo que radicalizaria suas forças em posições arbitrárias (autoritárias) no bojo da sociedade, impedindo mudanças mais significativas

18 ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. As classificações de Plínio: Uma análise do pensamento de Plínio Salgado entre 1932 e 1938. In: *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro: 21 (3): 161-180, jul./set., 1978; *In médio virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1988; *Totalitarismo e revolução. O integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

na ordem social. Em outras palavras, sua preocupação primordial seria a manutenção da ordem e das hierarquias historicamente construídas. Pode-se, então, segundo alguns manuais de ciência política¹⁹, classificar esta expressão conservadora sob o espectro político da direita, mas nomeando-a “autoritarismo”.

De outro lado, a feição totalitária quebraria o paradigma conservador. O princípio desta ideia diz que, a partir de certo momento, e particularmente na Europa, cria-se uma nova direita, menos preocupada com a *manutenção da velha ordem*, e sim absorvida com a tarefa de *criar uma nova ordem*. Essa nova perspectiva seria, trocando em miúdos, “revolucionária”, devendo ter a alcunha de “totalitarismo”. O achado de Benzaquen de Araújo para Plínio Salgado era justamente este: Salgado era revolucionário, adepto dessa nova direita. Assim, deveria ser compreendido fora do conjunto de intelectuais ditos “autoritários”. Logo, para mim, na época, Alberto Torres, Oliveira Viana e outros, não seriam iguais a Salgado, pois eram conservadores autoritários, mantenedores da velha ordem.

Dessa maneira, era uma tentação interessante diferenciar Plínio Salgado dos “intelectuais autoritários”, sustentado por um arcabouço teórico que tem enfrentado pouca resistência dentro da academia. Porém, sempre há problemas. Naquela ocasião, para mim, tudo parecia fazer sentido. Hoje vejo-me envolto mais em dúvidas do que certezas sobre aquela conclusão. O próprio conceito de fascismo é de difícil definição, embora eu concorde que se deva aplicá-lo à AIB e a Plínio Salgado. Em algumas situações, a construção prolixa dos conceitos mais nos atrapalha do que nos ajuda.

A concepção de “Totalitarismo” deve ser contextualizada a partir do ambiente político bipolar internacional que se criou no pós-guerra, conhecido como Guerra Fria. Embora a ideia de “totalitarismo” tenha sido divulgada pelos próprios fascistas, reconhecendo em si o feitio totalitário, o conceito acadêmico surgiu da necessidade em explicar as ditaduras de massa contemporâneas ao pós-guerra. Aos poucos, o conceito foi classificando, em uma mesma tipologia, os movimentos fascistas e o comunismo soviético. Tal perspectiva tornou-se mais contundente após a denúncia de

19 STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto (et al). *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1986, p. 95.

Krushev aos “crimes de Stalin”, a partir de meados da década de 1950.

Ainda que estejam posicionados ao lado antifascista, sob o ponto de vista ideológico, criticam-se os adeptos do conceito de Totalitarismo, porém, por situar-se na direita anticomunista. Desse modo, ao atacar todos os regimes semelhantes aos da “extrema-esquerda” e “extrema-direita”, de maneira muito sutil, deixaria nas entrelinhas que o único sistema político que mereceria crédito seria o da democracia ocidental, independente se de caráter liberal clássico ou de “bem-estar social” (keynesiano).

Passado algum tempo, a opção pela explicação em torno do Totalitarismo foi, gradativamente, tomando corpo e sendo sistematizada. Em determinado momento, já não havia muitas diferenças entre o totalitarismo de esquerda e o de direita, ou seja, os elementos em comum foram postos em evidência, em seguida medidos e, logo após, identificados como congêneres. Entre esses elementos similares, foram apontadas as questões relativas à centralização do Estado e manipulação das massas, além da peculiaridade de ambos totalitarismos pretenderem a disseminação de uma verdade absoluta²⁰. Dos estudos mais influentes que adotaram a problemática do Totalitarismo merecem destaque os de Hannah Arendt. A autora tem amplo reconhecimento acadêmico, respaldada como importante teórica e colaboradora deste conceito²¹. Arendt também foi responsável por consolidar o ponto de vista da corrente que aproxima a Alemanha Nazista e a União Soviética, classificadas como congêneres totalitárias.

No Brasil, além de trabalhos específicos sobre a concepção de Totalitarismo e nosso processo histórico-político²², temos certos compêndios e manuais introdutórios que, na maioria das vezes, não dão conta da problemática em questão. Exemplo disso pode ser vislumbrado em *O pensamento nacionalista autoritário (1920-*

20 Hermann Rauschning e Hans Kohn, autores perseguidos pelo Nazismo, teriam sido precursores dessa tendência. Dentre as obras de Rauschning mais conhecidas, e uma das poucas publicadas no Brasil, destaca-se a polêmica “Hitler fala” (1941). Kohn, entre outras obras de destaque, tem publicadas “A era do Nacionalismo”, “Reflexões Sobre a História Moderna” e “O Seculo Vinte: um Desafio ao Homem”, todas do final da década de 1950.

21 ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

22 Vale lembrar os já citados estudos de Ricardo Benzaquen de Araújo e também o de Eliana Dutra: DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte, Editora UFMG, 1997.

1940), de Boris Fausto²³. É um tanto precipitado, por parte do conhecido historiador Boris Fausto, ao mencionar a problemática em torno do totalitarismo, referir-se que a única voz dissonante, contra a adesão ao conceito para o caso da União Soviética, seria a de Eric Hobsbawm:

Com relação à União Soviética, cabe lembrar a ressalva, ao que me parece solitária, de Eric Hobsbawm. Para o historiador inglês, é no mínimo duvidoso falar-se nesse caso em totalitarismo, pois o regime não só não teria exercido o controle do pensamento como teria despolitizado a cidadania, em grau surpreendente²⁴.

Talvez Fausto queira dizer que seja a única voz de um estudioso conhecido ou consagrado, o que não fica claro. Da forma como apresenta a discussão, o autor entra em contradição com o argumento que apresenta anteriormente àquela observação quanto ao caráter solitário de Hobsbawm. Fausto diz, acertadamente, que “se percorrermos os principais autores que discutiram, na prática, a natureza dos regimes antidemocráticos que imperaram no século XX, constataremos que existe apenas uma unanimidade: a de conferir ao nazismo a caracterização de regime totalitário”²⁵. Não cabe aqui expor toda a genealogia do debate. Para efeito de introdução a esta questão, o leitor pode encontrar, em um compêndio bastante conhecido sobre a história das ideias, escrito por François Châtelet, Olivier Duhamel e Evelyne Kouchner-Pisier, o subcapítulo acerca da problemática do Totalitarismo, o qual chama a atenção para o debate e a controvérsia que há em relação a ele²⁶.

Mesmo no Brasil, basta citar a notória filósofa Marilena Chauí, a qual também é bastante conhecida pelos estudiosos do integralismo²⁷, que se coloca contra a adesão ao conceito, ponderando sobre sua feição ideológica. Para a autora, o problema

23 FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.

24 *Ibidem*, p. 9.

25 *Idem*. Além deste ponto impreciso, o autor comete um pequeno deslize ao denominar, equivocadamente, o movimento integralista da década de 1930 como “Aliança Integralista Brasileira”, em vez da correta designação “Ação Integralista Brasileira”. *Ibidem*, p. 12.

26 CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; KOUCHNER-PISIER, Evelyne. *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 250-254 [1a edição em língua portuguesa de 1985].

27 CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

central daquela arquitetura conceitual, feita durante o período pós-guerra, seria o vínculo entre socialismo e totalitarismo, o qual não deveria ser acolhido exatamente por razão do totalitarismo impossibilitar que haja socialismo. Sobre os estudos acerca do Totalitarismo, Chauí observa:

A primeira crítica feita ao socialismo identifica socialismo e totalitarismo. Esse equívoco é muito mais profundo do que parece. (...) A teoria desconsiderou a existência da sociedade e da política nos países ditos socialistas e isto porque só tinha os critérios liberais para fazer suas análises. Mas por isso, vamos dizer que não existe totalitarismo? Não! Existe. Porém não o que a direita considerou como sendo totalitarismo. Qual é o problema para nós? A marca do totalitarismo não é nem a imobilidade, nem a ideologização e nem que seja consequência imanente do socialismo (ele é a impossibilidade do socialismo, para início de conversa); sua marca é a identificação entre o Estado e a sociedade pela mediação de uma burocracia partidária. Isso é um regime totalitário ²⁸.

O argumento da filósofa aproxima-se do entendimento que Hobsbawm tem sobre o problema, ou seja, a ideologização do debate, feito a partir de um referencial da direita liberal, colocaria em xeque o conceito de Totalitarismo. O autor chama a atenção, também, para o importante processo de construção feito pelo imaginário ocidental a respeito da noção:

Apesar de brutal e ditatorial, o sistema soviético não era "totalitário", um termo que se tornou popular entre os críticos do comunismo após a Segunda Guerra Mundial, tendo sido inventado na década de 1920 pelo fascismo italiano para descrever seu próprio projeto. Até então fora usado quase exclusivamente para criticá-lo e ao nacional-socialismo alemão. Representava um sistema centralizado abarcando tudo, que não apenas impunha total controle físico sobre sua população como, por meio do monopólio da propaganda e da educação, conseguia de fato fazer com que o povo internalizasse seus valores. O romance *1984*, de George Orwell (publicado em 1948), deu a essa imagem ocidental da sociedade totalitária sua mais poderosa forma: uma sociedade

28 CHAUÍ, Marilena. Cultura, socialismo e democracia: cultivar ou cultivar. In: Teoria e Debate, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, n. 8, out/nov/dez 1989.

de massa e cérebro lavado, sob olhar vigilante do “grande irmão”, do qual só o ocasional indivíduo solitário discordava²⁹.

Hobsbawm admite que haja pontos de aproximação entre a União Soviética stalinista e a Alemanha do III Reich, como a personificação de uma liderança a ser cultuada, a exemplo do stalinismo e do nazismo, respectivamente em relação a Stalin e Adolph Hitler. Entretanto, argumenta que “em todos os outros aspectos, o sistema não era ‘totalitário’, um fato que lança considerável dúvida sobre a utilidade do termo”³⁰. Outros argumentos de Hobsbawm, como já havia observado o historiador Boris Fausto, em citação anterior, dizem respeito à incapacidade do regime stalinista ter um efetivo “controle da mente” da população, tal qual ocorrera na Alemanha nazista. Assim, não teria conseguido a mesma forma eficaz de “conversão do pensamento”, contudo, de forma surpreendente, teria despolitizado em grande escala os cidadãos soviéticos³¹.

Em suma, o claro esforço em aproximar o stalinismo do nazismo, antes de uma preocupação em compreender o processo histórico, diz respeito a uma antipatia pelo socialismo e uma tentativa de depreciá-lo. Caso aceite essa premissa totalitária para investigar o integralismo brasileiro, o pesquisador deve estar ciente da problemática envolvida. De minha parte, acredito que o conceito não deva ser utilizado, mesmo no caso de considerar totalitarismo apenas os casos em que o fascismo está envolvido. Vale lembrar que, para Hannah Arendt, nem mesmo o fascismo italiano deveria ser considerado totalitário, o que confunde a problemática em torno do fascismo e reforça a tese de que o importante é perceber supostos perigos nos regimes mais aterradores, aqueles que se desviariam do centro, tanto à esquerda como à direita.

Então, o que diferenciaria Plínio Salgado de intelectuais como Alberto Torres e Oliveira Viana? Em primeiro lugar, deve-se destacar que há diferenças importantes, especialmente no tocante à forma de direcionar o nacionalismo, as feições intervencionistas e fortemente arbitrárias. Alberto Torres e Oliveira Viana não canalizaram seus esforços intelectuais na criação de um movimento

29 HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 383.

30 *Idem*.

31 *Ibidem*, p. 384.

de massas, e ambos estiveram presentes, frequentemente, na vida pública brasileira, ainda que criticassem suas instituições. Salgado, por outro lado, só ingressou na política regular, de forma mais frequente, no pós-45, podendo-se aceitar essa sua fase anterior como de característica despótica, subversiva em relação ao poder constituído, mas não à ordem constituída.

As críticas de Salgado ao comunismo não eram superficiais, como as críticas que empregava ao capitalismo. A chamada Revolução do Espírito do líder integralista tinha dimensão metafísica, mas era pouco clara referente ao substrato material. Assim, o suposto caráter revolucionário de um intelectual fascista, para mim, hoje, não faz sentido. Todos eles, Salgado, Torres e Viana, tinham fortes raízes conservadoras. Considerar a extrema-direita como “revolucionária” implica em um conceito de Revolução que cabe principalmente aos manuais de estudo liberais. Dentro desse conceito de Revolução, nas entrelinhas, a própria ideia de movimento revolucionário, quando se “descarrilha” para os extremos, independente se de esquerda ou direita, tornaria-se perigosa e temerária.

Considerações Finais

O caminho de pesquisa segue adiante. No início do ano passado, em 2011, na lista do GEINT, alguns pesquisadores alertaram sobre a necessidade de compreender o espectro político de direita, dentro e fora do Brasil, sob uma perspectiva mais ampla. O grupo nitidamente tem se preocupado com a abrangência dos estudos além do integralismo. No entanto, isto não significa que seu estudo não é relevante. O correto, sim, é não isolá-lo como uma espécie de ideologia exótica. Vale lembrar que o integralismo várias vezes foi interpretado como uma ideologia insignificante, e até vista de modo descartável como interesse de pesquisa³². As

32 Destaca-se o parágrafo inicial do prefácio de Florestan Fernandes ao livro *Ideologia Curupira*, de Gilberto Vasconcellos: “Acho penosa a tarefa de escrever um prefácio para um livro como *A Ideologia Curupira*. Não que a obra de Gilberto Vasconcellos exija reparos graves ou que seja destituída de valor. Ao contrário, produto de uma inteligência lúcida, inquieta e crítica, seria fácil de elogiar. O que me põe de quarentena é o assunto. Hoje está na moda dizer-se que se deve estudar o integralismo. Não compartilho dessa opinião. Nem mesmo devemos nos preocupar em destruí-lo. Os integralistas desempenharam o papel histórico de cavalheiros de triste figura no seio do pensamento conservador e da burguesia. Se merecem atenção não é tanto por eles próprios, quanto pelo fato de que o pensamento conservador e a burguesia dependente da periferia do mundo tenham precisado deles (e de outras

iniciativas de promover eventos e divulgar os acervos, como é o caso do Fundo Plínio Salgado em Rio Claro, não têm o objetivo de sacralizar a memória do integralismo ou erguer a postos mais elevados a sua história. Antes de mais nada, tem-se um compromisso com o patrimônio documental e com as gerações futuras. Tentar compreender a história do integralismo e da extrema-direita é compreender a história de nosso tempo. De outra forma, estaríamos negando sua existência. Ampliar o foco sobre a compreensão da direita e inserir o estudo do integralismo nesta perspectiva parece-me correto.

Além disso, não devemos subestimar as manifestações de extrema-direita, por mais exóticas que possam parecer. A articulação dos movimentos políticos, mesmo sob a máscara da democracia, não descarta a inclusão do fascismo e de suas práticas. A motivação em estudar a direita é, antes de tudo, no sentido de entendê-la e, por conseguinte, combatê-la. Esta é a verdade. Nossos textos escritos em terceira pessoa buscam uma exigência acadêmica de distanciamento do objeto, mas é impossível fazê-lo na prática sem doses de subjetividade.

A escrita em primeira pessoa, que coloquei nas páginas deste artigo, buscou uma exposição menos formal dessas motivações e subjetividades. Caso o objetivo de compreensão da direita, aliada ao sentido de combatê-la, denote aderir aos seus sistemas de pensamento, como é o caso da adesão ao conceito de totalitarismo, é sinal de que há alguma contradição, algo que não encaixa, ou talvez um simples engano. Minha trajetória como pesquisador, a qual inclui o estudo do integralismo e, hoje, a pesquisa acerca de um intelectual ligado aos ideais neoliberais³³, aponta para esta consideração. A noção de totalitarismo deve ser colocada em suspeição.

Por fim, resta um agradecimento aos pesquisadores do GEINT e ao arquivo Público e Histórico de Rio Claro por estarem comigo nesta caminhada como pesquisador e como cidadão. Ao

modalidades igualmente equivocadas de defesa do *status quo*). O que nos coube, na 'virada fascista' da história recente, merece mais a novela picaresca que a investigação sociológica séria". FERNANDES, Florestan. Prefácio. In. VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia Curupira: Análise do Discurso Integralista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 11.

33 A pesquisa de doutorado, que desenvolvo no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, tem o projeto intitulado como "O ideário neoliberal e conservador de Paulo Francis a partir de suas colunas nos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo (1975-1997)".

saber desta edição comemorativa a ser publicada, senti de imediato a necessidade de comunicar essas minhas impressões e contribuir com este artigo. Espero eu, e tenho certeza que todos os membros do GEINT também pensam assim, que o Arquivo continue com seu bom trabalho, incentivando os pesquisadores e divulgando o precioso acervo que guarda.

Bibliografia

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. As classificações de Plínio: Uma análise do pensamento de Plínio Salgado entre 1932 e 1938. In: *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro: 21 (3): 161-180, jul./set., 1978.

_____. *In médio virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1988.

_____. *Totalitarismo e revolução. O integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

ARENDRT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BATISTA, Alexandre Blankl. Farias Brito e a apropriação de suas obras e biografia pelos católicos conservadores. In: SILVA, Carla; CALIL, Gilberto; KOLING, Paulo. *Estado e Poder: Abordagens e Perspectivas*. Cascavel: Edunioeste, 2009, p. 191-221.

_____. *"Mentores da Nacionalidade": a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

BERTONHA, João Fábio. A construção da memória através de um acervo pessoal: o caso do fundo Plínio Salgado em Rio Claro (SP). *Patrimônio e Memória* (UNESP. Online), v. 3, p. 1-9, 2007.

_____. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____. Restrição espacial e ampliação temporal. Uma análise da produção histórica recente sobre o Integralismo no Rio Grande do Sul. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 193-198, 2002.

CALIL, Gilberto Grassi. A nova face do verde: *O integralismo no pós guerra - A formação do Partido de Representação Popular (1945-1950)*. Porto Alegre: PUCRS, 1998. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS.

_____. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; KOUCHNER-PISIER, Evelyne. *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000 [1ª edição em língua

portuguesa de 1985].

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

_____. Cultura, socialismo e democracia: cultivar ou cultivar. In: *Teoria e Debate*, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, n. 8, out/nov/dez 1989.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte, Editora UFMG, 1997.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.

FERNANDES, Florestan. Prefácio. In: VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia Curupira: Análise do Discurso Integralista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

HOBBSBAMM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 383.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritária no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: FGV, 1978.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *“Perante o tribunal da história”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS.

SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na segunda guerra mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SILVA, Carla Luciana. *Onda Vermelha: Imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____. *Perigo vermelho e ilusão comunista: configurações do comunismo brasileiro - da Aliança Liberal à Aliança Nacional Libertadora*. Porto Alegre: PUCRS, 1998. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS.

TRINDADE, Héglio. Apresentação. In: SILVA, Giselda Brito (Org.). *Estudos do Integralismo no Brasil*. Recife: Editora da UFRPE, 2007, p. 7 e 8.





RETRATOS

SELEÇÃO DE FOTOS

Hélia Maria de Fátima Gimenez Machado

Professora de história da rede estadual, mestre em Geografia pela UNESP, autora do Atlas Escolar de Ipeúna, autora de artigos e livros sobre Ensino de História, na temática da História Local. Atualmente é presidenta do Conselho Superior do Arquivo Público e Histórico "Oscar de Arruda Penteado".

Maria Teresa de Arruda Campos

Psicóloga e Pedagoga, mestre e doutoranda da Faculdade de Educação da Unicamp, Superintendente do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro. Coordenadora e consultora de projetos na área de Responsabilidade Social, Juventude e Cultura. Autora de artigos e capítulos de livros na temática da juventude e cultura.

Milton José Hussni Machado Luz

Sociólogo, especialista em museologia e história. Foi Secretário de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente e atualmente é diretor de Habitação da Prefeitura Municipal de Rio Claro. Estuda a história local e é autor de capítulo de livro sobre Rio Claro.

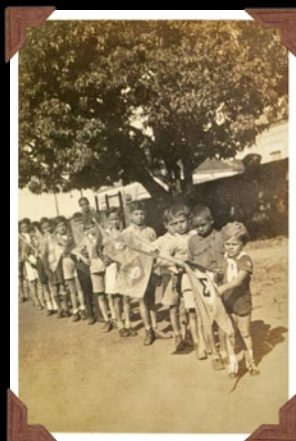


Foto oficial de Plínio Salgado com uniforme da AIB, 1935





Casa onde Plínio Salgado nasceu (22-01-1895) em São Bento do Sapucaí.



Plinianos.



Núcleo Integralista da Gamboa, Rio de Janeiro. Em pé, da direita para esquerda: Lauro Barreira, Raimundo Barbosa Lima, Plínio Salgado, demais não identificados.



Sessão realizada no Núcleo Integralista da Gávea em 26 de junho de 1937, comemorativa do aniversário do Núcleo sendo o conferencista Gustavo Barroso. À esquerda sentados, fileira da frente: Raimundo Barbosa Lima, Dr. Araujo Lima, Dr. Gustavo Barroso (em pé), demais não identificados.



Sentados, da esquerda para direita: não identificado, Hilda Ribeiro, Lauro Barreira, Plínio Salgado, Raimundo Barbosa Lima.



Núcleo Integralista de Copacabana, Rio de Janeiro.



Sepultura dos doze integralistas que morreram em 11 de maio de 1938, no chamado "Levante Integralista". Cemitério do Caju, Rio de Janeiro.



Núcleo Integralista de Montevidéu, sessão realizada em 11 de maio de 1939. Sentados da esquerda para a direita: Raimundo Barbosa Lima e Nestor Contreiras Rodrigues.



Correligionários de Plínio Salgado dando Anauês. Ao centro: Plínio Salgado. Segundo, da direita para esquerda: Raimundo Barbosa Lima.



Bandeira do Sigma diante da casa de um militante.





Mesa principal: Rodolpho Josetti, Vicente Meggiolaro, Paulo Bandeira, não identificado, Everaldo Leite, Plínio Salgado, Raimundo Barbosa Lima, Caruso Gomes, Irene de Freitas Henriques. Fileira de trás, da direita para esquerda: não identificado, Araújo Lima, demais não identificados.



Supremo Conselho. Primeira fileira, da direita para esquerda: Dr. Paulo Lomba Ferraz, demais não identificados. Segunda fileira: Irene de Freitas Henriques, Dr. Lauro Barreira, Dr. Marcel da Silva Telles, demais não identificados. Terceira fileira: Dr. Everaldo Leite, Dr. Madeira de Freitas. Em pé, da esquerda para direita, primeira fileira: Dr. Manoel Hasslocher, demais não identificados.



Estudantes integralistas de Niterói-RJ.



Carmela Patti Salgado entre familiares.

Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, organização cultural criada por alguns integralistas durante o Estado Novo. Sessão de homenagem ao Duque de Caxias. Rio de Janeiro, 05/09/1941. Em pé, da esquerda para direita: Bretas, não identificado, Jaime Ferreira da Silva. Da direita para esquerda: Zizinha Ferreira da Silva, demais não identificados.



Momento dos trabalhos do 1º Congresso Parlamentar das Províncias Meridionais. Sentados, da esquerda para direita: Paulo Lomba Ferraz, Plínio Salgado, Almeida Sales, demais não identificados. Outubro de 1936, Rio de Janeiro.



Grupo de Integralistas de Santa Tereza, Rio de Janeiro em 22 de janeiro de 1939.

Fileira da frente, da esquerda para direita: Ilse R. Gomes, Odete R. Gomes, Ilda Ribeiro, Nair Vieira Silva, Jurema R. Gomes, Juditta M. S. Silva, Ernesto M. Silva. Atrás, da esquerda para direita: Rosamo M. Silva, Maria Deborah M. Silva, Deborah M. Silva, Abigail M. Soares, M. Silva, não identificado, Maria Regina, Paulo Gramedeiro.



Geovane, Dr. Juvenal da Silva, João, demais não identificados.



Família de prováveis integralistas em homenagem ao aniversário de Plínio Salgado. Nesta data Plínio estava na clandestinidade.



Comício em São Bento do Sapucaí, cidade natal de Plínio Salgado.



À direita: Fernando Moura. Em 1938 a AIB já estava na ilegalidade.

Sessão solene na Sede



Inauguração do LACTÁRIO

Núcleo Integralista
de Botucatu - SP.
Inauguração de um dos
muitos lactários que a AIB
instalava pelo Brasil.



A. S. R. A. F. e P. M. (entre as mulheres) em Botucatu, com as Plinianas.

A Secretária Provincial de Arregimentação Feminina
e Plinianas. Adelina S. Prado entre Blusas Verdes e
Plinianas.

Secretaria Municipal de Arregimentação Feminina e Pliniana



Vamos da Era Integralista

Grupo de mulheres militantes integralistas, as Blusas
Verdes. 1937.



auxiliares do Lactário Anna Francisca

Auxiliares do Lactário Anna Francisca



Grupo de algumas crianças atendidas pelo Lactário

Mães e crianças atendidas por lactário integralista.



*- Os alunos da Escola de Alfabetização "Caetano Spirelli" -
- Curso diurno e noturno -*

Professora e alunos de curso de alfabetização integralista.

*S.P.A.F.P. em visita ao Lactário
Anna Francisca no dia de sua inauguração*



A Secretária Provincial de Arregimentação Feminina e Plinianos em visita ao lactário. Segunda, da esquerda para direita: Genoveva Ariani (Vivita).

~ ASSISTENCIA ~



Assistência de uma das muitas reuniões integralistas.



- José Copelapá em 25-9-1937 -

Criança atendida por lactário em 1937.

Lactário Anna Francisca



Instalações do lactário Anna Francisca.



Província de São Paulo - Núcleo Integralista de Botucatu. Visita do Chefe Provincial Dr. Marcel da Silva Telles à Sede.



Último à direita: chefe provincial Marcel da Silva Telles.



Casamento de Oscar Carlos Otto Nagel e Alzira N. Nagel.



Casamento integralista.

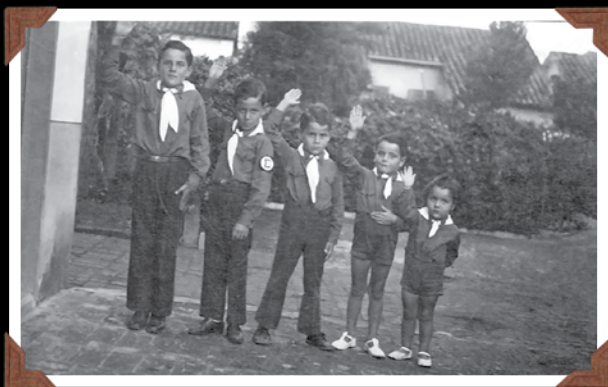


Missã para os mortos de 11 de maio de 1938.

Chefe Provincial da Guanabara com o seu Secretariado, fornecedores da região, chefes dos municípios e distritos. 20 de maio de 1937. Sentados, fileira da frente, da esquerda para direita: dois primeiros não identificados, Carmela Patti Salgado, Raimundo Barbosa Lima, não identificado, Dr. Neiva, Américo Palha, demais não identificados.



Visita do Chefe Nacional da AIB, Plínio Salgado, ao Núcleo de Bento Ribeiro, da Província de Guanabara. 22 de maio de 1937. Sentados fileira da frente, da esquerda para direita: não identificado, Helena Barbosa Lima, Carmela Patti Salgado, Raimundo Barbosa Lima, Plínio Salgado. Na fileira de trás: três primeiros não identificados, Dr. Hasslocher, demais não identificados.



Plinianos. Poços de Caldas - MG, 24 de março de 1940.



Plínio Salgado junto a esportistas.

Da esquerda para direita, fileira da frente: Lygia Fagundes Telles, Edgar Chaves, Carmela Patti Salgado, Plínio Salgado, Margot Chaves, não identificado, Dr. Ordival Gomes e Carlos Albuquerque.

Atrás, da direita para esquerda: Goffredo da Silva Telles, demais não identificados.





Recife, 13 de maio de 1940. Dedicatória ao lado.



Igreja São José, Rio Janeiro, 23 de abril de 1940. A data era alusiva às Matinas de Abril, data importante da AIB.



Reunião do PRP. O sino no canto superior direito, símbolo do PRP, seria substituído pelo Sigma em meados de 1957. Rio de Janeiro, 1946.

Recife, 13-4-40
Chefe:

Envio-lhe a fotografia dos meus queridos filhos Antonio e Agostinho - lembrança do primeiro aniversário - como mais uma prova de minha estima pessoal. É o retrato de um pedaço do nosso coração - do meu e do da querida esposa - destinados a gravar-se em vossa retina para mais merecermos a vossa inigualável amizade. Recomende-me a D. Carmelo. Aceite abraços dos vossos sinceros amigos Agostinho e Estevão Lerrano



Foto enviada por militante integralista a Plínio Salgado. Claramente dos tempos da AIB. "Ofereço ao prezado Chefe Plínio Salgado como recordação deste grande movimento político e nacionalista pelo bem do Brasil." Caxias do Sul, 15 de março de 1949.

Foto enviada por militante integralista a Plínio Salgado, "Ao prezado Chefe uma recordação da vossa visita em Salvador (BA), 1949". Sentados da esquerda para direita: Lygia Fagundes Telles, Vanjú Albuquerque, Plínio Salgado, Carlos Albuquerque, demais não identificados.



Ribeirão Preto - SP, 21 de maio de 1940.



Formandos 1948 - Escola Técnica de Comércio Barão de Mauá - SP.



Da esquerda para direita: Lygia Fagundes Telles, dois não identificados, Plínio Salgado. Bahia, 1949.



Lembrança do batizado da filha de Vicente Romano e Ercília Romano. Padrinhos: Plínio Salgado e Carmela Patti Salgado.



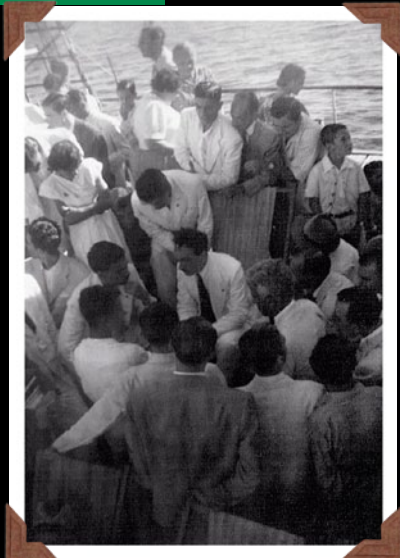
Evento dos correligionários e admiradores de Plínio Salgado.



Da esquerda para direita: Vanjú Albuquerque, Carmella Patti Salgado, Lygia Fagundes Telles, demais não identificados. Bahia, 1949.



Aspecto do Navio "Ilhéus", no Porto de Maragogipe. Plínio e estudantes. Bahia, 03 de abril de 1949.



Debates com os estudantes. No centro, Plínio Salgado. Flagrantes tirados a bordo do navio "Ilhéus" na viagem a Maragogipe. Ilha de Ilhéus, Bahia, 1949.



Ao centro: Lindalva Motta, Plínio Salgado, Miranda Motta, demais não identificados.



Travessia de presos políticos para Fernando de Noronha - PE.



Membros do PRP de Cruz Alta, Fortaleza, junto aos militantes Germany e Aristóteles G. Santos, 1949.



Cruzeiro em Canudos, Bahia. Em pé, primeira fileira, ao centro: Plínio Salgado. Segunda fileira: Carmela Patti Salgado, Lygia Fagundes Telles.



Plínio Salgado e Ciriáco, sobrevivente da jornada de Canudos, 1949.



Plínio gostava de registrar instantâneos da população que visitava. Poetisa popular baiana - 1949.



Aspectos da viagem à Bahia - 1949.



Chefe Nacional

CRIADOR E INSPIRADOR DA "OSIP"

Álbum de inauguração da Organização de Serviços e Imprensa Política. Provavelmente uma organização relacionada ao PRP.



Antes... 5-5-1948!



Depois... 5-5-1949!



Depois... 5-5-1949!



Depois... 5-5-1949!



Depois... 5-5-1949!



Depois... 5-5-1949!



Depois... 5-5-1949!



Depois... 5-5-1949!



Divisão de Assistência Médica



Bar da Furna ☕

"Ao eminente patricio Plínio Salgado oferta de Carlos Alerto (correspondente regional do Diário de São Paulo). São Carlos, 01-01-1949."
Visita do Bispo de São Carlos. Da esquerda para direita: Luzia Patti, Carmela Patti Salgado, Plínio Salgado, Bispo de São Carlos.



Carmela Patti Salgado e Plínio Salgado.



Plínio gostava de registrar instantâneos da população que visitava. Local desconhecido.



De frente: Carmela Patti Salgado, entrega de diploma em solenidade. 06 de outubro de 1949.



Sentadas da esquerda para direita: Carmela Patti Salgado, Ercília Vasconcelos, Marina Oliveira. 06 de outubro de 1949.



Sentados, da esquerda para direita: dois primeiros não identificados, José Loureiro Jr., José Ferreira Coelho e João Carlos Fairbanks. Em pé ao microfone: Plínio Salgado, demais não identificados. Tupã - SP, 1950.



Em pé: Plínio Salgado, demais não identificados. Uberlândia - MG, 04 de março de 1950.



Integrantes do PRP em frente Sede de Vila da Mata - RS, agosto de 1950. Ocasão da visita dos deputados Closs Milano e Dr. Cechella.



Comemoração do Tratado de Madrid. 14 de janeiro de 1950.



Campanha do PRP – Rio Grande do Sul, 1950.



Campanha do PRP – Rio Grande do Sul, 1950.



Igreja do Carmo, Fortaleza - CE, 7 de outubro de 1952.
Após a missa em sufrágio das almas dos integralistas falecidos, celebrada pelo Rvmo. Pe. Jonas Barros.
Vê-se na foto Dr. Wícar Teixeira, do C.N.E.P.



Campanha em Lagoa Vermelha - Rio Grande do Sul, 1950.



Delegação de Minas Gerais na IX Convenção Nacional do PRP. 3 de maio de 1951.



Comício em Redenção da Serra - SP, 1950



Tupã - SP, 1950



Discurso de Lopes Jr. 07 de outubro de 1953 em Irati - PR.



Aspecto do almoço oferecido a Plínio Salgado. Bebedouro - SP, 20 de junho de 1953.



A Marcha. Conferência no Teatro Rio Branco. Ao microfone: Dr. Italo Galli. Bebedouro - SP, 20 de junho de 1953.



Conferência de Plínio Salgado no Teatro Rio Branco. Aspecto de assistência. Bebedouro - SP, 20 de junho de 1953.



Dedicatória abaixo:

Presado Chefe:
 Vinte e cinco anos depois
 da 1ª Marcha, os Integra-
 listas de Diamantina reafirmam sua confiança no
 Sigma, Símbolo de Sal-
 vação Nacional, dispo-
 stos a prosseguir, quais-
 quer que sejam as difi-
 culdades, o Caminho que
 um dia nos trouxe o
 Glorioso que Deus
 concedeu ao Brasil,
 para alcançar-lhe um
 futuro melhor.
 Pelo Bem do Brasil!
 Salvador Borges ao leme
 Presidente
 Maria Aminda da Matta Machado
 Secretária
 Diamantina, 23 de abril de 1953



25º. Aniversário do Manifesto de Outubro. Quinta da Boa Vista. RJ, outubro de 1957.



À esquerda: Antônio Áureo - Cabo do Exército, economista Pedroso de Medeiros (candidato a Vereador) - e Dalckson Rosa e Silva - concluinte do curso científico. Rio Largo - AL, 10 de novembro de 1957.



Saída da missa do Jubileu de Prata do Integralismo. Igreja de Santa Rita, Rio de Janeiro, 1957. Em pé, da esquerda para direita: Terezinha Mansur, Tereza Nogueira, Paulo Bandeira, Isaura. Sentados: Carmela Patti Salgado, Cônego Bezerril, Plínio Salgado, demais não identificados.



Colação de grau do curso de datilografia. Belém - PA, 1 de maio de 1958.



Convenção Nacional Partido Representação Popular. Rio de Janeiro, 21 a 22 de março de 1955.



Comício no Ceará - 1956.

Plínio Salgado, discurso na rádio Difusora. Sentados da esquerda para direita: não identificado, Terezinha Mansur. Em pé: Plínio Salgado, demais não identificados. Pesqueira - PE, 23 de janeiro de 1958.



Em pé da esquerda para direita: Marina Alencar e Isaura Cerqueira. Sentada à esquerda: Marieta Kendall. Sentada à direita: Yolanda Paçanha. Ao fundo, lado direito, da esquerda para direita Alda Bastos, demais não identificados - 1957.



Esquadrão da Corporação Juvenil de PNC Bandeira Tavares Bastos. Rio Largo - AL, 10 de novembro de 1957.



25 anos da Primeira Marcha - Reconstituição Histórica - Abril de 1958.



Celebração de 25 anos do integralismo, passagem do archote. Na concepção integralista, a passagem do archote significava a transferência do poder para as gerações vindouras. Rio de Janeiro - RJ, 1957.



Da esquerda para a direita: Pimentel Júnior, Rui Arruda e Plínio Salgado em Rio Claro -SP.



Jubileu de Prata da Primeira Marcha, abril de 1958.



A Marcha.



A Marcha.



Plínio Salgado é recebido com pétalas de rosas.



Maria Amélia, Loureiro, Carmela Patti e Plínio Salgado.



Outubro de 1957. Plínio Salgado vestindo a camisa verde em cerimônia do Jubileu de Prata do Manifesto de Outubro.



José Crispim, Plínio Salgado e Rui de Arruda Camargo.



Campanha eleitoral. Da direita para esquerda: Cunha Bueno e Loureiro.

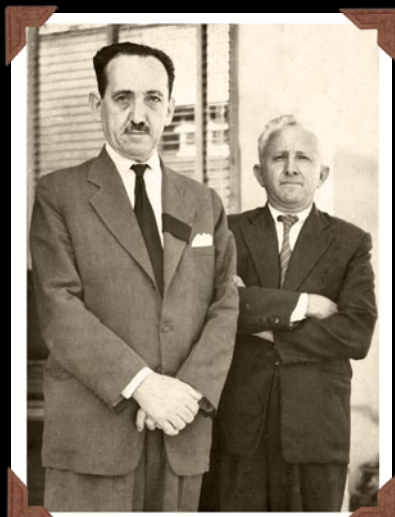


Visita ao Seminário Franciscano de Marau, no Rio Grande do Sul.



Paraná 1952.





Plínio Salgado com José Constante Barreto.



No quadro ao centro, Nicola Rosica, o primeiro mártir do integralismo.



Cine Pax com mais de 3.000 pessoas para ouvir Plínio Salgado.



Comício.





Comício.

Solenidade de entrega de diplomas às alunas da Escola de Corte e Costura "Ana Caruso Gomes", sediada na Penha - RJ, 1947.



Audiência para Plínio Salgado.



Plínio Salgado (em pé), Dr. Oscar Garbelotto. Auditório da Paróquia da "Sagrada Família" em São Caetano do Sul - SP, 25 de março de 1960.



Plínio Salgado com os líderes dos partidos. O segundo, sentado, da esquerda para a direita: presidente João Goulart. Brasília - DF, 20 de março de 1963.



Formatura de Alfredo Augusto Rabelo Leite, Largo de São Francisco, 24 de julho de 1963.



Formatura Colégio Marista de Brasília - DF, 1965. 4ª Série Ginásial





Congresso de Centros Culturais de Juventude. Curitiba PR, janeiro de 1962. Da esquerda para a direita: Representante do Centro Cultural de Joinvile, Nilza Therezinha de Lima (hoje Capretz) - secretária do Grêmio Cultural Jackson de Figueiredo, Lídio Sá - Presidente do Centro Cultural Valadares, Bahia, Plínio Salgado, José Batista de Carvalho - Presidente do Grêmio Cultural Jackson de Figueiredo, Ramiro Schneider - Presidente do Centro Cultural de Joinvile.





Visita de Plínio Salgado ao quartel do 6o. Batalhão, em Porto Alegre, 1960.



Família integralista de Mário Kiyooki Tamaoki. Presidente Prudente - SP. 17 de julho de 1960.



1960.



Passagem dos Missionários Redentoristas em Joinvile - SC. De 27 de março a 07 de abril de 1963.



1960.



LEMISBANÇA DO DIA 27/5/62 - SÃO JOEL DOS CAMPOS
 As grande chefe e a minha lembrança de novo
 que amiamo a proletoza suca tua.
 Grai família Machado
 José César



Palácio Piratini, 1962.



Campanha eleitoral em Lençóis Paulista, 1962.



Plínio Salgado paraninfo do Ginásio Estadual. Curitiba - PR, 26 de dezembro de 1962.



Formatura em Lençóis Paulista, 1962.



*Posse do diretório do Partido de
Representação Popular da
Guanabara. 13 de julho de 1963.*



Discurso de Plínio Salgado na rádio ZYI, de Itajubá - MG.



Vale do Paraíba, 1969.



Itajubá - MG, 19 de novembro de 1963.



*Lembrança da festa de "Bodas de Prata" da Família
Tamaoki. 01 de novembro de 1964.*



*Visita a Porto Alegre.
9 de dezembro de 1963.*



*Da esquerda para a
direita: Higino, Plínio
Salgado, não identifica-
do. Franca - SP, 1965.*



*Conferência em Porto
Ferreira - SP, 1967.*



Semana Paulista de Jahu, 1966.



Fotografia tirada na estação de trens de Jahu, 1966.



Plínio Salgado pronunciando sua palestra "Batalha de Riachuelo" na Câmara Federal, 1965.



Jantar oferecido pela Federação das Indústrias de São Paulo à bancada paulista na Câmara Federal, 1968.



Menotti del Picchia, Plínio Salgado e Cassiano Ricardo em evento de comemoração pelos 50 anos da Semana de Arte Moderna.



Da esquerda para a direita: Nelita Vetorazo, Carmela Patti Salgado, não identificado, não identificado, Plínio Salgado, Adail Vetorazo, Leovigildo Pereira Ramos, não identificado, Hélio Pellegrini.



Evento festivo pelos 41 anos do Manifesto de Outubro 1932, 5º. ano de Renovação Nacional e lançamento do livro "A Força de um Pensamento", de Jader Medeiros. 7 de outubro de 1973. Salão nobre da Associação Fluminense de Jornalistas, Niterói - RJ.

Conferência realizada em Santos em comemoração ao centenário da Sociedade de São Vicente de Paula, junho de 1974



Visita à sala da Presidência, com diretores e repórteres. Diário de Brasília, 5 de agosto de 1970.



I Encontro Nacional das Classes Empresariais para Estudos sobre o Problema do Menor. Brasília-DF. 9 a 14 de outubro de 1972.



Evento realizado em 1972, para inaugurar placa alusiva à obra literária "O Estrangeiro", escrita por Plínio Salgado em 1921, inspirada na cidade de Monte Aprazível - SP.



Monte Aprazível - SP, 1972



Visita à cidade de Santa Bárbara D' Oeste, São Paulo.



Carmela Patti Salgado



Carmela Patti Salgado

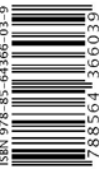


Carmela Patti Salgado



Plínio Salgado no Lançamento de “Trepandé” na Livraria Teixeira em São Paulo. 18-7-1972.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-04366-03-9



9 788564 366039

GEINT

O GEINT é um grupo de pesquisadores que surgiu informalmente através de uma lista de discussão na internet em 2001. Seu objetivo principal era superar a solidão de historiadores cujo tema era, então, não apenas pouco estudado, mas visto com certa restrição pelo meio acadêmico: o integralismo. A troca de ideias e reflexões que surgiu a partir daí resultou em cinco encontros de pesquisadores – tendo sido o primeiro neste Arquivo – e várias publicações.

Hoje, passados mais de 10 anos, presente no CNPq e na ANPUH, o GEINT tem contribuído com a produção de dezenas de dissertações e teses em todo o Brasil, ajudando a formar uma nova geração de pesquisadores sobre a História política brasileira. Este livro é a terceira obra em parceria entre o Arquivo Público de Rio Claro e o Grupo de Estudos sobre o Integralismo.



GEINT
Grupo de Estudos Sobre o Integralismo